

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

JOSÉ CLÓVIS TELES LUNARDI

**O CAMPESINATO TRADICIONAL E A INDÚSTRIA DE
BIODIESEL: INTEGRAÇÃO SUBORDINADA NO SUL DO BRASIL
2003 – 2008**



**CURITIBA
Fevereiro de 2011**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

JOSÉ CLÓVIS TELES LUNARDI

**O CAMPESINATO TRADICIONAL E A INDÚSTRIA DE
BIODIESEL: INTEGRAÇÃO SUBORDINADA NO SUL DO BRASIL
2003 – 2008**

**CURITIBA
Fevereiro de 2011**



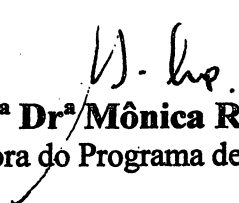
PARECER

Defesa de Tese de **JOSÉ CLOVIS TELES LUNARDI** para obtenção do Título de DOUTOR EM EDUCAÇÃO. Os abaixo-assinados: DR^a ACACIA ZENEIDA KUENZER, DR. DOMINGOS LIMA FILHO, DR^a NANCI STANCKI DA LUZ, DR. SIDNEY REINALDO DA SILVA e DR. NILSON MARCOS DIAS GARCIA argüíram, nesta data, O candidato acima citado, o qual apresentou a seguinte Tese: **“O CAMPESINATO TRADICIONAL E A INDÚSTRIA DO BIODIESEL: INTEGRAÇÃO SUBORDINADA NO SUL DO BRASIL (2003 A 2008)”**.

Procedida a argüição, segundo o Protocolo aprovado pelo Colegiado, a Banca é de Parecer que o candidato está apto ao Título de DOUTOR EM EDUCAÇÃO, tendo merecido as apreciações abaixo:

BANCA	ASSINATURA	APRECIÇÃO
DR ^a ACACIA ZENEIDA KUENZER		aprovado
DR. DOMINGOS LIMA FILHO		Aprovado
DR ^a NANCI STANCKI DA LUZ		Aprovado
DR. SIDNEY REINALDO DA SILVA		A
DR. NILSON MARCOS DIAS GARCIA		Aprovado

Curitiba, 28 de fevereiro de 2011.


Prof^a Dr^a Mônica Ribeiro da Silva
Vice-Coordenadora do Programa de Pós Graduação em Educação

Prof^a. Dr^a. Mônica Ribeiro da Silva
Vice-Coordenadora do Programa de
Pós-Graduação em Educação
Matr.: 125750

JOSÉ CLÓVIS TELES LUNARDI

**O CAMPESINATO TRADICIONAL E A INDÚSTRIA DE
BIODIESEL: INTEGRAÇÃO SUBORDINADA NO SUL DO BRASIL
2003 – 2008**

**Tese apresentada como requisito parcial
à obtenção do título de Doutor em
Educação, no Programa de Pós
Graduação em Educação, Área
Temática, Educação e Trabalho, Linha
de Pesquisa, Mudança do Mundo do
Trabalho e Educação.**

**Orientadora: Dra. Acácia Zeneida
Kuenzer.**

**CURITIBA
Fevereiro de 2011**

Lunardi, José Clóvis Teles

O campesinato tradicional e a indústria de biodiesel: integração subordinada no Sul do Brasil - 2003-2008/José Clóvis Teles Lunardi. -- Curitiba: UFPR /Programa de Pós Graduação em Educação, 2011. x, 162 f. il: 31 cm.

Orientadora: Acácia Zeneida Kuenzer

Tese (doutorado) – UFPR / Programa de Pós Graduação em Educação, 2011.

Referências bibliográficas: f. 149-155.

1. Educação Rural. 2. Agricultura Familiar. 3. Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel. 4. Selo Combustível Social - Tese. I. Kuenzer, Acácia Zeneida. II. Universidade Federal do Paraná, Pós Graduação em Educação. IV. Título.

*À Clodoaldo Lunardi e às Sete Quedas do Rio Paraná
(in memoriam)*

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer a CAPES, instituição financiadora sem a qual esta pesquisa ficaria inviabilizada.

Agradeço à Universidade Federal do Paraná, espaço que permitiu aulas e debates, que propiciou esta produção acadêmica. Instituição onde encontramos àqueles que me orientaram, especialmente à professora doutora Acácia Zeneida Kuenzer, orientadora e aos professores Domingos Leite Lima Filho e Noela Invernizzi, que compuseram a banca de qualificação deste e as professoras Lígia Regina Klein e Maria Dativa de Salles Gonçalves.

Agradeço pela oportunidade da realização do estágio de prática docente realizado na Faculdade de Ciências Integradas do Pontal, da Universidade Federal de Uberlândia, em especial ao professor Armindo Quillici Neto.

Sou também grato a colaboração da Plural Consultoria e do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, que marcaram nossa trajetória profissional e permitiram a descoberta da temática para este trabalho. Destas destacamos Arnaldo Campos, Edna Carmélio, Roberto Terra, Jânio Rosa, Reginaldo Magalhães, Mônica Schroder, Breno Tibúrcio, Ana Maria, Sérgio Burtet, Rafael Feltrine aos companheiros da FETAG – RS Valdecir Zonin e Gabriela.

Este trabalho jamais seria realizado sem os agricultores que marcaram sobremaneira meus olhares e opções políticas, em seu nome agradeço à Contag, Fetag-RS, Fetaesc, Fetaep, Unaic, MST, Coopeal, Cotrimaio, Coceagro, Fetraf e às indústrias de biodiesel: Bs Bios, Brasil Ecodiesel, Oleoplan e Biocapital.

Agradeço à leitura delicada e atenciosa de Janaina e Suilei Giavara.

Não poderia, contudo, esquecer aqueles que de alguma forma e em muitos momentos acompanharam os diferentes caminhos que trilhamos e compartilharam alguns dos meus sonhos: Angel, Rafaela, Raúl, Beth, David, Tadeu, Luciana, José Luis, Fernando, Melissa, Rosangela, Dino e Núbia, Adoniran, Elisângela, João de Negri, Gilson, Audo, Caio, Caetano, Vinícius, Domenique e Lucas.

Agradeço à Erondina pelo carinho e simplicidade no ensinar da vida cotidiana.

Reconheço a todos eximindo-os, entretanto, de toda e qualquer responsabilidade sobre este trabalho.

*Como então? Desgarrados da terra?
Como assim? Levantados do chão?
Como embaixo dos pés uma terra
Como água escorrendo da mão?
Como em sonho correr numa estrada?
Deslizando no mesmo lugar?
Como em sonho perder a passada
E no oco da Terra tombar?
Como então? Desgarrados da terra?
Como assim? Levantados do chão?
Ou na planta dos pés uma terra
Como água na palma da mão?
Habitar uma lama sem fundo?
Como em cama de pó se deitar?
Num balanço de rede sem rede
Ver o mundo de pernas pro ar?
Como assim? Levitante colono?
Pasto aéreo? Celeste curral?
Um rebanho nas nuvens? Mas como?
Boi alado? Alazão sideral?
Que esquisita lavoura! Mas como?
Um arado no espaço? Será?
Choverá que laranja? Que pomo?
Gomo? Sumo? Granizo? Maná?*

*Milton Nascimento e Chico Buarque
(Levantados Do Chão – Cd Terra, São Paulo: Companhia das Letras, 1997)*

RESUMO

A partir das diretrizes implementadas pelo Programa Nacional de Produção de Biodiesel – PNPB torna-se importante compreender o papel da qualificação profissional na integração subordinada do campesinato tradicional nesta nova cadeia produtiva. Parte-se do pressuposto que o Selo Combustível Social foi a materialização do princípio de inclusão social do Programa. A pesquisa aqui apresentada foi realizada no período compreendido entre os anos de 2003 a 2008, na região Sul do Brasil, e teve como hipóteses que o controle social da inclusão do campesinato no Programa se deu através da política pública implementada pelo Selo Combustível Social, sob os seguintes critérios: 1- a celebração de contratos entre as indústrias e os agricultores familiares; 2- a anuência contratual das organizações representativas da agricultura familiar; 3- a qualificação profissional, através da prestação de assistência técnica e capacitação aos agricultores familiares e suas organizações integrados na cadeia de biodiesel. Outra hipótese foi que a mediação entre esses elementos (contratos, anuência e qualificação profissional) se deu via qualificação, cujo objetivo é a conformação da subjetividade camponesa, forjada no movimento social, via um novo disciplinamento para o trabalho subordinado. Como resultado conclusivo da pesquisa, constatamos que a relação mais democrática de controle social da integração produtiva agroindustrial de biodiesel não foi suficiente para gerar um processo de incremento de renda e inclusão social sustentável do campesinato tradicional na região Sul do Brasil, com a melhor apropriação dos resultados econômicos, sociais e ambientais gerados na nova cadeia produtiva. Pelo contrário, a integração ou inclusão subordinada da agricultura familiar camponesa sob o viés da integração do campesinato ao complexo soja deixa inócua a relação de equivalência entre inclusão social e o Selo Combustível Social. Quanto a qualificação dos agricultores, o selo também não garantiu, mas retrocedeu em questões fundamentais, como a definição de uma correta política agrícola para a agricultura familiar, com um agravante, o selo combustível social estimula uma concepção privatista de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER, com a desregulamentação do sistema público oficial destinada para a agricultura camponesa, fomentando a ATER privada.

Palavras-chaves: Educação Rural, Agricultura Familiar, Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel, Selo Combustível Social.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABIOVE – Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais
AF – Agricultura Familiar
ANP – Agência Nacional de Petróleo
ANPA – Associação Nacional dos Pequenos Agricultores
ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural
BNDES - Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social
CAI – Complexo Agroindustrial
CEI – Comissão Executiva Interministerial
CEPAL – Comissão Econômica para América Latina
COCEAGRO - Cooperativa Central Agroindustrial Noroeste
CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento
CONCRAB – Confederação Nacional das Cooperativas da Reforma Agrária
CONTAG – Confederação Nacional da Agricultura
COOPAF – Cooperativas da Agricultura Familiar
COOPEAL – Cooperativa de Produção, Industrialização e Comercialização Edson Adão
Lins
COTRIMAIO – Cooperativa Agropecuária Alto Uruguai
CRESOL – Cooperativas de Crédito Rural com Integração Solidária
CUT – Central Única dos Trabalhadores
DAP/PRONAF – declaração de Aptidão do PRONAF
DEGRAV/SAF – Departamento de Geração de Renda e Agregação de Valor/SAF
DFDA – Delegacia Federal de Desenvolvimento Agrário
EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EPAGRI – Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina
FETAG – Federação dos Trabalhadores da Agricultura
FETRAF – Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar
FUNAI – Fundação Nacional do Índio
GTG – Grupo de Trabalho Gestor
GTI – Grupo de Trabalho Interministerial
IAC – Instituto Agronômico de Campinas
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

IN – Instrução Normativa
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MAPA – Movimento dos Pequenos Agricultores
MCIDADES – Ministério das Cidades
MCR – Manual de Crédito Rural
MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDIC – Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio
MDS – Ministério do Desenvolvimento Social
MEM – Matriz Energética Nacional
MIN – Ministério da Integração Nacional
MMA – Ministério do Meio Ambiente
MME – Ministério de Minas e Energia
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
PDA – Plano de Desenvolvimento do Assentamento
PEA – População Economicamente Ativa
PNATER – Programa Nacional da Assistência Técnica e Extensão Rural
PNPB – Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel
PROINF – Projetos de Infraestrutura nos Territórios Rurais
PRONAF – Programa Nacional da Agricultura Familiar
SAF – Secretaria da Agricultura Familiar
SDT – Secretaria de Desenvolvimento Territorial
STR – Sindicato dos Trabalhadores Rurais
UFV – Universidade Federal de Viçosa
UNAIC – União das Associações de Canguçu

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
Parte I - A Centralidade do Mundo do Trabalho e o Trabalho Como Princípio Educativo	21
<i>Capítulo 1- Da Teoria da Alienação À Crise da Educação.....</i>	<i>22</i>
As Categorias da Economia Política e a dialética da relação trabalho-educação.....	22
A Educação Para Além do Capital.....	37
<i>Capítulo 2- Integração Subordinada do Campesinato e a Oposição Campo-Cidade.....</i>	<i>49</i>
A Crise da Sociedade do Trabalho	49
Oposição Dialética Entre o Campo e a Cidade.....	52
A modernização da agricultura e a integração do campesinato aos Complexos Agroindustriais – CAI's	59
Parte II – O Selo Combustível Social, a Inclusão do Campesinato Tradicional e os Processos de Formação Técnica	70
<i>Capítulo 3 - O Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel – PNPB</i>	<i>71</i>
A criação do Grupo de Trabalho Interministerial e o Relatório Final	71
O Lançamento do PNPB e a Regulamentação do Selo Combustível Social.....	77
<i>Capítulo 4 – Projeto Polos de Produção de Biodiesel: a Implantação do Selo Combustível Social ..</i>	<i>87</i>
Marco Inicial da Implantação do Selo Combustível Social - O Projeto Polos e os Arranjos Produtivos de Biodiesel.....	87
O Projeto Polos de Produção de Biodiesel e a Integração Produtiva da Agricultura familiar	97
<i>Capítulo 5 - O Programa de Qualificação Técnica na Cadeia de Produção de Biodiesel na Região Sul</i>	<i>102</i>
A Formação dos Grupos de Trabalhos Gestores nos Territórios Rurais.....	102
Prospectando algumas tendências do PNPB – 2005 – 2010.....	133
Considerações Finais ou a Integração Subordinada do Campesinato e o Selo Combustível Social, uma Política de Inclusão?	138
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	149
ANEXOS	156

INTRODUÇÃO

A nossa pesquisa está circunscrita à fase de implantação do Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel – PNPB e diz respeito à criação, regulamentação e implementação do selo Combustível Social na fase piloto do Programa, entre 2003 e 2008. O Programa, que tem caráter interministerial, foi lançado nacionalmente em 6/dez/2004 com o objetivo de implementar a produção e o uso do biodiesel no país. Em treze de janeiro de 2005, é publicada a lei 11.097/05 que introduz o biodiesel na Matriz Energética Nacional-MEN. Com a publicação da lei, como uma primeira ação do PNPB, é assentada a pedra fundamental da nova cadeia produtiva e de um novo mercado de biocombustível, o biodiesel.

A Lei 11.097/2005 dispõe sobre a introdução do biodiesel na Matriz Energética Nacional – MEN - e estabelece os critérios para o atendimento dos percentuais mínimos obrigatórios, entre eles, no Art.2, destaca-se o inciso II, que demarca a participação dos agricultores familiares como público prioritário no meio rural a ser beneficiado pelo Programa no atendimento da demanda de matéria-prima oleaginosa para a produção de biodiesel.

Com a criação do PNPB, em dezembro de 2004, o Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA – passa a ter a incumbência de regulamentar a participação da agricultura familiar no PNPB e faz isso através de duas instruções normativas que criaram o selo Combustível Social. Traduzindo os termos do que viria ser chamado consensualmente de inclusão social no PNPB, o programa identifica o público com a afirmação da inclusão social da agricultura familiar. Como instrumento de política pública, o Selo possibilita a integração produtiva do campesinato na nova cadeia de produção de biodiesel sob condições diferenciadas.

O MDA concede uma concessão de uso do Selo Combustível Social para as empresas enquadradas no Selo que integram agricultores familiares camponeses sob determinadas condições contratuais e, por isso, as indústrias são beneficiadas diretamente com subsídio e isenção fiscal na medida em que aderem ao selo. A maioria absoluta das usinas de biodiesel autorizada pela Agência Nacional de Petróleo - ANP adere ao Selo Combustível Social desde o início do PNPB.

O Programa regulamenta e induz a participação da pequena agricultura camponesa como fornecedores prioritários de matéria-prima para a nova cadeia produtiva de Biodiesel. Na fase de produção da matéria-prima agrícola para biodiesel, é evidente o potencial induzido pelo Selo de inserção deste segmento como fornecedores das matérias-primas para as

indústrias, haja vista a flexibilidade das plantas industriais em termos de tamanho e uso de matérias-primas, adaptadas às necessidades regionais do país. Esta fase é responsável por aproximadamente 80% do custo de produção do biodiesel, daí se conclui por uma forte alternativa de diversificação da produção agropecuária, geração de renda e emprego rural, sobretudo para o segmento dos pequenos agricultores.

Com a criação do PNPB, é estabelecido o marco jurídico e institucional que vai regulamentar a nova cadeia produtiva; desse modo, o novo mercado de biodiesel nasce amplamente regulamentado pelo governo.

Esta pesquisa se aterá somente na análise da regulamentação e da implementação do Selo Combustível Social/PNPB na região Sul durante a fase piloto do PNPB – de 2005 a 2007, período em que foi deflagrado o processo de produção de biodiesel e com ele a integração produtiva do setor agrícola para a produção da matéria-prima.

Do ponto de vista geográfico, a escolha da região Sul como área de abrangência da investigação, mais especificamente o Estado do Rio Grande do Sul, deve-se ao fato de as três novas indústrias de biodiesel, que detinham o Selo e foram monitoradas pelo MDA no período, terem construído suas plantas industriais neste estado. As indústrias Brasil Ecodiesel (Rosário do Sul – RS), BS Bios (Passo Fundo – RS) e Oleoplan (Veranópolis – RS), vencedoras nos leilões em 2006/07, arremataram praticamente 40% dos volumes de biodiesel leiloados pela ANP durante a fase Piloto do Programa.

Examinaremos durante o período 2005 a 2007, se a formação da nova cadeia produtiva do biodiesel efetivamente constitui uma nova forma de regulamentação da integração subordinada do campo à agroindústria de bioenergia. É necessário saber em que medida a contratualização da produção manifesta um estágio de maior disciplinamento do trabalho para a integração subordinada do camponês. Contudo, essa contratualização também cria novas oportunidades para o campesinato, as quais devem ser investigadas.

A inclusão social e a qualificação profissional dos trabalhadores rurais integrados na nova cadeia produtiva, sob as condições de adesão ao Selo, serão os objetos dessa investigação, a partir do que será estabelecido o recorte metodológico de análise das fontes. Assim, faz-se necessário conhecer a forma como o Programa propiciou qualificação aos gestores (governo) e beneficiários do Selo combustível Social (indústrias e agricultores) do PNPB na fase piloto do Programa, com a implantação e a consolidação do Selo Combustível Social, na fase piloto do Programa.

Ainda que, em caráter embrionário, a implantação do Selo Combustível Social tornou possível identificar, no processo de integração produtiva subordinada, as contradições a ele

subjacentes e os impactos evidenciados no processo da contratualização da integração dos camponeses. Sob que condições este segmento adere ao selo Combustível Social na região Sul do Brasil? Quais foram os limites e as potencialidades da integração da agricultura familiar na cadeia produtiva do biodiesel? Qual subjetividade está em construção e de que maneira ela pode operar para romper ou reforçar a lógica de produção camponesa ou, por outro lado, como esta subjetividade camponesa entra em conflito com a racionalidade capitalista?

Quais contradições e conflitos subjacentes emergiram deste processo, como podemos identificar os avanços e os retrocessos nesta nova prática contratual possibilitada a partir do marco legal e institucional do PNPB e do Selo, como vetor de integração produtiva, de inclusão social e desenvolvimento regional como originalmente foi caracterizado nos anais do GTI, em dezembro de 2003, e com a criação do PNPB, em dezembro de 2004?

A partir destas questões, a problemática da pesquisa consiste em identificar sob quais parâmetros os camponeses conformam-se a este novo ramo de produção de bioenergia e de que forma a qualificação profissional contribuiu para a integração subordinada dos camponeses na fase de implantação do Selo Combustível Social na fase piloto do Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel – PNPB. Considerando as contradições do modo de produção capitalista, quais foram as positivities desta política pública, sobretudo, quanto aos objetivos expressos no Selo, notadamente de inclusão social e do desenvolvimento regional da agricultura familiar.

A primeira hipótese de nossa investigação é que o controle social da inclusão do campesinato no Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel - PNPB e se dá através da política pública implementada pelo Selo Combustível Social, sob os seguintes critérios: 1- a celebração de contratos de compra e venda negociados entre as indústrias e os agricultores familiares e suas organizações econômicas e cooperativistas; 2- a anuência contratual das organizações representativas da agricultura familiar; 3- a qualificação profissional, através da prestação de assistência técnica e capacitação aos agricultores familiares e suas organizações integrados na cadeia de biodiesel.

A segunda hipótese de pesquisa é que a mediação entre esses elementos (contratos, anuência e qualificação profissional) se dá via qualificação, cujo objetivo é a conformação da subjetividade camponesa, forjada no movimento social, via um novo disciplinamento para o trabalho subordinado. Portanto, de um lado, a criação do Selo Combustível Social do Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel - PNPB regulamentou a integração ou

inclusão subordinada da agricultura familiar na cadeia de biodiesel, por outro, é preciso saber se esta política realmente possibilitou a inclusão social no campo.

Quanto à metodologia de pesquisa, no período de 2006 a 2007, participamos da equipe técnica contratada para executar o Projeto Polos de Produção de Biodiesel na região Sul do Brasil, através do convenio 086/2006 entre MDA e Plural Consultoria Pesquisas e Serviços. Desta forma nosso ponto de vista sobre a pesquisa estará entrecortada por uma posição ambígua, multi-polar, oscilando entre o relato sensorial da experiência profissional e a tentativa, à posterior, de fazer uma análise crítica e acadêmica, que nem sempre conseguimos. Aqui uma ressalva, a posição do pesquisador confunde-se com o objeto de pesquisa. Através do referido convênio, tivemos a oportunidade de participar das reuniões nacionais do Selo Combustível Social em Brasília – DF e das diversas atividades implementadas pelo Projeto, como por exemplo: reuniões de planejamento e execução do Projeto Pólos, com a realização de visitas in loco aos arranjos produtivos de biodiesel e participação nas reuniões dos Grupos de Trabalhos Gestores dos arranjos produtivos de biodiesel; realização de diagnósticos das cadeias produtivas; atividades de monitoramento e capacitação do público integrado, intercâmbio entre regiões, etc.

A tese contém cinco capítulos divididos em duas partes: na primeira, apresentaremos a discussão teórico-metodológica e, na segunda, a análise das fontes documentais da pesquisa propriamente dita, conforme segue.

Na “Parte I – A Centralidade do Mundo do Trabalho e o Trabalho Moderno como Princípio Educativo” demarcaremos a discussão teórica e metodológica de nossa investigação. A partir das categorias da economia política, foi definido o recorte teórico e metodológico da nossa pesquisa, no qual elegemos as seguintes categorias: integração subordinada; disciplinamento para a formação da nova subjetividade a partir das formas de organização e gestão do trabalho e dos processos de qualificação; e qualificação profissional: o trabalho como princípio educativo.

A relação dialética de oposição entre o campo e a cidade demarca uma fronteira da expansão de capital e, em nosso objeto de pesquisa, há a presença desta oposição dialética de integração/desintegração do campesinato por onde se articulam os elementos da acumulação de capital no campo expostos claramente pela produção de biodiesel. Vamos penetrar no objeto de pesquisa e em sua concretude proceder à análise a partir de uma totalidade síntese das múltiplas determinações, expressas nas fontes de pesquisa que dispomos.

Portanto, nesta primeira parte de nossa tese examinaremos, a partir das categorias do materialismo histórico, a natureza contraditória e diametralmente oposta entre trabalho e

capital, sobretudo para compreender, na origem, na relação de oposição entre o campo e a cidade, pretendemos compreender qual é a natureza da condição camponesa atual.

No “Capítulo 1 - A teoria da alienação e o trabalho moderno, será abordada a maneira pela qual a redução ontológica do trabalho e a apropriação da subjetividade do trabalhador alienado, explícitas na simplificação e alienação do processo de trabalho, a negação do mundo do trabalho, portanto, marca este processo de aprofundamento do estranhamento e de imposição da alienação da mercadoria. A apropriação da subjetividade do trabalhador alienado, explícita neste processo de desqualificação profissional, marca este processo de aprofundamento da ruptura e da oposição entre trabalho manual e trabalho intelectual.

Mas, qual seria historicamente o papel vital da educação, no sentido mais abrangente do termo, neste processo amplo de transformação social? Portanto, é fundamental romper com a legitimação da alienante ordem burguesa e ao mesmo tempo ir além da negação do trabalho, quando este evidencia sua face humana livre do estranhamento do monopólio da propriedade privada capitalista e da dominação do homem pelo homem.

Será feita uma revisão bibliográfica da discussão teórica marxista com o intuito de fundamentar a pesquisa em “trabalho e educação”, apresentando e discutindo as categorias teóricas e metodológicas que irão conduzir o desenvolvimento da investigação.

No “Capítulo 2 - Integração Subordinada do Campesinato e a Oposição Campo-Cidade”, será feita a discussão sobre subordinação material e a subsunção real do trabalho ao capital na sociedade proletária, operária e salarial – formas dominantes de cristalizações das relações de trabalho características da sociedade industrial moderna. Da aguda crise do Taylorismo-Fordismo Keynesiano à configuração do regime de acumulação flexível, à guisa da globalização neoliberal. Buscaremos compreender como o campo e o campesinato tradicional se conformam ao modo de produção capitalista e qual é a lógica existente na essência do campesinato, quando ele se reproduz também na persistência de uma existência pela qual se estabelece sua condição camponesa, nas fronteiras do industrialismo em expansão. A divisão social do trabalho cinde o campo e a cidade em toda sua extensão, há um acirramento da oposição urbano-rural ao mesmo tempo há um aprofundando na diferenciação entre o trabalho manual e o intelectual.

Na “Parte II – O Selo Combustível Social, a Inclusão do Campesinato Tradicional e os Processos de Formação Técnica”, partindo da problemática e das duas hipóteses explicitadas acima, cotejaremos os documentos oficiais do PNPB e a legislação que promovem a introdução do biodiesel na Matriz Energética Nacional (MEN), com o objetivo de saber o que

está previsto e o como se realizou na prática a integração produtiva do campesinato na cadeia produtiva de biodiesel com a implementação do selo Combustível Social.

No “Capítulo 3 – O Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel – PNPB e a Regulamentação do Selo Combustível Social”, para fins didáticos, dividimos o PNPB em três fases: A primeira, iniciada com a criação do Grupo de Trabalho Interministerial - GTI (jul a dez/03), marca a realização de ciclo de audiências públicas e de estudos de viabilidade que culminam na aprovação do Relatório Final do GTI e na criação da Comissão Executiva Interministerial na Câmara Técnica de Infraestrutura do Conselho de Governo - em dez/2003 - indo até o lançamento do PNPB, em seis de dezembro de 2004. A segunda fase, ou fase piloto, é iniciada com a publicação da lei que estabelece o marco regulatório, o modelo tributário e as medidas complementares para a substituição progressiva de diesel mineral por biodiesel, nesta fase autoriza-se a adição de 2% (fase B2). A terceira, ou fase compulsória, inicia-se em 2008 com a mistura obrigatória de biodiesel na Matriz Energética Nacional – MEN na proporção de 2% (B2) e se estende com aumento gradativo até os dias de hoje, com a mistura de 5% em 2010. Esta pesquisa tem como marco a criação do GTI até a Fase Piloto e a implantação do Selo Combustível Social através do Projeto Polos de Produção de Biodiesel em 2007.

No “Capítulo 4 - Projeto Polos de Produção de Biodiesel: a Implantação do Selo Combustível Social” será realizada a discussão da estratégia de implementação do Projeto Polos de Produção de Biodiesel e a formação dos Grupos de Trabalho Gestores – GTG’s dos Arranjos Produtivos de Biodiesel, fomentados, mapeados e monitorados pelo Governo Federal na fase piloto do PNPB, observando as práticas de regulamentação da integração agroindustrial com inclusão social do campesinato nesta nova cadeia produtiva.

A averiguação da segunda hipótese recaiu, sobretudo, sobre os resultados experimentados pelo Convênio MDA-Plural e, de forma pontual, contextualizaremos mais quatro outros convênios do MDA em vigor entre 2006/2007. Foram eleitos para análise alguns destes convênios do MDA que atuaram na região Sul para promover o Selo em 2006/2007: Funarbe-UFV, Fapeg-Embrapa Clima Temperado, Cooperativa de Consultoria, Pesquisa e Serviços - Plural e a União de Associações Comunitárias do Interior de Canguçu – UNAIC. Estes convênios entrecruzam seus objetos e suas ações para apoiar a implantação do Selo Combustível Social, estimulados pela criação dos Polos de Produção de biodiesel.

No “Capítulo 5 – O Programa de Qualificação Técnica na Cadeia de Produção de Biodiesel na Região Sul” - o foco principal será identificar, na fase de implantação do Selo Combustível Social, quais foram os processos pedagógicos gerados com a implantação dos

Polos de Produção de Biodiesel do PNPB sob as diretrizes do Selo Combustível Social. Ou seja, a pretensão é de ir além da mera quantificação das metas de capacitação do Projeto Polos (número de cursos, temas, local, público participante, etc.).

A partir de uma visão orgânica ao processo deflagrado pelo Governo Federal, buscaremos trazer as linhas gerais da concepção do Programa e em que medida os processos educacionais implementados - aqui entendidos como mais amplos do que o processo escolar propriamente dito - promoveram e ampliaram o conceito de inclusão social, desenvolvimento regional e qualificação profissional do público alvo do Programa: a agricultura familiar camponesa e os assentados da reforma agrária, sem descuidar de que se trata de uma relação contraditória de integração subordinada da agricultura camponesa à indústria nascente de bioenergia. Enfim, ao longo deste trabalho, foi buscado entender as diferenças fundamentais, as contradições, os avanços e os retrocessos na forma de integração dos camponeses implementada pelo Selo Combustível Social.

Parte I - A Centralidade do Mundo do Trabalho e o Trabalho Como Princípio Educativo



Construção da Usina de Biodiesel BS-Bios em Passo Fundo/RS. Fotografia e Acervo do Autor.

“Existe um tipo de experiência vital – experiência de tempo e espaço, de si mesmo e dos outros, das possibilidades e perigos da vida – que é compartilhada por homens e mulheres em todo o mundo, hoje. Designarei este conjunto de experiências como “modernidade”. Ser moderno é encontrar-se em um ambiente que promete aventura, poder, alegria, crescimento, autotransformação e transformação das coisas ao redor – mas ao mesmo tempo ameaça destruir tudo o que temos, tudo o que sabemos, tudo o que somos. A experiência ambiental da modernidade anula todas as fronteiras geográficas e raciais, de classe e nacionalidade, de religião e ideologia: Nesse sentido, pode-se dizer que a modernidade une a espécie humana. Porém, é uma unidade paradoxal, uma unidade de desunidade: ela nos despeja a todos num turbilhão de permanente desintegração e mudança, de luta e contradição, de ambigüidade e angústia. Ser moderno é fazer parte de um universo no qual, como disse Marx, “tudo o que é sólido desmancha no ar”.(Marshall Berman, 1986:15)

Capítulo 1- Da Teoria da Alienação À Crise da Educação

As Categorias da Economia Política e a dialética da relação trabalho- educação

Neste capítulo, será aprofundada a discussão das categorias da economia política que embasam a nossa pesquisa na linha de pesquisa trabalho-educação. Seguindo as pegadas do autor nas obras de Karl Marx, assim referenciadas: “Manuscritos Econômicos e Filosóficos” (1844), “Ideologia Alemã” (1849), “Contribuição da Crítica da Economia Política” e “O Capital” (1867).

Partindo do pressuposto da centralidade e da anterioridade do trabalho em seu sentido teleológico, como atividade com propósito, atividade vital essencial, o trabalho, assim concebido, assume a primazia de categoria estruturante fundamental do “ser” social, do indivíduo social na sociedade industrial. Nos Manuscritos de Paris, segundo o autor, Marx vai refinar o seu método antecipando o “O Capital”. A economia política liberal já havia identificado no trabalho a fonte da riqueza e, portanto, da valorização do capital, o trabalho proletário é identificado como uma mercadoria específica que cria valor.

Para introduzirmos o tema do trabalho alienado retomamos nesta última obra a afirmação que a alienação demarca seu terreno na desqualificação e simplificação do processo de trabalho moderno e remonta historicamente à subordinação do artesanato corporativo à manufatura do trabalho dividido e todas estas formas subordinadas pela grande-indústria mecanizada.

A cooperação do trabalho na manufatura retoma os elementos desintegrados das corporações de ofício, agora concentrados na manufatura que integra seus elementos quando a habilidade do trabalho artesanal é justaposta na linha de montagem e, em cooperação e escala, o trabalho é recomposto na manufatura no espaço da divisão técnica do trabalho. Em cada unidade de produção decomposta, justaposta, imbricada pela produção cooperada entre os vários trabalhadores oriundos do artesanato, aprofunda-se e eleva-se a potência do trabalho humano. A invenção da grande-indústria mecanizada sintetiza seu império monopolista. Com junção dos trabalhadores unilateralizados, de suas múltiplas ferramentas e a invenção da máquina-ferramenta - acoplada a uma força motriz autônoma (motor a vapor) - irrompe o trabalho intelectual; quando máquinas põem-se a produzir máquinas e o homem a lhes superintender.

No entanto, a manufatura ainda é uma forma inadequada posta na matéria na medida em que depende do ritmo do trabalhador e de seu instrumento de trabalho artesanal, subsumido ainda formalmente ao capital. Mas aí já se encontram latentes as possibilidades abertas pela grande-indústria mecanizada com seu complexo sistema de máquinas, ao revolucionar as bases do sistema. Portanto, é precisamente na oficina da manufatura, quando máquinas põem-se a produzir máquinas é que é gestada a resolução deste desajuste e é ensaiada uma revolução industrial, nasce com a indústria moderna e o sistema se eleva para um novo patamar e ganha autonomia.

A partir da contradição de classe, nasce também, no seio dessa grande indústria, um movimento operário que resiste à capitulação, que se choca, é reintegrado, absorvido, descartado, mas sempre é expandido. Assim, com a invenção da grande-indústria mecanizada decolam novamente as forças produtivas sociais, agora não mais dependentes da base estreita da divisão do trabalho manufatureira, mas do nível científico e tecnológico e do caráter das forças produtivas sociais. A máquina impõe uma decomposição infinita do processo de produção com a redução do tempo de trabalho socialmente necessário e a ampliação sem precedente do tempo de trabalho excedente, disponível ao fundo de mais valia. A apropriação privada do trabalho excedente é a fórmula da sociedade do trabalho abstrato.

Na indústria desenvolvida com todo este processo de potenciação das forças humanas individuais, coletivizadas, há uma repetição infinita de atos individuais humanos, solitários e em cooperação, o homem individual, o ser social em sua experiência concreta. A mecanização da indústria e a expansão do mercado mundial engendram uma força de produção em escala sem precedentes e cujo substrato e lugar privilegiado é a cidade moderna.

O trabalho humano é reduzido ontologicamente a uma categoria econômica da economia política, pois nele são abstraídas todas as categorias de trabalho vivo como a medida do excedente não pago, é trabalho concreto, alienado, abstraído em sua homogeneidade como força-de-trabalho abstrato que comanda o maquinismo.

O instrumento e o produto do seu trabalho são a objetivação do trabalhador, do seu modo de vida peculiar e a afirmação ontológica do seu ser genérico, do indivíduo social - parte de uma totalidade e parte específica da natureza.

No ato imediato de transformação de sua natureza, de posse de seu instrumento de trabalho e seu corpo unilateralizado, o trabalhador assalariado põe-se a trabalhar e a reproduzir-se como mercadoria - como todas as mercadorias em geral! Neste ato, perfeitamente embrutecido da transformação média de seu ser em trabalho abstrato, confunde-se com o objeto e é reduzido a um objeto raso, na forma mercadoria força-de-trabalho encerra

um confronto, se estranha nela, não se identifica, mas põe-se a serviço dela e de outrem que o domina. E assim, exteriorizado no mercado de trabalho capitalista como um valor de troca qualquer, é apenas a unidade de um tempo de trabalho necessário médio para reproduzir-se trabalhador alienado, estranhado de si, da natureza e dos homens, segue Marx,

Até aqui examinamos o estranhamento, a exteriorização do trabalhador sob apenas um dos aspectos, qual seja, a sua *relação com os produtos do seu trabalho*. Mas o estranhamento não se mostra somente no resultado, mas também e principalmente, no *ato da produção*, dentro da própria *atividade produtiva*. (...) Em que consiste, então, a exteriorização (*Entausserung*) do trabalho? (...) O trabalho externo, o trabalho no qual o homem se exterioriza, é um trabalho de auto-sacrifício, de mortificação. (...) É a perda de si mesmo. (...) O *estranhamento-de-si* (*Selbstentfremdung*), tal qual acima o estranhamento da coisa.¹

No cotidiano da produção e reprodução da sua vida, o trabalhador contrapõe-se à sua natureza alienada e assim estranhada, apartada de seu ser genérico, unilateralizado, e tem a ingrata missão de reproduzir-se na frugalidade das suas necessidades, no limite de sua fruição nega-se seu ser genérico. O trabalho alienado desvanece na miséria do trabalho e na onipotência do capital e do dinheiro seu equivalente universal encerra um fetiche, um espetáculo oculto.

O trabalho vivo elevado à escala global através do trabalho abstrato - apesar de sua imediaticidade, fugacidade, transitoriedade e provisoriedade, porquanto houver capitalismo - estará fundado em trabalho não pago, é trabalho explorado convertido na mais rasa de todas as espécies das mercadorias produzidas pelo capitalismo. Sua base de expansão e contração é a coluna vertebral da indústria que se coloca em pé quando o trabalho intelectual impõe ao ofício manual a sua rendição.

Com seu automatismo industrioso cientificamente adequado à valorização do valor, no ato da produção, seu corpo e sua mente já não lhe pertencem mais, pois quando o produto do trabalho alheio entorna numa mercadoria já carrega consigo o seu valor – trabalho explorado, o declínio do valor de troca abstraído no mercado de valores é a unidade da desvalorização-incessante do trabalho e, conseqüentemente, do trabalhador. Assim, ele afunda na riqueza que cria seu trabalho excedente, expropriado, destinado ao fundo da mais-valia, para superacumular sempre mais capital a partir do seu reverso, o “sobretabalho global, a mais-valia na escala da sociedade inteira.

¹ MARX, Karl. *Manuscritos Econômico-Filosóficos*. São Paulo: Boitempo, 2008, p 82-83.

Neste trabalho, que gera a riqueza e ao mesmo tempo encerra paradoxalmente toda a pobreza da humanidade, sucumbe o homem na miséria do seu rebaixamento a uma mercadoria, na mais rala e rarefeita de todas as mercadorias, massa de mais-valia, trabalho excedente explorado suprimido do trabalhador. A subtração do trabalho excedente de toda a humanidade tem seu equivalente na propriedade privada, no seu oposto robustecido, a burguesia capitalista.

O sistema é comandado pela nova classe dirigente, que descobriu na razão instrumental positivista a essência da exploração e da acumulação de valor de troca às expensas do homem - rebaixamento a uma mercadoria. A fórmula é tão simples quanto universal: a superexploração do trabalho e a superacumulação do capital.

Na produção da vida material a que todo homem está circunscrito, o conceito Marxiano de produção adquire uma acepção mais ampla do que o econômico propriamente dito, pois se refere à produção da vida real, concreta e cotidiana, repleta de seus atos vitais, assegurados pelo empreendimento da sociedade humana. Estas contradições ocorrem no intrincado da vida real do indivíduo social inscrito na exata medida de uma totalidade determinada, orgânica, na complexidade do movimento entre o singular imediato e o universal abstrato. Percebendo as diferenças, os conflitos e as contradições, conforme ensinam Marx e Engels, pode-se perceber a dupla determinação do processo: história e práxis.

Ambos os autores, com os quais iniciamos para compreender os princípios da dialética do método da práxis - apresentam os fundamentos do método materialista-histórico e os fundamentos da dialética do devir.

Marx e Engels concebem um processo de duplo aspecto: história e práxis. A história resume a produção do ser humano por ele mesmo. O termo “produção” é tomado em uma acepção mais ampla que a encontrada nos economistas; ele recolhe o sentido da filosofia inteira: produção de coisas (produtos) e obras, de idéias e ideologias, de consciência e conhecimento, de ilusões e verdades. A história, portanto, vai do passado distante (original) ao presente, o historiador retomando em sentido contrário este caminho para compreender como este passado pode engendrar o presente. Por outro lado, a práxis, fundada neste movimento, apoiada no presente e constituindo-se, prepara o futuro, visa o possível, isto é, no limite a transformação total do mundo real por uma revolução total. A prática social (*práxis*) se analisa: produção no sentido estrito e produtividade social, prática política, prática revolucionária, etc. A dupla determinação do processo, a saber, *historicidade e práxis*, somente o pensamento materialista e dialético a apreende, segundo Marx, percebendo a complexidade, as diferenças, os conflitos e as contradições. Isto constitui a *materialismo histórico*.²

² LEFEBVRE. Henri. *A Cidade do Capital*. Rio de Janeiro: DP&A, 1999, p. 37.

O embate teórico de Marx com estes economistas políticos e com os filósofos foi crucial para ele consolidar sua radical posição teórica, sua concepção materialista histórico-dialética. Marx objetiva sua crítica nos economistas clássicos na economia política burguesa, avança formidavelmente sobre ela, superando-a. Marx visa destruir tenazmente os pressupostos burgueses e, ao apontar suas contradições, imediatamente faz uma síntese superando seus pressupostos burgueses e, assim, cria os fundamentos de uma nova teoria de apreensão do real, em sua concretude e em pensamento, o “*vir a ser*” das classes subalternas, alienadas, desembaraçadas, como tarefa revolucionária de toda a humanidade.

A economia política havia se desenvolvido o suficiente na análise do real estado de coisas para suportar uma ampla crítica em seus fundamentos, havia avançado significativamente na discussão sobre a realidade do trabalho e da indústria, sobretudo quanto à análise da “correspondência necessária entre a divisão do trabalho e a acumulação de capital”, mas esta era estanque, pois baseada em suposições de uma “*condição primordial fictícia*” que é meramente uma determinação racional que exclui o *vir-a-ser* (*Werden*) histórico, supondo um ser (*Sein*) *a priori*. A relação do homem com a natureza toma uma dimensão mais ampla nos Manuscritos de 1844, em que é concebida como uma relação do homem consigo mesmo, como uma parte específica da natureza e a “indústria” - “atividade com propósito”, a “atividade vital essencial” - assume seu conteúdo de mediação fundamental. Segue Mézáros,

O fator que envolve essa forma peculiar de diferenciação (isto é, o fator que reformula a relação parte-todo desta maneira: homem, parte específica da natureza) é a “indústria”, “a atividade com propósito”, a “atividade vital essencial”. Nesse sentido, o conceito de atividade (trabalho) é logicamente (e historicamente) *anterior* ao conceito de homem. Mas essa prioridade é, evidentemente, relativa, pois todos os três membros dessa relação dialética pertencem ao mesmo todo complexo, e nenhum deles pode ser abstraído sem destruir essa relação específica como tal. Marx opõe a abordagem do economista político, que tem em seu ponto de partida a estrutura lógica de *petitio principii*, um método de proceder “a partir de fato econômico real”. E esse fato é o de que “o trabalho não produz somente mercadorias; *ele produz a si mesmo e ao trabalhador como uma mercadoria*, e isto na medida em que produz, de fato, mercadorias em geral”.³

A explicação dos economistas é absolutamente limitada frente à crítica da economia política proposta por Marx, ele reconhece nesta alguns avanços, mas ao mesmo tempo empreende uma crítica devastadora e amplia significativamente seu escopo teórico, a ponto de submetê-la à crítica tenaz e à sua superação. Para além da economia política, Marx esboça um

³ MÉSZÁROS, István. *A Teoria da Alienação em Marx*. São Paulo: Boitempo, 2006. p. 117.

novo quadro, não mais de passividade (suposições da realidade imutável, acabada, unidirecional), mas de um ponto de vista intelectual-político de rompimento e superação da alienação do trabalho, de uma nova proposição do vir-a-ser, e assim estabelece os fundamentos de uma política radical e socialista.

Qual é então o ato histórico fundamental da existência humana onde reside a essência “natural” do ser humano, suas sensações e paixões? O primeiro ato histórico é então a produção material e espiritual do homem vivo, do seu corpo em condições de viver para poder fazer história, aqui e agora. Para além das novas necessidades do homem e de seus apetites imaginários.

(...) Somos forçados a começar constatando que o primeiro pressuposto de toda a existência humana e, portanto, de toda a história, é que os homens devem estar em condições de viver para poder “fazer história”. Mas, para viver, é preciso antes de tudo comer, beber, ter habitação, vestir-se e algumas coisas mais. O primeiro ato histórico é, portanto, a produção dos meios que permitam a satisfação destas necessidades, a produção da própria vida material, e de fato este é um ato histórico, uma condição fundamental de toda a história, que ainda hoje como há milhares de anos, deve ser cumprida todos os dias e todas as horas, simplesmente para manter os homens vivos. (...) O segundo ponto é que, satisfeita esta primeira necessidade, a ação de satisfazê-la e o instrumento de satisfação já adquirido conduzem a novas necessidades – e esta produção de novas necessidades é o primeiro ato histórico. A terceira condição (...) é a relação entre homem e mulher, entre país e filhos, a família.⁴

Neste ato vital dos homens, no espaço das paixões e das sensações na plataforma do ato sensível fundamental da produção da própria vida material, nesta condição fundamental dos seres humanos para manterem-se vivos, neste ato singular implicado nas multidimensionalidades da realidade total, nas múltiplas determinações da realidade em que todos estão circunscritos. O fato da alienação propriamente dita torna-se relevante quando o homem se encontra objetivado no trabalho assalariado na sociedade do trabalho abstrato, suas mais formidáveis realizações deixam o homem singular aturdido, embaralhado, num turbilhão em rodadoiro colossal inebriam os olhos fetichizados do homem implacavelmente explorado, circulando envolto nas mercadorias, confuso e aniquilado, subordinado à “produção-destrutiva” ou à “destruição-criativa”. Em uma palavra, consumido na materialidade do devir - iludido pela classe, alienado de si, da natureza e toda a sociedade. A atividade vital do trabalhador, no ato produtivo mais elementar torna-se “antes o sacrifício de sua vida”.

⁴ MARX, K., & ENGELS, F. *A Ideologia Alemã*. (Feuerbach). São Paulo: Hucitec: 199, p. 39 e 40.

Mas o uso da força de trabalho, o trabalho, é a própria atividade vital do trabalhador, a manifestação de sua própria vida. E ele vende essa atividade a outra pessoa para conseguir os meios de subsistências necessários. Assim, sua atividade é para ele apenas um meio que lhe permite existir. E ele trabalha para viver. Não considera nem mesmo o trabalho como parte de sua vida. É antes o sacrifício de sua vida. É uma mercadoria que se transferiu a outro. Daí, também, não ser o produto de sua atividade o objeto dessa atividade. (...) Ao contrário, a vida começa para ele quando esta atividade cessa; começa na mesa, no bar, na cama. (...) Se o bicho-da-seda tivesse de tecer para continuar a sua existência como lagarta, seria um trabalhador assalariado completo.⁵

Em contraposição ao abstrato indivíduo social, à massa indiferenciada de força-de-trabalho, aflora a consumada burguesia, cujos apetites imaginários desumanizantes ofuscam a colossal realização da moderna economia, fruindo sua ociosidade parasitária e, assim, corrompendo o tempo-livre de trabalho. Ela ostenta resoluta o seu poder pleno das qualidades universais que o dinheiro pode comprar, a superintender seu belo maquinismo e a realizar mórbidas utopias. Com a objetivação, divisão e simplificação do processo de trabalho, impõem-se o assalariamento geral e a dominação do capital responsável por tantas atrocidades, mas também por tantas realizações do trabalho social.

A burguesia, com seu domínio de classe por apenas um século, criou forças de produção mais massivas e mais colossais do que todas as gerações passadas juntas. A subjugação das forças naturais, a maquinaria, a aplicação da química à indústria e a agricultura, a navegação a vapor, as ferrovias, o telégrafo elétrico, o arroteamento de continentes inteiros, a canalização de rios, populações inteiras brotando do solo como por encanto – que século anterior teve ao menos um pressentimento de que estas forças produtivas estavam adormecidas no seio do trabalho social?⁶

É neste ato individual no trabalho coletivo, neste ato banal de perpetuação da espécie através do moderno trabalho industrial que o sequestro capital assalta o ser trabalhador. É experimentando esta forma original e pura de alienação, com a perda de seu objeto de afirmação ontológica – onde precisamente residem as paixões e sensações do homem – nesta atividade vital, alienada, paradoxalmente reside também o lócus de sua libertação, da superação da unilateralidade com o fim do trabalho alienado. Na libertação das necessidades insatisfeitas, nas possibilidades engendradas na omnilateralidade, quando entorna livre do estranhamento da propriedade privada e da dominação do homem pelo homem.

⁵ MÉSZÁROS, István. *A Teoria...* op. cit. p. 112.

⁶ MARX, K. & ENGELS, F. *Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo: Cortez, 1998, p. 10.

XL[I] – Se as sensões, paixões etc. do homem não são apenas determinações antropológicas em sentido próprio, mas verdadeiramente afirmações *ontológicas* do ser (natureza) – e se elas só se afirmam efetivamente pelo fato de o seu objeto ser para elas sensívelmente, então é evidente: 1) que o modo da sua afirmação não é inteiramente um e o mesmo, mas ao contrário, que o modo distinto da afirmação forma a peculiaridade (*Eigentumlichkeit*) da sua existência, de sua vida; o modo que o objeto é para elas, é o modo peculiar de sua *fruição*; 2) aí, onde a formação sensível é a o supra-sumir imediato do objeto na sua forma independente (comer, beber, elaborar o objeto, etc.), isto é, a afirmação do objeto; 3) na medida em que o homem é *humano*, portanto também suas sensações etc., é *humana* a afirmação do objeto por um outro é igualmente, a sua própria fruição; 4) só mediante a indústria desenvolvida, ou seja, pela mediação da propriedade privada, vem a ser (*Wird*) a essência ontológica da paixão humana, tanto na sua totalidade como na sua humanidade; a ciência do homem é, portanto, propriamente, um produto da auto-atividade (*selbstbetätigung*) prática do homem; 5) o sentido da propriedade privada - livre de seu estranhamento – é a existência de objetos essenciais para o homem, tanto como objeto da fruição, como da atividade.⁷

O conceito de homem está no cerne desta discussão, os economistas políticos reconhecem o valor do trabalho, mas apenas de um trabalho abstrato - um exército de homens massa de mais-valia – sem contudo considerar o trabalhador como um ser humano nem que o trabalho não produz somente mercadoria, antes torna o trabalhador uma mercadoria. O homem afirma-se no equacionamento das suas necessidades na produção e reprodução destas condições básicas e vitais para continuar como homem, “livre”, distinto dos animais, engenhoso com a natureza e com a sociedade. Cria-se artificialmente a raridade do trabalho assalariado, que necessita de se transformar em uma banalidade, numa abstração banal e em trabalho abstrato indiferenciado, homogêneo, massa de mais-valia, criando, assim, um exército industrial de reserva. Segundo Mészáros, este fato primordial, desvelado por Marx nos Manuscritos, estabelece a “conexão essencial entre todo o estranhamento e o sistema do dinheiro”.

Por que Marx teve de se opor ao ponto de vista da economia política? Basicamente porque estava em contradição com a abordagem histórica que poderia vislumbrar a superação da alienação. Marx caracteriza a posição da economia política como sendo baseada em uma “*condição primordial fictícia*”. Essa condição primordial fictícia é uma linha falaciosa de raciocínio: ela exhibe as características de uma *petitio principii*. O economista político “supõe na forma do fato, do acontecimento, aquilo que deve deduzir notadamente a relação necessária entre as duas coisas, por exemplo, entre divisão e trabalho e troca. (...) Vemos aqui um bom exemplo de uma característica básica do pensamento marxiano; ou seja, a de que a abordagem histórica de tudo é, ao mesmo tempo, uma materialização das categorias da

⁷ MARX, Karl. *Manuscritos Econômico-Filosóficos*. São Paulo: Boitempo, 2008, p 157.

lógica em termos da lógica em termos históricos concretos. Nesse sentido, o *petitio principii* é meramente uma determinação racional que exclui o *vir-a-ser* (*Werden*) histórico, supondo um ser (*Sein*) *a priori*. A fim de desvencilhar-se das dificuldades e contradições de um *ser determinado* (*bestimmtes Desein*). Nesse sentido, nenhuma relação ou fato social - que é, por definição, uma relação - pode ser aceite como dado. Tudo que é específico tudo que tem uma forma (já que cada forma particular expressa uma *relação* específica com o seu *conteúdo*) deve ser explicada em termos do *vir-a-ser*, e por isso nenhuma condição primordial pode ser suposta. É por isso que Marx começa definindo a relação historicamente primária entre o homem e a natureza como *a relação da natureza consigo mesma*, com o fundamento que o homem é uma parte específica da natureza. (...) A fim de definir o homem como uma parte específica da natureza, é preciso possuir uma não somente uma concepção histórica ampla da própria natureza, que leve em conta possibilidade, na verdade a necessidade, de diferenciação no interior da natureza. (uma necessidade dependente da geração de condições incompatíveis com o estado de coisas anterior), mas também um fator particular que necessita de uma *forma peculiar de diferenciação*, que resulta da relação intrínseca entre o homem e natureza.”⁸

É possível notar que os novos termos da contradição localizam-se não mais no embate teórico do pensamento metafísico e idealista, que tem o ponto de partida em um círculo vicioso, mas na oposição feita a ele por Marx nos fundamentos da realidade na produção e reprodução da vida material dos homens concretamente determinados. Na sociedade moderna capitalista a análise dele parte de um fato econômico real – estes são os termos de uma nova contradição e o industrialismo é o seu *locus* e a mediação fundamental.

E, assim, o homem que se desvaloriza, valoriza o mundo que não lhe pertence apesar de ser a fonte de toda a riqueza. Perdido para si, encontra-se estranhado no mundo das mercadorias, é propriedade de outrem que o domina e o explora. E a sua exteriorização é deslocada para o dinheiro que universaliza seu “ser” alienado, estranhado. Neste ato de redução ontológica do seu ser social, de sua sensibilidade, de sua paixão e experiência viva, o dinheiro inverte o mundo e opõe o homem inscrito no capital a si mesmo, guardando os poderes mais misteriosos, tornando-se a objetivação do fetiche das mercadorias. Mais do que isso, o dinheiro é o meio e o equivalente geral e a universalidade da desigualdade capital. É ele quem possibilita a “confraternização das impossibilidades”, que “obriga os contraditórios se beijarem”,⁹ “a universalidade de seus atributos é a onipotência do seu ser”¹⁰, conforme demonstra Marx nos Manuscritos de Paris,

⁸ MÉSZÁROS, István. op. cit. p 115-116.

⁹ MARX, Karl. *Manuscritos...* op. cit., p 160.

¹⁰ *Ibid.*, p.157.

(...) Ele transforma meus desejos de seres de representação, os traduz de sua existência pensada, representada, querida, em sua existência *sensível, efetiva*, da representação da vida, do ser representado para o ser real. Enquanto tal mediação, o dinheiro é a força *verdadeiramente criadora*. A procura (*demande*) existe certamente também para aquele que não tem dinheiro algum, mas a sua demanda é um puro ser de representação, que não tem nenhum efeito, nenhuma existência sobre mim, sobre o terceiro, sobre o outro (...)¹¹

Quando impõe a confraternização das impossibilidades, quando os apetites imaginários embrutecidos submetem à lógica mais espúria a exploração do trabalho humano, o dinheiro assume a sua forma última, acabada, de equivalente universal e encarnação de todas as qualidades do homem que se serve indistintamente, a preencher qualquer não-qualidade de si mesmo que esteja à venda no mercado, ao preço de sua alma. Tudo o que está posto concretamente está posto para ser destruído imediatamente e neste mesmo ato imediato, ao mesmo tempo é reconstruído organicamente em uma nova composição! “Tudo que é sólido desmancha no ar” desde que o ato de destruição em si seja também formas lucrativas a valorizar o capital, como princípio e encarnação universal fetichista que, segundo Marshall Berman, se constitui na “Autodestruição Inovadora”:

(...) Algumas das mais vividas e tocantes imagens de Marx nos forçam ao confronto com esse abismo. Assim, “a moderna sociedade burguesa, uma sociedade que liberou tão formidáveis meios de produção e troca, é como a feiticeira incapaz de controlar os poderes ocultos desencadeados por seu feitiço. (...) Não obstante, a verdade é que, como Marx o vê, tudo o que a sociedade burguesa constrói é construído para ser posto abaixo. “Tudo que é sólido” – das roupas sobre nossos corpos aos teares e fabricas que a tecem, aos homens e mulheres que operam as máquinas, as casas e aos bairros que onde vivem os trabalhadores, as firmas e corporações que os exploram, as vilas e cidades, regiões inteiras e até mesmo as nações que as envolvem – tudo isso é feito para ser desfeito amanhã despedaçado ou esfarrapado, pulverizado ou dissolvido, a fim de possa ser reciclado ou substituído na semana seguinte e todo o processo possa seguir adiante, sempre adiante, talvez para sempre, sob formas cada vez mais lucrativas.”¹²

O homem e a coisa, seu objeto, sua máquina, homem-máquina, imediaticidade, fugacidade, efemeridade, a atividade vital transformada na negação do ato vital e a vida do trabalhador insuportavelmente explorada! Contudo, segundo Marx, nem mesmo no momento de maior prosperidade do sistema, na situação de progressiva expansão deste, quando a acumulação de capital entra em um círculo virtuoso, isto é, quando a taxa de mais-valia é positiva, “na essência do sistema fabril”, ou seja, mesmo neste momento de maior

¹¹ Ibid., p. 160.

¹² BERMAN, Marshall. op. cit. p. 98.

prosperidade, os homens se confrontam estranhados, homens e máquinas, o homem reduzido a uma máquina movida a trabalho abstrato e uma barriga...

Assim como é, portanto, corpórea e espiritualmente reduzido à máquina – e de um homem [é reduzido] a uma atividade abstrata e uma barriga -, assim se torna cada vez mais dependente de toda a flutuação do preço do mercado, do emprego de capitais, e do capricho do rico. De igual modo o crescimento da classe de homens que [[IV] apenas trabalha aumenta a concorrência dos trabalhadores, portanto o seu preço baixa. Na essência do sistema fabril, esta posição do trabalhador atinge o seu ponto culminante. (...) [V] A elevação do salário desperta no trabalhador a obsessão do enriquecimento [típica] do capitalista que, contudo, ele apenas pode satisfazer, mediante o sacrifício de seu espírito, (Geist) e de seu corpo. A elevação do salário pressupõe o acúmulo de capital, e conduz a ele. Torna, portanto, o produto do trabalho cada vez mais estranho perante o trabalhador. De igual modo, a divisão do trabalho continua cada vez mais unilateral e dependente, assim como acarreta a concorrência não só dos homens, mas também entre máquinas. Posto que o trabalhador baixou à [condição] de máquina. A máquina pode enfrentá-lo como concorrente. Finalmente, tal como o acúmulo de capital aumenta a quantidade da indústria e, portanto, de trabalhadores, esta mesma quantidade da indústria traz, através dessa acumulação (*Accumulation*), uma *grande quantidade de obras mal feitas (Machwerk)* que se torna sobreprodução (*Überproduktion*) e acaba: ou por colocar fora da esfera do trabalho uma grande parte dos trabalhadores, ou por reduzir o seu salário ao mais miserável mínimo.¹³

Neste ciclo de desvalorização e desqualificação perpétua do trabalho, é necessário criar um exército de trabalhadores despossuído e em reserva industrial, fluído de trabalho abstrato a movimentar o novo ciclo de produção sempre em expansão sedento por trabalho assalariado, novamente a reduzir os “seus salários ao mais miserável possível”. Cria-se artificialmente a raridade do trabalho assalariado, que tem de se transformar em uma banalidade, numa abstração, e em trabalho abstrato indiferenciado, homogêneo, massa de mais-valia, criando, assim, um exército industrial de reserva. O economista nacional “não o considera como homem no seu tempo livre”, sentencia Marx:

Enquanto, segundo o economista nacional, o trabalho é unicamente o preço constante das coisas, nada é mais acidental, nada está exposto a maiores flutuações do que o preço do trabalho. Enquanto a divisão do trabalho eleva a força produtiva do trabalho, a riqueza e o aprimoramento da sociedade, ela empobrece o trabalhador até [a condição de] máquina. (...) Mas, na situação de progresso da sociedade, o declínio e o empobrecimento do trabalhador são o produto do seu trabalho, e da riqueza por ele produzida. A miséria que resulta, portanto, da *essência* do trabalho hodierno mesmo. A situação mais rica da sociedade – um ideal que é, contudo, aproximadamente alcançado, é pelo menos a finalidade da economia nacional, assim como a sociedade burguesa – é a *miséria estacionária* para os trabalhadores. É evidente por si

¹³ MARX, Karl. *Manuscritos...* op. cit., p 26 e 27

mesmo que a economia nacional considere apenas como *trabalhador* o *proletário*, isto é, aquele que, sem capital e renda da terra, vive puramente do trabalho, e de um trabalho unilateral e abstrato. Ele pode por isso estabelecer a proposição de que ele, tal como cavalo, tem de receber o suficiente para poder trabalhar. Ele não considera como homem no seu tempo livre-de-trabalho (*Arbeitslos Zeit*), mas deixa, antes, esta consideração para a justiça criminal, os médicos, a religião, as tabelas estatísticas, a política e o curador da miséria social (*bettelvogt*).¹⁴

Nem mesmo aí o trabalhador alienado pode ser compensado, contudo, no momento de crise de expansão que antecede uma nova depressão, vai posteriormente gerar uma crise maior ainda de superacumulação e, neste momento, o aniquilamento é implacável e a produção consumidora se transforma em destruição consumidora, ou destruição produtiva. Neste exato momento, a miséria torna-se estacionária e a reinclusão da força-de-trabalho, desvalorizada uma condição de acumulação de capital.

O trabalho fragmentado, engendrado pela superestrutura erigida pelo capital - no bojo deste processo de produção e circulação de capital - tende a desqualificar e simplificar o processo de trabalho e sua associação nas manufaturas de trabalho artesanal a na grande-indústria mecanizada eleva às alturas as forças produtivas sociais e a potenciação do sistema e suas contradições. Desse modo, quanto maior é o aprofundamento da divisão do trabalho, maior é a taxa de exploração e de acumulação de capital, com isso, maior é o apetite do sistema de capital por trabalho assalariado.

A expansão das necessidades e a necessidade de acumular sempre mais capital altera sua composição orgânica e encerra o paradoxo, no seu limite real e concreto impõe a substituir trabalho humano, lançando-o em maior escala, do que se serve o sistema: deste exército industrial de reserva a ampliar o novo ciclo de expansão do trabalho abstrato - ou capital variável, e assim alterando a proporção em favor do capital constante, trabalho morto acumulado na retaguarda das gerações, meios de produção acumulada - capital.

Na esteira da crise de superacumulação que sempre sobrevém, o sistema entorna sua contradição na base infra-estrutural, lançando sempre avante e em um único movimento de expansão e contração, uma superpopulação de desempregados - ativos, mas desvalorizados - reunidos em um exército de força-de-trabalho de reserva. Estes ativos vivos são disponibilizados em massa e em número ainda maior que o ciclo anterior, para contrabalançar para baixo o valor do salário e assim compensar o incontrolável ímpeto declinante da taxa de mais-valia (taxa de lucro, taxa de exploração do trabalho). De outro lado, uma porção do

¹⁴ MARX, Karl. *Manuscritos...* op. cit., p. 29-30.

capital permanece ocioso, subutilizado, deprecia-se para compensar a desvalorização do trabalho e incrementar novamente o ciclo da acumulação de capital.

O alargamento das fronteiras da acumulação de capital, no espaço e no tempo, carrega consigo e em escala proporcional também as suas contradições, pois o sistema produz lucrativamente a irracionalidade dos apetites imaginários - tanto quanto produz a racionalidade do lucro sobre o trabalho necessário - contudo, em seu equilíbrio dinâmico, exacerba seu movimento contraditório nas cíclicas crises. Sobrevém a guerra total, a guerra permanente de todos contra todos, desenhando no horizonte uma crise de proporção maior do que a anterior. Nos limites atuais, significa dizer que atinge diretamente todo o globo terrestre e o limite está sempre a ser ultrapassado, tal é seu estágio de descolamento enquanto universalidade abstrata, uma bela imagem da modernidade, da fragmentação colossal da era do capital.

As relações burguesas tornaram-se demasiado estreitas para conterem as riquezas criadas no seu interior. E como a burguesia supera as crises? De um lado, mediante a destruição violenta de grande quantidade de forças produtivas; de outro, pela conquista de novos mercados, e pela exploração mais intensa de mercados antigos. E o que isto representa? Representa a preparação de crises mais generalizadas e mais graves e a redução dos meios para evitá-las.¹⁵

Quando ambos, trabalho e capital, excedem seus próprios valores, quando o capital excedente ou capital fictício e força-de-trabalho são desvalorizados para serem aproveitados imediatamente no consumo produtivo, ficam subutilizados e são sucateados. Assim, a vida útil do homem “produtivo” decai ao mísero salário de forma coerente com as leis férreas do capitalismo. Neste ciclo de exclusão e reinclusão produtiva dessa massa de força-de-trabalho “sucateada”, estes ativos desvalorizados são repostos novamente ao consumo produtivo para dar continuidade de um novo ciclo de expansão e contração. Todavia, uma nova crise se abrirá incessantemente, rompendo as novas fronteiras deste processo de superacumulação de capital, momento este de reposicionamento das forças produtivas e de tensão das relações sociais de produção no interior destas mesmas forças produtivas, em encarniçada luta social.

Ou seja, a *unilateralidade* da atividade produtiva é também caracterizada por Marx como uma forma de exclusão. Assim, antes mesmo de se pensar que unicamente a impossibilidade de trabalhar possa ser referida sob o conceito de *exclusão do trabalho*, é preciso atentar para o fato de que o próprio trabalho é excludente, na medida em que um única forma determinada de atividade exclui todas as demais; ou dito de outro modo, o trabalho exclui,

¹⁵ MARX, K. & ENGELS, F. *Manifesto...* op. cit. p. 12.

não porque é desigual a divisão dos frutos da produção social, mas porque ao trabalhador são excluídas todas as demais possibilidades de efetivação de um processo de desenvolvimento omnilateral.¹⁶

A tensão ocorre no núcleo do sistema do capital e um novo equilíbrio, instável e precário, se estabelecerá temporariamente para dar sequência ao moto-contínuo da acumulação de capital. O aumento da composição orgânica expressa sua lógica de desenvolvimento desigual no aumento da quantidade de trabalho abstrato incorporado nas mercadorias (nos meios de produção e de consumo) *versus* o declínio do trabalho vivo - no declínio implacável do trabalho necessário - portanto, é no trabalhador que recai toda a contradição da teoria do valor-trabalho capitalista. Seguindo os rastros de Marx, Oliveira nos dá piscas da categoria chave desta investigação de tese,

Portanto, *exclusão* e *inclusão subordinada* já são nitidamente percebidas como *processos inerentes ao sistema do capital*. Indo um pouco mais adiante, para o período em que Marx se deica à análise dos movimentos políticos da França no século XIX, uma nova nuance é acrescentada a este entendimento de que exclusão e inclusão subordinada são duas faces da mesma moeda: trata-se agora de identificar no historia um processo progressivo de afirmação de interesses cada vez mais particulares, à custa da subjugação, também progressiva, dos interesses universais. Mais tarde, quando alcança a plena consciência metodológica, a argumentação de Marx já permite caracterizar o princípio inclusão-exclusão como *constitutivo do sistema do capital*, não só no plano *histórico*, mas também no plano *lógico*.¹⁷

Mas o sistema é irrefreável em seu apetite por força-de-trabalho e o trabalhador, assim expropriado, reduzido ontologicamente a uma categoria da teoria econômica, deve se reproduzir em escala compatível com a tendencial taxa de lucro decrescente. O trabalhador ativo e sua força de trabalho viva são a mercadoria mais banal, mais fluida e indiferenciada, abstraída do homem real e de seu trabalho específico e à disposição da incessante valorização do capital.

O colossal potentado de forças produtivas - autodestrutivas explosivamente concentradas -, em expansão espetacular e sob as relações sociais reificadas, gera tensão e estabelece o contraditório insanável: por um lado padece o trabalho assalariado seja ele qual for, entrelaçado no seu oposto robustecido, o capital. Frente às cíclicas crises de superacumulação o sistema amplia-se irracionalmente e sempre cada vez mais e em maior

¹⁶ OLIVEIRA, Avelino da R. *Marx e a Exclusão*. Seiva, Pelotas, 2004, p. 72.

¹⁷ *Ibid.* p. 144

proporção, aprofunda-se a “crise estrutural do capital”,¹⁸ tornando ainda mais vulnerável, insuportável e aguda a vida e a perspectiva das classes trabalhadas.

Quando as crises de superacumulação tornam-se persistentes, coincidem necessariamente com a formação dos monopólios, dos cartéis e da pilhagem, e com a formação do estado nacional – burguês. O mercado mundial e a mundialização do capital, neste momento, entornam uma imponderável necessidade de expansão de novas fronteiras (e de incremento das velhas) para responder a persistente tendência decrescente da taxa mais-valia, ou taxa de exploração da força de trabalho; enfim, a taxa de lucro que todo o sistema do capital está subordinado.

A crença no infinito progresso capitalista e na expansão contínua da mais-valia global criam um padrão de “criação destrutiva” que sucede a “destruição criativa”, nele é perceptível o aniquilamento do homem transformado numa coisa, num objeto, numa máquina, na mais banal mercadoria. Segundo Kuenzer, citando Lukács (1974), “outro limite surge como resultado da concretização da venda da força de trabalho, que determina a forma de sua existência como homem: como objeto e não como sujeito histórico, produtor de saber. Por outro lado, é esse mesmo limite, enquanto apresenta o homem objetivado como mercadoria, que permite que esta situação se torne consciente, pois seu trabalho, sendo parte de um trabalho coletivo, lhe possibilita perceber-se como ser social, reconhecendo-se a si próprio e às suas relações com o capital”¹⁹.

O processo corrói a alma do trabalhador e o seu corpo explorado, rebaixando seu ser social; em uma palavra, reduzindo-o paulatinamente em uma mercadoria em franco e irreversível processo de desvalorização, cuja existência é desvanecida e cuja vida de trabalho é esvaziada de sentidos!

O sistema expande-se irracionalmente, cedendo aos caprichos da burguesia *niilista*, e a humanidade padece quando os apetites imaginários desencadeiam seu poder, quando a

¹⁸ Segundo István Mészáros, “(...) não apenas o crescimento cancerígeno de setores improdutivos na indústria no interior da estrutura global da produção do capital, mas – igualmente importante – a grave distorção d estrutura capitalista de custos sob o impacto de contratos realizados sob a justificativa ideológica de que eram “vital para o interesse nacional”. E uma vez que o capitalismo atual constitui um sistema fortemente independente, as conseqüências devastadoras dessa distorção da estrutural emergem em numerosos setores e ramos da indústria, e não apenas naqueles diretamente envolvidos na execução de contratos militares. Os fatos notórios de que os custos originais previstos nestses contratos “inflam” descontroladamente e que as comissões designadas pelos governo para “investigar” o problema na ao produzem resultados (isto é, outros resultados que não o encobrimento de operações passadas, conjugada com generosos justificativas para futuros dispêndios) encontram sua explicação nas necessidades iminentes dessa estrutura distorcida de produção e contabilidade capitalistas, com as mais graves implicações para o futuro. MESZAROS, István. *A Crise Estrutural do Capital*. Boitempo: São Paulo, 2009, 32.

¹⁹ KUENZER, Acácia Zeneida. *Pedagogia da Fábrica. As relações de Produção e a Educação do Trabalhador*. São Paulo: Cortez, 2002, p.188

produção-consumidora se liga imbricada, imediatamente, no consumo-produtivo tanto quanto a criação está para a destruição... “produção consumidora”, “consumo produtivo”, “destruição criativa”, “criação destrutiva”, ou seja, a “autodestruição inovadora”²⁰ significa mais do que um jogo de palavras contrapostas na arena dos conflitos sociais e sim a marca da modernidade capitalista em seu movimento real, na arena do devir.

A Educação Para Além do Capital

Identificamos no conceito de transcendência da “auto-alienação do trabalho” uma possibilidade de superá-la, seguindo o percurso sugerido por István Mészáros nas duas obras: “A Teoria da Alienação em Marx” e “A Educação Para Além do Capital”. Nas referidas obras, Mészáros faz um minucioso e esclarecedor cotejamento do conceito de “auto-alienação do trabalho” e do conceito de “transcendência”, e faremos a discussão teórica da relação educação-trabalho sob este referencial, trazendo a significação contemporânea da teoria marxiana da alienação e, neste contexto, interessa a discussão do último capítulo sobre a “alienação e a crise da educação”, bem como a sua concepção sobre o tema da educação exposta na obra “Educação Para Além do Capital”.²¹

Porquanto houver capitalismo haverá a necessidade de transcender a “auto-alienação do trabalho” na perspectiva de interverter a capitulação da jornada reificada pelo tempo livre de trabalho, pelo trabalho intelectual, omnilateral.

Quanto à complexidade deste conceito chave implicado, a discussão foi iniciada com os aspectos da alienação econômica a partir dos fundamentos da economia política; contudo, seu caráter multidimensional, só pode ser compreendido no inexorável e intrincado quadro das múltiplas determinações do complexo de alienações: econômico; políticos; ontológicos e morais; e estéticos. Esses quatro os aspectos principais do conceito de alienação de Marx permitem a Mészáros identificar as “origens e estruturas da teoria marxiana”²² que, de certa forma, antecipará “O Capital”:

a) O homem esta alienado da *natureza*; b) está alienado de *si mesmo* (de sua própria *atividade*); c) de seu “*ser genérico*” (de seu ser como membro da espécie humana); d) o homem está alienado do *homem* (dos outros homens). (...) Uma condição imediata disto, do homem estar estranhado do produto do

²⁰ BERMAN, Marshall. op. cit. p. 97.

²¹ MÉSZÁROS, István. *A Educação Para Além do Capital*. São Paulo; Boitempo, 2008.

²² MÉSZÁROS, István. *A Teoria...* op. cit. p. 29.

seu trabalho, de sua atividade vital, e de seu ser genérico, é o estranhamento do homem pelo homem.²³

A “auto-alienação” do trabalho é o momento predominante na alienação da atividade vital do trabalhador, uma vez que, na manifestação de sua própria vida, reside a raiz de todo o complexo de alienações, na produção e reprodução de sua vida material e espiritual.

Mas o uso da força de trabalho, o trabalho, é a própria atividade vital do trabalhador, a manifestação de sua própria vida. E ele vende essa atividade a outra pessoa para conseguir os meios de subsistências necessários. Assim, sua atividade é para ele apenas um meio que lhe permite existir. E ele trabalha para viver. Não considera nem mesmo o trabalho como parte de sua vida. É antes o sacrifício de sua vida. É uma mercadoria que se transferiu a outro. Daí, também, não ser o produto de sua atividade o objeto dessa atividade. (...) Ao contrário, a vida começa para ele quando esta atividade cessa; começa na mesa, no bar, na cama. (...) Se o bicho-da-seda tivesse de tecer para continuar a sua existência como lagarta, seria um trabalhador assalariado completo.²⁴

A questão da transcendência está colocada para Marx como a negação e a supressão da autoalienação do trabalho – conceito, aliás, crucial para esta discussão. O conceito da “transcendência”, assim concebido, implica no alcance de uma nova unidade entre teoria e prática. “Um sistema *in statu nascendi*, pois é neles que Marx explora sistematicamente, pela primeira vez, as implicações de longo alcance de sua idéia sintetizadora – “a alienação do trabalho” – em todas as esferas da atividade humana. A descoberta do elo que faltava.²⁵

Antes dos Manuscritos de 1844, o conceito de transcendência ainda era, para Marx, muito teórico filosófico, pois faltava algo mais, segundo Mészáros, a economia política e a intensa colaboração de Engels apresentam o “Ponto de Arquimedes”, por meio do qual o programa poderia ser traduzido em realidade, programa este que seria o *Manifesto do Partido Comunista*, de 1848, obra, que segundo o autor, cumpre esta missão. A apreensão do real para poder transformá-lo através de uma revolução total é o sentido da investigação marxista e, em última análise, seu ponto de vista expressa sua atitude no tocante à superação da alienação.

O caráter geral de uma obra é determinado pelo ponto de vista do seu autor. É importante perguntar, portanto, qual é o ponto de vista de Marx quando ele analisa os vários aspectos da alienação. É relevante, no caso, que Marx tenha desaprovado Proudhon por ter criticado a economia política do ponto de vista da economia política, terminando assim na contradição de abolir o estranhamento político econômico no interior do estranhamento político-

²³ Ibid. p. 20-21.

²⁴ MÉSZÁROS, István. *A Teoria...* op. cit. p. 112.

²⁵ Ibid. p. 23.

econômico. De maneira semelhante, Marx caracterizou que Hegel possuía o ponto de vista da moderna economia política. A questão do ponto de vista do filósofo com relação à alienação é idêntica, em última análise, a questão de sua atitude em relação à superação (*Aufhebung*) da alienação. Partilhar “do ponto de vista a da economia política” significa ser incapaz de desenvolver em termos concretos as condições de uma verdadeira superação. E superar a alienação “no interior da alienação político-econômica” significa não superá-la. Quando Marx escreve sobre a alienação, toma o cuidado de distinguir sua posição de uma crítica utópica da economia política.²⁶

Seguindo com Mészáros, Marx esboça originalmente suas reflexões mais calorosas ao levantar questões que persistirão em suas obras posteriores e assim delineia o seu método materialista histórico, a raiz da alienação do homem tem sua imediaticidade e concretude no trabalho alienado e sua causa origina-se no ato de produção e reprodução da vida material, na atividade vital e em todas as esferas da atividade humana.

O conceito de alienação em Marx está intimamente relacionado à alienação do trabalho, na imediaticidade do trabalho vivo, no estranhamento que o dirige para fora de si, trabalhador exteriorizado em coisas, mercadorias que concorrem contra si quando a realização da sua atividade essencial é alienada e transmuta em seu oposto, na propriedade privada a lhe opor e dominar, explorando-o implacavelmente e negando seu devir!

Na concretude da vida real, palpável, e na abstração desta enquanto totalidade de pensamento, na coincidência desta relação de alienação política parcial a da alienação econômica universal reside o gênero humano. As categorias surgem como um ato da produção real da atividade de conceber. Na unidade destes dois polos do processo de produção do conhecimento, nos limites do trabalho intelectual e da prática social – da práxis por onde se afirma o indivíduo social - no cotidiano imediato sensível onde é forjado todo o complexo de alienação persiste o trabalho como um ato de produção alienado.

No capitalismo, a vida de trabalho tornou-se uma vida de sacrifício, de mortificação, pois o homem perdeu-se para outrem que o domina e o arrasta jornada adentro e explora seu corpo e seu espírito, exteriorizado no mercado em troca de salário. Em que consiste a natureza da alienação do homem sob os pressupostos do materialismo histórico como a concebeu Marx nos Manuscritos de Paris? Nestes, esta categoria estrutura a totalidade do trabalho marxiano, nos ensina Mészáros chamando a atenção para a centralidade e a atualidade do conceito de transcendência, como “transcendência da auto-alienação do trabalho”²⁷, por três motivos principais:

²⁶ Ibid. p 115 a 117.

²⁷ Ibid. p. 23.

1- É (...) crucial para o entendimento dos *Manuscritos econômicos-filosóficos*, cuja análise constitui a parte principal deste estudo; 2- Esse conceito de “transcendência (*Aufhebung*) da auto-alienação do trabalho” fornece a ligação essencial com a totalidade da obra de Marx, inclusive com as últimas palavras do chamado “velho Marx”; 3- No desenvolvimento do marxismo, após a morte dos seus fundadores o tema foi negligenciado, o marxismo recebeu orientação puramente instrumental. Na atual fase do desenvolvimento sócio histórico, porém, quando pela primeira vez na história o capitalismo está sendo abalado até os seus fundamentos como *sistema* mundial (ao passo que todas as crises anteriores do capitalismo, por mais espetaculares que tenham sido (foram *parciais* e *localizáveis*). A “transcendência da auto-alienação do trabalho” está “na ordem do dia”.²⁸

Sobre a “incorrigível lógica do capital e seu impacto sobre a educação”²⁹, Mészáros, dialogando com o economista político Adam Smith e o reformista utópico Robert Owen, faz uma referência a duas figuras da burguesia iluminista a fim de ilustrar os limites objetivos de uma crítica ao capitalismo a partir dos pressupostos teóricos da própria economia política burguesa. A crítica burguesa torna-se evanescente, os limites são intransponíveis mesmo se relacionados à melhor das intenções subjetivas.

A razão iluminista não encontra outra solução senão a denúncia moralizante dos efeitos degradantes de forças ocultas, culpabilizando os próprios trabalhadores arrasados pela sua miséria ao invés de focar o infeliz destino deles imposto pelo sistema. Na análise de Smith, segundo o autor, prevalecem os limites objetivos da lógica do capital, por isso, mesmo quando tenta expressar subjetivamente uma preocupação humanitária, é incapaz de se dirigir às causas, permanecendo aprisionado no círculo vicioso dos *efeitos* condenados. Smith, da mesma forma condenou de forma clara o impacto negativo do sistema sobre a classe trabalhadora. Nas limitadas visões de homem que sua análise entrevê, identificou no triunfante “espírito comercial” a causa do problema³⁰.

O que está em jogo aqui não é simplesmente a *deficiência contingente* dos recursos econômicos disponíveis, a ser superada mais cedo ou mais tarde, como já foi desnecessariamente prometido, e *sim a inevitável deficiência estrutural* de um sistema que opera através de seus *círculos vicioso de desperdício e escassez*. É impossível romper este círculo vicioso sem uma intervenção efetiva na educação, capaz, simultaneamente, de *estabelecer prioridades* e de definir as *reais necessidades*. Mediante plena e livre deliberação dos indivíduos envolvidos. Sem que isso ocorra, a escassez pode ser – e será – reproduzida em uma escala sempre crescente, em conjunto com necessidades artificiais absolutamente devastadoras, como tem ocorrido

²⁸ Ibid. p. 25.

²⁹ MÉSZÁROS, István. *A Educação...* op. cit. p. 25.

³⁰ Ibid., p.28.

atualmente, a serviço da insanamente orientada auto-expansão do capital e de um contraproducente acumulação.³¹

Na visão de Owen - capitalista esclarecido, meio século depois de Smith - a condição deplorável do trabalhador assalariado é “um erro do sistema atual”, uma distorção que deve ser corrigida apenas por força da razão. Segundo Mészáros, Owen traz à razão a conformação aos debilitantes limites do capital e a perpetuação do existente. Um círculo vicioso que não consegue discernir as determinações causais do capital, assim tenta remediar e conformar-se aos efeitos alienantes e desumanizantes do “poder do dinheiro” e da “busca do lucro”, os quais ele deplora. Este raciocínio justifica a lógica do capital e faz entrar um círculo vicioso que reforça o capital em oposição ao trabalho estranhado.

Para ir além do capital, é preciso romper com a sua lógica alienante e eliminar suas causas imediatas, contestar ao invés de conformar-se a ela, legitimando sua base mesquinha por onde se funda a produção da riqueza, “consequentemente, uma reformulação significativa da educação é inconcebível sem a correspondente transformação do quadro social no qual as práticas educacionais da sociedade devem cumprir as suas vitais e historicamente importantes funções de mudança”.³²

(...) As mudanças, sob tais limitações, apriorísticas e prejudgadas, são admissíveis apenas como o único e legítimo objetivo de *corrigir* algum detalhe defeituoso da ordem estabelecida, de forma que sejam mantidas intactas as determinações estruturais fundamentais da sociedade como um todo, em conformidade com as exigências inalteráveis da *lógica global* de um determinado sistema de reprodução. Podem-se ajustar as formas pelas quais uma multiplicidade de interesses particulares conflitantes se deve *conformar* com a *regra geral* preestabelecida da reprodução da sociedade, mas de forma nenhuma pode-se alterar a *própria regra geral*.³³

A educação como “transcendência positiva da auto-alienação do trabalho” consiste em mudar as condições e as “circunstâncias da desumanizante”³⁴ alienação - pela qual o capital impõe a internalização de seus valores - e da subversão fetichista do real estado de coisas. Portanto, mudar essas condições exige uma intervenção consciente em todos os domínios e em todos os níveis da nossa existência individual e social, em “*toda a sua maneira de ser* (Marx)”.

³¹ Ibid., p. 74.

³² Ibid., p. 25.

³³ Ibid., p. 26.

³⁴ Ibid., p. 68.

Aqui a questão crucial, sob o domínio do capital, é assegurar que cada indivíduo adote como suas próprias as metas de reprodução objetivamente possíveis do sistema. Em outras palavras, no sentido verdadeiramente amplo do termo *educação*, trata-se de uma questão de internalização pelos indivíduos [...] da legitimidade da posição que lhes foi atribuída na hierarquia social, juntamente com suas expectativas “adequadas” e as formas de conduta “certas”, mais ou menos explicitamente estipuladas neste terreno. Enquanto a internalização conseguir fazer o seu bom trabalho, assegurando os parâmetros reprodutivos gerais do sistema do capital, a brutalidade e a violência podem ser relegadas a um segundo plano (embora de modo nenhum sejam permanentemente abandonadas) posto que são modalidades dispendiosas de imposição de valores, como de fato aconteceu no decurso do desenvolvimento capitalista moderno. Apenas em períodos de *crise aguda* volta prevalecer o arsenal de brutalidade e violência, como objetivos de imposição de valores como o demonstraram em tempos recentes as tragédias dos muitos milhares de desaparecidos no Chile e na Argentina.³⁵

Segundo Mészáros, Marx enfatizou que “encontramos na raiz de todas as variedades de alienações a historicamente revelada *alienação do trabalho*: um processo de auto-alienação escravizante.”³⁶ A produção do supérfluo e do desperdício não se contrapõe à produção de necessidades, pois o sistema não as diferencia e aí reside a sua contradição fundamental que se manifesta em uma irracionalidade instrumental e seu paradoxo de classe, mas o capital e a burguesia monopolista estão sempre dispostos a se refazer, como fênix, a expandir incomensuravelmente a taxa de lucro tendencialmente decrescente, a taxa de mais-valia, a elevação da taxa de exploração do trabalho assalariado, portanto.

O grave fato de a desumanizante *jornada de trabalho* dos indivíduos representar também a maior parte do seu *tempo de vida* teve de ser desumanamente ignorada. As funções controladoras da reprodução metabólica social tiveram de ser separadas e postas em oposição à esmagadora maioria da humanidade, a qual se destinou a execução de tarefas subalternas num determinado sistema político e socioeconômico. No mesmo espírito, não só o controle do trabalho estruturalmente subordinado, mas também a dimensão do controle da educação tinham de ser mantidos num compartimento separado, sob o domínio da personificação do capital na nossa época. É impossível mudar a relação de subordinação e dominação estrutural sem a percepção da verdadeira - substantiva e não apenas a igualdade formal (que é sempre profundamente afetada, se não completamente anulada, pela dimensão substantiva real) – igualdade. É por isso que, apenas dentro da perspectiva de ir *para além do capital*, o desafio de universalizar o trabalho e a educação em sua indissolubilidade, surgirá na agenda histórica.³⁷

³⁵ Ibid., p. 44.

³⁶ Ibid., p. 60.

³⁷ Ibid., p. 68.

Nesse aspecto, qual seria historicamente o papel vital da educação no sentido mais abrangente do termo, em um processo amplo de reversão deste grave fato desumanizante da jornada de trabalho reificado? De acordo com Mészáros o papel da educação é bem amplo, uma vez que deve romper com a legitimação da internalização alienante da ordem burguesa e ao mesmo tempo ir para além do capital. Diz ele:

(...) Desde o início o papel da educação é de importância vital para romper com a internalização predominante as escolhas políticas circunscritas à “legitimação constitucional democrática” do Estado capitalista que defende seus próprios interesses. Pois também esta “contra-internalização” (ou contraconsciência) exige a antecipação de uma visão geral, concreta e abrangente, de uma forma radicalmente de gerir as funções globais de decisões da sociedade, que muito além da expropriação, há muito estabelecida, do poder de tomar todas as decisões fundamentais, assim como das suas imposições sem cerimônia aos indivíduos, por meio de políticas como uma forma de alienação por excelência na ordem existente. Contudo, a tarefa histórica que temos de enfrentar é incomensuravelmente maior que a negação do capitalismo. O conceito *para além do capital* é inerentemente concreto. Ele tem em vista a realização de uma ordem social metabólica que *sustente concretamente a si própria*, sem nenhuma referência autojustificativa par os males do capitalismo. Deve ser assim porque a negação direta das várias manifestações de alienação é ainda condicional naquilo que ela nega, e, portanto, permanece vulnerável em virtude dessa condicionalidade. A estratégia reformista de defesa do capitalismo é de fato baseada na tentativa de postular uma mudança gradual na sociedade através da qual se removem *defeitos específicos*, de forma a minar a base sobre a qual as reivindicações de um *sistema alternativo* possam ser articuladas. Isso é factível somente numa teoria tendenciosamente fictícia, uma vez que as soluções preconizadas, as “reformas”, na prática, são irrealizáveis, dentro da estrutura estabelecida de sociedade³⁸.

Neste quadro mais amplo do processo de reestruturação radical de uma revolução total, Mészáros adverte que o desafio da educação não tem paralelo na história e por isso desempenhará um papel soberano, deve ser orientado pela estratégia de uma reforma concreta e abrangente de todo o sistema no qual se encontram os homens renovados, concebidos na “sociedade de produtores livremente associados” sob a precondição de se tornar um novo “ser social” quando a “universalização da educação e a universalização do trabalho coincidem como atividade humana auto-realizadora”, de forma consciente e conjuntamente, “aqui e agora”!

Digamos, portanto que o homem é um processo, precisamente o processo de seus atos. Observando ainda melhor, a própria pergunta “o que é o homem?” não é uma pergunta “abstrata” ou “objetiva”. Ela nasce do fato de termos refletido sobre nós mesmos e sobre os outros; e de querermos saber, de

³⁸ Ibid., p.61.

acordo com que vimos e refletimos aquilo que somos aquilo que podemos ser se realmente – e dentro de que limites – somos “criadores de nós mesmos”, da nossa vida, do nosso destino. E nós queremos saber isto “hoje” e não de uma vida qualquer e de um homem qualquer.³⁹

Queremos saber o que ‘somos’, o que podemos ‘ser’ e ‘fazer’ hoje, como ensina Gramsci ao filosofar sobre o homem. A vida, assim restituída deve ser a base da educação. Contudo, interverter o tempo de trabalho pelo tempo disponível significa uma radical mudança estrutural que nos leva para além do capital, esta transformação não pode negligenciar a relação necessária dos processos educacionais com os sociais mais abrangentes de reprodução, segundo Mészáros.

A alienação do homem no processo de trabalho capitalista posiciona, de forma irrefutável, a centralidade da categoria “trabalho alienado” e a necessidade de superá-la, de transcendê-la, é um divisor de águas pelo qual se afirma um ponto de vista ontológico do homem. Sobretudo na sociedade do trabalho abstrato, o conceito de “transcendência do trabalho alienado” constitui uma necessidade ontológica fundamental - a auto-atividade, o ato produtivo do homem para se reproduzir homem, a concepção ampla da experiência humana em toda a sua manifestação. Assim, quando a universalização da educação tem como pressuposto a universalização do trabalho, e ambas coincidem na vida real, constituem, de fato, a possibilidade de agir consciente sobre este “devir”, com um *itinerarium mentis* e um *tirocínio* a sublevar este “devir”, a transcender e humanizar o homem perdido para si - arrebatado para outrem que o domina e o arrasta na frugalidade da jornada de trabalho em troca de salário e de dinheiro a preço do sacrifício de sua alma e do seu “ser genérico” alienado.

O objetivo deste *itinerarium mentis* é a formação de um novo tipo de homem, de um intelectual que seja especialista e ao mesmo tempo dirigente; e quando Gramsci define o dirigente como ‘especialista da política’, volta claramente a identidade entre a especialização técnico-manual e a especialização intelectual (o intelectual também é um profissional, que tem máquinas especializadas, um tirocínio próprio, um sistema Taylor próprio” escrevera ele em uma nota do primeiro caderno).⁴⁰

Qual é a escola que se forja no novo homem livre descolado do esforço do trabalho necessário, alienado, dessa base mesquinha por onde se assenta o valor trabalho da riqueza alienada? Esta escola remete-se ao indivíduo social que cumpre sua obra na urbanização

³⁹ GRAMSCI, Antônio. *Concepção Dialética da História*. Rio de Janeiro: Editora Civilização, 1989. p. 38.

⁴⁰ MANACORDA, A. O Princípio Educativo em Gramsci. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990. p. 184.

resoluta da sociedade e cumpre seu sentido ontológico ao romper os limites da fragmentação e da alienação social, da riqueza do valor abstrato restituído de sua essência o valor-de-uso e o tempo disponível da humanidade. Do “reino da necessidade” eleva-se o “reino da liberdade”, quando o homem toma consciência de situação de classe e da natureza do ‘ser homem’ e do poder ‘dirigir’ sua humanidade.

Da metamorfose capitalista se instituiria a riqueza do não-trabalho. A mutação acontece com o fim da sociedade do trabalho-abstrato intervertido em trabalho intelectual desembaraçado da alienação gerada pelo velho trabalho. Assim, a superintender o moto-contínuo das necessidades, das sempre novas necessidades de reprodução social, aparece na vida material e espiritual um novo homem desembotado. Destacado desta base rudimentar do trabalhador alienado, renasce o gênero humano repleto agora de toda a riqueza do homem livre, de tempo disponível para as artes, para a ciência da humanidade e para a realização da utopia ao romper com o trabalho alienado, quando se instaura o urbano e a sociedade do trabalho intelectual. Qual é a consequência desse ponto de vista sob uma concepção de educação que oriente para um projeto pedagógico radicalmente socialista e libertário, orientado para a construção de uma escola unitária, de cultura geral e universalista, tendencialmente socialista? Gramsci responde com as seguintes palavras:

Para o proletariado é necessária uma escola desinteressada. Uma escola que seja dada à criança a possibilidade de formar-se, de se tornar homem, de adquirir os princípios gerais que servem para o desenvolvimento do caráter. Uma escola humanista, em suma, como entendiam os antigos e os mais recentes homens do Renascimento. Uma escola que não hipoteque o futuro da criança e não obrigue a sua vontade, a sua inteligência e a sua consciência em formação a mover-se em sentido pré-estabelecido. Também os filhos dos proletários devem usufruir de todas as possibilidades para poder realizar a sua própria personalidade no melhor sentido, e, portanto, no modo mais produtivo para eles e para a coletividade. A escola profissional não deve tornar-se numa incubadora de pequenos monstros aridamente instruídos para uma profissão, sem idéias gerais, sem cultura geral, sem alma, só com um golpe de vista infalível e a mão firme.⁴¹

Aí reside as dimensões da unidade da escola unitária e, nesta relação, se articula o princípio pedagógico do trabalho moderno. Segundo Kuenzer, a “desqualificação imposta pela heterogestão” do trabalho retira do trabalhador a capacidade de elaboração intelectual da própria experiência, pois “a ciência desenvolvida pelo capital e a seu serviço é a expropriação do conhecimento do trabalhador. Paralelamente a um pequeno número de funcionários altamente qualificados, que dominam todo o saber sobre o trabalho, se desenvolve uma

⁴¹ GRAMSCI, A. *Escritos Políticos*. Lisboa: Seara Nova, 1976. p.101.

imensa de operários desqualificados, que não dominam mais que o conhecimento relativo a sua à sua tarefa parcial e esvaziada de significado pela simplificação do processo produtivo, cuja função é a eterna geração de mais-valia”⁴².

Seguindo este raciocínio, Nosella, delinea sua interpretação sobre a relação *escola-trabalho* em Gramsci, de forma a esclarecer os limites dos conceitos fundamentais envolvidos nesta relação. Nosella apresenta-nos importante interpretação sobre a natureza da unitariedade na relação escola-trabalho, escola-sociedade, de forma a esclarecer os limites fundamentais envolvidos nesta relação prática conceitual, expressa em Gramsci na ‘psicologia de construtores’.

Quando se ouve tantas e tão grotescas concepções e experiências a respeito da relação escola-trabalho, como não lembrar essa expressão ‘psicologia de construtores’ utilizada para traduzir o profundo sentido que Gramsci dava à relação escola-trabalho? Não é fazendo uma horta nos fundos da escola, nem instalando num canto uma velha máquina de torneiro mecânico que se realiza, para Gramsci, a autêntica escola de trabalho. O trabalho modernamente orgânico se une à escola quando consegue inspirar nesta seu espírito de laboriosidade, seu método disciplinar produtivo e de precisão, sua ética de solidariedade universal com interesses objetivos de todos, sua lógica produtiva de organização de muitos para um só fim. Esse fim, obviamente, deverá ser diferente, pois escolas produzem algo diferente das fábricas, como aliás estas não produzem todas a mesma coisa. A escola produz fundamentalmente trabalho intelectual, a fábrica trabalho material. Ou seja, a organicidade entre a escola e a fábrica ocorre (deve ocorrer) a nível de método (no sentido mais profundo) e não a nível de técnicas ou de fim imediato. Em outras palavras, a escola se inspira no trabalho industrial moderno como seu princípio pedagógico, não deixando certamente de ser escola (nem parcialmente) e sim concretizando-se como uma escola historicamente moderna, isto é, tendencialmente socialista, centrada na idéia de atuar a liberdade concreta e universal do homem.⁴³

Então, unir o homem fragmentado alienado é o que pressupõe a escola unitária, a reintegração da ciência, consciência, com o trabalho de mediação da humanidade. Integração da cultura tradicional humanista mais técnico-científica, cultura “desinteressada” e “interessada”,⁴⁴ de *itinerária mentis*. Unitariedade como conjunto da grande cultura, reintegrada, repleta de homens em toda a complexidade de sua significação.

Kuenzer vai nos esclarecer que “eleger a mundo do trabalho como ponto de partida para a proposta da escola comprometida com os interesses dos trabalhadores não significa

⁴² KUENZER, Acácia Zeneida. op. cit. p. 47 e 57

⁴³ NOSELLA, Paolo. A Escola de Gramsci, Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1992. p. 37

⁴⁴ O sentido em Gramsci de cultura interessada liga-se imediatamente com seu conceito de organicidade. Segundo Paolo Nosella, Gramsci “resgatou a dimensão desinteressada da cultura humanista tradicional encravando-a, porém no moderno solo da civilização do trabalho industrial (...)” In: NOSELLA, Paolo. A escola de Gramsci. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1992. p. 117.

propor uma formação profissional estreita e limitada, determinada pelo mero ‘saber fazer’ despido de compreensão, de análise, de crítica. O falso dilema (...) se dissolve com a compreensão do trabalho como todas as formas de ação do homem para transformar a natureza e as relações sociais; assim sendo, toda e qualquer educação é educação para o trabalho, e contém uma dimensão intelectual, teórica, e outra instrumental, prática, na medida em que ela interfere de algum modo nas formas de interação do homem com a natureza, com os outros homens e consigo mesmo”.⁴⁵

Marx coloca a questão da transcendência da alienação sob as bases do “*vir a ser*” do homem, e por isso, “nenhuma condição primordial pode ser suposta, como creem os economistas políticos a fim de “desvencilhar-se das dificuldades e contradições de um ser determinado (*bestimmtes Dasein*)”.⁴⁶

O capital é absolutamente incapaz de respeitar os seres humanos. Ele conhece só uma maneira de administrar o tempo de trabalho: maximizando a exploração do “tempo de trabalho necessário” da força de trabalho empregada e ignorando totalmente o “tempo disponível” na sociedade de forma geral, pois deste não pode extrair lucro. Isso impõe limites insuperáveis ao capital na sua forma de tratar o desemprego; na verdade há algo paradoxal, profundamente contraditório sobre isso, pois o próprio sistema produtivo do capital cria o “tempo supérfluo” na sociedade como um todo, numa escala crescente. Ainda assim ele não pode reconhecer a existência *de jure* (i.e., a legitimidade) desse tempo excedente socialmente produzido como algo potencialmente criativo – “tempo disponível” que todos nós temos -, o qual poderia ser utilizado em nossa sociedade para a satisfação de muitas das necessidades humanas, que agora são cruelmente negadas, desde exigências de educação e serviços de saúde até a eliminação da fome e desnutrição em todo o mundo. Ao contrário, o capital deve assumir uma atitude negativa/destrutiva/desumanizante nessa relação. (...) O conceito de tempo disponível, tomado como sentido positivo e libertador como uma aspiração socialista, surgiu em um panfleto anônimo intitulado “A fonte e o remédio das dificuldades nacionais, publicado em Londres quase cinquenta anos antes da publicação de *O Capital* de Marx, em 1821. Em algumas passagens citadas por Marx, esse panfleto oferecia uma notável compreensão dialética tanto da natureza do processo de produção capitalista – focando a sua atenção sobre as categorias essencialmente importantes do “tempo disponível”, “trabalho excedente” e “dia de trabalho mais curto” – das possibilidades de escapar de suas contradições. Cito: “Riqueza é tempo disponível e nada mais.”⁴⁷

E assim, o sistema capitalista cria um paradoxo nas possibilidades da libertação do homem, se o trabalho do homem continua alienado, a riqueza do tempo livre e as suas

⁴⁵ KUENZER, Acácia Zeneida. op. cit. p. 191

⁴⁶ MÉSZÁROS, István. *A Teoria...* op. cit., p 116.

⁴⁷ MÉSZÁROS, István. *Desemprego e Precariedade*. In: ANTUNES, Ricardo (org.). *Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil*. Boitempo: São Paulo, 2006, p. 43.

possibilidades padecem embotadas pelo trabalho arrochado, precarizado, pelo desemprego estrutural e pelo subemprego. Com a grande-indústria, abrem-se novas possibilidades e, no limite da abstração, amparados pela crítica da economia política, implode a forma-valor trabalho da riqueza e ensaia-se uma mutação do sistema capitalista? Para a pós-modernidade?

No limite desta paradoxal equação de interversão do tempo de trabalho pelo tempo disponível, um novo valor gera uma nova riqueza sem apropriação de trabalho alheio e o trabalho mudaria de substância e assumiria uma qualidade superior para uma nova fase, de pós-capitalismo, de pós-grande indústria!?

Capítulo 2- Integração Subordinada do Campesinato e a Oposição Campo-Cidade

A Crise da Sociedade do Trabalho

A leitura deste processo, segundo à tese de Castel⁴⁸ sobre a conformação contemporânea da ‘condição proletária’, da ‘condição operária’ e da ‘sociedade salarial’, é importante, pois estas concepções se sucedem e se entrelaçam no tempo e no espaço, da manufatura à grande-indústria, contudo, nos alerta o autor: “se esquematicamente falando, elas se sucedem, seu encadeamento não é linear”.

Segundo Castel, a condição proletária significa um estágio em que o trabalhador está quase-excluído do corpo social devido à sua inserção marginal, onde o trabalhador expropriado flutua sobre as ondas da conjuntura da provisoriedade do emprego. Esta condição está mais próxima da fase manufatureira pré-capitalista e distante o suficiente para se transformar em condição operária com a grande-indústria mecanizada.

Portanto, a condição operária se estabelece com a distinção do trabalho como mercadoria - força-de-trabalho abstrato - que ganha estatuto social ao passar a ser mercadoria reproduzida no tempo necessário da produção social no interior do processo de acumulação de capital. O trabalhador é produzido como trabalhador, as necessidades geram novas necessidades e condições para sua satisfação. Submetida a um processo de integração subordinada ao capital, que ilude a classe com a perspectiva de um progresso indefinido, a condição operária dar-se-á sob as bases da organização científica do trabalho, características da produção Fordista-Taylorista, em que o trabalho do operário se faz na repetição de uma cronometrada função manual puramente mecânica, destituída de concepção e reflexão.

Com a exacerbada generalização da produção de massa e o assalariamento geral e em diversificados níveis, há a pulverização do clássico assalariado operário que, ao realizar o trabalho produtivo imediatizado, torna-se apenas uma ‘peça’ da máquina. Através da ‘coerção’ e do ‘consenso’ se conforma a uma ‘nova classe operária’. Contraditoriamente, surge um ideal de homem rigidamente integrado ao trabalho e ao consumo de massa, segundo Gramsci,

Até agora, todas as mudanças do modo de ser e viver se verificou através de coerção brutal, através do domínio de um grupo social sobre todas as forças

⁴⁸ CASTEL, Robert *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Petrópolis-RJ: Vozes, 1998.

produtivas da sociedade: a seleção ou “educação” do homem apto aos novos tipos de civilização, para as novas formas de produção e de trabalho, foi realizada com o emprego de brutalidade inauditas, lançando no inferno das subclasses os débeis e os refratários, ou eliminando-os simplesmente. (...) Quando a pressão coercitiva é exercida sobre todo o complexo social (o que sucede especialmente depois da queda da escravidão e do advento do cristianismo), desenvolvem-se ideologias puritanas que moldam a forma exterior da persuasão e do consentimento ao uso intrínseco da força.⁴⁹

É a origem do que Castel denomina de condição salarial⁵⁰. Daí para frente o mercado de trabalho só aprofundou sua segmentação e diferenciação. As corporações agigantam-se mundialmente, os Estados-Nação tornam-se complexos e o trabalhador ocupa seu espaço na subordinação. De acordo com o autor, as cinco condições da nova relação salarial que configuraram o ‘estado de bem estar social’, sob auspícios do fordismo-taylorismo e posteriormente keynesiano⁵¹, são as seguintes:

1- Separação efetiva dos que trabalham efetiva e regularmente e os inativos e semiativos que devem ser excluídos do mercado de trabalho ou integrados sob formas regulamentadas; (mensurar aqueles que estão ocupados e aqueles que não estão); 2- Fixação do trabalhador em seu posto de trabalho e a

⁴⁹ GRAMSCI, Antônio. *Maquiavel, a Política e o Estado Moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 6ª edição, 1988, p. 393.

⁵⁰ CASTEL, Robert. op. cit. p. 415

⁵¹ Da aguda crise do Taylorismo-Fordismo Keynesiano a crise do petróleo de 1973, entrevemos a configuração do regime de acumulação flexível a guisa da globalização neoliberal, contemporaneamente dita pós-moderna. Seguimos com Harvey para caracterizar este momento limite de transição do padrão de acumulação fordista taylorista para o regime de acumulação dito flexível: “De modo mais geral, o período de 1965 a 1973 tornou cada vez mais evidente a incapacidade do fordismo e do keynesianismo de conter as contradições inerentes do capitalismo. Na superfície, essas dificuldades podem ser melhor apreendidas por uma palavra: rigidez. (...) Por traz de toda a rigidez específica de toda a área estava uma configuração indomável e aparentemente fixa de poder político e relações recíprocas que unia o grande trabalho, o grande capital e o grande governo no que parecia cada vez mais uma defesa disfuncional de interesses escusos definidos de maneira tão estreita que solapavam, em vez de garantir, a acumulação de capital. (...) O mundo capitalismo estava sendo afogado pelo excesso de fundos; e, com poucas áreas produtivas reduzidas para investimentos, este excesso significa uma forte inflação. A tentativa de frear a inflação ascendente em 1973 expôs muita capacidade excedente nas economias ocidentais, disparando antes de tudo uma crise mundial nos mercados imobiliários (...) e severas dificuldades nos mercados financeiros. Somaram-se a isso os efeitos da decisão da OPEP de aumentar os preços do petróleo e da decisão árabe de embargar as exportações de petróleo para o ocidente durante a guerra árabe-israelense de 1973. Isso (1) mudou o custo relativo dos insumos de energia de maneira dramática, levando todos os segmentos da economia a buscarem modos de economizar energia através da mudança tecnológica e organizacional, e (2) levou ao problema da reciclagem dos petrodólares, problemas que exacerbou a já instáveis mercados financeiros globais. (...) As corporações viram-se com muita capacidade excedente inutilizável (principalmente fabricas e equipamento ociosos) em condições de intensa competição. (...) Isso as obrigou a entrar em um período de racionalização, reestruturação e intensificação do controle do trabalho (caso pudessem superar ou cooptar o poder sindical. A mudança tecnológica, a automação, a busca de novas linhas e nichos de mercado, a dispersão geográfica para as zonas de controle do trabalho mais dócil, as fusões e medidas para acelerar o tempo de giro do capital passaram ao primeiro plano das estratégias corporativa de sobrevivência em condições gerai de deflação. A recessão de 1973, exacerbada pelo choque o di petróleo, evidentemente tirou o mundo capitalista do sufocante torpor da estagflação (...) e pos em movimento um conjunto de processos que solaparam o compromisso fordista”. In: HARVEY. David. *Condição Pós-Moderna. Uma Pesquisa Sobre as Origens da Mudança Cultural*. São Paulo: Edições Loyola, 1989, p. 135-140.

racionalização do processo de trabalho no quadro de uma gestão de tempo exata, recortada, regulamentada; 3- Acesso por intermédio do salário ‘a novas normas de consumos operários, através do que o próprio operário se torna usuário da produção de massa; salário, coerção das novas disciplinas da indústria; subvenções sociais não monetárias em caso de doença, acidente na velhice (...); 4- Acesso à propriedade social e aos serviços públicos – o trabalhador como sujeito social suscetível de participar (...); 5-Inscrição em um direito do trabalho que reconhece o trabalho como membro de um coletivo dotado de um estatuto social além da dimensão puramente individual do contrato de trabalho.⁵²

Tratando-se do mercado de trabalho atual, este movimento de segmentação e polarização expõe, segundo Antunes, uma “processualidade contraditória multiforme” e o conflito traduzido por um restrito núcleo de trabalhadores altamente qualificado e protegido em contraposição ao polo oposto marcado por relações de trabalho precarizadas, subcontratadas, terceirizadas, que se proliferam intensamente, vulnerabilizando a *classe-que-vive-do-trabalho* desde o submundo ao bloco industrial central. Para o autor:

complexificou-se, fragmentou-se e heterogeneizou-se ainda mais a classe-que-vive-do-trabalho. Pode-se constatar, portanto, de um lado um efetivo processo de intelectualização do trabalho manual. De outro, e em sentido radicalmente inverso uma desqualificação e mesmo subproletarização intensificadas, presente no trabalho precário, informal, temporário, parcial, subcontratado etc.⁵³.

Anteriormente afirma que:

(...) Além da desproletarização relativa do trabalho industrial, da incorporação do trabalho feminino, da subproletarização do trabalho, através do trabalho parcial, temporário, tem-se, como variante deste múltiplo quadro, um intenso processo de assalariamento de setores médios, decorrentes da expansão do setor de serviços. (...) Isso permite indicar que ‘nas pesquisas sobre a estrutura e as tendências das sociedades ocidentais altamente industrializadas encontramos, de modo cada vez mais freqüente, sua caracterização como ‘sociedade de serviços’ (...). Deve-se afirmar, entretanto, que a constatação do crescimento do setor de serviços não nos deve levar a aceitação da sociedade pós-industriais, pós-capitalistas, (...), pois não se trata de setores de acumulação de capital autônomo; ao contrário, o setor de serviços permanece dependente da acumulação industrial propriamente dita e, com isso, da capacidade das indústrias correspondentes de realizar mais-valia nos mercados mundiais.⁵⁴

As polarizações são também múltiplas na razão das exigências agora flexíveis. A microeletrônica aplicada à automação realizou uma terceira revolução industrial ao dilatar os

⁵² CASTEL, Robert. Op. cit. p. 420-434.

⁵³ ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. São Paulo: Cortez; 5a ed., 1998, p. 54.

⁵⁴ *Ibid.*, 46.

limites das fronteiras do capital, articulando seus extremos opostos, dentro dos quais surgem novos conflitos com a rigidez fordista. Segundo David Harvey, há um novo padrão de acumulação que se forja na tensão da “compressão do espaço-tempo”, que aprofunda as cisões gerando novos desequilíbrios sempre em expansão.

A acumulação flexível, como vou chamá-la, é marcada por um confronto direto com a rigidez fordista. Ela se apóia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrão de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneira de fornecimen4ot de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. A acumulação flexível envolve rápidas mudanças dos padrões de desenvolvimento desigual (...). (...) Ela também envolve um novo movimento que chamarei de “compressão do espaço-tempo” no mundo capitalista. (...) A acumulação flexível parece implicar novéis relativamente altos de desemprego “estrutural” (em oposição a “friccional”), rápida destruição e reconstrução de habilidades, ganhos modestos (quando há) de salários reais e o retrocesso do poder sindical – uma das colunas políticas do regime fordista.⁵⁵

A condição salarial se aprofunda com a flexibilização da acumulação capitalista, segmenta mais ainda o mercado de trabalho articulando nos seus extremos trabalhadores centrais e trabalhadores periféricos, exclusão e inclusão subordinada, rigidez e flexibilidade se interpenetram no tempo e no espaço. A dissensão trabalho capital dilui-se na condição salarial, na sociedade de serviços, sem com isso ter sido solucionado sua contradição fulcral que reside no núcleo do sistema do capital, na origem do valor trabalho da riqueza sob o capitalismo.

Oposição Dialética Entre o Campo e a Cidade

Daqui em diante nossa discussão teórica dará mais destaque ao processo de desenvolvimento capitalista no campo, num amplo processo de subordinação da agricultura pela indústria. A transformação da terra e do trabalhador em mercadoria demarca o período que imediatamente antecede o capitalismo. A oposição de classes se acirra e estremece o velho campo e a velha cidade ainda calcados no domínio da propriedade fundiária desde a desintegração do mundo feudal e o surgimento da burguesia e de seu bloco industrial e agrário.

⁵⁵ HARVEY. David. *Condição Pós-Moderna. Uma Pesquisa Sobre as Origens da Mudança Cultural*. São Paulo: Edições Loyola, 1989, p. 141.

Marcam época, na história da acumulação primitiva, todas as transformações que servem de alavanca à classe capitalista em formação, sobretudo aqueles deslocamentos de grandes massas humanas, súbita e violentamente privados de seus meios de subsistência e lançados no mercado de trabalho como levas de proletários destituídos de direito. A expropriação do produtor rural, do camponês, que fica assim privado de suas terras, constitui a base de todo o processo. A história dessa desapropriação assume coloridos diversos nos diferentes países, percorre várias fases em sequência diversas em épocas históricas diferentes. Encontramos sua forma clássica na Inglaterra, que por isso, nos servirá de exemplo.⁵⁶

O desenvolvimento do capitalismo revoluciona a servidão feudal, suplanta a ordem e institui um regime de acumulação de capital. A acumulação primitiva é este marco original que expropria a terra e os meios de subsistência do outrora campesinato servil para convertê-lo em trabalhadores livres. A terra e o trabalho, ou seja, a renda fundiária e o trabalho alienado são transformados em mercadoria, que demarcam a origem do modo de produção capitalista e da sociedade de classes.

Desde o princípio, a histórica trajetória de expropriação da terra pela acumulação primitiva e dos meios de trabalho do trabalhador marca incontestavelmente uma transição. O caráter da relação do trabalhador com seu instrumental de trabalho determina, em última instância, o caráter da propriedade do produto gerado. A propriedade fundiária demarca a origem da propriedade privada e, conseqüentemente, alimenta a circulação móvel, a propriedade privada é o resultado em circulação da produção alienada, do excedente do trabalho alienado e de todo o sistema de estranhamento com a cisão do trabalhador, dos seus meios de produção e do produto do seu trabalho.

Na sua origem, a posse da terra (considerada monopólio natural) é uma condição limite que impõe a incessante luta de classes para a expropriação do trabalho excedente e pela apropriação da renda da terra. Quando terra e trabalho, a um só tempo, são transformados em mercadoria, este fato demarca uma ruptura, aos solavancos os camponeses são despossuídos em massa, tornam assalariados no campo e na cidade, embora uma parte resista e seja reproduzida pelo capital como uma fronteira de acumulação. A exploração da massa de trabalho alienado em geral, destituído de propriedade, demarca a origem e a formação da propriedade privada e em seu desenrolar histórico e é demarcada por um ato original recorrente, da acumulação primitiva à acumulação propriamente capitalista-fordista, flexível. Trata-se de um ato singular de “espoliação” cujo único sentido é a superexploração do trabalho e a superacumulação do capital.

⁵⁶ MARX, K. *O Capital: Crítica da Economia Política*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. Livro 1. Vol. II, 1988. p. 831.

A divisão do trabalho no interior de uma nação leva, inicialmente, à separação entre trabalho industrial e comercial, de um lado, e o trabalho agrícola de outro, e com isso, a separação da *cidade* e do *campo* em oposição de seus interesses. (...) As diversas fases de desenvolvimento da divisão do trabalho representam outras tantas formas diferentes da propriedade, ou, em outras palavras, cada nova fase da divisão do trabalho determina igualmente as relações dos indivíduos entre si, no que se refere ao material, ao instrumento e ao produto do trabalho.⁵⁷

A oposição de interesses entre o campo e a cidade assume a aparência da mais pura contradição quando a cidade transborda, triunfa sobre o campo, transformado segundo os requisitos padronizados da indústria da mercadoria. A instauração do modo de produção coloca em relação contraditória não só o trabalho e o capital, sua contradição fundante, mas também originalmente o campo e a cidade.

A transformação da posse da terra em mercadoria foi um processo traumático e atingiu os baluartes da sociedade medieval, desintegrou as corporações de ofício, transformou a terra em propriedade fundiária (uma mercadoria peculiar devido ao “monopólio natural”) e arrancou o campesinato da terra para convertê-lo em trabalhador assalariado, que agora afluía dos campos para a cidade, rumo às manufaturas e às indústrias. A acumulação primitiva de capital inscreve-se na história com uma violência inaudita, a ferro e fogo, através da expropriação e da pilhagem, da exclusão e da reinclusão da massa de despossuídos.

O capital refunda a cidade e esta se levanta ultrapassando o velho mundo agrário e feudal que se decompõe e se alinha à instituição do capital. Em meio a uma dupla revolução que varre a Europa no século XVIII e XIX, o impacto da transformação da terra em mercadoria ocorre como o mais catastrófico fenômeno do período, segundo Hobsbawm afirma:

O que acontecia à terra determinava a vida e a morte da maioria dos seres humanos entre 1789 e 1848. Conseqüentemente, o impacto da revolução dupla sobre a propriedade e aluguel da terra e sobre a agricultura foi o mais catastrófico fenômeno do período. Pois nem a revolução política nem a econômica poderiam desprezar a terra que a primeira escola de economistas, a dos fisiocratas, considerada a única fonte de riqueza, e cuja transformação revolucionária todos concordavam ser a pré-condição e consequência necessária da sociedade burguesa, se não de todo o desenvolvimento econômico rápido. A grande camada de gelo dos sistemas agrários tradicionais e das relações sociais do campo em todo o mundo cobria o fértil solo do crescimento econômico. Ela tinha de ser derretida a qualquer custo, de maneira que o solo pudesse ser arado pelas forças da empresa privada em busca de lucro. Isto implicava em três tipos de mudanças. Em primeiro lugar

⁵⁷ MARX, K. & ENGELS, F. *A Ideologia Alemã*. São Paulo: Hucitec, 1991. p. 29.

a terra tinha que ser transformada em uma mercadoria, possuída por proprietário privados e livremente negociável por eles. Em segundo lugar, ela tinha que passar a ser propriedade de uma classe de homens desejosos de desenvolver seus recursos produtivos para o mercado e estimulados pela razão, i.e., pelos seus próprios interesses e pelo lucro, estes dois objetivos esclarecidos. Em terceiro lugar, a grande massa da população rural tinha que ser transformada de alguma forma, pelo menos e em parte, em trabalhadores assalariados, com liberdade de movimento para o crescente setor não agrícola da economia. Alguns dos economistas mais radicais e cuidadosos também estavam conscientes de uma quarta mudança desejável, embora difícil, senão impossível de atingir. Pois numa economia que tomava como premissa a perfeita mobilidade de todos os fatores de produção, a terra como “monopólio natural” não se encaixava muito bem.⁵⁸

O campo é bruscamente arroteado num amplo processo de industrialização e subordinação comandado pela cidade, agora a sede do capital e da fruição burguesa. Desse modo, acirra-se a oposição entre ambos em plena integração subordinada ao modo de produção de mercadorias.

Na raiz da propriedade privada, há a propriedade fundiária, cuja concentração capitalista desfere um golpe mortal a velha ordem, convertendo a terra em monopólio do capital e em propriedade alienável. Este processo, iniciado com a acumulação primitiva de capital, traz consigo a raiz de todo o complexo de alienações.

Na origem da sua desintegração a recomposição na manufatura, com a junção e a eliminação do princípio manual de todas elas, a ferramenta desloca-se para a máquina-ferramenta que sintetiza a invenção da maquinaria, posto que o trabalhador baixou à condição de apêndice da máquina.

A decomposição e a desintegração do artesanato corporativo e a liberação de seus ativos livres para serem disponibilizados no mercado ávido por suprir as necessidades de criação de um exército de força-de-trabalho e de meios e instrumentos de produção para atender a um novo mercado. A cidade é o lugar privilegiado da grande indústria. Expulsos do campo, os trabalhadores permitem a concentração da terra e, por conseguinte, a posterior transformação desta em mercadoria promove a exploração agrícola em larga escala que sustenta as novas demandas da cidade e do próprio campo integrado, subordinado a circulação do capital e ao mundo da produção de mercadorias.

A desintegração e a reintegração concentrada dos meios de produção criam novas relações sociais e econômicas que desembocam, subsequentemente, na grande-indústria mecanizada. E com ela a industrialização do campo e a subordinação da agricultura. A

⁵⁸ HOBBSAWM, Eric J. *A Era das Revoluções, 1789 - 1848*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. p. 167-168.

estabilidade do velho mundo rural é sacudida, abalando profundamente o campesinato e as velhas estruturas sociais.

Na origem, a desintegração do velho fetichismo libera os elementos que a sociedade burguesa concentra, elementos estes que chegam à história exteriores uns aos outros, mas são imediatamente retomados na nova esfera de produção e circulação de capital, com o aprofundamento da divisão do trabalho na manufatura e, posteriormente, com a criação da grande-indústria mecanizada batizada pela invenção do motor a vapor. Esta indústria reúne e decompõe tais elementos em uma nova unidade, um novo sistema de acumulação de capital, agora objeto da economia política, da ciência econômica burguesa e das ciências sociais e naturais.

“Os elementos da sociedade capitalista” chegam à história, exteriores uns aos outros: o solo, o proprietário, a natureza – o trabalho, os trabalhadores desvinculados dos meios de produção – o capital, o dinheiro em busca do lucro, o capitalista a burguesia. Os trabalhadores? Foram inicialmente vagabundos. O dinheiro? Ele provém do comércio. O proprietário? Ele foi o senhor. A sociedade (burguesa) retoma esses elementos que ela recebe separadamente; desenvolve-os, mede-os, reúne-os, numa unidade: a produção ampliada, o sobretrabalho global, a mais-valia na escala da sociedade inteira (e não daquela da empresa, do capitalista ou do proprietário isolado)⁵⁹

O capitalista industrial e o proprietário fundiário, em incessante choque, estabelecem sua aliança de classe e, posteriormente, promovem a acumulação primitiva e a industrialização do campo - subordinado ao processo industrial e de onde deriva suas bases, na passagem da manufatura para grande-indústria mecanizada e nas possibilidades abertas por ela.

Através da divisão social do trabalho, o capital vai reunir, dividir e justapor-se em novas especialidades na esteira da produção em escala e em série ao ponto de abstraí-lo de sua concretude como trabalho intelectual desvinculado do trabalho manual. E, assim, sucessivamente, é desenvolvida a especialização da indústria com o aprofundamento da divisão do trabalho – divorciando tenazmente o trabalhador de seu instrumento artesanal e do produto do seu trabalho, típico do período manufatureiro e pré-industrial.

Agora os ativos livres concorrem no mercado capitalista e se iniciam no período manufatureiro - primeiro momento que lançará as bases da revolução industrial no desembocar na grande-indústria mecanizada, na indústria moderna. Mas a manufatura ainda apresenta um limite para a acumulação de capital. Assim, rompe esta barreira quando é

⁵⁹ LEFEBVRE. Henri. *A Cidade do Capital*. Rio de Janeiro: DP&A, 1999. p. 35.

ultrapassada com a mecanização da indústria e a expansão sem precedente do capital que se desgarrava de seu antecedente rural.

Com a desintegração e a reintegração subordinada do campesinato ao mercado de trabalho assalariado, por um lado, forma-se um mercado de mão-de-obra, por outro, o campesinato garante a subsistência desse exército industrial de reserva que se forma com o sobretrabalho global. Aglomerados na cidade e tendo o campo como seu mais novo espaço de ação, a nova população trabalhadora demanda gêneros de primeira necessidade e a indústria necessita cada vez mais de matérias-primas e de força-de-trabalho em escala ascendente para o consumo industrial; isto funda um exército industrial flutuante de trabalhadores “livres”, de reserva, na cidade e no campo.

A ciência, que se constitui um novo sujeito do maquinismo, extrapola as possibilidades e gera conflitos de grandes proporções. A cidade, então, é onde se concentram os trabalhadores nos ofícios cada vez mais divididos e em contraste à concentração dos meios de produção e de reprodução social. Concomitante ao robustecimento do capital - amparado na propriedade privada -, torna-se cidade a força produtiva essencial do capital que se levanta triunfante na sociedade, formando a civilização da propriedade móvel.

De qualquer forma, não há neutralidade nesta posição da ciência em relação à indústria e à cidade. Ao contrário, tange a ela o caráter de classe de meio predominante e eficaz de extração da mais-valia relativa. Por outro lado, em sua fase monopolista, o capital industrial e financeiro concentrado flui centralizando suas corporações imbuídas de realizar seus empreendimentos no mercado mundial e criar seus impérios!

Sobressaindo-se da velha ordem, o capitalismo refunda as cidades em um duplo movimento de implosão e explosão da cidade tradicional que expande seu território sobre o campo em transformação, sobre um distrito industrial por onde germina uma nova cidade, suplantando o campo tradicional e recriando novos campos de ação empresarial, urbano, industrial, financeiro, integrados no mercado mundial.

A oposição, que remonta modernamente à divisão do trabalho entre o campo-cidade e à subordinação do campo ao capital monopolista urbano industrial e financeiro, universaliza a burguesia em todo seu infinito campo de ação, seu modo capitalista de produzir mercadorias!

O sistema sustenta-se e rompe a limitação do trabalho artesanal quando a ciência toma os ramos de produção e máquinas são postas para produzir máquinas e para substituir o trabalho vivo, onde quer que haja trabalho na forma capitalista há este paradoxo! Com a invenção da máquina a vapor, das estradas de ferro (que recortam todo território por onde se ensaia um Estado Nação moderno), a cada estação, nasce uma incubadora de cidade, um

conglomerado de cidades, uma futura megalópole. A maquinaria confere autonomia e intenso impulso ao sistema da indústria, a cidade passa a ser a órbita, torna-se refém e algóz do capital, constituindo-se espaço adequado para a reprodução ampliada deste e do mercado mundial.

A cidade moderna é apresentada como um novo sujeito que, por excelência, assume o centro do sistema e torna-se sede do trabalho intelectual, da administração e da fruição de todos os prazeres, do tempo disponível da humanidade capital. A cidade moderna e contemporânea é também a sede do choque do movimento operário, do campesinato e o espaço de encontro de todas as forças sociais em contradição com o capital e sua burguesia ascendente. Assim, ela, ao mesmo tempo em que se urbaniza, também se ruraliza em uma miríade de formas complexas de acumulação de capital que coexistem, articulam-se e subtraem para si toda a forma de valor que não se reduz à forma de mercadoria, meios de produção, trabalho alienado e exploração de mais-valia relativa, conformando assim a sociedade do trabalho abstrato.

Seu princípio urbano é objetivo como é o princípio da grande-indústria mecanizada, significando o domínio da exploração da mais-valia relativa como estratégia primordial do declínio do valor do trabalho necessário e o domínio do trabalho abstrato, provocado pela incorporação da ciência e tecnologia ao processo de trabalho. O trabalho passa a ser subsumido realmente, materialmente, e não mais subjetivamente ao capital. E a produção da riqueza passa então a ser dependente dos elementos da ciência, subordinados e postos por ela em movimento, com a invenção do maquinismo e das cidades.

Na relação de oposição campo-cidade, esta arrebatada o campo para si e avança sobre ele urbanizando-o. Por outro lado, a cidade tradicional - que permanece como centro administrativo - moderniza-se ou decai como terra arrasada, esfacela-se, implode e explode, em dissolução, decomposição, segregação, destruição e reconstrução avassaladora da cidade, do urbano!

Com esta grande-indústria conservadora do capital monopolista internacional - que subordina indelével todos os homens - o urbano e o rural, o campo e a cidade estremecem, conforme sugere Lefebvre. E os fins se abateriam... o que há de vir com o fim do campo e da cidade, do trabalho alienado e do capital, da ideologia, da economia política? Enfim, a restauração do urbano, da sociedade urbana em escala planetária, anuncia Lefebvre, citando Engels e Marx.

A grande indústria subordina ao capital a ciência e a natureza. (...) “no lugar das cidades nascidas naturalmente, ela cria as grandes cidades industriais modernas, que brotam como cogumelos (Engels, p.89)”. Notemos esta metáfora, que toma emprestado à natureza a expressão de sua destruição. (...) Acontece que a relação campo-cidade resiste a esta destruição e, conseqüentemente, provoca a derrocada de uma poderosa arquitetura sociopolítica. O caráter associativo inerente à cidade acaba por arrastar os campos, por engendrar novas formas que o ultrapassam. (...) Com o aparecimento da grande - indústria, segundo Marx e Engels, a cidade (e sua capacidade interno-externa de associação, de concentração, de reunião) cessa de aparecer como sujeito do “processo histórico”. A passagem para o capitalismo, da qual a cidade é o suporte social e o veículo, vai apresentar diferentemente o problema do sujeito (e talvez vá fazê-lo desaparecer). (...) Está terminado, no que concerne à cidade? Não, ao contrário. (...) a cidade persiste (...). Em escala mundial, a relação “cidade-campo” teria desaparecido? Certamente não. Então, o que aconteceu com a cidade? A interrogação remete a próxima seqüência. Por um instante, na obra estudada, a saber, a *Ideologia Alemã*, Engels e Marx se contentam em anunciar o tom da discussão. Sua proposição não é desprovida de importância, nem de interesse, mesmo se tem nessa obra alguma coisa de abrupto. Trata-se, nem mais nem menos, do fim da cidade. Entre outros fins! (...). A crítica da economia política, levada a termo, a crítica radical do Estado, da família, da religião, da filosofia, da ideologia etc. Quanto ao papel da cidade, esta continua até o fim ambíguo e mesmo contraditório: o fim da cidade, mas talvez promoção, instauração ou restauração no plano mundial do “urbano”⁶⁰

Dentro desse cenário, a comunidade rural persiste... e é ao encontro dela que é necessário caminhar.

A modernização da agricultura e a integração do campesinato aos Complexos Agroindustriais – CAI’s

Com o intento de se apreender a dinâmica específica pelo qual o capital se desenvolve no campo e como se posiciona o campesinato neste processo, Lênin (1907) delineou dois caminhos para o desenvolvimento do capitalismo na agricultura: a via democrática - ou americana - e a prussiana. As experiências oscilam entre estes dois modelos clássicos e a tese de Lênin lançará as bases para o posterior pensamento marxista a respeito dos camponeses, no qual predomina a concepção Leninista da questão, levando a supor a desintegração do campesinato como uma variante dominante do desenvolvimento do capitalismo no campo.⁶¹

⁶⁰ Ibid., p. 63-64.

⁶¹ Assim como Marx e Engels, e posteriormente Lênin, Kautsky centra sua análise no movimento irrompido pela grande-indústria e os impactos dessa industrialização sobre o campo, em se apropriando das atividades rurais ao ponto e no limite de substituí-las inteiramente por atividades industriais, por processos e tecnologias inovadoras, mais produtivas, embasadas no desenvolvimento científico e tecnológico e na alteração radical da

O contexto da teorização de Lênin se dá na passagem da sociedade feudal para o capitalismo, mas pode ser extensiva às formas universais predominantes de penetração do capitalismo no campo, coexistindo com traços feudais ou formas não tipicamente capitalistas, como a comunidade rural que, de certo modo, é reproduzida pelo capital em um processo dialético de integração e subordinação agroindustrial.

De um lado, a via americana ocorre com a resolução da questão agrária (camponesa), através de uma revolução liderada pelo campesinato com uma consequente reforma agrária, o incorporar e o expandir de novas áreas de produção e a modernização da base técnica da agropecuária. Neste caso, no decorrer do tempo, ao serem pressionados pela concorrência, um processo de diferenciação social⁶² aconteceria, formando uma burguesia agrária em ascensão e em contraposição ao empobrecimento dos camponeses médios e a proletarianização dos camponeses pobres, formando uma classe de trabalhadores rurais que irá alavancar a produção, agora capitalista, pois já reúne as condições objetivas para isso, através da renda da terra - que agora se transformou em mercadoria - trabalho e capital.

De outro lado, a Via Junker - ou via prussiana - caracteriza-se por um processo liderado pelos proprietários de terra que dão origem e orientam o processo de transição para a agricultura capitalista. Deste modo, as grandes propriedades pré-capitalistas são transformadas em empresas capitalistas, mantendo intactos a estrutura fundiária e o sistema de controle dos trabalhadores. Segundo Lênin, quando o modelo de desenvolvimento segue este caminho, o capitalismo amadurece muito lentamente, vigorando durante muito tempo aspectos de relações pré-capitalistas de produção.⁶³

No caso brasileiro, desde a década de 50 a visão predominante entre os intelectuais era a da Comissão Econômica Para a América Latina - Cepal - sendo superada somente no início da década de 1970. Até esta data, apesar de ser rechaçada pelo golpe militar de 1964, havia uma forte pressão social pela reforma agrária no país, tanto por parte dos intelectuais como dos segmentos camponeses, a maioria embasados pelas idéias da CEPAL de que, no Brasil e

relações sociais de produção. Uma grande agricultura subordinada à grande-indústria. Sobre este tema: LUNARDI, José. *Olhares Camponeses. Escola Uma Terra de Educar*. Curitiba: UFPR, 2000. [Dissertação de Mestrado]. p. 83.

⁶² “Mas todas estas indicações eram inteiramente fragmentadas e o fenômeno nunca foi estudado sistematicamente, (...) A isso se relaciona o fato da maioria dos autores que se dedicaram ao tema considerar a desintegração do campesinato simples emergência de desigualdade entre as fortunas, simples ‘diferenciação’, como gostam de dizer os populistas em geral e o Sr. Karishev em particular. É claro que o surgimento de desigualdade de patrimônio é o ponto de partida de todo o processo, que em hipótese alguma se esgota nessa diferenciação’. O campesinato antigo não se ‘diferencia’ apenas: ele deixa de existir, se destrói, é inteiramente substituído de novos tipos de população rural, que constitui a base de uma sociedade dominada pela economia mercantil e pela produção capitalista.” In: LÊNINE, V. *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*. São Paulo: Abril Cultural, 1982, p. 114.

⁶³ BOTTOMORE, Tom. *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1983, p. 43.

na América Latina, havia uma dualidade estrutural básica da economia a ser superada. A conveniência de uma reforma agrária no país era a solução para o dilema cepalino, para superar o conflito entre um mundo rural atrasado - conservador e refratário frente às mudanças impostas pela modernidade - e o setor urbano-industrial moderno e dinâmico - fortemente integrado ao mercado.

Esta concepção será superada pelos intelectuais do início dos anos 1970, definindo que a tensão não se dava no nível das forças produtivas, mas das relações sociais de produção no interior destas forças produtivas, tanto no campo como no meio urbano. Por um lado, esta crítica deixa clara a consonância dos objetivos e a interdependência da acumulação de capital, de um lado ao outro. Para Pedro Ramos, essa “integração dialética”, ao invés de “aparente dualidade”, desempenha a função de promover a “liberação (excessiva) de mão-de-obra” do campo para a cidade, sustentando, com isso, o processo de urbanização acelerada.”⁶⁴ Ainda, segundo Ramos:

Cabe destacar a particularidade da contribuição de Ignácio Rangel. Embora tenha sido um dos autores que defendeu a existência de “restos feudais” na economia brasileira, o fato é que ele, como leitor atento de Marx e Lênin, sabia que havia duas vias de desenvolvimento do capitalismo no campo: a via democrática ou americana, na qual ocorre uma expansão e uma modernização das atividades agropecuárias com mudança da estrutura fundiária pretérita e com a ocupação de novas parcelas de terra; e a via prussiana, na qual é mantida uma estrutura fundiária concentrada e, portanto, moderniza-se o latifúndio. Em outras palavras, Rangel percebeu que poderá haver uma solução para suposta “questão agrícola” no Brasil, sem que houvesse a necessidade de se mexer na estrutura agrária, vale dizer, sem que se implementassem medidas para resolver a “questão agrária”. (...) Nesse processo, cabe observar que a implantação da via prussiana no Brasil foi por diversos autores denominada de “modernização conservadora” da agropecuária brasileira.⁶⁵

No Brasil, com o golpe militar de 1964, a opção pelo desenvolvimento do capitalismo na agricultura, por intermédio da realização de uma reforma agrária, caiu por terra e o projeto de modernização da agricultura brasileira seguiu a via prussiana e este modelo de desenvolvimento capitalista do campo vai ser denominado “modernização conservadora” da agricultura, na medida em que modernizou a base tecnológica ao mesmo tempo que preservou, e ampliou, em escala a desigual a estrutura fundiária brasileira, acirrando os

⁶⁴ RAMOS, Pedro. *Referencial teórico e analítico sobre a agropecuária brasileira*. In: RAMOS, Pedro (org.) *Dimensões do agronegócio brasileiro. Políticas, Instituições e Perspectivas*. Nead Estudos/MDA: Brasília – DF, 2007, p. 31.

⁶⁵ *Ibid.*, p. 34-35

conflitos dessa concentração no campo e deslocando estes conflitos agrários na esteira da urbanização crescente do país e na expansão da fronteira agrícola no interior do mesmo.

A modernização conservadora da agricultura resolveu a questão agrícola na medida em que modernizou tecnicamente o latifúndio, por outro lado, deixou intacta a estrutura agrária – a questão agrária ou questão camponesa. Este modelo deixa, na mesma proporção do seu esgotamento como modelo de modernização, em seu rastro duas crises latentes: a crise social e a crise ambiental⁶⁶, que explodem nas décadas de 1980 e 1990, com o acirramento do êxodo rural e da luta pela terra, com a degradação ambiental imputado ao novo paradigma modernizante - químico, mecânico e genético. A expansão da vasta fronteira agrícola, sobretudo com a cultura da soja, sintetiza este processo de modernização conservadora da agricultura brasileira⁶⁷. O crédito rural, altamente subsidiado (taxa de juros negativa) e seletivo (regiões e produtos), somado à formação de um sistema nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER foi a alavanca principal deste modelo de política pública denominado como substituição de exportações que, quando entra em declínio, os instrumentos de política agrícola refluem com o esgotamento do financiamento público, provocado pelo endividamento público sustentador do “milagre econômico”⁶⁸ brasileiro nas décadas de 1970 até meados da de 1980.

Nestas condições, até a década de 1980, o complexo agroindustrial - voltado para a cultura da soja - e seu convencional sistema produtivo de alta escala (químico, mecânico e genético) foram altamente privilegiados e conseguiram se capitalizar intensamente, aproveitando as oportunidades abertas pela modernização conservadora. Assim, este complexo é formado por grandes firmas multinacionais, integradas a jusante e a montante do processo de produção agrícola.⁶⁹

⁶⁶ TONNEAU, Jean-Philippe [et al.] Modernização da agricultura familiar e exclusão social: o dilema das políticas agrícolas. Caderno de Ciência & Tecnologia. v. 22, n.1. Brasília, jan/abr de 2005, p. 69.

⁶⁷ É fundamental fazer esta caracterização inicial, pois estaremos, em grande medida, avaliando a produção de biodiesel feito a partir da cultura da soja e, por ora, basta dizer que foi esta cultura que deu sustentação ao modelo de modernização conservadora e é o seu resultado mais notório.

⁶⁸ “No que concerne a dinâmica interna de do padrão de acumulação industrial, [O Capitalismo Brasileiro no Século XX] estruturava-se pela vigência de um processo de super-exploração da força de trabalho, pela articulação de baixos salários, jornada de trabalho prolongada e fortíssima intensidade em seus ritmos, dentro de um padrão industrial significativo, entre as oito grandes potencias industriais. Este padrão de acumulação, desde JK e especialmente durante a ditadura militar, vivenciou amplos movimentos de expansão, com altas taxa de acumulação, entre os quais a fase do “milagre econômico” (1968-1973). O país vivia sob os binômios ditadura e acumulação, arrocho e expansão. Foi somente em meados da década de 1980, no fim da ditadura militar e sob a chamada “nova República” (certamente uma contradição nos termos), que esse padrão de acumulação – centrado no tripé setor produtivo estatal, capital nacional e capital internacional – começou a sofrer as primeiras alterações”. In: ANTUNES, Ricardo. *A Era da Informatização...* op. cit., p. 16.

⁶⁹ “À medida que a demanda por produtos beneficiados ia crescendo, estas atividades típicas da indústria rural tornaram-se independentes das suas ligações agrárias, deslocando-se para as áreas urbanas. Vale lembrar, no

Em meio a crise da modernização conservadora em meados dos anos 70, nas décadas de 80 e 90, o complexo soja se reestrutura e vive um momento de franca expansão, sendo o maior responsável pela vertiginosa expansão da fronteira agrícola e do aumento da produção. A expansão das fronteiras agrícolas deve-se, sobretudo, à incorporação massiva de novas terras combinada com o uso de avançadas tecnologias de acentuada produtividade, contudo, causando todos os impactos ambientais indesejáveis que têm sido a causa principal do êxodo rural e da degradação ambiental.

Com o esgotamento da “política de substituição de importações”, que deu sustentação ao “milagre econômico” brasileiro - período no qual o país passa por um vigoroso crescimento econômico – o Brasil passa por um processo de reestruturação produtiva marcada principalmente pela desregulamentação da economia, pela abertura comercial e por privatizações, o que levou o governo a desarticular a política agrícola oficial (sobretudo a política de crédito rural subsidiado e a de regulação de preços mínimos) implementada para a modernização conservadora da agricultura. A partir de então até hoje, o Governo Federal passou a assumir uma política dual para a agricultura. Para Tonneau,

Apesar do sucesso, o modelo tradicional de modernização - inspirador principal das políticas públicas agrícolas a partir dos anos 70 - é objeto de diversas críticas que traduzem as preocupações principalmente ecológicas e sociais e que, como se demonstrou em trabalhos anteriores (TONNEAU. TEIXEIRA, 2002) podem ser abordados em termos de crises: - A crise ecológica – com o crescimento da quantidade e diversidade de efluentes da atividade agrícola, que são diariamente despejados no meio ambiente rural e atingem também a segurança alimentar (...)- A crise social – que tem se acentuado nos últimos tempos, com graves reflexos sobre a sociedade brasileira em geral. A modernização da agricultura foi - e ainda é - um fator de exclusão social. O crescimento das cidades, principalmente das metrópoles, impõe, cada vez com mais urgência, o controle relativo, senão total do êxodo rural. Este quadro levou o Governo Federal a desenvolver, a partir de meados dos anos 90, uma política dual. De um lado, o Ministério da Agricultura, Pecuária e abastecimento manteve como objetivo central, a competitividade do setor empresarial, maximizando as oportunidades do agronegócio. Do outro, o Ministério do Desenvolvimento Agrário ocupou-se oficialmente da reforma agrária e do desenvolvimento da agricultura familiar, reconhecendo a importância social, econômica e ambiental daquele segmento para a sociedade em geral.⁷⁰

entanto, que o que se configura como agroindústria moderna guarda pouca relação com os velhos capitais agrários. A agroindústria moderna não é uma extensão da fazenda (...). Em outras palavras, a agroindústria moderna não é fruto da integração para frente dos capitais agrários, mas sim através da integração para trás principalmente do capital financeiro, comercial ou industrial.” In: BELIK, Walter. *Agroindústria e Política Agroindustrial no Brasil*. In: RAMOS, Pedro. *Dimensões...* op. cit., p. 143.

⁷⁰ TONNEAU, Jean-Philippe [et al].op. cit., p.69

Esta dualidade (questão agrária x questão agrícola) é levada ao extremo com a criação de dois ministérios no Governo de Itamar Franco, atravessando o Governo Lula e, ao que tudo indica, assim deve permanecer no atual governo Dilma Rouseff .

Por um lado, a desvinculação do Ministério da Agricultura da política de reforma agrária (Incra) e da agricultura familiar, com a criação do Pronaf⁷¹, deu uma aparente visibilidade para a reforma agrária e também para a chamada agricultura familiar; contudo, a desvinculação da questão agrária da questão agrícola cristaliza essa dualidade e obscurece a interdependência das interdependência das duas questões, reforçando os mecanismos perpetuação da concentração fundiária e investimentos maciços de capital no agronegócio, por outro lado, criando novos mecanismo de modernização seletiva e de compensação social do campesinato.

Inspirada no documento (FAO; INCRA, 1995), a criação do Pronaf, em 1996, vem reforçar esta dualidade estrutural, uma vez que este programa foi e é um desses mecanismos de modernização seletiva do campesinato, pois, por um lado, a reivindicação de uma política agrícola específica para o segmento da agricultura familiar era uma das principais reivindicações do movimento sindical rural, situando sua pauta na política agrícola. A Confederação Nacional da Agricultura – Contag retoma a questão dos excluídos do processo de modernização conservadora do campo e propõe um novo termo de apelação para a causa camponesa, “os termos agricultura familiar e agricultor familiar apresentam-se como categoria de ação política, fundamental para o reconhecimento da identidade da cidadania econômica e política.”⁷².

Apesar de um aumento crescente no número de contratos com os agricultores familiares camponeses e um gradativo aumento de recursos destinado ao setor, o programa reforçou e reforça a concentração de recursos em determinadas regiões (Sul e Sudeste), privilegia determinadas culturas (monocultura da soja, milho, etc.) e os extratos mais

⁷¹ PROGRAMA Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF. Decreto n. 1.946, de 28 de junho de 1996. Brasília: 2011. Disponível em <http://portal.mda.gov.br/portal/saf/programas/pronaf>. Acesso: 22/01/2011

⁷² “A proposição da agricultura familiar como novo termo de apelação, de mobilização política e de enquadramento social consagrou então a construção de novos modelos de desenvolvimento econômica, capazes de orientar a organização de unidades produtivas politicamente requeridas como sustentáveis. Emerge então, desse processo, a construção da agricultura familiar como sujeito de direitos. O termo agricultura familiar corresponde, então, à convergência de esforços de certos intelectuais, políticos e sindicalistas articulados pelos dirigentes da Confederação dos Trabalhadores da Agricultura – Contag. Consagra-se para dar visibilidade ao projeto de valorização de agricultores e trabalhadores rurais precarizados, diante da interdependência entre agricultura e indústria.” In: NEVES, Delma P. Agricultura familiar. In: MOTA, Márcia. (org.) *Dicionário da Terra*. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro – RJ, 2005, p. 25.

capitalizados de agricultores - agricultores familiares de transição e consolidados em detrimento dos agricultores periféricos.

Apesar de reforçar uma visão dualista, seletiva e conservadora da questão agrária, são reconhecidos alguns avanços no início da implantação do Pronaf com relação a melhoria do acesso pelos agricultores e a geração de emprego e renda no campo, com grande adesão dos pequenos agricultores que anteriormente competiam por crédito rural nas mesmas condições que os médios e grandes produtores latifundiários do agronegócio. Desde então, foi estabelecida uma política agrícola diferenciada para o segmento da agricultura familiar.

Para finalizar este capítulo, resumiremos a definição da comunidade rural camponesa a partir de Lefebvre. Em “Problemas de Sociologia Rural”, o autor faz uma análise minuciosa do significado da comunidade rural e lhe dá uma definição que reúne os diferentes aspectos da análise, alertando o leitor que “esta definição abstrata e a *a priori*, resume, de fato, concretamente uma análise já efetuada e permitirá aprofundá-la”. O autor embasa sua análise por cinco afirmações sobre a natureza da comunidade camponesa e, ao final, apresenta uma definição. Embora não seja o objetivo aqui aprofundar a discussão, será feito um resumo sobre a concepção de camponês a que nos remetemos. Resumidamente,

1º) A comunidade rural não é a força produtiva, nem um modo de produção, ou comunidade de aldeia não é um modo de produção.(...) 2º) A comunidade rural é um forma de comunidade *orgânica*, e não se reduz a uma solidariedade mecânica de elementos individuais. (...)3º) Na noção de comunidade não se pode, evidentemente, fazer abstração do regime de propriedade. *Propriedade indivisa*. (...) *Concessão por partes iguais*. (...) *concessão por cotas partes desiguais*. 4º) Esta análise de propriedade não esgota, nem de longe, a noção de comunidade rural. E comporta também *disciplinas coletivas* extremamente variadas no que diz respeito às suas modalidades e a seu vigor. (...). 5º) Enfim, estes modos de organização tendiam, sempre, a suscitar funções diretivas. Funções, em primeiro lugar quase exclusivamente técnicas (...). Chegamos, assim, a uma definição: a comunidade rural (camponesa) é uma forma de agrupamento social, que organiza, segundo modalidades historicamente determinadas, um conjunto de famílias fixadas ao solo. Estes grupos elementares possuem, por um lado, bens coletivos e indivisos, e por outros, bens “privados”, conforme relações variáveis, mas, sempre, historicamente determinadas. Encontram-se ligados por disciplinas coletivas e designam – tanto tempo quanto a comunidade guarda uma vida própria – mandatários responsáveis para dirigir a realização dessas tarefas de interesse geral.⁷³

⁷³ LEFEBVRE, Henri. *Problemas de Sociologia Rural*. In: MARTINS, José de Souza (org.) Introdução crítica à sociologia rural. Hucitec, São Paulo – SP, 1986. p. 151-156

Ainda, trazemos a definição do verbete “camponês” no *Dicionário da Terra*, pois, segundo Grynspar, após uma vasta pesquisa, constata-se uma enorme diversidade de definições para o termo assentadas em três elementos comuns e interligados:

O primeiro deles é que camponês é aquele que tem acesso a uma parcela de terra para produzir. O segundo é que esta produção se faz fundamentalmente, a partir da força de trabalho familiar. O terceiro é que, sendo familiar, a unidade camponesa é, a um só tempo, unidade de produção e de consumo. (...) apesar da crença razoavelmente generalizada, no fim inexorável do campesinato, isso não chegou a ocorrer. Camponeses ainda existem mesmo em sociedades modernas. A chave para esta compreensão desta persistência estaria, segundo algumas vertentes analíticas, no caráter familiar da unidade camponesa, na sua natureza ao mesmo tempo de produção e consumo.⁷⁴

Segundo Paulino,⁷⁵ a monopolização da terra e a sujeição da renda da terra pelo camponês é um expediente para metamorfosear a exploração do trabalho dos camponeses e podem ser compreendidas como a forma original de exploração do capital em setores não capitalistas. Sua análise dá pistas de como o capital se apropria do excedente social em setores não puramente capitalistas, chamando a atenção, num claro diálogo com a obra de A. U. Oliveira (1986) para o fato de que o “processo de acumulação primitiva é parte integrante e contínua da contraditória reprodução de capital, sendo equivocada a idéia que a mesma ocorreu apenas no início do capitalismo. Portanto, os próprios capitalistas estão permanentemente envolvidos em dois processos distintos: na reprodução do capital via trabalho assalariado, e na produção da capital, com a sujeição da renda da terra”,⁷⁶ e continua Paulino, dando concretude a estratégia de exploração capitalista do trabalho dos camponeses,

Assim, é necessário realçar os mecanismos de geração da renda da terra, para então passar as especificidades do sistema de integração, uma das estratégias amplamente pelos capitalistas do agronegócio avícola e sericícola. No caso em questão, a renda da terra é gerada pelo trabalho familiar e está contida nos produtos que os camponeses colocam no mercado. Vimos que, interessa aos capitalistas (...) se apropriar da renda da terra. (...) Não se trata, portanto, da sujeição do trabalho ao capital, mas de uma relação em que a troca envolve a produção já concretizada.⁷⁷

Para concluir esta primeira parte e iniciar o novo capítulo, faz-se necessário definir melhor sobre qual princípio é pautada a contratualização da produção rural na produção agroindustrial. Sobre isso, Ferreira faz um estudo de caso minucioso sobre as estratégias da

⁷⁴ GRYNSPAN, Mario. Campesinato. In: MOTA, Márcia. *Dicionário...* Op.cit., p. 72.

⁷⁵ PAULINO, Eliane T. *Por Uma Geografia dos Camponeses*. São Paulo: UNESP, 2006. p. 109.

⁷⁶ *Ibid.*, p.109.

⁷⁷ *Ibid.*, p. 109/110

empresa Sadia no Estado do Paraná, no qual apresenta os elementos principais dos “diferenciais favoráveis de lucratividade agroindustrial”:

A análise do conjunto da trajetória, das ações e discurso da Sadia no Paraná leva à percepção de que as condições mais importantes para se explicar sua estratégia de contratualização são: a) a existência de uma estrutura agrária de produtores e de alguma experiência na produção de suínos; b) o espaço restrito de organização deste segmento de agricultores e de sua atuação na configuração dos contratos e na fixação dos preços; c) o espaço significativo que tem a agroindústria processadoras neste controle dos preços e do produto e da parte mais importante dos insumos. Estas três condições podem ser consideradas básicas como ponto de partida para a adoção da estratégia da agroindústria de contratualização. A elas, associam-se as condições que geram o que poderia chamar de diferenciais favoráveis de lucratividade agroindustrial: a) a contratualização poupa investimentos fundiários maiores para as agroindústrias. (...); b) os contratos de produção exigem as agroindústrias de selecionar, treinar, fiscalizar a mão de obra assalariada necessária para empreender a criação. (...); c) os custos gerais de produção tendem a ser rebaixados nas unidades de produção do tipo familiar que são contratualizadas: certa multifuncionalidade perdura entre os trabalhadores ativos da família permitindo que a(s) pessoa(s) que cuidam dos porcos também realizem outras tarefas (...) [nas] horas de pique da atividade são partilhadas por com outros membros da família e não contabilizadas com horas extras (...) além disso, alguns insumos produzidos no próprio estabelecimento e não contabilizado como mercadoria, são utilizados para complementar a alimentação animal.⁷⁸

Após esta introdução teórica, cabe aprofundar a reflexão na pesquisa que aqui se desenvolve. Assim, deste momento, será mostrada a pesquisa empírica e, a partir dela, serão feitas as mediações necessárias com a teoria geral até aqui esboçada.

A partir da dimensão subordinada do trabalho ao capital, a categoria integração subordinada adquire um lugar central. Desse modo, o objetivo aqui é estabelecer os fios condutores da integração produtiva na cadeia de biodiesel, destacando o lugar ocupado pelos camponeses nesta integração, na novíssima cadeia produtiva de biodiesel.

Também vamos fazer um contraponto entre a contratualização da produção camponesa⁷⁹ no ramo da produção de tabaco, dos limites e das possibilidades de deslindar a precariedade e a vulnerabilidade da população no meio rural. Muitos dos agricultores que

⁷⁸ FERREIRA, Ângela. Agricultores e agroindústrias: estratégias, adaptações e conflitos. Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária – ABRA. Vol. 25. dez. 1995, p. 93.

⁷⁹ A estratégia de integração das indústrias fumageiras não difere daquilo que Ferreira denominou como “diferenciais favoráveis de lucratividade agroindustrial”. Contudo, possui um agravante, pois, além do trabalho escravizante, o excessivo uso de agrotóxicos e a situação de envenenamento que toda a família camponesa está estão exposta. No caso específico, trazemos alguns fragmentos da ACP - Ação Civil Pública com Pedido de Antecipação de Tutela. Ministério Público do Trabalho – Procuradoria Regional do Trabalho da Nona Região, interpellando a Souza Cruz S.A; Afubra – Associação dos Fumicultores do Brasil; e o Sindifumo – Sindicato das Indústrias do Fumo” – dezembro de 2007. p.3-10.

estão interessados no programa do biodiesel, como veremos em duas regiões analisadas em nossa pesquisa (Canguçu – RS e Abelardo Luz – SC), são agricultores produtores de tabaco para as multinacionais instaladas no sul do Brasil que querem abandonar a atividade do fumo e estão tentando fazer a reconversão produtiva de suas propriedades para a produção de alimentos e energia.

Apenas como exemplo do contexto extremo dessa problemática, convém mencionar que os agricultores integrados na produção de biodiesel vislumbram nesta oportunidade uma possibilidade de reinclusão de milhares de agricultores familiares integrados nas indústrias de tabaco e em estado de extrema pobreza e vulnerabilidade sujeitados “a condições análogas a de escravos”.⁸⁰

Segundo Kuenzer, há uma lógica dialética que articula os dois extremos das cadeias produtivas altamente modernizadas demarcando as novas relações entre trabalho e capital, entre educação e trabalho contemporaneamente: “não se trata, portanto, de mera disfunção de efeitos passageiros, mas da própria possibilidade de acumulação do capital, posto que a reestruturação produtiva se alimenta e mais se dinamiza quanto mais produz o seu contrário: o trabalho precarizado. (...) A esta lógica, que estamos chamando de **exclusão includente**, corresponde outra lógica, equivalente e em direção contrária, do ponto de vista da educação, ou seja, a ela dialeticamente relacionada: a **inclusão excludente**, ou seja, as estratégias de inclusão nos diversos níveis e modalidades da educação escolar aos quais não correspondam os necessários padrões de qualidade que permitam a formação de identidades autônomas intelectual e eticamente, capazes de responder e superar as demandas do capitalismo; ou, na linguagem toyotista, homens e mulheres flexíveis, capazes de resolver problemas novos com rapidez e eficiência, acompanhando as mudanças e educando-se permanentemente”⁸¹.

O capital e seus apetites imaginários, regado às mais de 4.700 substâncias tóxicas que causam dependência – segundo adverte o Ministério da Saúde, a produção agrícola de tabaco é um exemplo concreto de subordinação e de superexploração do trabalho camponês. Para alcançar o cerne da integração subordinada, é preciso destacar alguns excertos da Ação Civil Pública - ACP - referente à contratualização da agricultura familiar pela indústria do tabaco no Paraná, entretanto, a realidade daquele estado pode ser estendida para toda a região Sul, onde se concentra mais de 90% da produção de tabaco no país, conforme se nota abaixo:

⁸⁰ AÇÃO Civil Pública. *Pedido de Antecipação de Tutela*. Ministério Público do Trabalho – Procuradoria Regional do Trabalho da Nona Região. Curitiba, 07 de dezembro de 2007, p. 6.

⁸¹ KUENZER, Acácia. *Exclusão includente e inclusão excludente: a nova forma de dualidade estrutural que objetiva as novas relações entre educação e trabalho*. In: LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Demerval & SAN FELICE, José Luís. (orgs.) *Capitalismo, trabalho e educação*. 2ª. Ed. Campinas/SP: Autores Associados; HISTEDBR, 2004.

Em 1998 foi instaurado Inquérito Civil Público com o intuito de investigar denúncia de exploração do trabalho de crianças e adolescentes na produção do tabaco (...) os técnicos, claro que sob ordens das empresas, afirmam que este sistema traz enormes vantagens econômicas. Insistem, assim, que sejam assinados os Contratos de Integração. Seus termos, como é de se prever, não são de modo algum negociados. São sim mal esclarecidos e impostos aos produtores rurais. (...) Importante destacar que os pequenos produtores rurais, após convencidos da “vantagem” de se tornarem produtores de fumo, assumem dívidas perante instituições financeiras que os manterão atrelados à atividade por anos seguidos, querendo ou não permanecer produzindo fumo, sob pena, inclusive, de perda de seu único patrimônio, que é a sua pequena propriedade agrícola, único meio de subsistência. Tal endividamento caracteriza, sem sombra de dúvidas, submissão dos trabalhadores rurais aos interesses econômicos das empresas, caracterizando-se como “sujeição a condições análogas a de escravos”, conforme conceituação legal. (...) Omite-se aos produtores rurais aspectos extremamente negativos desse sistema (..) os quais, se devidamente elucidados, seguramente os levariam a não assinar ditos Contratos. Com efeito, não se menciona que para produzir o fumo eles teriam, obrigatoriamente, de empregar sua força de trabalho, assim como de ajudantes e de pessoas de sua família, em turnos praticamente ininterruptos, inclusive não raramente tendo que “dormir” dentro da estufa de fumo, local dos mais insalubres, dada à quantidade de agrotóxicos aplicados nas plantas e que são, assim, diuturnamente inspirados por quem lá esteja. (...) Embora tais vícios sejam mais pormenorizadamente analisados em tópico específico, cumpre explicitar desde já a necessidade de declaração de nulidade do negócio jurídico pactuado entre as Rés e os pequenos produtores rurais, decretando-se a real natureza jurídica da relação existente, que não pode ser outra que não a de relação empregatícia.⁸²

Tratando-se da problemática da inclusão subordinada do campesinato aos complexos agroindustriais, ao final desta tese, tentaremos verificar se o selo social do PNPB que tem por princípio a inclusão social, criaria um precedente na forma de gestão da integração dos camponeses nos CAI's e que poderia se estender para os demais CAI's, como exemplo, regulamentar a produção de tabaco ou se o selo social do PNPB, estendido para as demais cadeias produtivas, poderia conter o ímpeto brutal de superexploração do trabalho dos camponeses pelos complexos agroindustriais. Os agricultores, que resistem e criam novas alternativas, poderiam ser prioritariamente atendidos pelo Programa Nacional de Biodiesel para a inclusão social?

⁸² Ibid., p. 3-10.

Parte II – O Selo Combustível Social, a Inclusão do Campesinato Tradicional e os Processos de Formação Técnica



*Curso da Embrapa Clima Temperado – CNPCT - Pelotas – RS - 17 e 18/out/2006.
Fotografia Roberto Terra. Acervo do autor.*

Capítulo 3 - O Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel – PNPB

A criação do Grupo de Trabalho Interministerial e o Relatório Final

Sob a coordenação da Casa Civil da Presidência da República e a colaboração direta e indireta de representantes de doze Ministérios,⁸³ membros da sociedade civil e especialistas técnicos, o Grupo de Trabalho Interministerial - GTI foi instituído pelo Decreto Presidencial de 02/07/2003 com o objetivo de apresentar um relatório técnico sobre a viabilidade de utilização de óleo vegetal - biodiesel - como fonte alternativa de energia.

O Grupo teve um prazo de noventa dias para produzir o Relatório final, que se constituiu um marco de uma nova política pública para produção de biodiesel, culminando no lançamento do PNPB em 06 de dezembro de 2004. Acompanham o Relatório Final, aprovado no dia 04/11/2003 em reunião da Câmara de Políticas de Infra-Estrutura do Conselho de Governo, mais três anexos: Anexo I - Resumo do Posicionamento dos Órgãos e Entidades Convidadas para o Ciclo de Audiências (entidades públicas e privadas que desenvolveram estudos, pesquisas, testes, produtores rurais, indústrias automotivas, de óleos e sucroalcooleiras, ANP-Petrobrás e depoimentos de parlamentares); Anexo II - Atas das Reuniões do Grupo de Trabalho Interministerial; e o Anexo III - Relatórios Finais dos Subgrupos.

Em recomendação final do GTI, é criada, em 23/12/2003 - por decreto presidencial - a Comissão Executiva Interministerial - CEIB - de caráter permanente e composta por representantes de doze ministérios, mais os representantes da Embrapa, Agência Nacional do Petróleo - ANP, BNDES e Petrobrás. Tal comissão, em cujo âmbito se farão as primeiras discussões acerca da iniciativa de criação do PNPB, terá como unidade executiva um Grupo Gestor coordenado pelo Ministério das Minas e Energia com a função de acompanhar a implementação das diretrizes de políticas públicas relacionadas ao biodiesel a partir das recomendações do Relatório Final do GTI.

Entre julho e novembro de 2003, foram realizadas, no Palácio do Planalto, onze audiências públicas, denominadas Ciclos de Debates, as quais envolveram tanto o setor

⁸³ O GTI teve a coordenação realizada pela Casa Civil da Presidência da República e a participação de mais 11 ministérios: Ministério dos Transportes (MT); Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA); Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC); Ministério de Minas e Energia (MME); Ministério da Fazenda (MF); Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP); Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT); Ministério do Meio Ambiente (MMA); Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA); Ministério da Integração Nacional (MI); Ministério das Cidades (Mcidades).

público quanto o privado, especialistas, técnicos e organizações representativas da sociedade civil (Anexo 1). O objetivo deste ciclo foi uniformizar os conhecimentos dos membros do GTI sobre o biodiesel e trazer ao público os diversos estudos e experiências realizados com biodiesel no Brasil e no exterior. Paralelamente aos Ciclos de Debates, ocorreram as reuniões dos quatro subgrupos de trabalho,⁸⁴ dos quais interessa especialmente o subgrupo I, pois trata da capacidade de produção de biodiesel, sobretudo na fase agrícola da integração agroindustrial.

Alguns fragmentos deste Relatório Final e seus anexos são importantes para a observação de como vão se delineando questões importantes desde a constituição do GTI até a criação e regulamentação do Programa. Convém identificar as justificativas levantadas nos subgrupos quanto ao potencial de inclusão social na nova cadeia produtiva, estabelecendo as bases para a criação de mecanismos que possibilitarão, posteriormente, a integração diferenciada da agricultura familiar referenciada no Selo Combustível Social, criado em 2005.

Sem a intenção de fazer uma análise sistemática deste relatório, este trabalho enfocará a identificação das idéias que darão origem a uma concepção de política pública materializada na legislação do PNPB (Anexo 2), com a publicação da lei 11.097/2005 e a criação do Selo Combustível Social, que possibilitaram a introdução do biodiesel na Matriz Energética Nacional – MEN.

Os critérios estabelecidos no âmbito do GTI para a elaboração do Relatório Final estão descritos na Audiência Pública registrada na ata nº 08/2003 (02/10/2003).

A coordenação do GTI distribuiu aos membros do grupo um documento para a avaliação contendo questões estratégicas para discussão dos quatro subgrupos, cujo objetivo era orientar o debate e a elaboração dos relatórios específicos dos subgrupos de trabalho do GTI, sobre os quatro temas fundamentais levantados: 1 - inclusão social e aspectos regionais; 2 - aspectos ambientais; 3 - aspectos econômicos; e os 4- aspectos tecnológicos da produção e do uso de biodiesel.

Destacamos abaixo o item 1, relativo à “inclusão social e aspectos regionais”. Quais eram as questões-chaves fundamentais relevantes sobre este tema? Três questões deveriam

⁸⁴ BRASIL. Relatório Final do Grupo de Trabalho Interministerial Encarregado de Apresentar Estudos Sobre a Viabilidade de Utilização de Óleo Vegetal – Biodiesel Como Fonte Alternativa de Energia. Brasília, 2003. Disponível em: <http://www.biodiesel.gov.br/docs/relatoriofinal.pdf> acesso: 15/01/2010. Anexo III - Relatórios Finais dos subgrupos: subgrupo I - capacidade de produção do biodiesel, coordenado pelo MAPA, com os participantes: MDA, MI E MMA; subgrupo II - aspectos tecnológicos, coordenado pelo MCT, com os seguintes participantes: MME, MAPA, MMA E MDIC; subgrupo III - emprego do biodiesel como combustível, coordenador MME, com os seguintes participantes: MCT, MT, MDIC, MCIDADES E MMA; subgrupo IV - incentivos, financiamento e repercussões econômicas para utilização do biodiesel, coordenado pelo MDIC, com os seguintes participantes: MF, MP, MME, MAPA, MCIDADES, MMA, MI e MCT.

nortear a elaboração dos documentos: a geração de emprego e renda, a disponibilidade de terras agricultáveis e, por último, a amplitude de um futuro programa.

1 - Inclusão Social e Aspectos Regionais: 1.1 - Quantos empregos são gerados com a produção de uma tonelada de diesel e de biodiesel (de soja, mamona, dendê, girassol, etc.)? Se possível, estratificar por tipo de agricultura (empresarial e familiar). Responsáveis: MAPA/MDA e MIntegração. 1.2 - Tomando-se por base o consumo regional atual e projetado de óleo diesel, qual seria a melhor estratégia para sua gradativa substituição por biodiesel, considerando-se a disponibilidade de áreas agricultáveis nas diferentes regiões do Brasil? Responsável: MME com base em dados apresentados pela ABIOVE, com a colaboração do MAPA. 1.3 - Como o Brasil é um País heterogêneo em diversos aspectos, sobressaindo, no tocante ao tema energia, a irregular distribuição do consumo (comunidades isoladas, pequenas, médias, grandes metrópoles, concentração industrial, etc.), o programa de biodiesel deveria contemplar essas disparidades ou ser implementado de forma massiva? Quais as vantagens e desvantagens de cada uma dessas alternativas? Responsável: MME (com a colaboração dos demais membros do GT).⁸⁵

Na conclusão dos subgrupos de trabalho, apesar da defesa explícita do subgrupo I da agricultura familiar como sendo o segmento principal a ser integrado no campo, o sentido da inclusão tende mais para uma solução urbana focada no transporte coletivo como instrumento de combate à pobreza e na promoção da inclusão social. Somente no final do documento, nas recomendações e conclusões, a agricultura familiar passa a ser o público prioritário no tema da inclusão social, aparecendo na primeira síntese conclusiva do Relatório Final como uma estratégia de primeira ordem.

Inserir, de forma sustentável, a agricultura familiar nas cadeias produtivas do biodiesel como vetor para seu fortalecimento, apoiando-a com financiamentos, assistência técnica e organização produtiva, visando à oferta de matérias-primas de qualidade e em escala econômica, assim como a participação dos agricultores familiares e suas associações como partícipes de empreendimentos industriais, de modo a ampliar os benefícios socioeconômicos auferidos; Responsáveis: Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e do Desenvolvimento Agrário (MDA).⁸⁶

O subgrupo I - responsável pela elaboração sobre o tema “Capacidade de Produção do Biodiesel” e no qual a agricultura familiar passa a ser o público principal da inclusão social - o próprio título deixa evidente o sentido da inclusão social na cadeia de biodiesel: “Biodiesel:

⁸⁵ BRASIL. Relatório Final do Grupo de Trabalho Interministerial Encarregado de Apresentar Estudos Sobre a Viabilidade de Utilização de Óleo Vegetal – Biodiesel Como Fonte Alternativa de Energia. Ciclo de Audiências. Brasília, 2003.

⁸⁶ Ibid., p. 14.

alavanca de inclusão social e regionalização da agricultura familiar”. Esse subgrupo faz, na introdução, um alerta para a dimensão, a complexidade e a riqueza do tema, indicando que o público da inclusão social é a agricultura familiar e os assentados da reforma agrária.

Sobre o tema específico da inclusão social, o estudo do subgrupo - cuja responsabilidade foi do MDA, MAPA, MI - faz uma simulação do potencial de criação de emprego e de renda no campo com a adição de 6% de biodiesel na MEN, demonstrando, através de uma simulação, o amplo potencial da agricultura familiar em termos de inclusão social quando comparada ao agronegócio.⁸⁷

A cada 1% de participação da agricultura familiar no mercado de biodiesel no País, na hipótese de utilização de um percentual de mistura de 5% de biodiesel no óleo diesel em todo o território nacional, seria possível gerar cerca de 45 mil empregos no campo, a um custo médio de aproximadamente R\$ 4.900,00 por emprego. (...) A participação de apenas 6% da agricultura familiar no mercado do biodiesel (B5) possibilitaria a geração de aproximadamente 1 milhão de empregos, dos quais 270 mil no campo e 810 mil na indústria, comércio e distribuição. Apenas para efeito comparativo, se essa participação fosse integralmente apropriada pelo agronegócio da soja, seriam gerados, segundo os mesmos estudos, apenas cerca de 46 mil postos de trabalho, a um custo médio da ordem de R\$ 80 mil por emprego.⁸⁸

O relatório apresenta a produção de soja, girassol e mamona no Brasil, destacando os custos de produção e os preços de *commodities* dessas oleaginosas. Fica evidente o contraste e a desproporção da área, da produção, da produtividade e dos custos de produção entre a cultura da soja e as demais culturas potenciais matérias-primas oleaginosas.

Com base em 2003, o estudo destaca o maior custo de produção da soja (R\$ 772,00/hectare) comparado com o girassol (R\$ 697,00/hectare) e a mamona (R\$ 344,00/hectare). Em termos de área colhida, a produção da soja ocupa uma área 84 vezes maior que a mamona e 210 vezes maior que o girassol. Quanto à produção de grãos, a de soja é 427 vezes maior que a de mamona e 359 vezes maior que o de girassol. O estudo levanta também o potencial de quatorze culturas oleaginosas comparando o teor de óleo, e conclui que o rendimento da soja é o menor, entre 18 a 21% de óleo. (Anexo 14)

⁸⁷ Os cálculos de custos de produção para a região Sul e Centro-Oeste tiveram a soja como parâmetro de geração de renda e emprego - apesar da cultura da soja ser caracterizada como uma cultura típica de cultivo em grandes propriedades e uso intensivo de tecnologias modernas (máquinas, equipamentos, fertilizantes químicos e agrotóxicos), em suma, com o uso de tecnologias poupadoras de mão-de-obra e em contradição com os sistemas de produção camponeses. Para região Sudeste o parâmetro foi o girassol e o amendoim, na região Nordeste a mamona e para a região Norte a palma (dendê) foi o parâmetro.

⁸⁸ BRASIL. *Relatório Final...op. cit.*, p. 9-10.

Do ponto de vista da política pública, os agricultores familiares beneficiários do futuro programa, segundo o Manual de Crédito Rural MCR 010 - Pronaf 2002 serão aqueles produtores rurais que atendam aos seguintes requisitos cumulativamente:

Sejam proprietários, posseiros, arrendatários, parceiros ou concessionários da Reforma Agrária; Residam na propriedade ou em local próximo; Detenham, sob qualquer forma, no máximo 4 (quatro) módulos fiscais de terra, quantificados conforme a legislação em vigor; No mínimo 80% (oitenta por cento) da renda bruta familiar devem ser proveniente da exploração agropecuária ou não agropecuária do estabelecimento; A base da exploração do estabelecimento deve ser o trabalho familiar.⁸⁹

Considerando a delimitação deste público, quanto às recomendações do GTI de favorecer a inclusão social e os aspectos de regionalização da produção, o subgrupo I propõe como estratégia de implementação de um futuro programa, que ele deveria ser implementado nos país inteiro, a partir do Biodiesel misturado a 5% no diesel mineral, respeitando a diversidade e as espécies mais apropriadas e consolidadas localmente. Contudo, as ações do governo deveriam se concentrar nas regiões Nordeste e Norte e o programa não poderia ser compulsório.

Outra questão fundamental apontada na estratégia desenvolvida pelo subgrupo foi a potencialização da utilização do subproduto da extração do óleo. O farelo e a torta deveriam retornar para o campo, para as propriedades da agricultura familiar e ser destinada para a alimentação animal e adubação das lavouras, melhorando a produtividade e os custos de produção dos sistemas produtivos dos integrados, retroalimentados na cadeia de biodiesel.⁹⁰

O Relatório Final do GTI afirma que a produção de biodiesel, na época, já era uma realidade no país com avanços significativos na pesquisa científica e no desenvolvimento tecnológico, sobretudo depois das crises do petróleo. Por último, afirma que o país não deve privilegiar rotas tecnológicas, matérias-primas e escalas de produção agrícola e agroindustrial diante do leque de alternativas que podem ser exploradas com vistas a tornar a produção e o consumo de biodiesel um vetor de desenvolvimento regional.⁹¹

O Relatório recomenda a implementação de políticas públicas para a estruturação da cadeia produtiva nas fases agrícola e industrial, fazendo um alerta para o risco da concessão

⁸⁹ BRASIL. *Relatório Final* ...op. cit. p. 4.

⁹⁰ Observaremos mais adiante, a busca e a implementação desta estratégia de intensificação dos sistemas produtivos da agricultura familiar em duas regiões prioritárias da integração da agricultura familiar na cadeia produtiva do biodiesel: no Território Zona Sul do RS, no Estado do Rio Grande do Sul, com a UNAIC, e no Território Meio Oeste Contestado, em Santa Catarina, com a COOPEAL.

⁹¹ *Ibid.*, p. 13

de subsídios que, em médio e longo prazo, poderiam distorcer a cadeia produtiva. Este alerta foi direcionado como uma crítica aos pesados subsídios públicos ao Proálcool.

No caso brasileiro, aponta-se que o subsídio ao uso de biodiesel, se necessário, seria muito inferior ao que foi concedido no passado para viabilizar o consumo do álcool carburante. Não se deve deixar de admitir, ademais, que, a exemplo do ocorrido com o álcool, os custos de produção do biodiesel podem ser reduzidos pelo aumento da produtividade agrícola e pelo progressivo aperfeiçoamento do processo de transformação industrial, o que, pelo menos a priori, não recomendaria iniciar-se um programa de biodiesel apoiado em subsídios.⁹²

Segundo o Relatório, as potencialidades do biodiesel residem no fato da flexibilidade das plantas industriais em termos de tamanho e uso de matérias-primas para a produção de biodiesel, sem necessitar de modificações, adaptando-se às necessidades edafoclimáticas, econômicas e sociais das diferentes regiões do país - promovendo a inclusão social com a geração de emprego e renda no meio rural⁹³.

Adotar a inclusão social e o desenvolvimento regional, especialmente via geração de emprego e renda, como princípios orientadores básicos das ações do Governo direcionadas ao biodiesel, o que implica dizer que sua produção e consumo devem ser promovidos de forma descentralizada e não excluyente em termos de rotas tecnológicas, matérias-primas utilizadas, categorias de produtores, portes de indústria ou regiões. O Norte e o Nordeste devem receber tratamento diferenciado por serem regiões mais carentes e com amplas possibilidades de inserção no mercado de biodiesel.⁹⁴

A opção pela inclusão social e pelo desenvolvimento regional da agricultura familiar - demarcada no GTI - está expressa no Relatório Final que expõe uma intenção de princípios materializados no PNPB na regulamentação do Selo Combustível Social em 2005.

O biodiesel pode contribuir favoravelmente para o equacionamento de questões fundamentais para o país, como a geração de emprego e renda, inclusão social, redução das emissões de poluente, das disparidades regionais e da dependência de importações de petróleo, envolvendo, portanto, aspectos de natureza social, estratégica, e econômica e ambiental.⁹⁵

⁹² Ibid., p. 14.

⁹³ Veremos, mais adiante, que a flexibilidade tecnológica tornar-se-á rígida e complexa quanto contraposta com as opções das cadeias produtivas oleaginosas e o público beneficiário a ser integrado. Com a grande escala de produção – a maioria das indústrias tinha uma Capacidade Instalada de produção acima de 100 milhões de litros/ano de biodiesel, isto significará uma contraposição à viabilidade econômica de pequenos empreendimentos, e, ainda, a rigidez do complexo soja, quando 99% dos pequenos agricultores camponeses se rendem a monocultura da soja e de sua lógica concentradora para produzir matéria-prima para biodiesel.

⁹⁴ BRASIL. *Relatório Final...* op. cit. p. 13

⁹⁵ Ibid., p. 12.

Nas conclusões e recomendações do Relatório Final do GTI fica expressa a opção pela estratégia de integração produtiva na cadeia produtiva de biodiesel a fim de promover a inclusão social e o desenvolvimento regional. O relatório indica a prioridade de políticas públicas voltadas para a agricultura familiar e para a reforma agrária e orientadas para a produção de biodiesel, como financiamento, ATER, uso da terra e de apoio à comercialização. As expressões “inclusão social” e “desenvolvimento regional” com ênfase na agricultura familiar, presentes no relatório final do GTI, um ano depois com o lançamento do PNPB, tornaram-se equivalentes ao selo combustível social.

O Lançamento do PNPB e a Regulamentação do Selo Combustível Social

No período entre 2005 a 2007, fase piloto do PNPB - sobre o qual esta pesquisa se restringe - ocorre o lançamento do PNPB e a definição do marco legal e institucional do Programa. Com a publicação da lei 11.097/2005, ocorre a primeira fase de introdução do biodiesel na Matriz Energética Nacional - MEN - com a autorização (fase não-obrigatória) da mistura B2 em todo o território nacional. Paralelamente à regulamentação da lei, são iniciados os primeiros cinco leilões de biodiesel realizados pela ANP indo até 2007. (Anexo 3).

A partir de 2008, inicia-se a fase compulsória, quando a introdução do novo bicomcombustível é obrigatória em uma mistura proporcional de 2% no diesel mineral em todo o território nacional, introduzindo definitivamente o biodiesel na MEN, que passa a demandar uma nova cadeia de produção de biodiesel. (Anexo 13)

A lei estabeleceu um cronograma de adição do biodiesel ao total de diesel mineral comercializado no país em uma proporção de 2% (B2) autorizativo no período de 2005 a 2007 e a compulsória de 2% (B2) no período de 2008 a 2012, evoluindo para a mistura de 5% (B5) de 2013 em diante. O novo biocombustível passa a ser comercializado obrigatoriamente em todo o território nacional a partir de 2008. No entanto, este calendário foi antecipado pelo Governo Federal em três anos, tendo em vista que o Programa cumpre com folga as metas estabelecidas. Assim, em julho de 2008, o percentual da mistura passa para 3% (B3), em julho de 2009 para 4% (B4) e, a partir de janeiro de 2010, para 5% (B5); antecipando, assim, para 2010, a meta originalmente estabelecida para 2013.

A integração da agricultura familiar na cadeia produtiva de biodiesel deu-se através da concessão de uso do Selo Combustível Social, regulamentado por duas IN's do MDA, entre 2005 e 2007, a partir dos seguintes parâmetros: o enquadramento das indústrias de biodiesel no selo e o credenciamento das organizações sociais representativas dos trabalhadores do

campo; publicação de instrução normativa da forma de contratação da produção integrada, estabelecendo parâmetros de negociação de preços e custos de produção da matéria-prima destinada a produzir o biodiesel, concentrando assim o credenciamento das organizações sociais representativas dos trabalhadores do campo, responsáveis pela anuência da negociação dos contratos; delimitação do escopo de atuação da Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER - pública e privada, transferindo a responsabilidade da prestação desses serviços para a empresa detentora de selo; destinação da linha de financiamento de custeio (PRONAF Biodiesel) e investimento (PROINF e BNDES) para estimular a produção de oleaginosas para produção de biodiesel; estabelecimento da regionalização de cotas de participação da agricultura familiar no mercado de biodiesel nacional, para as regiões Sul e Sudeste - 30%; Centro-Oeste 10%; Norte e Nordeste 50%; leilões de biodiesel realizados pela Petrobras, o governo federal deu preferência para as aquisições de empresas enquadradas no selo Combustível Social na proporção de 80% do total, as quais contam com a desoneração fiscal/tributária dependendo da região produtora e das culturas oleaginosas adquiridas da AF.

Na fase piloto do Programa, o PRONAF biodiesel não saiu do papel e, atualmente, encontra-se sem operacionalização na região Sul. A concepção do Pronaf, conforme a SAF/MDA havia vislumbrado, tinha por base um cenário de competição entre a produção de alimentos e a de energia, o que, na verdade, não aconteceu. A linha de crédito, dita suplementar, perdeu seu sentido real e a não concretização do Pronaf Biodiesel é umas das provas da inconsistência prática desta contraposição, sobretudo no tocante ao biodiesel de soja, conforme vimos anteriormente, como a produção majoritária junto aos agricultores familiares integrados no PNPB. Esta contradição aparente nas propriedades individuais, desaparece na macroeconomia do Complexo da soja e a desvantagem (competição alimentos *versus* energia) converte-se em vantagem, ou seja, toda a produção de soja, seja ela destinada para a alimentação humana ou para produção de energia, produzirá inevitavelmente 20% de óleo vegetal (biodiesel para a alimentação ou energia) e 80% de farelo de soja que será utilizado para a alimentação humana diretamente ou, indiretamente, quando convertida em ração animal.

A partir da contratualização da agricultura familiar sob as diretrizes do Selo, formam-se os arranjos produtivos para aquisição de matéria-prima nos Polos de Produção de Biodiesel. Na área de abrangência destes, formam-se os GTG's, uma forma de gestão social destes arranjos estimulada pelo Governo Federal para dar suporte à integração da agricultura familiar sob as diretrizes do Selo Combustível Social. Consta na IN 02 do MDA que:

§ 1º Para promover a inclusão social dos agricultores familiares, o produtor de biodiesel deve: I - adquirir de agricultor familiar, em parcela não inferior a percentual a ser definida pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, matéria-prima para a produção de biodiesel; II - celebrar contratos com os agricultores familiares, especificando as condições comerciais que garantam renda e prazos compatíveis com a atividade, conforme requisitos a serem estabelecidos pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário; e III - assegurar assistência e capacitação técnica aos agricultores familiares.

Cabe à indústria de biodiesel garantir a assistência técnica privada para a produção e para a capacitação dos trabalhadores rurais integrados na cadeia produtiva, segundo os pressupostos da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural do MDA – PNATER. Segundo estabelece a IN 01/2005 - MDA:

Art. 7º Para concessão de uso do selo combustível social, o produtor de biodiesel assegurará a assistência e capacitação técnica a todos os agricultores familiares de quem adquira matérias-primas. § 1º A prestação dos serviços de assistência técnica e de capacitação dos agricultores familiares poderá ser desenvolvida diretamente pela equipe técnica do produtor de biodiesel ou por instituições por ele contratadas. § 2º O produtor de biodiesel deverá apresentar um plano de prestação dos serviços de assistência técnica e capacitação dos agricultores familiares, compatível com as aquisições feitas da agricultura familiar e com os princípios e diretrizes da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural do MDA, que deve conter, pelo menos: I- a descrição do quadro de profissionais da assistência técnica, com seus respectivos currículos e funções; II- quando terceirizada, apresentar também cópia dos contratos com a instituição que prestará este serviço; III- a identificação da área de abrangência da assistência técnica, indicando o(s) Estado(s), município(s), comunidades, vilas ou assentamentos, se for o caso; IV- identificação do número de agricultores assistidos; e V- descrição da metodologia a ser empregada e as atividades a serem desenvolvidas junto aos agricultores familiares.

Para a definição dos principais agentes da cadeia produtiva de biodiesel sob as diretrizes do Selo Combustível Social, partimos do marco legal e institucional do Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel - PNPB, sobretudo, definido pela Lei nº 11.097, de 13 de janeiro de 2005 e pela regulamentação do Selo mediante a publicação das Instruções Normativas IN 01/2005 e 02/2005 - MDA.

Segundo a Instrução Normativa 01/2005 - MDA que “dispõe sobre os critérios e procedimentos relativos à concessão de uso do selo combustível social”, no Art. 1º, são utilizadas as seguintes definições para a cadeia produtiva do Biodiesel. Estes conceitos-chaves compõem o universo conceitual do PNPB e, portanto, desta investigação.

I- Biodiesel: Combustível para motores a combustão interna com ignição por compressão, obtido por fonte renovável e biodegradável que possa substituir

parcial ou totalmente o óleo diesel de origem fóssil, e que atenda à especificação técnica definida pela ANP, conforme estabelecido na Lei nº 11.097, de 13 de janeiro de 2005; II - Pronaf: Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar criado pelo Decreto nº 1.946, de 28 de junho de 1996, alterado pelo Decreto nº 3.991, de 30 de outubro de 2001; III - Declaração de Aptidão ao Pronaf - DAP: é o instrumento que identifica os beneficiários do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf, conforme o estabelecido na Portaria nº 75, do Ministério do Desenvolvimento Agrário, de 17 de setembro de 2004; IV - Agricultor Familiar: definido como beneficiário do Pronaf, conforme estabelecido no art. 5º do Decreto nº 3.991, de 30 de outubro de 2001 e possuidor da DAP; V - Cooperativa Agropecuária do Agricultor Familiar: cooperativa em que 70% (setenta por cento) da matéria-prima a beneficiar ou industrializar, no mínimo, seja originária da produção própria ou de associados/participantes e que no mínimo 90% (noventa por cento) dos participantes ativos de seu quadro social seja composto por agricultores familiares, que seja possuidora da DAP, conforme estabelecido na Portaria Nº 75, de 17 de setembro de 2004, em seu art. 2º, §1º, inciso V, e no Manual de Crédito Rural – MCR, capítulo 10; VI - Selo combustível social: componente de identificação concedido pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário ao produtor de biodiesel que cumpre os critérios descritos nesta Instrução Normativa e que confere ao seu possuidor o caráter de promotor de inclusão social dos agricultores familiares enquadrados no Pronaf, conforme estabelecido no Decreto nº 5.297, de 06 de dezembro de 2004; VII - Produtor de biodiesel: pessoa jurídica constituída na forma de sociedade sob as leis brasileiras, com sede e administração no país, beneficiária de autorização da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP e possuidora de Registro Especial de Produtor de Biodiesel junto à Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda; VIII - Matéria-prima para produção de biodiesel: uma ou mais fontes de óleo de origem vegetal ou animal, beneficiadas ou não e o seu óleo, seja bruto, beneficiado ou transformado; e IX - Assistência e capacitação Técnica: prestação de serviços de acompanhamento técnico e de formação dos agricultores familiares visando contribuir para a sua melhor inserção na cadeia produtiva.

O MDA faz a gestão da concessão de uso do Selo, monitorando, a partir dos critérios do Selo Social, a execução do Projeto Combustível Social a ser implementado junto aos agricultores familiares integrados na produção de biodiesel. A solicitação de concessão de uso do selo combustível social deve ser realizada pelo produtor mediante protocolo junto a SAF/MDA.

O MDA terá a atribuição de manter, renovar, suspender e cancelar a concessão a partir da avaliação da conformidade ou inconformidade com os critérios de concessão do selo combustível Social. Por fim, as empresas devem descrever, quantificar e comprovar com a formação dos seus arranjos produtivos para a integração com a AF a execução dos seus Projetos de Selo e, assim, garantir a adequação e a conformidade com tais critérios.

A concessão de uso do Selo deverá ser publicada por extrato no Diário Oficial da União e terá validade de cinco anos e o MDA fará auditorias anuais para assegurar a

conformidade. A empresa deverá apresentar conjuntamente com a documentação legal um Projeto de Combustível Social (IN 02/05) com tais indicadores/critérios para enquadramento no Selo. Caso não o faça, corre o risco de perdê-lo, como é o caso sugerido na reportagem citada:

(...) O MDA analisa no momento a situação da Brasil Ecodiesel, a maior companhia produtora de biodiesel e responsável por quase a metade dos agricultores familiares ligados ao programa. Segundo o MDA, são 46 mil contratos da Brasil Ecodiesel com agricultores familiares a partir dos quais a empresa se compromete, além do vínculo contratual, comprar volumes de matéria-prima nos percentuais exigidos em cada região e finalmente montar uma estrutura de suporte agrônomo para atender os produtores. A Brasil Ecodiesel diz que atualmente tem 38 mil famílias vinculadas, atendidas conforme as regras do programa. Não é o que tem apurado o MDA. Segundo Campos, o ministério encontrou problemas no cumprimento de algumas das regras que asseguram à companhia o uso do "Selo Combustível Social". O selo é a chave para a empresa obter benefícios fiscais na produção do biodiesel feito a partir da matéria-prima comprada da agricultura familiar. Desde o início do programa, o incentivo fiscal de PIS e Cofins é considerado fator fundamental para a redução do custo final do biodiesel. A coordenação do programa no MDA promete emitir parecer definitivo sobre a Brasil Ecodiesel. A empresa corre o risco até de perder o direito ao selo, o que pode excluir parte ou todas as cinco unidades dos leilões oficiais para compra de biodiesel. Das 28 unidades com selo, 3 já o perderam: Soyminas e duas da Ponte Di Ferro. Dificuldade de organizar cadeias produtivas com a agricultura familiar obrigou o governo a rever as metas do começo do programa.⁹⁶

Até 2008, duas indústrias de biodiesel foram descredenciadas do Selo por não atenderem os critérios do MDA e a maior delas estava na iminência de perder o selo. Conforme mostrou a reportagem acima, a situação da Brasil Ecodiesel em 2008 não era nada confortável.

As empresas de biodiesel devem protocolar também, na SAF/MDA, a Carta de Enquadramento Social do Projeto com a documentação necessária para a concessão de uso do Selo Combustível Social, estipulada na IN 01 e IN02/05 - MDA. Dentre os seis itens regulamentados, foram destacados dois por apresentarem o lócus da integração produtiva. A empresa deve encaminhar o "Projeto de Combustível Social" e a "Cópia do contrato a ser negociado entre a indústria de biodiesel e os agricultores familiares". Estes são os dois principais documentos que garantem ao MDA regulamentar e monitorar o Selo. A adesão ao selo pressupõe a elaboração de um "Projeto de Combustível Social" através da assinatura de "Termo de Responsabilidade" pela empresa perante o PNPB e, cabe ao MDA a função de

⁹⁶ BRITO, Agnaldo. *Governo susta meta de 200 mil famílias para o biodiesel*. In: *Jornal Folha de São Paulo*. 16/08/2008. Disponível no Site: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi1608200833.htm>. Data de acesso: 07/05/2009.

regulamentação do Selo, desenvolvendo políticas de apoio e fomento da participação da agricultura familiar no PNPB.

O formulário do Projeto de Combustível Social (IN 02/05) deve ser preenchido com os dados cadastrais da empresa interessada, indicando a especificação da matéria-prima principal (espécies, grão, óleo) a ser empregada para a produção de biodiesel proveniente da agricultura familiar. Não há qualquer discriminação ou restrição por tipo(s) de matérias-primas para o enquadramento do Selo, o que vem ao encontro dos princípios estabelecidos no GTI e no PNPB.

A lei do biodiesel limita as cotas mínimas por regiões do país de aquisições de matéria-prima originárias da agricultura camponesa e estabelece critérios de inclusão social obrigatórios às empresas enquadradas no Selo.

Art. 2º Os percentuais mínimos de aquisições de matéria-prima do agricultor familiar, feitas pelo produtor de biodiesel para concessão de uso do selo combustível social, ficam estabelecidos em 50% (cinquenta por cento) para a região Nordeste e semi-árido, 30% (trinta por cento) para as regiões Sudeste e Sul e 10% (dez por cento) para as regiões Norte e Centro-Oeste. § 1º O percentual mínimo de que trata este artigo é calculado sobre o custo de aquisição de matéria-prima adquirida do agricultor familiar ou sua cooperativa agropecuária em relação ao custo de aquisições anuais totais feitas no ano pelo produtor de biodiesel.

Às empresas enquadradas no selo Combustível Social, é obrigatória a celebração de contratos de integração entre indústria e agricultores familiares para fornecimento de matéria-prima, com anuência de sua representação, segundo o art. 6º da IN 01/2005 do MDA.

Segundo o Art 6º da IN 01, a anuência dos contratos deve ter a chancela das organizações de agricultores credenciadas junto ao MDA, que até 2007 eram as seguintes: Sindicatos de Trabalhadores Rurais, ou de Trabalhadores na Agricultura Familiar, ou Federações filiadas à Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - Contag; Sindicatos de Trabalhadores Rurais, ou de Trabalhadores na Agricultura Familiar, ou Federações filiadas a Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar - Fetraf; Sindicatos de Trabalhadores Rurais ou de Agricultores Familiares ligados à Associação Nacional dos Pequenos Agricultores - ANPA; e outras instituições credenciadas pelo MDA. No parágrafo segundo indica-se os parâmetros mínimos contidos nos contratos:

§ 2º Os contratos celebrados entre as partes deverão conter minimamente: I- o prazo contratual; II- o valor de compra da matéria-prima; III - os critérios de reajustes do preço contratado; IV - as condições de entrega da matéria-prima; V- as salvaguardas previstas para cada parte; e VI - a identificação e

concordância com os termos contratuais da representação do agricultor familiar que participou das negociações comerciais.

A relação de documentos necessários explicita as etapas do processo para solicitação de concessão de uso do selo Combustível Social. Segundo a IN 01/2005 – MDA, a empresa que aderir ao Selo deve encaminhar a seguinte documentação ao MDA:

I- Carta de solicitação do pedido de concessão de uso do selo combustível social (endereçada ao Sr. Secretário de Agricultura Familiar); II-Cópia do documento de autorização de produtor de biodiesel, expedido pela ANP; II- Cópia do documento de registro especial expedido pela Secretaria da Receita Federal; III- Cópia do comprovante de inscrição no SICAF; IV-Projeto de combustível social (modelo anexo II); V- Cópia do contrato negociado entre a empresa e os agricultores familiares, ou suas cooperativas agropecuárias, especificando os termos contratuais e identificação da representação da agricultura familiar que participou das negociações; VI- Cópia, autenticada, do documento de inscrição no CNPJ do Ministério da Fazenda; VII- Declaração de Adimplência (Modelo de apresentação de projeto de combustível social).

A IN 01, de 05/07/2005, e a IN 02, de 30/10/2005, editadas pelo MDA, estabelecem os critérios de concessão de uso e o enquadramento dos projetos de biodiesel no Selo Combustível Social. O MDA, por sua vez, monitora a execução da integração de cada uma das empresas detentoras da concessão do selo, na medida em que estas empresas vão protocolando seus Projetos de Selo Combustível Social no MDA, seguindo as referidas IN's. Por outro lado, estabeleceu uma rede de parcerias em diversas áreas da cadeia produtiva com entidades governamentais e da sociedade civil, para apoiar o processo de integração produtiva, conforme veremos mais adiante.

Para a elaboração do “Projeto de Combustível Social”, devem ser indicados os seguintes requisitos de contratação da matéria-prima destinada à produção de biodiesel procedente da agricultura familiar: 1- qual é o percentual da matéria-prima principal a ser empregada sobre a produção anual total; 2- cópia do modelo de contrato firmado entre os agricultores e a empresa, quanto a: 2.1 - prazo contratual; 2.2 - valor de compra da matéria-prima; aos critérios de reajustes do preço contratado; 2.3 - as condições de entrega da matéria-prima; 2.4 - as salvaguardas previstas para cada parte; e, 2.5 - identificação da representação do agricultor familiar que participará das negociações comerciais. Por fim, a 3- descrição da assistência técnica a ser disponibilizada aos agricultores familiares integrados, seguindo as diretrizes do Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural - PNATER, quanto a: 3.1- descrição do quadro de profissionais da assistência técnica, com seus respectivos currículos e funções; 3.2- quando terceirizada, apresentar também cópia dos

contratos/protocolo de intenções com a/as instituições que prestarão este serviço; 3.3 - a identificação da área de abrangência da assistência técnica, indicando o Estado (s), município (s), comunidades, vilas ou assentamentos, quando for o caso; 3.4- identificação do número de agricultores a serem assistidos; e 3.5- descrição da metodologia a ser empregada e as atividades a serem desenvolvidas junto aos agricultores familiares.

A maioria absoluta das indústrias participantes do PNPB, autorizadas pela ANP, adere ao Selo Combustível Social e inicia a contratualização para adquirir a matéria-prima com a agricultura familiar conforme suas aquisições neste mercado. Formam-se nos Polos de Produção de Biodiesel, os arranjos produtivos e os GTG's para estimular e dar suporte à integração da agricultura familiar sob as diretrizes do Selo.

A partir do momento em que a SAF/MDA passou a concentrar a atribuição de regulamentação do Selo Combustível Social, muitos desafios se impuseram. Este conjunto de desafios, em parte, estava sendo tratado nos convênios contratados pela SAF com o intuito de fazer frente a tais desafios e de consolidar o selo ainda na fase piloto do PNPB. Os convênios celebrados pela SAF/MDA entrecruzam-se para apoiar e estimular a criação e consolidação dos Polos de Produção de biodiesel neste período.

A realização de leilões públicos foi o instrumento através do qual o governo alavancou a formação do mercado público de biodiesel. Entre 2006 e 2007, a Agência Nacional do Petróleo - Petrobras fez cinco deles para entrega até dezembro de 2007, arrematando um volume total de 885 milhões de litros de biodiesel para atender a demanda do B2 (mistura 2% de biodiesel ao diesel mineral) - a ser entregue até dez de 2007. A preferência nos leilões da ANP por aquisições de empresas com Selo Combustível Social induz as empresas a se enquadrarem nas IN's 01 e 02, passando da fase do Selo provisório (2005 – 2006) para o Selo definitivo (2007), condição necessária para concorrer nos disputados leilões da ANP e para as empresas acessarem os subsídios governamentais.

Na maioria das vezes, o volume ofertado nos leilões foi bem superior ao volume arrematado o que indica um forte investimento das novas empresas na oferta consistente do novo biocombustível, sempre com deságio de preços e aumento crescente do número de concorrentes nos leilões e queda consistente no preço médio em relação ao preço máximo. No primeiro leilão o preço médio foi de R\$ 1.904,84/m³ (Preço Máximo de Referência – Posição FOB, com PIS/PASEP e COFINS, sem ICMS); no segundo leilão foi de R\$ 1.859,65 /m³; no terceiro de R\$ 1.753,79/m³; e no quarto (Edital ANP – 022/06 – 12/07/06) - o que mais evidenciou o referido deságio - de R\$ 1.746,48/m³.

Até o segundo leilão 30/03/2006, a ANP havia arrematado apenas 240 milhões de litros de biodiesel, contudo, no terceiro e no quarto leilões, realizados nos dias 11 e 12/07/2006, a ANP fez a aquisição de 600 milhões de litros. Na fase piloto do PNPB, portanto, o quadro das empresas com selo participantes dos leilões passa a ser definido com mais precisão somente a partir do quarto leilão.

Com a aquisição desse volume de biodiesel, ou seja, 67% de tudo que seria consumido em um ano na mistura B2 - estimada em 885 milhões de litros/ano a serem leiloados até o fim de 2007 - houve uma aceleração no ritmo do PNPB tendo em vista que a entrega da produção de biodiesel vendida para a ANP deveria ser nas distribuidoras de combustíveis até dez de 2007, as quais tinham a responsabilidade de entregar no varejo o biodiesel já com a mistura de 2% de biodiesel - 98% de diesel mineral - a partir de janeiro de 2008.

No último leilão, houve uma oferta de 1,14 bilhão de litros de biodiesel para um volume arrematado de 550 milhões de litros (oferta 52% maior que a demanda). Concorreram 25 empresas, mas somente 12 foram vencedoras, mais da metade foram excluídas do mercado naquele 4º leilão. O preço médio teve um deságio de 8,9% - diferença entre o Preço Máximo de Referência e o Preço Médio. Neste leilão somente participaram produtores de biodiesel autorizados pela ANP e com projetos em execução, ou seja, com as indústrias em fase de construção e início de operação. Os leilões dividem as quantidades estabelecendo uma preferência de 80% do volume arrematado com o Selo Combustível Social e 20% dos leilões de mercado livre, onde poderiam participar também empresas sem o Selo. Portanto, o selo combustível social passa a ser um atributo de concorrência entre empresas no mercado público de biodiesel.

Segundo as estimativas da SAF, após o quarto leilão, a área média nacional a ser integrada pela agricultura familiar com culturas oleaginosas para venda às empresas de biodiesel seria de três hectares de lavoura por unidade de produção da agricultura familiar. Na região Sul, esta média seria maior, de seis hectares e a estimativa de renda bruta seria de R\$ 6.989,00/ano, ou renda bruta mensal de R\$ 582,41/mês por unidade produtiva familiar. Considerando que PEA do campo equivale, para cada estabelecimento da agricultura familiar, a três trabalhadores ativos, a renda bruta para cada trabalhador seria de R\$ 194,00/mês.

Do total de 885 milhões de litros de biodiesel arrematados pela ANP, 360 milhões deles deveriam ser produzidos por três indústrias de biodiesel instaladas no estado do Rio Grande do Sul – Brasil Ecodiesel, Bs Bios e Oleoplan. Duas indústrias de biodiesel estavam ainda em fase de terraplanagem e uma na pedra fundamental em 2006 e início de 2007. A BS

Bios, localizada em Passo Fundo – RS vendeu 70 milhões de litros de biodiesel para a ANP. A Brasil Ecodiesel, localizada em Rosário do Sul – RS vendeu 80 milhões de litros.

Todas as indústrias detentoras do Selo Combustível social que participaram dos leilões na região Sul são privadas. A atuação da Petrobrás na produção direta de biodiesel tem atuação pontual apenas na região Nordeste e não será objeto de nossa discussão. Das três indústrias vencedoras dos leilões, na região Sul, apenas uma (BS BIOS) de fato estava começando produzir biodiesel sem relação anterior com o complexo soja e as demais indústrias já eram empresas tradicionais que vinham atuando no complexo soja (Oleoplan) e no mercado de energia (Brasil Ecodiesel), confirmando o quadro nacional predominante entre a maioria absoluta das empresas que iniciam seus investimentos na cadeia produtiva de biodiesel a partir do PNPB.

A terceira indústria, localizada em Veranópolis, a Oleoplan vendeu 10 milhões de litros de biodiesel. Apesar do baixo volume desta última, todas as três tinham uma Capacidade Instalada - CI - aprovada pela ANP de 100 milhões de litros/ano de biodiesel e, em seus projetos, a possibilidade de dobrar esta capacidade.

Localizada em Veranópolis - RS, a Oleoplan, há alguns anos, vinha testando seu protótipo de usina de biodiesel⁹⁷ e sua planta industrial já estava em estado adiantado de construção e testes. Anexa à sua tradicional indústria de extração de óleo, a empresa nasceu nas entranhas do complexo soja, um ‘oleoduto’ vegetal ligava a indústria de extração de óleo à indústria de biodiesel em Veranópolis - RS. Como tinha toda uma infraestrutura de transporte e armazenamento da soja, ela já adquiria tradicionalmente a matéria-prima das pequenas cooperativas de pequenos agricultores da região norte e noroeste do RS. Além disso, tinha custo zero de transporte do óleo bruto da indústria de extração até a indústria de biodiesel. Aliado a isso, a oportunidade de acessar o subsídio governamental dá maior competitividade a este modelo já estruturado e calcado no complexo da soja.

A FETAG-RS era quem fornecia a anuência contratual com as mais de vinte cooperativas integradas à Oleoplan. Ou seja, através das cooperativas, os agricultores são introduzidos no PNPB, cuja oportunidade já se colocava como uma tendência, mas estava ainda latente. A maioria dos contratos individuais ocorreram na fase piloto do PNPB, mas, paulatinamente foram se reduzindo no sentido de contratos realizados diretamente com as cooperativas, a exemplo do que esta indústria vinha realizando.

⁹⁷ Com projeto próprio e tecnologia totalmente nacional, diferentemente das demais indústrias de biodiesel que tinham sua base tecnológica na Intecnial. Para conferir a base tecnológica da Intecnial, consultar o site: <http://www.intecnial.com.br/?im=segmentos&ln=pt-BR> – acesso: 09/01/2011.

Capítulo 4 – Projeto Polos de Produção de Biodiesel: a Implantação do Selo Combustível Social

Marco Inicial da Implantação do Selo Combustível Social - O Projeto Polos e os Arranjos Produtivos de Biodiesel

O Contexto Geral e os Resultados do Projeto Pólos entre a I e a II Reunião Nacional do Selo Combustível Social

Neste capítulo, será composto um quadro mais geral da conjuntura e dos resultados da implantação do Selo Combustível Social na fase piloto do PNPB, no período de 2006 a 2007. A primeira reunião do Selo aconteceu no dia 15/09/2006, dois meses depois do quarto leilão da ANP (12/07/2006). Portanto, a partir daquela data, define-se realmente o quadro das indústrias que aderiram ao selo e participaram dos leilões. Estabelecia-se aí a base da integração produtiva e já era possível a identificação e o monitoramento da produção contratualizada com a agricultura camponesa, na base da integração produtiva da agricultura familiar à cadeia produtiva de biodiesel.

Com a publicação da lei 11.097/05 e a realização dos leilões da ANP a partir de 2005, é deflagrada uma corrida das empresas para aproveitar as novas oportunidades abertas pelo mercado de biodiesel, com a instalação das usinas com a concessão de uso do selo, ou seja integrados na nova cadeia produtiva em todo o país⁹⁸.

Para apresentar o contexto em que se encontrava o estágio de implantação do Selo Combustível Social, convém mencionar a ocorrência, nos dias 15 e 16 de setembro de 2006, em Brasília, da reunião da recém contratada equipe regional do Projeto Polos e a I Reunião do Selo Combustível Social. Um ano depois, a última reunião desse Projeto também ocorreu, antecedendo a II Reunião do Selo Combustível Social durante os dias 26 e 27/set/2007.

No dia 14/09/2006, reuniu-se a equipe técnica recém contratada (Plural Cooperativa para atuação na região Centro-Sul e a Obra Kolping para atuação no Nordeste) com o setor governamental (SAF/MDA), para discutir as ações estratégicas conveniadas pela SAF/MDA para a implantação do Selo Social.

Num primeiro momento de planejamento do Projeto, cada equipe reuniu-se separadamente para iniciar o planejamento das ações nas respectivas regiões. Embora até a

⁹⁸ Até 2010, segundo a SAF/MDA (24/06/2010), das quarenta e sete empresas de biodiesel autorizadas pela ANP, trinta 30 empresas detinha a concessão do Selo Combustível Social, correspondendo a 64% do total.

conclusão dos dois convênios não tivesse havido nenhuma ação de discussão, debate ou de qualificação técnica que possibilitasse a troca de experiência entre as duas equipes técnicas regionais contratadas, elas deveriam estar harmonizadas com a estratégia implementada nacionalmente para a regulamentação do Selo, garantindo a inserção da agricultura familiar a partir das metas comprometidas nos leilões da ANP na fase piloto do PNPB.

No dia 15/09/2006, a Iª Reunião do Selo contou com a participação de representantes das doze empresas vencedoras dos leilões⁹⁹, representantes do PNPB, instituições governamentais de fomento e apoio ao Selo, federações sindicais representantes das organizações dos agricultores familiares, organizações da sociedade civil, etc, envolvidos na implantação do PNPB.

Um dos objetivos da reunião foi possibilitar o primeiro contato da equipe técnica do projeto Polos com as empresas detentoras da concessão de uso do Selo e, a partir daí, buscar-se-ia marcar uma agenda de visitas às empresas para diagnosticar os arranjos produtivos. A reunião foi o momento original de apresentação do PNPB e uma primeira reflexão mais abrangente dos limites e das potencialidades da integração sob o Selo com os principais elos da cadeia produtiva, representada pelo setor público (regulamentação), setor privado (empresas de biodiesel) e pela sociedade civil (organizações representativas dos camponeses, ONG's, cooperativas, etc).

A SAF apresenta pela primeira vez o objetivo e as metas do Projeto Polos e a equipe técnica contratada para executá-lo. A partir desta reunião, deflagrou-se o processo de constituição dos Polos de Produção de Biodiesel, até então, os Polos de Biodiesel eram apenas uma proposta teórica de organização da integração na cadeia de biodiesel.

O MDA apresenta os objetivos do Projeto Polos de Produção de Biodiesel com o intuito de apoiar os arranjos produtivos de biodiesel em gestação, tendo em vista o atendimento das metas de integração comprometidas nos leilões da ANP da produção vinculada com a agricultura familiar e o Selo. Inicialmente não se sabia bem ao certo como seria na prática a integração produtiva nos arranjos produtivos que estavam se formando com a agricultura familiar a partir dos primeiros leilões, a proposta dos Polos ainda era muito abstrata, deixando entrever um clima euforia e temor misturados; aos poucos, no entanto, vai se tornando palpável e dinâmica. Neste momento tudo era experimental, tendo em vista o formato original de gestão da coordenação da nova cadeia produtiva. Naquele momento, estavam sendo realizados os primeiros plantios de mamona, girassol e canola no RS em SC e

⁹⁹ Fertibom, Ponte di Ferro, Binatural, Granol, Caramuru, Barralcool, Fiagril, Agrosoja, Brasil Biodiesel, BS Bios, Oleoplan e Biocapital.

as empresas estavam contratando as suas primeiras equipes técnicas, dando-lhes treinamento e pondo-lhes no campo.

Do conjunto dessas articulações com as entidades representativas da agricultura familiar credenciadas no MDA, a parceria fundamental para viabilizar a implantação do Selo é realizada com a Confederação dos Trabalhadores da Agricultura – CONTAG. O MDA deflagra uma estratégia de articulação com as entidades representativas da agricultura familiar, a CONTAG adere e apóia a política do MDA tornando-se a parceira central da SAF para implementar o Selo. A partir desta parceria com a confederação sindical, são implementadas as seguintes ações diretas: 1- capacitação das Federações das estaduais para elaboração de contratos e para a assessoria à negociação empresa-agricultor; 2- elaboração de dez planos de negócios com vistas à implementação de cinco unidades industriais de esmagamento de óleo e produção de biodiesel; 3- capacitação das federações sindicais para a avaliação das relações custos-benefícios de oleaginosas e para a formação de unidades de produção industrial nos Polos de biodiesel.

Nem todas as organizações representativas da agricultura familiar haviam aderido ao Selo, portando, pouco foi falado nesta reunião a não ser das enormes expectativas e das posições políticas sobre as possibilidades e limites abertas com o PNPB. O Projeto Polos ainda precisava acontecer e, naquele momento, ainda não podia apresentar quase nada a não ser o seu projeto com as suas metas e intenções.

A legislação do PNPB estabelecia o limite legal e institucional da forma de integração produtiva, ademais, já havia algumas iniciativas de gestão localizadas da cadeia produtiva que foram potencializadas pelo Projeto Pólos. Nos três estados da região Sul, as FETAG's tiveram um papel decisivo na constituição dos Polos de Produção de Biodiesel e, em verdade, elas foram pioneiras e já vinham atuando, antes do Projeto dos Polos, em um Comitê Gestor estadual, com sede em Porto Alegre. As federações tanto apoiaram quanto receberam apoio do MDA para implantar e consolidar o Selo. As demais organizações sindicais do campo foram refratárias a proposta de parceria do selo, a Federação de Trabalhadores da Agricultura - FETRAF teve uma participação pontual na anuência de um contrato entre a indústria de Biocapital com a cooperativa COTRIMAIO, e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST deu anuência a apenas um contrato de anuência através da COOPEAL com os assentados em SC.

Alguns fragmentos da I Reunião do Selo Combustível Social (15/09) serão evidenciados por este trabalho no intuito de demarcar este momento inicial do PNPB para a

implantação e consolidação do Selo, que, para as empresas, era uma novidade e, por isso, precisaram se esforçar para montar os arranjos, para o que contavam muito com o MDA.

A SAF/MDA era quem trazia, em sua apresentação, os elementos de uma análise dos avanços e desafios da implantação do Selo Combustível Social.¹⁰⁰ Abaixo, são ressaltados os principais aspectos levantados pela secretaria na I Reunião do Selo Combustível Social, a fim de trazer as questões mais pertinentes naquele momento.

A SAF/MDA, a Plural e a Obra Kolping relatam em suas análises, as dificuldades, avanços e desafios da implantação do Selo Combustível Social. As organizações representativas da agricultura familiar (CONTAG, FETRAF, ANPA) estavam debatendo a adesão ao PNPB, processo de contratação da produção da matéria-prima sob o Selo social e as oportunidades para avançar com a participação da agricultura familiar na comercialização e industrialização da produção. A partir dos volumes de vendas nos leilões da ANP, a integração com a agricultura familiar possibilita às empresas o acesso privilegiado aos leilões da ANP e a isenção fiscal estabelece vantagens significativas sobre as demais empresas que não aderem ao selo, por isso a adesão das indústrias é quase unânime.

No painel de abertura da reunião, a apresentação da SAF/MDA enumera os objetivos, princípios e instrumentos da política de inclusão social do PNPB, com destaque para os requisitos sociais básicos que as empresas devem seguir para obter a concessão do Selo Combustível Social. Tal painel declara que o público prioritariamente beneficiário do selo Social no campo são os agricultores familiares e assentados da reforma agrária, localizados nos Polos de Produção integrados na cadeia de biodiesel. Destaca também os cinco instrumentos de política pública amparados pelo enquadramento das empresas no PNPB/Selo Combustível Social que são: 1- desoneração tributária total e/ou parcial; 2- política de aquisições governamental via leilões da ANP; 3- política de financiamento da cadeia produtiva; 4- política de suporte a organização da agricultura familiar; e 5- o selo Combustível Social propriamente dito.

A partir do marco legal do PNPB e das atribuições do MDA com o Selo, a SAF/MDA anuncia cinco medidas de apoio ao Programa: 1- adequação das linhas de financiamento a produção de matérias-primas oleaginosas criando o PRONAF Biodiesel; 2- apoio à publicação do zoneamento de risco agroclimático para oleaginosas; 3- política de suporte à organização da produção familiar; 4- apoio para a constituição dos arranjos produtivos

¹⁰⁰ Além de responsável direto pelos mecanismos de regulamentação do Selo, a secretaria é atuante desde a formação do GTI e participou ativamente da formação do PNPB e desde lá vem demonstrando a importância estratégica da integração da agricultura famílias na cadeia de biodiesel, o Selo Combustível Social sob a gestão do MDA era o reconhecimento e a materialização desta conquista no PNPB.

visando garantir a participação da agricultura familiar na produção agrícola, através do Projeto Polos de Produção de Biodiesel, considerado estratégico para a implantação, no curto e médio prazo, do Selo Combustível Social e que terá as seguintes entidades/parceiras regionais: Projeto Polos Centro-sul (Plural Cooperativa); Projeto Polos Nordeste (Obra Kolping); e Projeto Polos Norte (Museu Goeldi).

Como principais desafios, o MDA destaca os seguintes: aumento do número de agricultores familiares no PNPB; aumento do desempenho agrícola de oleaginosas e renda líquida ao agricultura familiar; desenvolvimento de mecanismos de comercialização para a agricultura familiar; priorização política e alocação de recursos para realização de ações definidas na proposta de plano estratégico; estruturação mínima do MDA para desempenho das tarefas de concessão, auditoria, cancelamento e suspensão do Selo Combustível Social; a criação de uma base de dados; 6- integração e ampliação de ações com MDS, MCT, MIN; concertação de ações intra-secretarias do MDA.

Os principais avanços apontados estão relacionados com o aprofundamento das relações institucionais e a ampliação do leque de parcerias com os demais ministérios e órgãos públicos participantes da Comissão Executiva Interministerial - CEIB, como exemplo: a parceria e cooperação com a Embrapa/MAPA para acelerar o zoneamento de risco das oleaginosas potenciais para a inserção da agricultura familiar; ou com o MDS, buscando a convergência do Programa Bolsa Família com o PNPB. De outro lado, salienta como avanço a constituição da rede de entidades parceiras, instituições públicas e da sociedade civil de interesse público.

Portanto, para enfrentar estes desafios estruturais e políticos, tendo como pano de fundo a implantação e consolidação do Selo Combustível Social, o MDA articula em 2006/07 uma rede de entidades instituições conveniadas/contratadas para atender às demandas do PNPB, conforme a lista que segue: Funarbe-UFV, Fundecit-Epamig, Cotrimaio, AMAS, Contag, Funder+ACB-Madeira da Terra, ANPA-MPA, Apaeb, Ecocitrus, INFC, Ag. Vale do Urucuia, Fapeg-Embrapa Clima Temperado, Plural, Unaic, Obra Kolping, Prefeitura de Juruena, Funarbe-Embrapa Soja, Museu Goeldi, Tecpar, Coopaf, Fubra/UnB, UFLA.

Não é nossa pretensão analisar o conjunto destes convênios, contudo, o objeto desta pesquisa está entrecruzado com o Projeto Polos, na concepção e na execução do programa de capacitação dos Polos de Produção de Biodiesel, na fase piloto do programa e, a partir dele, serão circundados alguns desses convênios. Mas, somente na medida em que suas ações se entrecruzam concretamente na integração produtiva nos Polos de produção de biodiesel, tendo como pano de fundo a implantação e consolidação do Combustível Social. Na região Sul

foram quatro convênios que estabeleceram relação direta com o Projeto Polos enquanto política de apoio à integração da agricultura familiar, sendo dois com instituições públicas do Governo Federal - a Funarbe-UFV e a Fapeg-Embrapa Clima Temperado - e dois com organizações da sociedade civil - a Cooperativa de Consultoria, Pesquisa e Serviços Plural e a União de Associações Comunitárias do Interior de Canguçu - UNAIC.¹⁰¹

Após apresentar o contexto e as expectativas acerca da I Reunião Nacional do Selo Combustível Social, em 15/09/2006, é preciso avançar no tempo até a II Reunião do Selo Combustível Social, realizada no dia 27/09/2007, também em Brasília – DF.¹⁰² É conveniente atualizar os pontos da análise apresentada na I reunião pela SAF/MDA, fazendo uma interlocução com os temas objeto do convênio 086/2006 – MDA – Plural.

Toda a ação do Projeto Polos estava orientada para dar apoio à integração da agricultura familiar, compreendido inicialmente no período de ocorrência das safras 2006/2007 e 2007/08 tendo em vista a obrigatoriedade do B2 a partir de janeiro de 2008.

De fato, tratava-se da primeira experiência de integração produtiva na cadeia de biodiesel e uma inquietude e incerteza tomava conta do cenário, conforme exposto na reportagem abaixo, tendo a frente o período de transição que se avizinhava e a necessidade de consolidação da integração da agricultura familiar sob o selo, tendo em vista as aquisições de biodiesel em espiral ascendente no mercado público de compra de biodiesel, segundo as metas do PNPB (B2, B3, B4 e B5).

A ANP já realizou quatro leilões para a compra de biodiesel, totalizando 840 milhões de litros do produto. De acordo com a assessoria da agência, apenas 261,6 milhões de litros foram entregues até o final de agosto. Segundo o ministro, porém, o volume chegaria próximo aos 400 milhões de litros. Hubner afirmou que o governo decidiu verificar in loco se as empresas que receberam autorização da ANP para fabricar biodiesel tinham capacidade efetiva de entrega. "Está tudo funcionando adequadamente." Reportagem publicada ontem pela Folha mostrou a falta de biodiesel necessário para atender a exigência legal de 2% no primeiro ano do programa, 2008. Ausência de matéria-prima, logística insuficiente, alto preço da soja no mercado internacional, entre outros motivos, justificam uma produção

¹⁰¹ Quanto aos objetos contratados nestes convênios: I - Convênio MDA – PLURAL (Convênio – Plural Consultoria - formação de arranjos produtivos que viabilizam o abastecimento de matéria-prima produzida pela agricultura familiar); II – Convênio MDA – Funarbe-UFV - software de apoio à decisão para a implantação de unidade de produção de biodiesel; III - Convênio MDA – UNAIC - mobilização e informação de agricultores familiares para a organização da produção de oleaginosas para biodiesel na região Sul); IV – Funarbe/Embrapa soja e Fapeg-Embrapa Clima Temperado - pesquisa e transferência tecnologia girassol e mamona.

¹⁰² O encerramento formal do convenio 086/2006 – MDA-Plural ocorreu em Brasília – DF, no dia 26 de setembro de 2007, na IIa Reunião do Selo Combustível Social. Nos dois dias anteriores à IIa Reunião do Selo Combustível Social, a equipe técnica e de coordenação da Plural Cooperativa e da SAF/MDA faziam os últimos ajustes e avaliações de um ano de atuação.

interna abaixo do necessário. Embora o diretor do ministério Ricardo Dornelles tenha confirmado à Folha que o biodiesel contratado pela ANP não será totalmente entregue no prazo, Hubner disse possuir a sinalização do setor produtivo de que haverá combustível suficiente para atender a lei. Com biodiesel, diesel pode ficar mais caro.¹⁰³

É perceptível nos relatos da SAF/MDA e do Projeto Polos a apresentação dos resultados deste, quais foram de fato os avanços e os desafios na fase de implantação do Selo Combustível Social.

Naquele momento o Projeto Polos acumulava a experiência de um ano de execução e tem muito a dizer, trataremos alguns fragmentos desta experiência acumulada de um ano de execução do Projeto, e ainda, optamos por enriquecer o relato da Plural trazendo os indicadores sistematizados nos quatro relatórios que foram produto do convênio 086/2006 – MDA – Plural.

Com o mesmo formato metodológico que a I Reunião do Selo, a II ocorreu em dois momentos: nos dias 24 e 25/09/07, a reunião ocorreu entre as duas equipes do Projeto Polos (Plural e O. Kolping) com a direção/coordenação da SAF/MDA e teve o objetivo de fazer um balanço geral das atividades um ano de Projeto Polos a ser apresentado na II Reunião do Selo a partir das informações sistematizadas pela execução do projeto Polos, entre set/06 a set/07. Esta reunião será caracterizada pela realização do primeiro balanço da 1ª etapa do Projeto Polos. Será o primeiro momento de uma síntese do Projeto, dos seus resultados mais significativos quanto ao processo de implantação do Selo Combustível Social e do PNPB.

As principais dificuldades relatadas pela apontados pela SAF/MDA sobre o Projeto Pólos para o cumprimento das metas de inclusão social com a integração da agricultura familiar na cadeia produtiva de biodiesel foram as seguintes: falta de acesso ao Pronaf Biodiesel¹⁰⁴; seguro agrícola inexistente; pouca disponibilidade de tecnologias agrícolas para

¹⁰³ Folha de São Paulo. *Preço desestimula produção de biodiesel*. 07/10/2007. Disponível no site: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi0710200705.htm>. Disponível em em: 27/11/2007.

¹⁰⁴ A criação do Pronaf/Biodiesel faz parte da criação de um leque de estratégias de ações estruturadas pelo MDA para viabilizar a inclusão social da agricultura familiar, segundo Campos, a: “11. Ações para inclusão social da agricultura familiar - O Ministério do Desenvolvimento Agrário adotou uma série de direcionamentos e medidas para efetivamente promover a inserção da agricultura familiar nesta cadeia produtiva, foram seis ações de política pública implementadas pela SAF/MDA em 2006, segundo Arnoldo Campos: “1-Mobilizou as principais representações da agricultura familiar e movimentos sociais do campo em torno do tema. Com isso, hoje a Contag, por exemplo, articulou todo o seu sistema estadual e municipal para participar das negociações entre agricultores e empresas, para monitorar as ações locais; 2- Criou o Pronaf Biodiesel, pelo qual o agricultor familiar pode tomar mais um crédito custeio antes de pagar o anterior para o plantio de oleaginosas. Com isto o agricultor pode continuar a plantar seu milho, seu feijão e plantar também a oleaginosa para biodiesel; 3- Modificou uma resolução do Pronaf, possibilitando que o agricultor familiar do microcrédito (agricultor B, maioria no Nordeste) possa pegar o crédito custeio para a mamona, antes não permitido (só podia usar o recurso para investimento e mamona é custeio); 4- Modificou uma resolução do garantia-safra para priorizar o agricultor familiar do semi-árido nordestino que plantar o feijão em consócio

oleaginosas; renda líquida auferida pequena em muitos casos; desempenho agrícola insuficiente.

Como principais avanços, a SAF/MDA destaca o fomento para o desenvolvimento dos arranjos produtivos nos Polos de produção de oleaginosas: foram criados, entre 2006 e 2007, dezesseis Polos de Produção de Biodiesel na região Centro-Sul; dez no Nordeste e um no Norte. Destaca também os acordos feitos com as organizações representativas da agricultura familiar para a mobilização dos agricultores da base da representação sindical nos Estados: com a Contag e suas federações, a articulação e a qualificação técnica dos sindicatos para negociações com as empresas e implantação de arranjos produtivos;¹⁰⁵ com a Fetraf Sul, atuação na relação direta empresa-agricultor; com o MPA, elaborando plano de agregação de valor no Rio Grande do Sul com a Petrobras e Eletrosul; e com a ADS/CUT e MST, as negociações em andamento com a Petrobrás.

Quanto aos desafios, foram listados os seguintes: aumento de agricultores familiares integrados no biodiesel; melhoria no desempenho agrícola de oleaginosas e renda líquida ao AF; desenvolvimento de mecanismos de comercialização para a agricultura familiar; priorização política e alocação de recursos para realização de ações definidas na proposição de um plano estratégico; estruturação mínima do MDA para desempenho das tarefas de concessão de uso do Selo Combustível Social (concessão, auditoria, cancelamento e suspensão, base de dados); integração e ampliação das ações com MDS, MCT, MIN; concertação das ações intra-secretarias do MDA.

Como estratégia central destacada pela SAF, a inserção da agricultura no PNPB passa decisivamente pela diversificação de oleaginosas utilizadas como matéria-prima para a produção de biodiesel e isto significa dizer investimentos em pesquisas com culturas

com a mamona. Se houver perda de safra, ele tem prioridade de obter o benefício sobre os outros. Como a mamona é resistente à seca, mesmo que ele perca o feijão, ainda terá uma atividade produtiva para lhe garantir renda; 5- Negociou com o Banco do Brasil, Banco do Nordeste e Banco da Amazônia para o atendimento das demandas de crédito Pronaf para custeio e investimento de oleaginosas para biodiesel; e 6 - Aportou mais de 5 milhões em projetos de formação de pólos de produção de matérias-primas para biodiesel, em aprimoramento e disponibilização de novas tecnologias agrícolas para a agricultura familiar e de tecnologias de baixa escala para biodiesel.” In: CAMPOS. Arnoldo. EDNA. Carmélio. *Biodiesel e agricultura familiar no Brasil: resultados socioeconômicos e expectativa futura*. In: O futuro da indústria: biodiesel: coletânea de artigos. Brasília: MDIC-STI/IEL, 2006, p. 59 – site: <http://www.biodiesel.gov.br/docs/ofuuturodaindustria%20-%20Biodiesel.pdf> – acesso: 01/02/2011.

¹⁰⁵ Das entidades representativas da agricultura familiar credenciadas no MDA, com o papel de fornecer a anuência contratual ao Selo Combustível Social, a CONTAG foi deliberadamente a mais atuante e parceira principal na fase piloto do PNPB. Envolveu-se diretamente no processo de articulação e negociação das condições de integração com as empresas, sustentando a estratégia do MDA para a implantação e consolidação do Selo Social. Através de suas Federações, nos estados onde ocorria a integração produtiva da agricultura familiar, deflagrou uma articulação massiva com seus STR's filiados para dar suporte a sua base sindical na integração produtiva com as indústrias de biodiesel.

potenciais e alternativas à cultura da soja para este fim. Para isso, o investimento em pesquisa agrônômica e ATER seriam cruciais para a integração sustentável dos agricultores camponeses no PNPB. Apesar do limitado orçamento, o convênio do MDA com a Fapeg-Embrapa Clima Temperado (Pelotas - RS) e com a Funarbe-Embrapa Soja (Londrina - PR) teve um papel relevante neste sentido ao PNPB, como pudemos constatar a campo nos polos de produção de biodiesel nos territórios Zona Sul do Rio Grande do Sul e no Território Meio Oeste Contestado em Santa Catarina.

A seguir, faremos uma apresentação dos resultados gerais obtidos pelo projeto Pólos no primeiro ano de sua implementação. As apresentações da Plural Consultoria e da Obra Kolping do Brasil na II Reunião do Selo retrataram o estágio em que se encontrava a implantação do Selo Combustível Social na fase piloto do Programa. A análise foi pautada por um marco inicial do Projeto Polos (set/2006) e um marco atual (set/2007).

Como resultado da execução da primeira etapa do Projeto Polos na região Centro-Sul, foram contabilizados vinte e seis arranjos produtivos e dezesseis Grupos de Trabalho Gestores - GTG's -, sendo oito deles consolidados e oito em vias de consolidação. Tais grupos foram organizados a partir das doze indústrias de biodiesel, acima citadas, com selo combustível social.

No entorno dessas empresas com Selo formaram-se os arranjos produtivos na região Centro-Sul envolvendo uma produção de 440 milhões de litros de biodiesel com Selo Social contratados nos leilões a ANP até dezembro de 2007, sendo 147 milhões de litros na região Centro-Oeste; 136 milhões de litros na região Sudeste; e 157 milhões de litros na região Sul. Nesta última região foram formados cinco GTG's dos arranjos produtivos para a aquisição da matéria-prima para produção biodiesel com origem na agricultura familiar. Ainda não se tinha um número de exato de número de agricultores familiares integrados em todo no país nas áreas de produção de matérias-primas para as indústrias de biodiesel, pois o monitoramento destes contratos, ora coletivos, ora individuais, estava ainda em fase inicial.

Segundo o relato da Plural, os vinte e seis arranjos produtivos na região Centro Sul sob a ação do Projeto Polos foram articulados por cultura, empresa e segmento da agricultura camponesa responsável pela anuência contratual e foram condicionados pelos seguintes aspectos: entraves na etapa agrícola da cadeia produtiva; pulverização e heterogeneidade social dos agricultores; diferentes usos atribuídos às matérias-primas; organização social dos agricultores; dificuldades do acesso dos agricultores às políticas públicas; e, enfim, uma diversidade de agentes e de variáveis produtivas, sociais, políticas e econômicas.

O primeiro levantamento do número de contratos realizados no PNPB sob o Selo Combustível Social, na safra 2006/2007, indicou 14.082 contratos com unidades de produção familiares na região Centro-Sul, correspondendo uma área plantada de 150.871 hectares com oleaginosas oriundas das unidades da agricultura familiar. No entanto, o relatório do Projeto Polos alerta para os números subestimados, pois o levantamento ainda não diferenciava os agricultores integrados em contratos individuais e coletivos entre as indústrias e os agricultores e as cooperativas, bem como, não diferenciava os contratos de compra de óleo vegetal processado e de grãos *in natura*.

Ou seja, os contratos discriminados na tabela do Anexo 4 dizem respeito somente àqueles realizados diretamente entre a indústria e os agricultores individualmente. Conforme evolui o Programa, constatamos a tendência de aumento da celebração de contratos coletivos com cooperativas em contraposição aos contratos individuais. O Estado do Rio Grande do Sul concentrou 53,8% dos contratos individuais da Região Centro-Sul na safra 2006/2007.

Conforme exposto pela SAF, o PRONAF Biodiesel foi concebido como uma estratégia de evitar a concorrência entre a produção de alimentos e a produção de energia. Uma linha de crédito exclusiva foi concebida para incentivar os agricultores familiares integrados na produção de matérias-primas oleaginosas destinadas às indústrias de biodiesel detentoras do selo. Na região Sul e Sudeste, o acesso foi nulo, com exceção no Estado de Goiás, onde verificou-se apenas 270 contratos realizados pelo Pronaf para a cadeia de Biodiesel.

O quadro do Anexo 4 detalha a origem da matéria-prima oleaginosa em 2007 na região Centro-Sul. Neste, pode ser observada a predominância absoluta da cultura da soja em 74% da área plantada em contraposição às demais oleaginosas: o girassol com 13,1%, a canola com 7% e a mamona com 5,6%. Com exceção da mamona, as demais culturas não têm restrição na base técnica quanto à produção em grande escala, a exemplo da soja.

Em 2007, somando todas as aquisições da agricultura familiar - contratos individuais e com as cooperativas - segundo a SAF/MDA, as aquisições da agricultura familiar em reais (R\$) com a cultura da soja contabilizaram 99%, contra 0,9% de dendê e 0,04% de mamona. Em 2008, esta proporção cai um pouco e chega a 96% das aquisições provenientes da soja, demonstrando a fraca e inconsistente evolução das demais oleaginosas, sobretudo da mamona que passa a 2% das aquisições, dendê 1% e de girassol 1%.

Foi nítida a rápida adesão dos empresários, sobretudo daqueles ligados à Abiove, e dos agricultores, sobretudo daqueles ligados ao movimento sindical filiado à CONTAG, bem como, do segmento das cooperativas de produção de grãos ligadas a agricultura familiar. Com

isso, pudemos perceber a grande permeabilidade do complexo soja junto aos agricultores familiares integrados ao PNPB. É claro que a adesão ao selo foi uma resposta aos subsídios, do lado das empresas, dos incentivos fiscais públicos para aquelas que detêm a concessão de uso do selo, de outro lado, na redistribuição deste subsídio com a agricultura familiar, que é beneficiária indireta deste incentivo e, somente se, na medida em que está integrada ao complexo soja, alavancada neste segmento pelo acesso ao crédito rural, através do Pronaf.¹⁰⁶

O Projeto Polos de Produção de Biodiesel e a Integração Produtiva da Agricultura familiar

Fomentados pela Plural Consultoria, Pesquisas e Serviços¹⁰⁷ na região Sul, Sudeste e Norte e, pela Obra Kolping do Brasil, na região Nordeste¹⁰⁸, estes dois convênios foram os responsáveis diretos pela estratégia de implantação do Selo Combustível Social no país. Isto se deu através da constituição de fóruns de gestão compartilhada da integração dos arranjos produtivos, estruturados nas áreas de atuação das usinas de biodiesel integradas com a agricultura familiar e no entorno do Selo.

A metodologia adotada pelo Projeto Polos deveria dar conta de assessorar o processo de articulação, constituição e planejamento dos Pólos de Produção de biodiesel em três momentos específicos: 1- a elaboração de diagnóstico dos Arranjos Produtivos de biodiesel, a fim de estabelecer um marco inicial do projeto na nova cadeia produtiva de biodiesel, na safra 2006/07; 2- fomento e constituição de Grupos de Trabalho Gestores dos Arranjos Produtivos como fóruns de coordenação das negociações dos acordos para a integração da AF na cadeia produtiva; 3- a promoção de seminários de planejamento e eventos de capacitação nos arranjos produtivos, possibilitando assim o exercício nestes fóruns do Planejamento Participativo Estratégico e Operacional.

¹⁰⁶ Toda a produção de soja para biodiesel com Selo Combustível Social foi e é financiada pelo PRONAF. Ao contrário do Pronaf Biodiesel, que não saiu do papel, não se tornou realidade exatamente porque tinha por objetivo financiar outras culturas que não a soja. Acontece que não existe e ainda não há outras culturas alternativas a produção de soja na região Sul e Sudeste, que não sejam experiências pontuais e em fase embrionária de pesquisa científica, como pudemos comprovar junto a Embrapa Clima Temperado, sobre o cultivo da mamona, girassol, pinhão manso, etc.

¹⁰⁷ Site oficial da Plural Consultoria, Pesquisas e Serviços: <http://www.territorioplural.com.br/index.html>. Acesso: 06/01/2011. A equipe de coordenação do projeto pela Plural Consultoria era composta por Mônica Schröder, Breno Tibúrcio, Ana Maria e Reginaldo Magalhães. A equipe técnica, sua região de atuação e os arranjos produtivos eram assim divididos: Rafael Feltran Barbieri responsáveis pela Região Sudeste e Goiás (Fertibom, Biominas, Granol, Bionatural); Sérgio Luís Burtet pela Região Centro Oeste (Caramuru, Renobras, Barraalcoo, Fiagril, Agrosoja, Ponte di Ferro, Granol); e José Clóvis Teles Lunardi pela Região Sul (Brasil Biodiesel, Oleoplan, BS Bios).

¹⁰⁸ Site: <http://kolping.org.br/site/apresentacao.php>. Acesso: 06/01/2011.

A equipe técnica de articulação do Projeto Polos no Brasil era composta pela Plural Consultoria e Pesquisa para a região Centro-Sul e pela Obra Kolping do Brasil na região Nordeste, sob a supervisão da Coordenação de Biocombustíveis do Departamento de Agregação de Valor e Renda da Secretaria da Agricultura Familiar SAF/MDA. Portanto, a equipe nacional e regional de gestão da SAF/MDA para implementar as ações do Selo na SAF/MDA seria coordenada pela diretoria de DGRAV da SAF/MDA a partir de uma Coordenação Geral de Biocombustíveis composta por um coordenador e quatro consultores nacionais. Contabilizando as equipes nos estados cobertos pelo Projeto Polos Centro Sul (Plural), somaria mais dois coordenadores e três articuladores regionais; na região Nordeste (Obra Kolping) mais dois coordenadores e dez articuladores nos estados; e a região Norte (Goeldi) teria um coordenador. Portanto, o número da equipe de gestão do Selo Combustível Social sob a SAF/MDA na fase piloto do PNPB ficou em vinte e quatro técnicos-consultores, sendo: dezessete técnicos estaduais e regionais e sete coordenadores regionais/nacionais.

Com a aceleração dos leilões da ANP estas indústrias vão alavancar a sua produção e demandar dos agricultores as matérias-primas necessárias ao novo mercado de biodiesel, cuja demanda, em 2008, era estimada em 885 milhões de litros de biodiesel/ano devido à meta dos 2% do consumo nacional de biodiesel sobre o diesel mineral.

Na região Centro-Sul, na fase piloto do Programa, oito estados participaram da produção de biodiesel, foram eles: Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás, Minas Gerais, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, formando, portanto, oito Polos de produção de biodiesel. Na medida em que as empresas iam se posicionando nos leilões e na articulação com as organizações da agricultura familiar, sobretudo com as FETAG's, sobre a sua base de produção de matéria-prima, este quadro vai se alterando com a definição dos leilões da ANP. A partir de então, estabelecem a logística para o planejamento da produção, comercialização da matéria-prima e assistência técnica da agricultura familiar integrada.

À medida que as empresas participavam nos leilões da ANP e os volumes de biodiesel eram definidos, iam se delineando os locais de produção os arranjos produtivos das indústrias. Assim, como consequência e resultados, as empresas vão materializando seus contratos de compra e venda de matéria-prima, neste processo de contratação da matéria-prima formam-se os arranjos produtivos, os quais se tornarão regiões prioritárias e estratégicas de atuação do MDA no apoio à inserção da agricultura familiar na nova cadeia produtiva. Assim, somente depois de um ano de atuação do projeto Polos foi possível definir concretamente o conjunto dos arranjos produtivos nos Polos de Produção de Biodiesel.

A adesão ao selo ainda era novidade para as indústrias e agricultores, pois, para as primeiras, melhor seria concentrar suas compras no agronegócio da soja do que adquirir a matéria-prima de pequenos agricultores individualizados ou organizados em cooperativas, em pequenas quantidades, dispersos e desorganizados no meio rural.

Com os arranjos produtivos nasce o Projeto Polos de Produção de Biodiesel cujo objetivo principal era a consolidação do Selo Combustível Social, através da instituição dos fóruns de negociação da integração produtiva entre as empresas, os agricultores e sua representação, denominados Grupos de Trabalhos Gestores – GTG's – os quais contavam ainda com a participação de outras entidades e organizações de apoio da cadeia de biodiesel, como Banco do Brasil, Emater, Embrapa e outros.

Em meados de 2006, as empresas referidas aqui ainda estavam com seus projetos em fase de implantação e a participação nos leilões era definida para ser entregue para as distribuidoras de combustíveis, responsáveis pela mistura do B2, escalonados de acordo com o prazo de entrega estipulado até dez de 2007. (Anexo 3)

A participação da agricultura familiar neste novo mercado apresentou uma potencialidade muito grande, mas havia também muitas dúvidas se os camponeses seriam capazes de atender a demanda, como observamos na seção anterior. Com os 885 milhões de litros de biodiesel vendidos nos leilões para ANP, com entrega prevista nas distribuidoras até 2007, segundo as previsões da SAF/MDA, para a região Sul o quadro ficou o seguinte: na foram vencedoras, nos quatro leilões de 2007, três empresas: a Brasil Ecodiesel, Oleoplan e BS Bios. Esta demanda deveria mobilizar a região Sul a integrar 13.810 Agricultores Familiares na nova cadeia produtiva ocupando a área plantada de 603,5 mil ha. (Anexo 3)

No mínimo 30% do valor das aquisições monetárias totais das matérias-primas oleaginosas das empresas de biodiesel deveriam ter origem na agricultura camponesa, este montante representou um volume de 160 milhões de litros de biodiesel a ser produzido na região Sul pela pequena agricultura camponesa na fase piloto do PNPB. O governo apostava que a cultura da mamona e outras oleaginosas locais - como o dendê na Amazônia- seria a principal oleaginosa a ser cultivada pelos agricultores familiares para responder a esta demanda, do nordeste ao Sul do Brasil, como uma alternativa ao plantio da soja. Mas esta realidade estava ainda muito longe de ser conquistada, conforme constatamos na reportagem abaixo.

Em cada Pólo de Biodiesel deveriam ser criados fóruns de gestão da integração que se debruçariam nos termos da regulamentados do Selo Combustível Social, ou seja, sobre os seguintes parâmetros de enquadramento das empresas que integram agricultores familiares: 1-

anuência contratual das entidades representativas dos camponeses; 2- negociação dos preços recebidos pelos produtores de matéria-prima oleaginosa; 3- a assistência técnica e qualificação profissional dos camponeses integrados; 4- preços pagos pelos agricultores para o fornecimento de insumos de produção (sementes, adubos, equipamentos de colheita, recolhimento, transporte e armazenamento da produção); 5- acesso ao crédito rural- Pronaf Biodiesel; 5- benefícios às cooperativas da agricultura familiar com DAP 3.0 (contratos coletivos através de Pessoa Jurídica de uma Cooperativa da agricultura familiar.

Portanto, o Projeto Polos de Produção de Biodiesel será alvo prioritário de atenção, uma vez que teve um papel relevante na implantação e consolidação do Selo Combustível Social.

Segundo as estimativas da SAF/MDA, a perspectiva inicial em 2008 era integrar 205.471 agricultores familiares no Brasil, ocupando uma área média com oleaginosas de 6 ha por família, gerando uma receita de R\$ 6.989,00 por agricultor familiar/ano na região Sul, representando cultivo de 88 mil ha na safra 2006/07.

A divisão dos Polos de produção de biodiesel foi coincidentemente concebida com a localização das indústrias de biodiesel vencedoras dos leilões, indicada no mapeamento das empresas nos seus Projetos de Biodiesel. As primeiras ações desempenhadas neste trabalho em campo foram, em primeiro lugar, a visita aos arranjos produtivos em formação, a seguir a diagnose da integração produtiva sob o Selo e a delimitação de qual era a situação inicial na região Sul.

A divisão inicial dos Polos em 2006 era ainda uma aproximação bastante abstrata, logo os arranjos produtivos demonstraram uma grande diversidade de situações de maior complexidade e de intersecções de estratégias das empresas e das organizações da AF, ora convergindo ora divergindo seus interesses, exacerbando seus limites e suas contradições. Os Polos de Biodiesel foram concebidos, primeiramente, enquanto área de abrangência das empresas vencedoras dos leilões até 2007, ficando assim distribuídos: Pólo I - sul do Rio Grande do Sul; Pólo II - norte do Rio Grande do Sul, oeste de Santa Catarina e sudoeste do Paraná; Pólo III - Norte do Paraná; Pólo IV- São Paulo; Pólo V- Minas Gerais; Pólo VI - Mato Grosso do Sul; Pólo VII - Mato Grosso; Pólo VIII – Goiás.

A implantação e consolidação do Selo deveriam estar de acordo com a identificação destes Polos de Produção de Biodiesel e com o conhecimento das estratégias implantadas por estas empresas e dos arranjos produtivos que elas estavam executando com os agricultores familiares, a partir da delimitação dos seus territórios de ação mapeados pelos primeiros leilões da ANP de aquisição de biodiesel.

A intenção é captar a coesão existente entre estes convênios implementados pelo MDA, identificando a inter-relação entre eles e o Projeto Polos no momento da constituição dos arranjos produtivos de biodiesel na região Sul, enquanto componente de um Programa de Capacitação em construção. Desse modo, é preciso atentar para quais processos pedagógicos se efetivaram a partir daí e para até que ponto estas ações se complementam para potencializar a estratégia da SAF/MDA, cuja missão é regulamentar a integração da agricultura familiar via políticas públicas, consolidando a posição da agricultura familiar no Selo Combustível Social.

Capítulo 5 - O Programa de Qualificação Técnica na Cadeia de Produção de Biodiesel na Região Sul

A Formação dos Grupos de Trabalhos Gestores nos Territórios Rurais

Neste capítulo, retomamos a hipótese de que a criação dos Grupos de Trabalho Gestores dos Polos de Produção de biodiesel foi determinante para a implantação e consolidação do selo Combustível Social na fase piloto do PNPB, uma vez que o Projeto de Apoio à Formação de Arranjos Produtivos de Biodiesel, resultado do convênio 086/2006/MDA - Plural Consultoria - contribuiu decisivamente para a constituição e a gestão social dos Polos de Produção de Biodiesel na região Centro-Sul do Brasil, organizando tais grupos responsáveis pela implantação e consolidação do Selo Combustível Social.

O convênio entre a Secretaria da Agricultura Familiar – SFA/MDA e a Plural Consultoria, Pesquisas e Serviços teve a duração de set/06 a set/07 e a meta de constituir oito Polos de produção ou arranjos produtivos locais de produção de biodiesel, cujo objetivo era apoiar a formação dos arranjos produtivos na região Centro-Sul do Brasil, por intermédio da constituição de Grupos de Trabalho Gestores (GTG).¹⁰⁹

A partir dos produtos gerados pelo convênio 086/2006 - MDA - Plural - Projeto Polos de Produção de Biodiesel e dos cadernos de campo,¹¹⁰ foi possível estratificar um conjunto de eventos desenvolvidos durante sua vigência, os quais foram subdivididos em quatro blocos, donde relacionamos os seguintes momentos pedagógicos de implantação do Selo Combustível Social no período de 2006/2007: 1- reuniões de planejamento e coordenação; 2- execução do programa de qualificação do Projeto Polos; 3- as atividades de capacitação promovidas diretamente pelas indústrias de biodiesel e; 4- atividades de capacitação promovida pelas entidades conveniadas com a SAF/MDA.

Enquanto metodologia do Projeto Polos, os diagnósticos dos arranjos produtivos subsidiariam elaborados na primeira fase de execução do Projeto estabeleceriam o marco inicial ou marco zero do Projeto, por isso, a intenção foi a de levantar, a partir de visitas *in loco*, qual era a situação da integração produtiva da agricultura familiar nos arranjos

¹⁰⁹ Projeto de Apoio à Formação de Arranjos Produtivos de Biodiesel – Projeto Polos Centro Sul. *Relatório Geral de Constituição de Grupos de Trabalho Gestores (GTG) dos Arranjos Produtivos de Biodiesel da Região Centro Sul*. Convênio n. 086/2006 MDA/Plural Consultoria, Pesquisas e Serviços. São Paulo, 2006. p. 2 a 6

¹¹⁰ Paralelamente aos indicadores levantados, sistematizados e apresentados nos produtos do convenio 086/2006 - MDA-Plural, entrecruzaremos as informações do caderno de campo, aqui definidos como os relatórios de viagem e produtos da consultoria contratada pela Plural no âmbito do Projeto Polos entre setembro de 2006 a setembro de 2007.

produtivos de biodiesel definidos no segundo semestre de 2006, coincidindo com o calendário agrícola de plantio e desenvolvimento da safra 2006/2007 e planejamento da safra 2007/2008, safras estas que deveriam suprir a oferta de matérias-primas de biodiesel (B2) na transição do PNPB para a fase compulsória.

As três questões que nortearam o diagnóstico foram às seguintes: 1- a partir do mapeamento da cadeia produtiva, da produção da matéria-prima à extração do óleo/farelo até a produção de biodiesel propriamente dito, pretendia-se identificar as potencialidades e os limites da inserção da agricultura familiar na cadeia produtiva na esfera agroindustrial; 2- a partir das diretrizes do Selo e dos leilões de biodiesel, identificar qual era o estágio da negociação e execução dos contratos da safra 2006/2007; 3- e, por último, observar se realmente existia articulação entre os principais agentes da cadeia produtiva, sobretudo das empresas e agricultores e como era sua atuação.

Segundo a metodologia do Projeto Pólos, a após o mapeamento e diagnóstico do Pólos de produção o passo seguinte seria apoiar a constituição de GTG's a partir de cada arranjo produtivo identificado, desencadeando a realização dos seminários de planejamento e a definição de um calendário de cursos de capacitação. A capacitação seria oferecida por meio de cursos e seminários para a qualificação da gestão/coordenação da integração agroindustrial, com a promoção estratégica do associativismo/cooperativismo como a forma mais adequada de organização da produção agrícola da agricultura familiar devido ao seu grande potencial como forma de contratação da matéria-prima. O Plano de Capacitação, desencadeado no segundo momento do Projeto, teve o objetivo de apoiar a elaboração do planejamento estratégico dos GTG's que, a partir de seu horizonte de planejamento, deveriam apontar os temas e os locais dos cursos de capacitação, responsabilizando-se pela mobilização dos participantes.

Era preciso monitorar estes arranjos produtivos deflagrados pelas empresas ganhadoras dos leilões. Assim, o Projeto Polos, teria o papel de apoiá-las juntamente com as organizações dos agricultores familiares diretamente envolvidos na produção da matéria-prima. De um lado, para propiciar a adesão das empresas de biodiesel ao selo apoiou a mobilização dos agricultores e de suas organizações produtivas e representativas para ampliar a participação da agricultura familiar na nova cadeia produtiva, por outro lado, era preciso orquestrar um conjunto de instrumentos de política pública para dar suporte à inserção sustentável da agricultura familiar.

O programa de capacitação deveria levar a cabo esta estratégia junto aos Pólos de Produção de biodiesel, cujo conteúdo estava associado diretamente às demandas dos GTG's

dos arranjos produtivos de biodiesel, foi concebido para ser ofertado em módulos articulados pelos seguintes temas prioritários: PNPB/Selo Combustível Social, cadeia produtiva de biodiesel, organização da produção e de mercados, zoneamento de risco e custos de produção. Tal programa foi ofertado aos membros participantes dos GTG's e aos parceiros na integração com o objetivo de fortalecer a capacidade de gestão e planejamento destes arranjos produtivos, tendo em vista a inserção do segmento da agricultura familiar no PNPB.

Para estabelecer o lócus de nossa pesquisa prática, foram focalizadas duas experiências em dois arranjos produtivos, a saber: no território Extremo Sul do Rio Grande do Sul no Estado do Rio Grande do Sul e no território Meio Oeste Contestado no estado de Santa Catarina. Os demais arranjos produtivos serão relacionados e analisados na medida em os temas abordados se entrecruzam com os temas discutidos nestes dois territórios, Polos de Produção de Biodiesel.

O programa de capacitação do Projeto Polos foi discutido nos Seminários de Planejamento realizados pelos GTG's (analisado no final deste capítulo) nos quais se decidiu para a realização de quatro cursos temáticos oferecidos pelo Projeto Pólos aos GTG's: 1- Curso de Capacitação - 16 a 17/07/2007 – Abelardo Luz – SC – “A cultura da mamona e o Selo Combustível Social”; 2- Curso de Capacitação - 25 a 27/07/2007, em Canguçu – RS (1ª etapa) e em Abelardo Luz – SC (2ª etapa) – tema: “Aplicação do BIOSOFT na Região Sul; 3- Curso de Capacitação - 11/09/2007, em Porto Alegre – RS, com o tema: “Biodiesel e Zoneamento de Risco Agroclimático”; 4- Curso de Capacitação - 21/09/2007, em Xaxim – SC, com o tema: “PRONAF Biodiesel como instrumento de desenvolvimento da Agricultura Familiar”.

Estes cursos, associados aos três seminários dos GTG's realizados em Porto Alegre, delimitam o campo empírico sobre o qual a problemática e as hipóteses dessa investigação foram construídas, sob a seguinte indagação: de que forma a qualificação profissional contribuiu para a integração subordinada dos camponeses na fase de implantação do Selo Combustível Social na fase piloto do Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel – PNPB.

A partir desta identificação, foram contextualizados os participantes e os resultados almejados pelos cursos através dos quais se explicitará o papel da qualificação na promoção da integração subordinada. O entrecruzamento dos objetos conveniados, contratados na rede de parceiras da SAF/MDA na implementação do PNPB possibilitam ações reais para promover e regulamentar a inserção da agricultura familiar no PNPB.

A partir dos questionamentos levantados ao longo da pesquisa e do mapeamento das ações de capacitação do Projeto Polos e de outros convênios da rede da SAF/MDA, foram identificados nestes territórios rurais os processos pedagógicos gerados na formação dos Arranjos Produtivos de Produção de Biodiesel na fase de implantação e consolidação do Selo Combustíveis Social do Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel – PNPB. Em que medida estes processos de qualificação implementados sob os parâmetros do Selo Combustível Social promoveram o controle social da integração produtiva dos camponeses na cadeia de biodiesel?

A constituição dos Polos de produção sob a articulação dos GTG's - amparados pela regulamentação do Selo Combustível Social - era colocada como uma das ações fulcrais do Programa no que tange a integração da agricultura familiar e que garantiria a implantação do Selo. Portanto, a qualificação da ação do GTG foi estratégica para estabelecer as condições objetivas da integração produtiva, o ambiente institucional para a realização de rodadas de negociação dos contratos, regulamentando assim na base infraestrutural a contratualização da produção camponesa no interior do novo CAI's. Estes fóruns serão o *locus* privilegiado do programa de qualificação na fase de implantação do Selo Combustível Social nos Polos de produção de biodiesel.

A partir das diretrizes do PNPB, o “Contrato” de aquisição da matéria-prima da agricultura familiar e o “Projeto de Produção de Biodiesel” - protocolado pela empresa junto ao MDA - são as duas peças principais do Selo e as unidades indissociáveis da integração produtiva na cadeia de biodiesel, pois explicitam os mecanismos da regulamentação da contratualização na cadeia produtiva de biodiesel, sob os critérios de adesão ao Selo Combustível Social.

Assim concebido, o GTG seria constituído como o fórum de gestão e planejamento dos arranjos produtivos de biodiesel e teria como objetivo harmonizar a atuação dos agentes públicos e privados na implementação do Selo Combustível Social e da inclusão social propriamente dita.

As ações de capacitação do Projeto Polos foram concebidas para atuar dentro dos GTG's como uma política de apoio e suporte à inserção e organização da produção familiar na cadeia de biodiesel, sobretudo a partir do cooperativismo. Esse programa deveria abordar as discussões técnicas acerca das oleaginosas envolvidas nos contratos, bem como, a gestão das políticas públicas da cadeia de produção de biodiesel sob as condições de adesão ao Selo Combustível Social, como pressupostos para a inclusão social e o desenvolvimento regional.

O Projeto Polos terá o papel de apoiar, assessorar e articular estes fóruns fomentados nos arranjos produtivos para qualificar seus membros e ampliar a participação da agricultura familiar na cadeia de biodiesel.

A partir deste mosaico de condicionalidades, os GTG's cumpriram o papel de: viabilizar formas de fomento à produção dos agricultores familiares, articulando diferentes parceiros; reduzir os custos advindos da pulverização da oferta de matéria-prima; articular as políticas públicas e facilitar o acesso dos agricultores; monitorar as relações entre empresa e agricultores.

Enquanto impacto positivo dos GTG's nos arranjos produtivos de produção de matéria-prima de biodiesel destacou-se as seguintes ações: a difusão de informações entre os agentes locais sobre o PNPB; a coordenação das políticas de apoio à agricultura familiar; o início de um planejamento em médio prazo para a produção de biodiesel; monitoramento dos contratos e a constituição de espaços de negociação entre sindicatos e empresas; identificação de indicadores para o monitoramento dos resultados do Selo Combustível Social.

A partir dos relatos de viagem propiciados pelo Projeto Polos de Produção de Biodiesel, será analisado nesta pesquisa como ocorreu a qualificação profissional dos agentes da cadeia produtiva nos Polos de Produção de Biodiesel, sob a adesão ao selo Combustível Social na fase piloto do Programa na região Sul do País, localizados em dois territórios rurais: Território Zona Sul do Rio Grande do Sul no Estado do Rio Grande do Sul e no Território Meio Oeste Contestado, no Estado de Santa Catarina¹¹¹. **(Anexo 6)**.

No Território Zona Sul do Rio Grande do Sul

Curso da Embrapa Clima Temperado – CNPCT - Pelotas – RS - 17 e 18/out/2006

Com a premissa levantada pelo MDA de que a inserção sustentável da agricultura familiar no PNPB passa, decisivamente, pela pesquisa científica de alternativas de diversificação do uso de oleaginosas na produção de biodiesel voltada para a agricultura familiar, sobretudo de culturas alternativas a produção de soja, com o investimento em pesquisa tecnológica e extensão rural.

Desse modo, os convênios com a Embrapa Clima Temperado e Embrapa Soja de Londrina tiveram um papel relevante para o PNPB. Conforme informado pela SAF/MDA

¹¹¹ Disponível no site: <http://sit.mda.gov.br/territorio.php?menu=territorio&base=1&informe=s>. Acesso em 02/02/2011.

tanto na I quanto na II Reunião do Selo, a Embrapa Clima Temperado estava executando as seguintes ações de apoio ao PNPB: 1- avaliação de quatorze espécies de mamona no RS, SC e PR, das quais seis receberam recomendação técnica; 2- realização de estudos de melhoramento genético e elaboração do Relatório Técnico da mamona e do girassol na região Sul que, a partir de sua rede de pesquisadores, disponibilizou a base da pesquisa para a definição do zoneamento de risco da cultura da mamona e girassol na região Sul; 3- as informações geradas pela pesquisa da Embrapa foram difundidas através do acompanhamento técnico de algumas propriedades dos agricultores, com a realização de experimentos e participação em cursos e seminários de capacitação promovidos pelas empresas e pelas organizações dos agricultores.

A EMBRAPA de Pelotas e a EMBRAPA de Londrina tiveram um papel relevante na implantação do Selo Combustível Social na fase piloto do PNPB na região Sul. Além da pesquisa científica agrônoma que embasou seus Relatórios Técnicos e a publicação do Zoneamento de Risco Agroclimático, a instituição empenhou-se também com os beneficiários diretos do PNPB nos territórios Zona Sul do Rio Grande Sul e no Território Meio Oeste Contestado, promovendo e possibilitando atividades de capacitação junto aos agricultores, técnicos e empresas com Selo Combustível Social.

O seminário, ocorrido na sede da EMBRAPA Clima Temperado, em Pelotas – RS, durante os dias 17 e 18/out/2006, abordou a seguinte temática: “Indicadores Técnicos da Pesquisa – Zoneamento de Risco Agroclimático da Mamona e do Girassol” e contou com a participação de mais de 60 convidados, além dos vários pesquisadores que ministraram as palestras dos dois centros da Embrapa envolvidos com a cultura da mamona e girassol. Tal evento também contou com a presença dos principais agentes do Arranjo Produtivo que estavam se formando na nova cadeia produtiva de biodiesel. Além dos técnicos de ATER,¹¹² as indústrias e o governo, os agricultores foram representados no evento pela participação da FETAG-RS e a UNAIC.

A programação abordou os seguintes temas: 1- zoneamento Agroclimático da mamona; 2- manejo da cultura da mamona; 3- manejo e conservação de solo; 4- adubação e calagem; 5- doenças da cultura da mamona; 6- Uso potencial da torta de mamona no controle fitonematóides e outros organismos da microbiologia do solo; 7- manejo de plantas invasoras;

¹¹² A equipe técnica prestadora de ATER da empresa Brasil Ecodiesel e da UNAIC estava assim dividida: na equipe da Brasil Ecodiesel participaram os dezoito técnicos que estavam atuando junto à agricultura familiar no RS em SC. Da equipe técnica da União das Associações Canguçu - UNAIC participaram os treze técnicos contratados mediante o convênio com a empresa para a integração na cadeia de biodiesel no extremo sul do Estado do Rio Grande do Sul. A maioria destes técnicos tinha a formação de técnicos agrícolas de nível médio e alguns agrônomos.

8- cultura do girassol. O evento aconteceu como um seminário interno dos pesquisadores da Embrapa, ampliado para os técnicos responsáveis pela ATER junto às empresas de biodiesel e convidados.

Os pesquisadores da Embrapa Clima Temperado e da Embrapa de Londrina fizeram um revezamento das apresentações de suas pesquisas sobre os vários aspectos das duas oleaginosas - mamona e girassol apresentaram o “estado da arte” da pesquisa destas duas culturas. Contudo, a própria pesquisa em desenvolvimento apontava seus limites e potencialidades (falta de financiamento, escassez de recursos humanos, baixo interesse econômico, entraves burocráticos e deficiência da infraestrutura) do desenvolvimento tecnológico das culturas oleaginosas alternativas à cultura da soja, sobretudo, quanto se trata da cultura da mamona que é apontada como grande potencial junto aos agricultores neste arranjo produtivo no extremo sul do RS e, também, na região Nordeste do país.

O MDA apoiou ambas as EMBRAPA's na publicação do zoneamento de risco agroclimático destas duas oleaginosas. Os eventos, que tiveram a participação estratégica da Embrapa, foram fundamentais para estabelecer uma base técnica mínima razoável junto aos técnicos das empresas sobre estas duas novas culturas na integração produtiva para produção de biodiesel.

O Projeto Polos ainda se encontrava tateando os arranjos produtivos, reconhecendo o terreno na fase de sensibilização e diagnóstico dos arranjos produtivos de biodiesel. Portanto, a participação nestes eventos foi fundamental para o reconhecimento do que estava sendo construído nesta parceria, envolvendo os gestores do PNPB, os técnicos das empresas e a representação dos agricultores.

Os trinta e um técnicos capacitados pela EMBRAPA foram os responsáveis pela implantação e desenvolvimento das primeiras lavouras de mamona e girassol no Arranjo Produtivo da empresa Brasil Ecodiesel com a UNAIC, com anuência contratual da FETAG - RS, nos Polos de Produção de Biodiesel a região do extremo sul do Rio Grande do Sul, conforme vai ser apresentado a seguir.

A UNAIC e os “52 dias de campo” sobre o biodiesel no entorno de Canguçu

Os “52 Dias de Campo” contaram com o apoio financeiro do MDA e com a contrapartida da UNAIC, através do Convenio n. 069/06 – UNAIC – SAF/MDA. As cinquenta e duas reuniões nas comunidades rurais tiveram por objetivo mobilizar e sensibilizar os agricultores para participar do PNPB. A UNAIC, que tem a DAP 3.0, contratou

a venda de matéria-prima para a Brasil Ecodiesel e para a BS Bios. A Embrapa participou direta e indiretamente de várias dessas atividades dando apoio para a UNAIC, seja como palestrante, seja na realização de visita de campo ou visitas aos seus experimentos na sede de Pelotas – RS.

A partir das atividades conveniadas com a UNAIC, denominadas ‘dia de campo’ é possível extrapolar a percepção de como se desenvolveram as ações da UNAIC, entidade participante ativa capacitações promovidas pela Embrapa, ambas beneficiárias de convênios com o MDA.

A região tornara-se prioritária para o MDA, caracterizando-se como uma das mais significativas do Estado do Rio Grande do Sul tendo em vista a potencialidade de integração do segmento camponês, situado em uma região de baixo IDH e alta concentração de minifúndio no país, localizada no extremo Sul do Rio Grande do Sul, denominado, a partir da política de desenvolvimento territorial pela SDT/MDA, como Território da Cidadania Zona Sul do RS.¹¹³

Todas as reuniões de campo, ocorridas nas propriedades dos agricultores que haviam se integrado a Brasil Ecodiesel, através de contrato coletivo com a UNAIC, se deram na época em que os agricultores já haviam realizado o plantio de suas lavouras e em áreas de um a cinco hectares, plantados com a mamona, sobre cujos resultados havia uma grande expectativa assim como do girassol.

Tais encontros contavam com um público específico de agricultores, técnicos e representantes locais convidados, colégios agrícolas, EMATER, EMBRAPA, MDA, etc. Tinham a duração de meio período, divididos em três momentos: 1- oficina institucional com a empresa integradora (Brasil Ecodiesel); entidade dos camponesas responsáveis pelos contratos (UNAIC); e a FETAG-RS (anuência contratual), 2- oficina teórica com a Embrapa e técnicos da UNAI e da empresa; e 3- visita técnica às lavouras de mamona e girassol, objeto de contrato de integração.

¹¹³ Território Zona Sul do RS: O Território da Cidadania Zona Sul Do Estado - RS abrange uma área de 39.960,00 Km² e é composto por 25 municípios: Pedras Altas, Pedro Osório, Pelotas, Pinheiro Machado, Piratini, Rio Grande, Santana da Boa Vista, Santa Vitória do Palmar, São José do Norte, São Lourenço do Sul, Turucu, Aceguá, Amaral Ferrador, Arroio do Padre, Arroio Grande, Candiota, Canguçu, Capão do Leão, Cerrito, Chuí, Cristal, Herval, Hulha Negra, Jaguarão e Morro Redondo. A população total do território é de 871.768 habitantes, dos quais 122.774 vivem na área rural, o que corresponde a 14,08% do total. Possui 32.160 agricultores familiares, 3.615 famílias assentadas e 32 comunidades quilombolas. Seu IDH médio é 0,79. Fonte: Sistema de Informações Territoriais. Disponível em <http://sit.mda.gov.br> e em http://www.territoriosdacidadania.gov.br/dotlrn/clubs/territoriosrurais/zonasuldoestadors/one-community?page_num=0 Acesso: 20/11/2010.

O “dia de campo” que nos referimos foi realizada no dia 21/03/2007, em Arroio Grande – RS, e organizada pela UNAIC e pela empresa Brasil Ecodiesel. A metodologia padrão desta ação dava-se da seguinte forma: abria-se o evento com uma mesa de abertura e na sequência realizava-se uma oficina institucional, que era o espaço dedicado à apresentação e consolidação dos acordos entre a indústria e os agricultores sob as diretrizes do Selo Combustível Social. A oficina teórica era um espaço de debate dedicado às questões técnicas, agronômicas e econômicas relacionadas à viabilidade dos sistemas de produção da agricultura familiar com a introdução da mamona e girassol no calendário agrícola da região. Por fim, fazia-se uma visita às lavouras como momento de experiência prática. A metodologia de “dias de campo” era uma prática corriqueira da UNAIC e das ONG’s da região, sendo apropriada e incentivada pela SAF/MDA e pelo PNPB enquanto metodologia para promover a participação da agricultura familiar.

A UNAIC executou os “52 dias de campo” no período de 15/02 a 27/03/2007, indo nas principais comunidades onde o agricultor havia aderido ao Programa e realizando trinta e dois eventos sobre a mamona e vinte sobre o girassol. A entidade relata que participaram aproximadamente 2600 agricultores familiares, técnicos e convidados locais.



Os 52 dias de campo da UNAIC. Plantação de Mamona em Canguçu/RS. Fotografia de Roberto Terra. Acervo do Autor.

Avançando cronologicamente, é possível ver um quadro apurado, fruto dos “52 Dias de Campo” e do acompanhamento dos seus treze técnicos de ATER na região, que a UNAIC apresentou a respeito da evolução das lavouras de mamona e do girassol na safra 2006/07 e as perspectivas de ajustes para a safra 2007/08 na região.

Deste ponto em diante, será contemplada a reunião de fundação do GTG¹¹⁴ do Arranjo Produtivo da UNAIC¹¹⁵, em 10/10/2007, com a empresa Brasil Ecodiesel e, posteriormente com a participação da Bs Bios.

Dos principais pontos desse relato da UNAIC, destaca-se a avaliação do quadro do plantio e desenvolvimento das primeiras lavouras da safra 2006/07 de mamona para a produção de biodiesel na Região Sul, de onde se originaria a produção da matéria-prima oleaginosas, objeto de contratação na integração produtiva para a produção de biodiesel com o Selo Social.

O STR de Canguçu e a Federação dos Trabalhadores da Agricultura – FETAG – RS deram anuência aos contratos assinados com as duas empresas. As duas indústrias descentralizaram a prestação de assistência técnica para a UNAIC, que contratou treze técnicos para prestar este serviço nas safras 2006/2007.

Esta ação regional tinha por objetivo dar o apoio a este processo de integração produtiva, através da sensibilização, mobilização e a organização dos agricultores familiares para participar do PNPB. Tais ações associadas às reuniões e seminários, debates de soluções e entraves da produção de oleaginosas na região, bem como, a organização da produção e o acesso ao crédito tinham como objetivo viabilizar os projetos de biodiesel junto aos agricultores.

Nesta região a entidade fomentou o plantio de mamona e girassol em vinte e sete municípios no extremo sul do Estado do Rio Grande do Sul: Canguçu, Morro Redondo, Cerrito, Piratini, Pinheiro Machado, Pedro Osório, Erva do Sul, Arroio Grande, Jaguarão, Santa Vitória, São José do Norte, Rio Grande, Capão do Leão, Pelotas, Arroio do Padre, Turuçu, São Lourenço do Sul, Cristal, Camaquã, Chuvisca, Encruzilhada do Sul, Amaral Ferrador, Santana da Boa Vista, Caçapava, Serro Largo, Sentinela do Sul e Chuí – RS. Nestes municípios, segundo a entidade, foram negociados mil duzentos e trinta e cinco contratos de compra de oleaginosas através da integração com a indústria Brasil Ecodiesel, a partir de sua indústria, ainda em fase inicial de construção em Rosário - RS.

¹¹⁴ Inicialmente a UNAIC reunia-se em Porto Alegre no Comitê da FETAG-RS para dirimir seu contrato com a indústria e com a Federação, contudo, quando as especificidades locais ditam um novo ritmo o GTG regional é fundado, deixando de ser um desdobramento do Comitê da FETAG-RS, para assumir uma personalidade própria. Em 10/10/2007 é fundado, em Canguçu – RS, o GTG da UNAIC celebrando acordos contratuais com as duas indústrias de biodiesel, a Brasil Ecodiesel e, posteriormente, a BS Bios.

¹¹⁵ As organizações que participaram da criação deste GTG da UNAIC, em 10/10/2007, realizado na Câmara de Vereadores de Canguçu – RS, foram: STR de Canguçu e Federação dos Trabalhadores da Agricultura - FETAG-RS; SAF/MDA, Projeto Polos Centro Sul – MDA/Plural; EMBRAPA Clima Temperado e EMBRAPA Soja; Prefeitura de Canguçu – SEMAP e Secretaria. Ind. e Com.; indústria de biodiesel Brasil Ecodiesel; e a direção da UNAIC.

Segundo a UNAIC, na safra 2006/07 foram produzidas e entregues duzentas e noventa toneladas de mamona para a indústria Brasil Ecodiesel, envolvendo uma área de aproximadamente setecentos hectares em vinte e dois municípios de atuação da UNAIC, perfazendo uma média de um a dois hectares por estabelecimento da agricultura familiar.

Neste período, os agricultores não acessaram o PRONAF Biodiesel devido à falta de zoneamento agroclimático. Entretanto, nem mesmo depois disso ser feito, os agricultores acessaram o Pronaf Biodiesel.

Nos primeiros plantios, as reivindicações dos agricultores pelo Pronaf Biodiesel, na região Sul, era em torno do custeio das lavouras de mamona, girassol e canola, pois eles não contavam com recursos próprios para investir e ficavam dependentes das empresas integradoras e de seus pacotes tecnológicos. Como exemplo, a Brasil Ecodiesel forneceu sementes aos agricultores a título de fomento ao plantio e adiantamento da compra da safra 2006/07 contratado com a UNAIC. As sementes adiantadas pela empresa eram de baixa qualidade e com problemas de contaminação, por isso, em vários municípios, os agricultores tiveram prejuízo com o retrabalho e foram forçados a fazer novamente o plantio para não perder o contrato.

Como as áreas plantadas foram muito pequenas, entre um a cinco ha, os prejuízos não foram muito grandes, a despeito de não terem financiado a safra pelo Pronaf Biodiesel, ficaram também sem cobertura do seguro da safra. O nível tecnológico das lavouras era muito baixo, com processo produtivo totalmente manual, conforme relata a UNAIC. Os dados de produção e produtividade não foram nada uniformes, padecendo de melhoramentos de todas as ordens: desenvolvimento e testes de (novas) variedades, limites para a mecanização, adubação e controle fitossanitário, além do baixo conhecimento técnico e nível tecnológico das unidades de produção, dos agricultores e dos próprios técnicos da ATER.

A UNAIC cita que, em algumas áreas onde os agricultores utilizaram o plantio das variedades de mamona consorciadas com feijão e abóbora, os técnicos registraram a elevação da produtividade por unidade de área, até mesmo se comparado com o plantio da mamona em sistema dito, solteiro.¹¹⁶

Os agricultores estavam apostando que aquele novo mercado público de biodiesel significaria mais uma possibilidade de agregação de renda no campo, contudo, orientados pelos STR's e FETAG-RS, resolveram não arriscar em áreas maiores do que sua capacidade

¹¹⁶ A UNAIC fez uma rápida explanação de uma propriedade típica da região, segundo as estimativas levantadas pelos seus técnicos em um hectare produziu-se 940 kg de mamona e 1.380 kg de feijão, indicando para a possibilidade de adensamento e diversificação dos sistemas de produção, com a melhoria da produtividade e o incremento na renda das propriedades familiares que utilizaram este sistema de produção.

disponível de mão-de-obra familiar (entre um a quatro hectares), tampouco fizeram investimentos com recursos financeiros próprios; quando muito, investiram em tratamentos culturais convencionais de preparo do solo, plantio e colheita, dependente exclusivamente de mão-de-obra familiar e da tração animal.

Seguindo as normas do Selo, as duas empresas terceirizaram a ATER e a capacitação dos agricultores para a UNAIC, que, inicialmente, contratou uma equipe de treze técnicos para atuar junto aos agricultores integrados com a empresa Brasil Ecodiesel. Para a safra seguinte, 2007/08, a UNAIC relatou que o número de técnicos de campo cairia de treze para cinco técnicos e um administrador com o objetivo de atingir maior eficiência e racionalidade logística e econômica no trabalho de ATER.

Para tanto, por um lado, era necessário reduzir as distâncias entre as lavouras e melhorar logística de transporte, por outro lado, haveria um processo de seletividade junto aos agricultores que demonstraram maior aptidão à cultura e à logística disponível.

A maioria dos agricultores escolheu pequenas áreas de solos com qualidade mediana a boa, contudo, sem o acesso ao Pronaf Biodiesel, os agricultores não investiram no plantio, sendo poucos os que utilizaram práticas agrícolas convencionais como adubação e correção de solos. A FETAG-RS estava preocupada em não frustrar os agricultores devido às limitações técnicas da mamona e do girassol na região, bem como, pela incerteza quanto ao desenvolvimento do novo mercado nacional de biodiesel. Tratavam-se dos primeiros passos do PNPB com o plantio, em escala comercial, de lavouras integradas com a nova cadeia produtiva. Por outro lado, abria mais uma possibilidade de renda e intensificação dos seus sistemas de produção, como por exemplo, a incorporação de mais uma safra no calendário agrícola e a re-utilização da torta/farelo para ração animal e adubação das lavouras, além da possibilidade de uso óleo biodiesel para a produção de energia nas unidades de produção.

No Território Meio Oeste Contestado em Santa Catarina

Curso de Capacitação para o uso do programa BIOSOFT-UFV – Canguçu – RS e Abelardo Luz – SC - 25 e 28/jul/2007

Prosseguindo na trajetória cronológica, serão contextualizados os dois primeiros cursos de capacitação realizados pelo Projeto Pólos em parceria com a equipe da UFV responsável pela implantação do BIOSOFT, discutidos e aprovados no seminário de planejamento dos GTG's, realizados em 12 a 14/06/2007 em Porto Alegre – RS. Em Canguçu – RS e, em Abelardo Luz – SC aconteceram as principais ações de capacitação que serão aqui

descritas. A coincidência da demanda destas duas regiões deveria justificar a ligação entre os objetivos máximos do selo combustível social ao seu equivalente de desenvolvimento regional e à inclusão social da agricultura familiar e assentados da reforma agrária.

Nas duas regiões, os agricultores já vinham plantando oleaginosas na pretensão de agregar valor realizando a venda do óleo ao invés do grão para o biodiesel. A UNAIC tinha como projeto, que estava sendo discutido no âmbito do Território Zona Sul do RS, a instalação de uma unidade de extração do óleo vegetal, cujo subproduto (o farelo/torta) seria usado na adubação orgânica e na alimentação animal.

Em Abelardo Luz, a COOPEAL havia adquirido uma unidade de extração de óleo através do Território Meio Oeste Contestado, os assentados já estavam plantando em larga escala o girassol e queriam simular a evolução da cadeia produtiva até a extração do óleo de girassol e de mamona.

O Projeto Polos (Plural), o Biosoft (UFV), a UNAIC e a EMBRAPA naquele momento estão convergindo seus objetivos, sincronizando suas ações para a implantação do Selo. Por isso, as duas regiões foram consideradas pela SAF/MDA como Arranjos Produtivos prioritários que deveriam ser apoiados na região Sul tendo em vista a concentração de agricultores familiares e os assentamentos de reforma agrária. Portanto, a região de grande potencialidade de inclusão social e desenvolvimento regional deixa evidente que a inclusão social perpassa o campesinato tradicional e o tema do desenvolvimento regional.

Com a Funarbe-UFV, a SAF/MDA informa que foram contratados dez planos de negócios agrícolas e cinco planos industriais, objeto então de projetos pilotos implementado junto aos Arranjos Produtivos. A Funarbe-UFV faz parte da rede de parcerias do MDA e tem como objeto contratado um software de apoio à decisão para a implantação de unidade de produção de biodiesel, denominado Biosoft. O estabelecimento de projetos pilotos nas regiões estratégicas de inserção da agricultura familiar tinha como pressuposto a interseção no Projeto Polos de Biodiesel.

Abaixo, na introdução do Manual do Biosoft, fica explícito o objetivo da parceria entre a UFRV e o MDA. Com o desenvolvimento de sistemas computadorizados para facilitar solicitação de financiamento para a instalação de agroindústrias de pequeno porte através do PRONAF Agroindústria, esta parceria estendeu-se para a cadeia de biodiesel, mas o software BioSoft - criado especialmente para esta nova cadeia produtiva - tinha um avanço em relação aos demais sistemas desenvolvidos para o programa de Agroindústrias de pequeno porte implementado pelo MDA.

O sistema de apoio à decisão, BioSoft, foi desenvolvido como resultado de um convênio celebrado entre o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e a Universidade Federal de Viçosa (UFV), para ser uma ferramenta de suporte à avaliação de projetos de produção industrial de biodiesel que tenham interesse na inserção da agricultura familiar em sua cadeia produtiva. Não é a primeira vez que tal tipo de convênio é celebrado entre as duas instituições, sendo que, em 1997, através do PRONAF Agroindústria, uma série de sistemas de mesma natureza foi desenvolvida para facilitar o pedido de investimentos pelos agricultores familiares na instalação de agroindústrias de pequeno porte. O sistema atual inova ao propor, a junção entre a viabilidade econômico-financeira de produção agrícola com a industrial, ligando estes dois elos através da comercialização das oleaginosas produzidas pela agricultura familiar (AF) para a indústria, suprimindo-se dessa forma parte ou totalidade da demanda industrial de matéria-prima para a produção de biodiesel. Dessa forma, as oleaginosas compõem a maior parte da composição da receita agrícola e a maior parte dos custos de produção industrial.¹¹⁷

Os estudos pilotos com a UNAIC e com a COOPEAL, respectivamente em Canguçu - RS e em Abelardo Luz - SC, embasaram as tomadas de decisões das duas organizações da agricultura familiar na orientação dos investimentos na cadeia produtiva de biodiesel. As duas entidades iniciaram a discussão de investimentos na cadeia produtiva de biodiesel com base nestes estudos de viabilidade de projetos de biodiesel desenvolvido pelo Biosoft. Tais estudos geraram várias ações de capacitação e treinamento de técnicos e gestores do PNPB nas duas áreas de atuação e tornaram-se subsídios para apoio do MDA a projetos na região.

O curso com a FUNARBE/UFV ocorreu em duas etapas: (I) nos dias 25 a 27/07/2007 com a União das Associações Comunitárias do Interior de Canguçu - UNAIC - realizada na cidade de mesmo nome; e, na sequência, (II) nos dias 28 e 29/07/2007, com a COOPEAL em Abelardo Luz - SC.

Estas duas experiências ocorreram sequencialmente imbricadas na base produtiva dos camponeses integrados na produção de matéria-prima para o PNPB sob o Selo Combustível Social. Esta experiência faz uma interlocução entre quatro convênios com a SAF/MDA (1-Embrapa Clima Temperado, 2-UFV, 3-Plural Consultoria e 4-UNAIC) e duas empresas produtores de biodiesel (1-Brasil Ecodiesel e a 2- BS Bios).

Com a Funarbe/UFV foram contratados dez planos de negócios agrícolas e cinco industriais, objetos de dois projetos pilotos implementados junto aos Arranjos Produtivos de biodiesel.¹¹⁸ A fase de execução do Biosoft, na região Sul, na fase piloto do PNPB, teve por base um curso de capacitação de técnicos e de gestores articulados nos GTG's para atuar na ATER dos arranjos de biodiesel e nas entidades de apoio.

¹¹⁷ MANUAL de Referência sobre a Utilização do Sistema de Apoio à Decisão - BioSoft. Convênio UFV/MDA.

¹¹⁸ Segundo informado pela SAF/MDA na Ia e na IIa Reunião do Selo Combustível Social, entre 2006 e 2007.

O curso, “Treinamento de técnicos e dirigentes das organizações associativas da Agricultura Familiar na região Sul para a utilização do programa BIOSOFT (UFV-MDA)” abrangeu a região Sul e teve o seguinte calendário: no dia 23/07/2007, em Canguçu – RS ocorreu a primeira etapa com uma reunião sobre o levantamento de indicadores de campo sistematizados pelos técnicos da UNAIC a respeito da cultura da mamona e do girassol. No dia 24 e 25/07 ocorreu a discussão teórico-metodológica e o treinamento para a execução do Programa. Na segunda etapa, no dia 26 e 27/07, a equipe da UFV e do Projeto Polos se deslocou para Abelardo Luz - SC para realizar o levantamento de dados de campo dos assentamentos com os técnicos da ATER e com a direção da COOPEAL.

Através do convênio com a Funarbe/UFV elaboraram-se os primeiros parâmetros de avaliação econômica da cadeia produtiva de biodiesel na fase agrícola e industrial, a Universidade Federal de Viçosa fez um primeiro teste simulando a fase agrícola de produção de biodiesel em Canguçu – RS e em Abelardo Luz.

O público alvo selecionado era composto de técnicos que atuam junto às organizações da agricultura familiar integradas na cadeia de biodiesel, agentes públicos e privados que participam da cadeia produtiva (MDA, EMBRAPA; EMATER; Cresol, Federações da AF; empresas, etc.), Projeto Polos, UNAIC e COOPEAL. Como forma de ampliar a participação além do GTG, ao todo foi capacitada mais de cinquenta pessoas, entre técnicos, lideranças e gestores sobre o programa BIOSOFT.

Este curso originou os dois projetos pilotos nessas regiões prioritárias do PNPB. O município de Canguçu, que apresenta um dos menores IDH do país, com alta taxa de pequenas propriedades, minifúndios e assentamentos de reforma agrária, tem na cultura do tabaco a maior ocupação de área depois da produção de alimentos em termos de área plantada e intensificação da exploração da mão-de-obra familiar.

Como esquema básico desta integração entre os sistemas alimentar e energético, era projeto dos agricultores proceder às seguintes ações na fase agrícola e industrial: produzir sementes de oleaginosas para venda no mercado, grãos em lavouras comerciais destinadas para o biodiesel e/ou supostamente para a alimentação animal. Na fase industrial, com o esmagamento do grão, vender o óleo extraído para as usinas de biodiesel, enquanto a torta/farelo retornaria novamente para as pequenas propriedades como insumo para a adubação ou para a alimentação animal, integrando, intensificando e convergindo seus sistemas de produção. Havia ainda mais uma possibilidade vislumbrada, se a indústria de biodiesel se tornasse de propriedade de uma cooperativa dos trabalhadores rurais, os agricultores cooperados poderiam trocar grãos e óleo vegetal por óleo biodiesel e, assim,

avançando em mais um elo da cadeia produtiva, conquistar também a autonomia energética através do consumo direto do óleo biodiesel.

Curso de Mamona e o Selo Combustível Social - Abelardo Luz – SC - 16 a 17/jul/2007

No município de Abelardo Luz – SC a situação não era muito diferente de Canguçu – RS por concentrar o maior número de assentamentos do Estado de Santa Catarina. A Cooperativa de Produção, Industrialização e Comercialização Edson Adão Lins – COOPEAL havia nascido neste processo de luta pela terra e constituição do Movimento dos Sem Terra - MST, atuava nos vinte e dois projetos de assentamentos em Abelardo Luz e nos municípios do entorno. Encravada no seio da reforma agrária do Estado de Santa Catarina, em verdade, a cooperativa é fruto das primeiras áreas ocupadas pelo MST na região Sul.

Ambos os projetos estavam integrados no Selo social, contudo pretendiam avançar com a diversificação e intensificação e seus sistemas produtivos, agregando valor a produção da matéria-prima além da venda do grão. O uso da torta e do farelo para ração animal e adubação são componentes fundamentais para a viabilidade e equilíbrio da cadeia produtiva. O fragmento abaixo mostra esta relação nas iniciativas de Canguçu e Abelardo Luz, sistematizadas por professores e alunos da UFV que participaram desta experiência que aqui aprofundamos.

No âmbito do PNPB diversas iniciativas surgiram em todo o país. Neste artigo, serão apresentadas duas experiências: Canguçu – RS e Abelardo Luz – SC. Ambas seguem seqüência estruturada divididas em quatro etapas básicas 1) organização da produção de sementes; 2) estruturação da extração de óleo; 3) utilização dos co-produtos da extração e; 4) preparação para produção de biodiesel. A organização da cadeia de produção nestes locais aumenta a perspectiva de sucesso destes empreendimentos.(...) Ponto comum entre as duas iniciativas, é a familiarização dos produtores como os novos processos, a tentativa de obter controle sobre o maior número de elos possível na cadeia. Essa proposta parece uma saída interessante, pois quanto maior for o grau de controle existente sobre a cadeia, maior o poder de negociação dos produtores e maior a valor agregado dos produtos finais.¹¹⁹

O curso realizado pela Embrapa Soja de Londrina ocorreu nos dias 16 e 17/07/2007 em Abelardo Luz – SC em parceria com a COOPEAL. A simulação do BIOSOFT em Abelardo Luz - SC com os camponeses assentados possibilitou o levantamento dos dados

¹¹⁹ MIRANDA, Carlos. [et al]. *O potencial do biodiesel para promoção do desenvolvimento sustentável na agricultura familiar: as iniciativas de Canguçu – RS e Abelardo Luz – SC*. Anais do II Congresso da Rede Brasileira de Tecnologia de Biodiesel. Brasília, 2007.

nos assentamentos da região e a organização da estratégia de integração de seus sistemas produtivos nos assentamentos do território.

Foram realizadas duas oficinas de levantamento de dados e treinamento sobre o Biosoft, com o intuito de possibilitar a estes técnicos utilizarem o sistema para a elaboração de projetos relacionados à produção de oleaginosas destinadas ao biodiesel e, desta forma, qualificar seus projetos acessando melhor as políticas públicas de apoio a cadeia produtiva em formação.

A região, denominada Território Meio Oeste Contestado¹²⁰ e cujo IDH médio é 0,81, abrange uma área de 8.288,10 Km² e é composta por 29 municípios: Abelardo Luz, Água Doce, Bom Jesus, Capinzal, Catanduvas, Coronel Martins, Entre Rios, Erval Velho, Faxinal dos Guedes, Galvão, Herval d'Oeste, Ibicaré, Ipuçu, Joaçaba, Jupiá, Lacerdópolis, Lajeado Grande, Luzerna, Marema, Ouro, Ouro Verde, Passos Maia, Ponte Serrada, São Domingos, Treze Tílias, Vargeão, Vargem Bonita, Xanxerê e Xaxim.

A população total é de 255.148 habitantes, dos quais 74.832 - 29,3% do total - vivem na área rural. Possui 13.155 agricultores familiares, 2.105 famílias assentadas e quatro (4) terras indígenas.¹²¹ Somente a município de Abelardo Luz – SC concentra vinte e dois assentamentos, conforme atesta a reportagem abaixo:

Dezenas de famílias de agricultores assentados acompanharam, no último domingo (24), as festividades em comemoração aos 24 anos da primeira ocupação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra em Abelardo Luz. (...) Em Santa Catarina já são mais de 7 mil famílias assentadas, distribuídas em 140 assentamentos, ocupando uma área de 80 mil hectares de terra. Somente no município de Abelardo Luz, são 22 assentamentos e cerca de 1,5 mil famílias, produzindo alimentos em cerca de 20 mil hectares de terra.¹²²

Segundo a direção da COOPEAL, a cooperativa entrou em crise no início de 2000 e os motivos alegados foram a ingerência e o mau dimensionamento dos projetos de infraestrutura de produção implementados pelo INCRA, os quais foram feitos sem estudos de viabilidade econômica dos investimentos e sem levar em consideração a necessidade de formação e a participação dos assentados nos projetos.

¹²⁰ PROGRAMA Territórios da Cidadania. Disponível em: www.territoriosdacidadania.gov.br

¹²¹ SISTEMA de Informações Territoriais. Disponível em <http://sit.mda.gov.br> e http://www.territoriosdacidadania.gov.br/dotlrn/clubs/territoriosrurais/meiooestecontestadochapecozinhoc/one-community?page_num=0 Acesso: 20/11/2010.

¹²² Prefeitura Municipal de Abelardo Luz. Agricultores assentados comemoram 24 anos de reforma agrária. 25/05/2009. Disponível em site: <http://www.abelardoluz.sc.gov.br/conteudo/?item=328&fa=1&cd=39246> Acesso em 11/01/2011

Os investimentos do INCRA previstos no Plano de Desenvolvimento do Assentamento – PDA foram concentrados na estruturação da bacia leiteira, contudo, a COOPEAL relata que grande parte deles foi desperdiçada por falta de planejamento conjunto com as organizações dos agricultores assentados e análise de viabilidade econômica. Como resultado, houve a falência do sistema e o endividamento dos assentados e da cooperativa que entrou em colapso em 2000, gerando uma situação de paralisia e descrédito junto aos assentados, apesar de COOPEAL reverter este quadro.

A partir de 2003, o assentamento reverteu a situação, passando por um processo de reestruturação produtiva e organizativa a fim de resgatar sua história e sua vocação para a produção leiteira, piscicultura e grãos, etc, com o objetivo de diversificar e integrar a produção com o aperfeiçoamento do processo de profissionalização da gestão e do planejamento.

Segundo a direção da COOPEAL, o assentamento demandava apoio para a elaboração de projetos, sobretudo para a realização da análise da viabilidade econômico-financeira dos seus empreendimentos, com o intuito de retomar o processo de planejamento dos empreendimentos econômicos dos seus vinte e dois assentamentos, pois precisava de apoio para a elaboração e execução dos seus projetos estratégicos.

A integração da produção na cadeia de biodiesel era considerada estratégica para a COOPEAL na medida em que a cultura do girassol era amplamente adaptada na região e a cooperativa queria agregar valor com a extração do óleo. A Coopeal, que já utilizava semente de girassol do IAC e da EMBRAPA Soja de Londrina - variedade esta já amplamente cultivada nos assentamentos da região - também estava se especializando na reprodução de sementes de girassol. Para tanto, já detinha registro junto ao MAPA. Para isso, a COOPEAL havia adquirido em 2006, através do Programa de Desenvolvimento Territorial da SDT/MDA, via PRONAT¹²³, uma miniprensa de extração de óleo vegetal, movimentando outras cadeias produtivas nos assentamentos, utilizando a torta para alimentação animal bovina e a produção de ração animal (piscicultura e outras) nos PA's.

¹²³ O Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais – PRONAT está sob gestão da Secretaria de Desenvolvimento Territorial – SDT/MDA e tem as seguintes Modalidades e Funcionais Programáticas, segundo o Regulamento Operativo 2007: Gestão e Administração do Programa (monitoramento); Elaboração de Planos Territoriais de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS); Apoio à Gestão dos Planos Territoriais de Desenvolvimento Rural Sustentável (Gestão PTDRS); Capacitação de Agentes de Desenvolvimento (capacitação). Apoio a Projetos de Infra-Estrutura e serviços em Territórios Rurais (infra-estrutura) e Assistência Financeira mediante Emendas – AFEM. Quanto ao regulamento do Programa de Apoio a Projetos de Infra-estrutura e Serviços em Territórios Rurais - PRONAT, o produto de um PTDRS, além de um diagnóstico e uma visão de futuro que se materializa em projetos territoriais, terá o apoio financeiro para que o município implante projetos dentro do contexto de desenvolvimento local sustentável e que fortaleçam a agricultura familiar organizada nos territórios rurais.

De certa forma, os projetos desenvolvidos pela COOPEAL nos assentamentos careciam de apoio, o que viria através de planejamento estratégico que integrasse de forma sustentável cada vez mais suas atividades. Para se ter uma idéia dos investimentos administrados pela cooperativa como empreendimentos produtivos e as cadeias de produção desenvolvidas nos assentamentos da região.

A Coopeal é responsável pela administração de sete empreendimentos de pequeno e grande porte, sendo eles: frigorífico de peixes; unidade de extração de óleo de girassol; produção e certificação de sementes; agroindústria de conservas; fábrica de ração; unidade de empacotamento de cereais e secador e silo para armazenamento de grãos. A cooperativa também elabora e executa projetos de moradia rural nas áreas de assentamento (financiamento de 960 casas em Abelardo Luz). Há também um mercado-agropecuária e um posto de resfriamento de leite, estes administrados pela Cooperoeste, que possui sede em São Miguel D'Oeste. É importante salientar que estes dois últimos são os empreendimentos do MST que estão mais consolidados no município de Abelardo Luz (ambos localizados nos assentamentos 25 de Maio e José Maria, respectivamente) e são independentes da Coopeal do ponto de vista administrativo, mas de forma sinérgica atuam no fortalecimento dos arranjos produtivos locais. A produção de girassol com finalidade energética está associada a outras atividades agrícolas e agroindustriais, integrando diretamente os seguintes arranjos produtivos da Coopeal: matéria-prima para produção de biodiesel; produção de óleo (consumo e comercialização); produção de rações para a piscicultura e atividade leiteira, tendo a torta do girassol como a principal fonte de proteína.¹²⁴

O assentamento é organizado pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Terra - MST, que deu anuência aos contratos de integração da COOPEAL com a Brasil Ecodiesel (Rosário do Sul – RS). Note-se que a Confederação Nacional das Cooperativas da Reforma Agrária - CONCRAB tinha uma posição crítica sobre a integração dos assentamentos na cadeia produtiva de biodiesel via Selo Combustível Social, por isso, não havia se credenciado junto ao MDA para cancelar a anuência contratual. Contudo, havia uma pressão da COOPEAL para que a CONCRAB liberasse a cooperativa para uma experiência piloto de integração ao PNPB no Território Meio Oeste Contestado. Esta anuência poderia viria a ser realizada pela Associação Nacional de Pequenos Produtores – ANPA, entidade credenciada junto ao MDA para dar anuência as aquisições originadas pelo selo.

A contratação de matéria-prima através das cooperativas apresentará inúmeras vantagens, como exemplo, o aumento da escala de produção e a venda do óleo. A Central de

¹²⁴ BORSUK, Lido José. Cultivo de girassol sob a perspectiva da agroenergia: uma análise de produtores familiares assentados de Abelardo Luz-SC. Florianópolis: UFSC, 2008. [Dissertação de mestrado] p. 46. Disponível em <http://www.pos.ufsc.br/arquivos/41000382/diversos/Lido.pdf>. Acesso em 18/nov/2010.

Cooperativas que tem DAP jurídica e, portanto, pode fazer um contrato apenas com a indústria envolvendo diretamente um amplo conjunto de agricultores familiar cooperados, o que facilita imensamente o custo de logística da integração produtiva. Para a cooperativa que já vem fazendo este trabalho de ATER na base de seus produtores, realizar a prestação da ATER e a capacitação dos agricultores familiares integrados parece interessante, pois representa a possibilidade de reforçar a equipe já existente ou, no caso de não haver assistência técnica nenhuma, significa a possibilita que a ATER chegue aos agricultores integrados, à medida que este é um componente obrigatório do Selo.

Esta situação foi verificada em praticamente todos os casos de contratação da compra da matéria prima pelas indústrias diretamente das cooperativas, através de um único contrato contemplando uma ampla base de pequenos agricultores. Podemos citar alguns casos típicos no RS do contrato realizado, em 2006/07, entre a indústria de biodiesel, BS BIOS e Biocapital (empresa com sede no estado de São Paulo, mas que comprava sua matéria-prima no RS) e a central cooperativa COCEAGRO¹²⁵, Central cooperativa esta que havia adquirido uma planta de extração de óleo em Santa Cruz - RS. Outro exemplo foram as contratações da Oleoplan (Veranópolis – RS), praticamente 100% das aquisições da agricultura familiar foram feitas a partir de contratos da indústria diretamente com as cooperativas do RS.

Em segundo lugar, há o caso da COCEAGRO - Cotrimaio, que comprou uma unidade de extração de óleo e passou a vender óleo diretamente para as indústrias de biodiesel com Selo Combustível Social. A COOPEAL e a UNAIC tinham também esta perspectiva de avançar na cadeia produtiva de óleos vegetais. No caso da COCEAGRO, bem como das duas organizações citadas, este processo teve o apoio do MDA como um Plano de Negócios para o empreendimento (PNE). Na safra 2006/07, a partir desse novo empreendimento com a formação da Central de Cooperativas – COCEAGRO, veio a ampliação do número de clientes para venda de óleo de soja (e girassol) destinado à produção de biodiesel para a BsBios e o Biocapital. Estas empresas negociaram a aquisição de óleo “selado” para a produção de biodiesel, ao invés da aquisição do grão diretamente com agricultores individuais.

¹²⁵ De forma complementar e de forma paralela ao Biosoft, a SAF/MDA financia a elaboração de Planos de Negócios da agricultura familiar para apoiar a cadeia de biodiesel. Segundo a apresentação, a Cooperativa Agropecuária Alto Uruguai Ltda – COTRIMAIO, com sede em Três de Maio – RS, vem desenvolvendo desde 2004 um Plano de Negócio que se efetivou em 2006 na compra de uma unidade de extração de óleos vegetais, em Cruz Alta – RS, com a formação da Central Cooperativa COCEAGRO ÓLEO para administrar quatro empreendimentos agroindústrias de sua base, formada entre as filiadadas COTRIMAIO, COMTL, COASA e TEJEDOR. A insutria tem capacidade de produção de 900 ton soja/dia, este comentário é importante pois, em 2006/2007, a industria de biodiesel BS Bios cumpre sua meta de aquisições do Selo com a compra direta de óleo como matéria-prima, através de um único contrato de compra de óleo de soja da COCEAGRO

A COOPEAL - que também estava realizando um contrato de integração coletivo com a Brasil Ecodiesel, coordenava uma equipe de Assistência Técnica e Social - ATES (contratada com orçamento do INCRA) composta por 11 técnicos de campo cuja função era atender os PA's do território Meio Oeste Contestado. Em 2006/07, a cooperativa estava estruturando a produção de girassol e a extração de óleo vegetal extra virgem com a utilização da torta para a ração de peixes e animais.

Os dois cursos de capacitação em Abelardo Luz ocorreram nas seguintes datas: dia 16/01/2007 e dias 16 e 17/07/2007, abordando respectivamente a cultura do girassol e a cultura da mamona. O primeiro deles foi realizado por iniciativa da cooperativa e da EMBRAPA Soja de Londrina por conta do projeto de produção de sementes que desenvolviam em parceria nos assentamentos. Participaram da capacitação a direção da COOPEAL e a equipe de ATES que atuava nos vinte e dois Projetos de Assentamentos do INCRA na referida cidade e nos municípios do entorno (Passos Maio – SC, Água Doce – SC, Chapecó – SC, Catanduvas – SC). O segundo, cujo tema foi “A cultura da mamona e o Selo Combustível Social”, foi ofertado pela Embrapa Clima Temperado e pelo Projeto Polos. A intensificação dos sistemas produtivos nos assentamentos e a adesão ao Selo Combustível Social faziam parte desta estratégia e a cooperativa estava em fase de negociação com a Brasil Ecodiesel.

O curso, destinado à capacitação de dez técnicos de ATER dos vinte e dois assentamentos de Abelardo Luz, contabilizou aproximadamente vinte e cinco participantes além de dois representantes técnicos da empresa Brasil Ecodiesel e ocorreu em dois módulos: módulo 1 - produção de sementes; adubação e plantio; tratos culturais e controle fitossanitário; colheita e aproveitamento de subprodutos para a adubação; zoneamento de risco agroclimático da mamona e do girassol - região Sul (EMBRAPA e EPAGRI); e módulo 2 - O PNPB e o Selo Combustível Social - arranjo produtivo entre COOPEAL e Brasil Ecodiesel; PRONAF Biodiesel (SAF/MDA e a cooperativa Plural).

Neste evento, a pauta discutida abordou a constituição de um GTG com os assentamentos da região, a COOPEAL e a Brasil Ecodiesel. Ainda, a direção da COOPEAL sugeriu a participação dos povos indígenas das reservas ao lado dos assentamentos. Os indígenas já vinham plantando soja e girassol em suas terras e estavam também interessados em conhecer o PNPB¹²⁶.

¹²⁶ Ainda, a região do entorno de Abelardo Luz - SC abrange duas reservas indígenas e a integração na produção de matéria-prima poderia também contemplá-los. Apresentam áreas com excelente topografia e produção mecanizada de soja e girassol em parte do seu território. A FUNAI demonstrou grande interesse no PNPB, a

A COOPEAL estava negociando, desde dezembro de 2006, com a Brasil Ecodiesel, a contratação do plantio de mil hectares de girassol. A EMBRAPA de Londrina desenvolvia em parceria com a cooperativa um projeto de produção de sementes de girassol. Quanto à integração produtiva, a empresa Brasil Biodiesel e a COOPEAL assinaram um contrato de compra de girassol da safra 2006/2007, a partir dos pressupostos do Selo Combustível Social.

É interessante destacar que a contratação da produção com a COOPEAL teve diferenças em relação ao pacote da empresa negociado com as FETAG's do RS e SC. A COOPEAL divergiu dos preços excessivamente altos de sementes e insumos tendo em vista os preços praticados na região que tinha tradição na cultura do girassol. Na oportunidade, a COOPEAL ainda não havia fechado o acordo com a Brasil Ecodiesel sobre a contratação da produção devido a uma divergência quanto pacote tecnológico de integração da empresa.

Além disso, a cooperativa já contava com uma equipe de assistência técnica experiente formada por onze técnicos de campo para atender os vinte e dois Projetos de Assentamentos - PA's, no caso da produção de biodiesel, estes mesmos técnicos atenderiam também a cultura do girassol. Esta experiência acumulada pelos técnicos e o largo conhecimento da cultura pelos assentados não era contabilizado pela empresa como um diferencial de preço a ser contabilizado para a cooperativa dos assentados.

A COOPEAL questionou o pacote da Brasil Ecodiesel quanto ao preço da semente de girassol da Helianthus (marca comercial contratada) e do preço do boro (micronutriente para a adubação) da empresa Sul Boro, empresas estas contratada pela Brasil Ecodiesel para fornecimento desses insumos necessários para a produção de girassol. O custo desta com estes insumos chegava a R\$ 80,00/há, entretanto, a COOPEAL, refazendo os cálculos, utilizando semente de girassol do IAC e da EMBRAPA - já amplamente plantadas nos assentamentos da região - e comprando o boro no mercado local, percebeu que o custo de produção chegava a R\$ 45,00/hectare. Feita esta negociação quanto aos termos da contratação, a COOPEAL responsabilizou-se pela compra da semente da EMBRAPA e do boro, o que forçou a empresa a rever os preços e seu pacote tecnológico na região.

A cooperativa questiona também o preço excessivamente baixo para a remuneração da ATER, na medida em que já dispunha de um quadro ativo e treinado para atender a demanda dos assentamentos, sobretudo para a cultura de girassol. Até aquela data, o valor da ATER a

COOPEAL agendou uma reunião no dia 17/02/2007 com a direção na sede regional da FUNAI, em Chapecó – SC, com a participação de quatro representantes de duas reservas indígenas (caingangue), COOPEAL, ARPIN-Sul e o Projeto Polos. A FUNAI e a ARPIN – Sul propuseram a realização de uma agenda com os indígenas dos três estados do Sul para conhecer melhor o PNPB e o Selo Social, para analisar as possibilidades de integração dos indígenas na cadeia produtiva de biodiesel.

ser repassado para a cooperativa ainda não havia sido acordado. A proposta de preço a ser repassado para ATES por conta do Selo Social era de R\$ 0,02 (dois centavos) por kg de girassol, a cooperativa estava negociando este preço para chegar R\$ 0,07 (sete centavos)/kg de girassol. O plantio deveria ocorrer em aproximadamente 1000 hectares com semente IAC e EMBRAPA e apenas uma pequena parte do plantio se faria com a semente da *Helianthus*.

Estes foram alguns dos limites e das possibilidades para os agricultores familiares, organizados em suas associações e cooperativas, na perspectiva de participarem ativamente não só com o seu trabalho manual para a produção da matéria-prima oleaginosa, mas avançando no processo de agregação de renda no processo de integração, a ponto de dominar o processo industrial e de gestão/coordenação da cadeia produtiva de biodiesel.

Para as cooperativas de produção abriram-se algumas oportunidades com o PNPB, a de produção, por exemplo, pôde avançar nos elos da cadeia produtiva, passando da produção de grãos para as etapas de industrialização da matéria-prima (produção do óleo e do biodiesel propriamente dito). Neste processo, quando uma cooperativa avança nas etapas do processamento do óleo e biodiesel, quando dominam os dois elos da integração produtiva,¹²⁷ os agricultores cooperados podem trocar seus produtos por biodiesel desde que esta troca não envolva transação financeira, isto pode proporcionar a eles a autonomia energética que tanto necessitam em suas propriedades. Se a indústria de biodiesel for de uma cooperativa da agricultura familiar, pode ocorrer também a troca de biodiesel por grãos, óleo e farelo entre os seus cooperados.

O Planejamento Estratégico dos Grupos de Trabalho Gestores GTG

Os seminários dos arranjos produtivos tinham por objetivo o planejamento e a realização eventos de capacitação nos pólos de produção, elaboração e implementação de instrumentos de gestão, planejamento, monitoramento e avaliação das ações dos GT's, possibilitando assim o exercício nestes fóruns do Planejamento Participativo Estratégico e Operacional. Os seminários que tinham a anuência da FETAG - RS ocorreram na sede da Federação nos dias 12, 13 e 14/06/2007. Com a duração de um dia, cada seminário foi

¹²⁷ Aqui uma ressalva, segundo Kautsky: "Mas se no domínio da industrialização da agricultura, como nos demais, a grande exploração apresenta uma série de vantagens sobre a pequena, isto não prova, naturalmente, que esta não obtenha algumas, às vezes consideráveis, para a única forma de grande fabricação ao seu alcance, isto é a cooperativa de produção rural. Onde se consegue dar-lhe vida, ela faz do camponês um capitalista. A questão toda está em saber quanto tempo durará esse esforço mágico, que num abrir e piscar de olhos transforma num capitalista o camponês ameaçado de proletarização" In: KAUTSKY, Karl. A Questão Agrária. Proposta Editorial Ltda. 1980. p. 288.

realizado separadamente com as empresas. Estiveram reunidos, respectivamente, os Arranjos Produtivos das indústrias de biodiesel Oleoplan (Veranópolis – RS); BS Bios (Passo Fundo – RS) e Brasil Ecodiesel (Rosário do Sul – RS).

Os três arranjos tinham a anuência da FETAG-RS, por isso houve a decisão de unificar as datas e a metodologia com a realização dos seminários na sede da federação, mas, além da praticidade, pesou também a otimização do orçamento do projeto. A mobilização dos participantes e a articulação para a realização dos seminários foram discutidas em reuniões dos GTG's com a CONTAG – RS e as três indústrias de biodiesel.

Estes seminários foram concebidos pelo projeto Polos para apoiar a participação da agricultura familiar no PNPB e a constituição e a legitimação dos GTG's seria a estratégia crucial para isso, na medida em que viabilizaria o processo de gestão, planejamento e monitoramento dos mecanismos de contratualização da aquisição da matéria-prima e, com isso, articularia as dimensões estratégica e operacional do Selo Combustível Social/PNPB.

Dos onze arranjos produtivos identificados e constituídos pelo Projeto Pólos na região Sul, apenas cinco tinham GTG's consolidados (**Anexo 5**). O critério para um GTG ser consolidado era se já havia iniciado o processo de negociação da safra 2006/07 e 2007/08 e, mais tarde, se havia realizado seminário de planejamento estratégico e nele se declarado um GTG.

Apesar do ambiente de grande diversidade organizacional e conflitos de interesse, os GTG's formaram-se a partir de um consenso mínimo entre os agentes da cadeia produtiva, centrando suas ações nos critérios de conformidade do selo. A partir daí, estes grupos passaram a ser reconhecidos pela SAF/MDA como fóruns de gestão e planejamento e alvos da implementação de políticas públicas orientadas para integração da agricultura familiar ao PNPB.

Os objetivos do Projeto Polos foram de propiciar para estes GTG's um instrumental metodológico de planejamento estratégico que identificasse os novos elementos da cadeia produtiva e, dessa forma, fazer com que as ações coordenadas pelo GTG garantissem a implantação das metas do Selo Combustível Social.

A orientação geral do Projeto Polos para a condução dos seminários seria para garantir um equilíbrio de forças entre as empresas e os agricultores, buscando ampliar a participação dos diversos agentes da cadeia produtiva, sobretudo incentivando a participação dos agricultores familiares e suas organizações sociais, econômicas, representativas frente ao poder desproporcional e desigual das empresas de biodiesel. Portanto, a organização dos seminários deveria ser de responsabilidade das organizações sindicais e das empresas de

biodiesel e apoiada pelo Projeto Polos que teria o papel de mediador dos seminários a partir do instrumental de planejamento estratégico exercitado, conforme pode ser observado a seguir.

Quanto ao roteiro/metodologia implementado nos seminários, buscou-se articular as questões operacionais imediatas da integração (contratação, ATER, Pronaf, etc.) sem, contudo, perder de vista os princípios da inclusão social e do desenvolvimento regional como estratégia de consolidação do PNPB. A programação seguiu o mesmo padrão nos três seminários, pela manhã: 1- abertura institucional (FETAG-RS e Empresa de Biodiesel); 2- apresentação dos critérios de adesão ao Selo Combustível Social (SAF/MDA); 3- apresentação das metas do Projeto Polos de Produção de Biodiesel (Plural) e das ações das parceiras do MDA para a implantação do Selo (Embrapa, UFV, UNAIC, Emater, etc). Pela tarde: 4- apresentação das indústrias de biodiesel sobre a evolução da contratação da compra da matéria-prima e da Assistência Técnica e Capacitação - ATER das safras 2006/2007 e perspectivas para contratação da safra 2007/08; 5- apresentação da FETAG-RS e dos STR's relatando sobre os limites e avanços da estratégia de integração dos agricultores familiares no PNPB, por outro lado e, por outro, fazendo uma avaliação dos acordos realizados com as empresas sob o Selo Combustível Social. E, no final do seminário, a realização de um debate em plenária sobre os principais entraves e soluções identificados na cadeia produtiva; 7- sistematização e aprovação do planejamento estratégico do GTG.

O produto final dos seminários era a elaboração de um planejamento estratégico¹²⁸ por arranjo produtivo que visava a organização da produção e da comercialização da matéria-prima para produção de biodiesel pela agricultura familiar assegurada pelo Selo, e isto na exata medida do aumento dos percentuais de participação de biodiesel na MEN, resultando, portanto, numa crescente demanda de matéria-prima originada na integração com a agricultura familiar e o equacionamento da produção e do ritmo de integração. No final de cada evento, tinha-se um produto que era fruto dos debates e dos acordos realizados nestas reuniões. Este material, em formato de planilha, era repassado para todos os membros como uma agenda dos compromissos assumidos por cada GTG.

Muitos destes compromissos – tornados pautas de reuniões subseqüentes - como ações e encaminhamentos junto às empresas, representação dos agricultores, cooperativas e agente financeiro, ajudaram a identificar as políticas de apoio para a agricultura familiar, como

¹²⁸ Os principais itens do roteiro de planejamento foram os seguintes: 1-tema do planejamento; 2-objetivos; 3-metas (o que se pretende alcançar); 4-quem faz (responsável); e o que faz (atividades); 5-prazo para fazer; 6-como, quem e quando monitora. Fonte: Projeto Polos – 2006/2007

acesso a financiamentos, a assistência técnica e a capacitação, focando em objetivos de curto e médio prazo e buscando destravar a viabilização da comercialização da safra 2006/2007, e de longo prazo, considerando as novas rodadas de negociação da safra 2007/2008, bem como, a atração de novos parceiros para os GTGs. **(Anexo 5).**

Quanto ao público participante nos Seminários, estiveram presentes os STR's nas áreas de atuação e integração das dezoito regionais da FETAG/RS, os representantes da ATER contratadas pelas três empresas de biodiesel, Banco do Brasil, DFDA – RS, SAF/MDA e o Projeto Polos de Produção de Biodiesel (Plural). No entanto, faltou representantes das cooperativas, EMATER e EMBRAPA, instituições estas que foram convidadas tendo em vista que vinham participando ativamente na base da cadeia produtiva e nas próprias reuniões do GTG's. O quadro do anexo acima sistematiza a participação do conjunto de entidades públicas e privadas participantes nos GTG's na região Centro-Sul.

Conforme a configuração dos Polos de Produção de Biodiesel iam se consolidando com a expansão da integração na base produtiva da agricultura familiar, a partir daqueles seminários, foi possível notar inter-relações entre os arranjos produtivos, tendo em vista a área de abrangência de atuação e a localização das empresas de biodiesel, dependendo de uma série de fatores, dentre eles, a indústria e a matéria-prima integrada, a entidade responsável pela anuência contratual e a região onde estavam localizados os agricultores camponeses.

Por outro lado, havia também um entrecruzamento de estratégias das organizações políticas e econômicas da agricultura familiar, as Federações sindicais, as organizações associativas e cooperativas que também estabeleciam seus recortes territoriais locais e regionais, cada qual buscando se posicionar na cadeia produtiva a fim de visualizar as oportunidades abertas pelo PNPB.

Através do planejamento dos seminários, ficou constatado que havia uma infinidade de problemas a serem superados na base produtiva dos agricultores familiares e nas formas de aquisição das indústrias de biodiesel, mas também foram identificados muitos avanços na relação de integração produtiva do PNPB sob o selo.

Os temas abordados nos seminários dos GTG's carregaram a especificidade do conteúdo destes arranjos sob as condições de adesão ao Selo Combustível Social e foram focados quase que exclusivamente nos aspectos produtivos da integração, mais especificamente nos instrumentos de política agrícola: 1- crédito rural (Pronaf Biodiesel); 2- organização da base produtiva, ATER e capacitação; 3- comercialização; e 4- monitoramento. Os temas discutidos nos seminários foram levantados a partir dos relatos da evolução da integração produtiva e dos acordos realizados entre os agentes da integração, sobretudo a

partir dos relatos dos STR's Regionais da FETAG – RS e das empresas produtoras de biodiesel. Como era de se supor, as questões específicas discutidas nos seminários estavam relacionadas diretamente com a integração produtiva, como o aperfeiçoamento do instrumento de contratualização da agricultura familiar; garantia de ATER de qualidade e efetivação do processo de formação dos agricultores familiares, sobretudo para as culturas alternativas a soja, como a mamona, girassol e canola; acesso ao crédito e à tecnologia, sementes de qualidade, zoneamento de risco agroclimático, eficiência na comercialização da safra, caracterizada pela dispersão e heterogeneidade e pela difícil logística de colheita, armazenamento e transporte.

Os temas debatidos nos seminários alertaram para a necessidade de investimento em infraestrutura rural, mecanização da produção, comercialização, pesquisa agrônômica, qualificação dos técnicos da ATER sobre o PNATER e sobre as possibilidades abertas pelo Selo Combustível Social, dando continuidade ao processo de mobilização e capacitação dos agricultores integrados na cadeia de biodiesel, a partir do formato “Dias de Campo” e, como resultado, tais seminários definiram pela continuidade da qualificação da gestão e planejamento dos arranjos produtivos e pela busca de ampliação das parcerias nos GTG's, tendo em vista a mistura progressiva do B2 até B5.

Dois destes temas foram recorrentes em praticamente todos os seminários de planejamento no RS e em SC, uma vez que polemiza com dois importantes entraves na base da integração produtiva: o acesso ao Pronaf Biodiesel e a organização da produção rural, Ater e capacitação.

Tinha-se uma grande expectativa para o acesso dos agricultores ao Pronaf Biodiesel, que foi concebido para aportar uma nova linha de crédito exclusiva para os agricultores familiares envolvidos nesse sistema. A regulamentação do Pronaf Biodiesel - constante no Manual de Crédito Rural – MCR – 10, seção 4 - Créditos de Custeio, propiciou a realização de mais de uma operação de crédito de custeio para agricultores que produzem matéria-prima oleaginosas para a produção de biodiesel, desde que a produção financiada ocorresse em áreas delimitadas pelo zoneamento agrícola e fosse destinada para a produção de biodiesel.

O aumento de crédito através do PRONAF Biodiesel seria destinado ao impulso sistemas de produção da agricultura familiar integrados nos Selo Combustível Social, abrindo a possibilidade dos agricultores realizarem mais um contrato para custeio da produção, evitando assim a competição com o crédito de custeio tradicional, entre a agricultura dita de energia e a de produção de alimentos, evitando assim o desvio dos recursos do Pronaf destinados para a produção de alimentos.

Como exemplo, podem ser citados os encaminhamentos definidos para resolver o problema do acesso ao crédito agrícola, especificamente sobre os entraves identificados pelos agricultores em relação ao PRONAF Biodiesel. Na fase piloto do PNPB, não houve o acesso dos agricultores ao Pronaf Biodiesel. O plantio das duas primeiras safras de oleaginosas para produção de biodiesel sob as diretrizes do Selo Combustível Social foram realizadas somente com recursos próprios dos agricultores e com o fomento das indústrias como a antecipação da compra da produção agrícola. Duas das três indústrias utilizaram largamente este expediente de fomento direto aos agricultores através do fornecimento de sementes e insumos de produção, ATER, logística para colheita e transporte até os depósitos das empresas.

É claro que o fomento das empresas frente à inoperância do Pronaf também teve o seu preço, que foi objeto de negociação entre as empresas e as federações da agricultura familiar, discutido e referendado nos GTG's. Mesmo sem o crédito governamental, este fomento das empresas propiciou certa estabilidade nas relações contratualizadas, caracterizando uma forte adesão inicial ao PNPB fruto de acordos e compromissos entre as indústrias e as Federações filiadas à CONTAG. Em alguns arranjos produtivos, o fomento foi questionado, sendo motivo de conflitos entre a indústria e os agricultores a exemplo do arranjo produtivo entre a Brasil Ecodiesel e a COOPEAL, em Abelardo Luz – SC.

Quanto à organização da Produção, a FETAG-RS apostava na estratégia do cooperativismo e já discutia com sua base a formação das suas cooperativas da agricultura familiar, as denominadas COOPAF's, antevendo as oportunidades abertas para a agricultura familiar na cadeia produtiva de biodiesel. O GTG era um espaço de interlocução direto entre a representação dos agricultores e das empresas, era também um espaço de interlocução destes com as políticas públicas do Governo e do PNPB.

A CONTAG havia estimulado a criação de departamentos de bioenergia nas federações estaduais para atuar na integração da agricultura familiar no PNPB. Através de um convênio com a SAF/MDA, mantinha um técnico contratado para apoiar a Federação no departamento de bioenergia.¹²⁹

¹²⁹ É interessante notar que, entre 2006/2007, o apoio ao departamento de Bioenergia das Federações da CONTAG no estado do Rio Grande do Sul tinha uma peculiaridade na forma de financiamento de suas atividades. Por um lado, o convênio com o MDA financiava a contratação de um técnico e, por outro lado, o departamento recebia apoio logístico (um veículo) da empresa de biodiesel para realizar suas atividades nas áreas integradas, complementando o seu orçamento. É claro que isto facilitava a coordenação do processo de integração na medida em coincidiam os interesses, no entanto, gerava certa distorção nos papéis, gerando uma situação de ingerência e subordinação de algumas federações aos interesses das empresas. Podemos visualizar claramente um contraponto a isto quando comparamos os arranjos produtivos das Fetag's e do MST - a exemplo do que ocorreu no arranjo produtivo entre a mesma empresa e a COOPEAL em Abelardo Luz –SC.

Seguindo o relato dos agricultores e das empresas sobre este tema, após a constatação das dificuldades de operacionalização do Pronaf Biodiesel com o Banco do Brasil (agente financeiro), na primeira ação do planejamento decidiu-se pela busca de alternativas para superar estes entraves através de sete metas a ser buscada pelo GT: a elaboração de uma lista de demanda do Pronaf dos agricultores integrados na cadeia de biodiesel (girassol, mamona e canola), que deveria ser encaminhada para as agências do Banco do Brasil; o encaminhamento de planilhas de custo de produção das oleaginosas a partir dos relatórios técnicos da Embrapa, a ser enviada para as agências do Banco do Brasil, a divulgação do zoneamento agrícola; continuidade do fomento das empresas de biodiesel para o plantio de mamona e girassol e a busca de parcerias com empresas e cooperativas da agricultura familiar para obtenção dos insumos; utilização do Canal de Facilitador de Crédito – CFC do Banco do Brasil, disponibilizando da estrutura e do pessoal do STR para a agilização do crédito; e o agendamento de reunião com a Superintendência do Banco do Brasil, em Porto Alegre – RS, sobre o tema do Pronaf biodiesel; reunião com as cooperativas da agricultura familiar para tratar da contratação da matéria-prima (contratos coletivos com DAP 3.0), situação esta das Centrais Cooperativas e Associações com composição majoritária da agricultura familiar.

Os seminários apontaram para a necessidade de monitorar os indicadores socioeconômicos e ambientais a partir da nova integração e, como pano de fundo da integração produtiva, os parâmetros de adesão ao Selo Combustível Social. Ou seja, monitorar a emissão das DAP's individuais e jurídicas, a observância dos critérios do Selo Social, a prestação da ATER e da capacitação através do PNATER, e os impactos ambientais e sociais com a introdução do biodiesel na Matriz Energética Nacional - MEN. **(Anexo 7)**

Os seminários dos GTG's refletiram a situação de dificuldade e de potencialidade que a cadeia produtiva de biodiesel enfrentava na fase piloto do Programa, outrossim, havia igualmente um clima muito favorável e uma disposição de todos os agentes para superar estes problemas e para ampliar as áreas de cultivo junto a agricultura familiar, não só para atender as aquisições imediatas que as empresas haviam conquistado nos leilões mas também, no curto prazo, o mercado de B2, tendo em vista sua ampliação ao B5 até 2013 - meta que foi antecipada para 2010. **(Anexo 8)**

Os resultados nem sempre foram satisfatórios para os agricultores familiares e para as empresas, mas no seu conjunto, e sobretudo para o PNPB como um todo, a iniciativa de gestão compartilhada através de GTG's demarcou um processo participativo de co-responsabilidade e amplo debate com os segmentos da cadeia produtiva sobre a necessidade de coordenar e planejar as ações da integração produtiva para a execução das metas do PNPB

sob o Selo Combustível Social - PNPB. Neste sentido, o Selo Combustível Social contribuiu decisivamente para a integração da agricultura familiar na cadeia produtiva na medida que avança na regulamentação da forma de contratação da matéria-prima originada pela agricultura familiar, constituindo-se uma nova forma de regulamentação da integração e subordinação à agroindústria de bioenergia. Neste processo, apresenta uma positividade imanente, como pudemos constatar no decorrer desta pesquisa, do ponto de vista do acesso desse público às políticas públicas.

Esta forma de estruturação da cadeia produtiva e de gestão da política pública do PNPB é amplamente difundida nos Polos de Produção de Biodiesel que passam a adotar o formato de GTG's, constituindo-se em unidades de gestão e planejamento de políticas públicas sob Selo Combustível Social/PNPB, voltadas para a inserção sustentável da agricultura camponesa na cadeia de biodiesel, integrados nas empresas enquadradas no selo Combustível Social.

Enquanto instrumento de política pública, é fato que a constituição dos Polos de Produção de Biodiesel e os GTG's - amparados pelos processos de capacitação técnica direcionada para os gestores e técnicos e implementados sob os parâmetros do Selo Combustível Social - promoveram o controle social da integração produtiva dos camponeses na cadeia de biodiesel.

Os GTG's foram extremamente importantes na fase de implantação do Selo Combustível Social, constituindo-se fóruns de coordenação e monitoramento da integração da agricultura familiar na cadeia produtiva, apesar dos extremos de desigualdade entre os dois elos da cadeia, que tinha a indústria de biodiesel de um lado a representar a ramificação do complexo agroindustrial da soja e, de outro, os camponeses e suas pequenas unidades familiares de produção integradas ao complexo agroindustrial e o Estado, buscando na mediação deste processo estabelecer um equilíbrio para regulamentar a integração.

Do ponto de vista dos gestores do selo, das empresas integradoras e das organizações representativas da agricultura familiar que aderiam ao PNPB, o tema da inclusão social não apareceu diretamente nas discussões dos Pólos de Produção porque pressupunha-se que o público a ser incluído socialmente, a agricultura familiar tradicional e os assentados da reforma agrária, estaria automaticamente contemplados no público da agricultura familiar integrado.

A preocupação principal da SAF/MDA e da equipe do Projeto Polos foi o perigo de estes fóruns tornarem-se legitimadores das estratégias apenas das empresas e de envolverem-

se em discussões meramente tecnicistas, o que de certa forma ocorreu, como a viabilização de metas de curto prazo, pautado nos interesses da indústria integradora.

As empresas de biodiesel contratam a prestação de ATER e da capacitação para as cooperativas e organizações da AF mediante o pagamento de preços diferenciados para produção de matéria-prima para biodiesel com o selo. Para as empresas integradoras, este parece um mecanismo adequado, pois não terceiriza este serviço sem “desperdiçar” recursos nem tempo para organizar seus arranjos produtivos para a produção e comercialização da matéria-prima, tendo em vista o contrato coletivo, centraliza milhares de contratos em um só com uma cooperativa da agricultura da agricultura familiar com DAP 3.0.

De outro lado, também houve a aposta de que a própria organização dos agricultores poderia se encarregar desta tarefa de prestar ATER mediante uma compensação financeira. Para os agricultores integrados na cadeia de biodiesel e para as organizações econômicas e políticas da AF, isto facilita sua integração na nova cadeia produtiva. As empresas repassam aos agricultores familiares uma parte do subsídio recebido no PNPB por aderir ao selo, na forma de uma bonificação financeira (como exemplo: R\$ 1,00 por saca de soja de 60kg), neste valor está incluído o repasse para a ATER, contudo, o valor real repassado é livremente negociado entre empresas e agricultores integrados, tornando-se objeto de barganha de ambos.

Prospectando algumas tendências do PNPB – 2005 – 2010

A delimitação temporal de nossa pesquisa empírica foi compreendido entre 2005 até 2007/2008, momento este de transição do PNPB para a fase compulsória do B2. No entanto, para compreendermos o significado das tendências que observamos naquele período e os seus desdobramentos atuais, em 2010, momento este de conclusão desta tese, faremos uma projeção dos principais indicadores sistematizados pela SAF/MDA e apresentados na reunião da Comissão Executiva do PNPB, realizada em 24/06/2010, na Casa Civil da Presidência da República. Nela, a secretaria traz um conjunto de informações quantitativas do Selo Combustível Social sistematizadas em formas de gráficos e tabelas sobre a evolução da integração da agricultura familiar às indústrias de biodiesel que detêm a concessão do selo, no período de 2005 até 2010.¹³⁰

Através destes dados, será projetado o que identificamos na fase piloto como tendências latentes da participação da agricultura camponesa ao PNPB, na origem e no desenvolvimento e consolidação do Programa, sobre três aspectos: 1- o número de famílias camponesas integradas no PNPB; 2- a participação da produção e comercialização individual e coletiva realizada pelas cooperativas da agricultura familiar; e a 3- composição da matéria-prima oleaginosa contratada pelo selo para produção de biodiesel.

A transição foi marcada por um período de ajuste e flutuação maior nos números de famílias integradas, consolidando-se em elevação até 2010. A evolução do número de famílias camponesas integradas ao PNPB no período 2005 a 2010 foi o seguinte: entre 2005-2008 (fase do B2) houve uma média de integração de 30.381 unidades de produção familiares. Em 2009 (fase B3 e B4), este número apresenta uma elevação substancial situando em 51.047 unidades de produção integradas com a expectativa de atingir, em 2010, a integração de 109.000 unidades de produção familiares no PNPB (fase B5). **(Anexo 9)**

Este quadro de alta no número de agricultores familiares integrados ao PNPB reflete claramente a crescente adesão das indústrias e dos agricultores familiares ao Selo Combustível Social do PNPB. Fomentada pela demanda crescente de matérias-primas originadas pela agricultura camponesa integradas pelas usinas de biodiesel vencedoras dos leilões da ANP, tendo em vista a formação do mercado público governamental para garantir as metas do programa com a adição crescente de biodiesel ao diesel mineral – iniciando a fase compulsória com 2% em 2008 até 5% em 2010. Atualmente, isto significa menos de 3% do

¹³⁰ Informação extraída da apresentação da SAF/MDA – Casa Civil da Presidência da República em 24/06/2010.

universo de estabelecimentos familiares integrados na cadeia produtiva de biodiesel e menos 4% da força de trabalho empregada no campo.

Outro indicador importante para compreender a rápida adesão dos agricultores familiares às metas do programa foi a crescente participação das vendas de biodiesel através de contratos coletivos realizados com as cooperativas da agricultura familiar. Na fase piloto e na transição para a fase compulsória do PNPB em 2008, predominava a modalidade de contratos individuais entre os agricultores e as empresas, o que gerava para elas certa dificuldade de gerenciamento. Em 2008, no início da FAE compulsória do B2, 69% da matéria-prima da agricultura familiar tinham origem em contratos individuais, contra apenas 31% de contratos realizados com cooperativas. Não obstante, esta tendência se inverte no sentido da contratação da matéria-prima através de um único contrato coletivo com as cooperativas da agricultura familiar e suas centrais de cooperativas. Esta forma, que passou a predominar na contratação das matérias-primas, mostrou-se a mais adequada para as empresas e para os agricultores.

Em 2009, as cooperativas da agricultura familiar passam a dominar o mercado de biodiesel com selo, com 68% das famílias fornecedoras cooperadas, contra 32% das famílias fornecedoras diretas através de contratos individuais com as empresas. O número de agricultores familiares cooperados participantes do PNPB por região dá destaque para a região Sul com 77% do total, contra 21% na região Nordeste e 2% no Centro-Oeste. Por outro lado, 64% do número de agricultores familiares individuais participantes do PNPB estão na região Nordeste, contra 15% na região Sul, 11% no Centro-Oeste, 9% na região Sudeste e 1% no norte. De outro lado, a distribuição do número de agricultores familiares individuais participantes do PNPB foi de 64% na região Nordeste e apenas 15% na região Sul.

De um marco inicial de quatro cooperativas registradas em 2006, houve um crescimento para treze cooperativas em 2007, 20 cooperativas em 2008 e 42 cooperativas da agricultura camponesa em 2009. Este crescimento da adesão das cooperativas já era observado na fase piloto do PNPB, mas é somente no ano de 2009 que ocorre a inversão da tendência de superação dos contratos individuais por contratos coletivos com cooperativas. Em 2008, 69% do número de agricultores familiares eram responsáveis pela venda direta para as indústrias, contra 31% dos contratos feitos com as cooperativas. (Anexo 10)

Na fase piloto do PNPB, foi possível presenciar a primeira e a segunda etapa deste processo. Em primeiro lugar, a ampla articulação das cooperativas com DAP 3.0 para se apropriar do processo, promovendo o crescimento desta forma de contratação ano a ano até se tornar a forma predominante no PNPB.

Quanto a origem da matéria-prima oleaginosa no Brasil, as aquisições da agricultura familiar pelas empresas de biodiesel com selo social tiveram a soja como carro-chefe. Em média, 97% das aquisições da agricultura familiar que deram sustentação ao Selo Combustível Social durante o período de 2007 a 2009 tiveram origem na cultura da soja, segundo SAF/MDA. Todas as outras oleaginosas plantadas pelos agricultores familiares com alternativas à soja - como a mamona, o girassol e a palma - tiveram uma participação pouco significativa, chegando a no máximo 3%. **(Anexo 11)**

Em 2009, a participação da soja nas aquisições totais da agricultura familiar cai imperceptivelmente, de 97 para 95,2%, com 4,8% para as demais oleaginosas adquiridas da agricultura familiar. Os dados deixam perceber que há uma oscilação significativa nos valores de aquisição das demais culturas oleaginosas, provocada certamente pela sazonalidade das safras, problemas climáticos, baixa escala de produção e nível tecnológico, variação de preços - tudo isso afeta a produção, os volumes comercializados e os preços de produção. A soja está também submetida a estes condicionantes, contudo, o complexo da soja é o mais dinâmico e estruturado setor econômico brasileiro do agronegócio.

Convém apresentarmos os dados oficiais do MDA sobre a evolução da renda dos agricultores. Contudo, fica o alerta de que os dados dão conta de uma drástica queda de renda dos agricultores integrados na cadeia produtiva da soja, sob o selo social, os dados contestam que haja inclusão produtiva da agricultura familiar no Sul do Brasil, com a geração de emprego e renda no campo. Resta saber qual foi, então, o resultado econômico dos agricultores familiares integrados à cadeia produtiva de biodiesel, tendo na região Sul e Sudeste a soja como matéria-prima de biodiesel proveniente desse tipo de agricultura.

Os dados não são animadores mas são reveladores, não resta dúvida e são inquestionáveis quando são comparadas a “variação da renda média anual familiar proveniente de aquisições do PNPB, por regiões, de 2008 a 2009”, indicando que houve queda abrupta na renda dos agricultores familiares na região Sul (-20%) e Sudeste (-100%), e elevação de renda nas regiões Nordeste (+500%), Norte (+25%) e Centro Oeste (+20%). **(ANEXO 12)**

A história da evolução da produção da soja só pode ser compreendida dentro do quadro da “modernização conservadora” da agricultura brasileira que segue em sua rota de expansão e interiorização da fronteira agrícola no Brasil. A expansão persistente da área plantada e da produção anual de soja sempre foi implacável com o meio social e ambiental, responsável pela concentração fundiária, êxodo rural e exclusão social e, conseqüentemente, responsável por severos danos ambientais.

Sob o ponto de vista do Complexo Agroindustrial da soja no país, a produção de biodiesel cria um novo elo na integração vertical da cadeia, concentrando e centralizando o processo de acumulação de capital na medida que se potencializa mais um elo, intensificando a verticalização da produção rural subordinada aos CAI's, aprofundando esta relação de integração subordinada ao novo mercado público de biocombustíveis que se forma para o biodiesel a partir de 2008.

Portanto, a nova cadeia do biodiesel está integrada verticalmente ao complexo agroindustrial formado pelo segmento de grãos, óleo e torta/farelo. A cadeia produtiva de soja é altamente concentrada, dominada por empresas multinacionais e que exercem uma dupla pressão sobre o setor no processo de industrialização da agricultura. Em se tratando da agricultura camponesa, esta dupla pressão exercida pela industrialização da agricultura é ainda mais dramática e “carrega em si o germe de sua desintegração”¹³¹, com a diferença social de campesinato.

Tem em sua base de produção tecnológica o uso intensivo de derivados de petróleo: a montante e a jusante do processo produtivo forma-se uma grande indústria multinacional, monopolista, totalmente integrada, como é o caso das indústrias de sementes, fertilizantes e agrotóxicos, máquinas e equipamentos, bem como, a indústria de processamento agroalimentar e todo o seu encadeamento, conformando assim a base dos Complexos Agroindustriais - CAI's.

Como uma *commoditie*, a soja é altamente valorizada no mercado interno e no mercado internacional, e é responsável por mais de 50% das exportações brasileiras originadas no campo. Conforme constatamos, na região Sul, a produção do biodiesel é realizada por empresas privadas e está fortemente integrada ao complexo agroindustrial da soja, da indústria responsável pela extração do óleo até a produção de biodiesel propriamente dito e, dessa forma, em nada a diferencia da lógica dos demais complexos agroindustriais. Ainda, vale dizer que o setor de esmagamento de óleo é monopolizados por umas poucas empresas dominado por grupos internacionais. O segmento de óleo na região sul operava com uma elevada capacidade ociosa de sua C.I no momento da fundação do PNPB, que outrora teve de deslocar sua infraestrutura acompanhando a fronteira agrícola da região para as

¹³¹ MARX, K. *O Capital Crítica da Economia Política*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. Livro 1, vol II. 1988, p. 860.

regiões Centro-Oeste e Norte, em busca de vantagens econômicas na logística de proximidade aos locais de produção.¹³²

Algumas dezenas de culturas agrícolas oleaginosas e em distintas regiões do país são passíveis de compor o leque de alternativas para a produção do biodiesel, no entanto, a soja respondeu e responde por, praticamente, 100% da matéria-prima oleaginosa de origem vegetal. Do ponto de vista tecnológico, há flexibilidade tecnológica no processo industrial quanto ao uso diverso de matérias-primas oleaginosas (vegetal e animal) para transformação em biodiesel, mas esta vantagem esbarra na rigidez da produção agrícola, hegemônica pelos CAI's, vinculada ao complexo soja.

¹³² VIANNA, João N. [et al.] *A Soja e a Contribuição de Oleaginosas para a Produção de Biodiesel no Brasil*. CDS/UNB. Site: http://www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro3/arquivos/TA457-28032006-162404.DOC - acesso: 24/12/2011

Considerações Finais ou a Integração Subordinada do Campesinato e o Selo Combustível Social, uma Política de Inclusão?

Buscamos compreender nesta pesquisa se a criação do Selo Combustível Social do Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel promoveu e ampliou o conceito de inclusão social, desenvolvimento regional e qualificação profissional dos trabalhadores do campo. Isso, na medida em que o selo regulamentou a integração do campesinato tradicional na cadeia de produção de biodiesel, promovendo a participação econômica e social deste e dos camponeses assentados na reforma agrária e suas organizações.

Pudemos constatar que a relação mais democrática de controle social da integração produtiva agroindustrial de biodiesel não foi suficiente para gerar um processo de incremento de renda e inclusão social sustentável do campesinato tradicional na região Sul do Brasil, com a melhor apropriação dos resultados econômicos, sociais e ambientais gerados na nova cadeia produtiva.

Assim, conforme constatado, a integração produtiva do campesinato tradicional na produção de biodiesel de soja nos leva a inferir que a adesão ao selo não só não garantiu mas foi insuficiente para gerar um processo sustentável de inclusão social e de desenvolvimento regional com a integração da agricultura familiar. Pelo contrário, a integração ou inclusão subordinada da agricultura familiar camponesa sob o viés da integração do campesinato ao complexo soja deixa inócua a relação de equivalência entre inclusão social e o Selo Combustível Social.

O selo Combustível Social, concedido às indústrias de biodiesel, limita e prescreve os termos da integração subordinada do campesinato aos Complexos Agroindustriais - CAI's de agroenergia. A integração subordinada do campesinato à indústria de biodiesel apresenta as suas contradições latentes, permitindo confirmar que a integração do campesinato tradicional na cadeia de biodiesel é um processo de inclusão subordinada, restrita, produtivista e excludente na medida em que intensifica o processo de diferenciação social do campesinato¹³³. Isso fica evidente na medida em que a integração produtiva dos agricultores familiares ocorreu majoritariamente via produção de soja pelos segmentos mais estruturados dos agricultores camponeses e em contraposição aos setores excluídos do campo, que ao final, apesar do esforço do Projeto Pólos, que redundou em uma experiência pontual não significativa do ponto de vista da inclusão social.

¹³³ Conforme descreve Lênin no capítulo 2, pág. 59.

Quanto a qualificação dos agricultores, o selo também não garantiu, mas retrocedeu em questões fundamentais, como a definição de uma correta política agrícola para a agricultura familiar, restrita atualmente a um programa de crédito específico para o setor e ainda mal direcionado (no caso do Pronaf para o biodiesel de soja), com um agravante, o selo combustível social estimula uma concepção privatista de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER, com a desregulamentação do sistema público oficial destinada para a agricultura camponesa, fomentando junto ao selo a assistência técnica e capacitação privada.

A qualificação profissional teve um importante papel na integração subordinada do campesinato na cadeia de produção do biodiesel, partindo do pressuposto que o Selo Combustível Social era a materialização deste princípio do PNPB. Pelo contrário, a qualificação profissional ofertada aos gestores, técnicos e beneficiários diretos contribuiu para a integração subordinada dos camponeses na fase de implantação do Selo Combustível Social.

Apesar desta relação de integração produtiva mediada pelo Estado possibilitar melhores condições que a integração tradicional do campesinato subsumidos aos CAI's, no entanto, o selo legitima e regulamenta esta relação desigual de integração produtiva com o complexo soja.

Desde as simulações das potencialidades da agricultura familiar no tocante à inclusão social, a soja foi e ainda é a oleaginosa preferencial - apesar da notável situação de precariedade e informalidade deste público no tocante a inserção neste mercado. Isto conformou a base de um entendimento sobre a integração da agricultura familiar que não se contrapõem, desde a sua origem, à expansão do complexo soja, pelo contrário, impõem para a agricultura camponesa o papel de ser mais um elo da exploração da integração agroindustrial, apesar de alguns ruídos em contrário dos setores ligados aos camponeses e de alguns setores dentro do governo, conforme pudemos constatar desde o Relatório Final do GTI, em 2003.

Esta posição era claramente defendida pelo setor privado – sobretudo pela Abiove e pela Unica,¹³⁴ no relatório dos Ciclos de Audiências, bem como, pelo setor público,

¹³⁴ Nos Ciclos de Debate fica evidente a desproporção do complexo soja e a disputa entre o setor empresarial do complexo soja x segmento representativo dos camponeses e de culturas alternativas à soja, há uma disputa de posições quanto ao potencial de produção de matéria-prima entre o agronegócio da soja e da agricultura familiar camponesa, supostamente com grande potencial de implementar plantios diversificados de oleaginosas. Nas posições da ÚNICA e da ABIOVE fica claro a opção invariável pela cadeia produtiva da soja, a despeito dos pequenos agricultores que se integrariam, segundo a ÚNICA, já estão integrados e não teriam a menor dificuldade no complexo da soja. Deixamos aqui o relato da ÚNICA e da Abiove sobre o potencial do complexo soja para um futuro programa de biodiesel. “UNICA - Conforme apresentação do representante, vê-se que considera falsa a polêmica acerca da dicotomia agricultura familiar (mamona e outras) x agricultura extensiva (soja), pois a produção de soja também tem caráter social, tendo em vista a difusão desta cultura entre 243.000 produtores rurais e, por outro lado, a possibilidade da utilização da agricultura familiar de acordo com as características específicas de cada região. Disse, ainda, que as políticas públicas

representado no subgrupo I - capacidade de produção do biodiesel: MAPA, MDA, MI e MMA. Desde os estudos e simulações realizadas pelo GTI até a criação do PNPB e a implantação do Selo Combustível Social até hoje, indicam, como já foi reiterado, que a integração da agricultura familiar na cadeia produtiva de biodiesel se daria, majoritariamente, através da cultura da soja. O Relatório Final do GTI prenunciou que a cultura da soja seria a base da biomassa de um futuro programa governamental de bioenergia, como de fato se tornou.

Quando a agricultura familiar se integra ao complexo agroindustrial da soja, acirram-se as contradições internas da sua lógica camponesa, com o desequilíbrio da equação produção-consumo familiar. A racionalidade capitalista objetivada no processo de produção de biodiesel de soja entra em conflito com as relações de produção não puramente capitalistas dos camponeses. Esta contradição é sistêmica ao modo de produção capitalista, sobretudo quando um “complexo agroindustrial” integra-se a setores não inteiramente capitalista e informais, como é o caso da agricultura camponesa, a partir da sujeição dos camponeses ao processo de subordinação da renda da terra.

Do ponto de vista da sustentabilidade da integração da agricultura camponesa no PNPB, o vínculo direto da produção de biodiesel de soja com a integração da agricultura familiar sob o selo social, acarreta, necessariamente a produção da matéria-prima sob um contrato de integração que pressupõe o intenso consumo de insumos modernos, como máquinas, equipamentos, fertilizantes, agrotóxicos, sementes, ou seja, de toda a parafernália que move a engrenagem e que reproduz o modelo de modernização conservadora da agricultura no Brasil e que tem na cultura da soja o seu paradigma modernizante. Do ponto de vista dos sistemas produtivos tradicionais, biodiesel de soja é a pior opção:

A produção de cana-de-açúcar usa muita água e ainda provoca a poluição dos rios próximos”, explica o pesquisador. “Os fertilizantes nitrogenados usados em grandes quantidades nas plantações, após serem quebrados em óxidos de nitrogênio, também vão afetar a camada de ozônio”. Para Laurance, também não é verdade que a cana não contribui em nada para o aumento do efeito estufa. “Isso ocorre, normalmente, quando os campos são queimados”. Mas, no caso da soja, que também é produzida com a ajuda de

podem contribuir para a viabilidade técnico-econômica de todas as culturas de oleaginosas que apresentem atratividade comercial ou social. (...)”. “Associação Brasileira de Indústrias de Óleos Vegetais - Abiove - Embora a soja seja, atualmente, a única cultura com escala suficiente para a sustentação de um programa de biodiesel de âmbito nacional, outras culturas podem ser incentivadas, inclusive pela facilidade com que as plantas industriais podem ser adaptadas para processamento de diversos tipos e espécies de matérias-primas” BRASIL. Relatório Final do Grupo de Trabalho Interministerial Encarregado de Apresentar Estudos Sobre a Viabilidade de Utilização de Óleo Vegetal – Biodiesel Como Fonte Alternativa de Energia. Brasília, 2003. Disponível em: <http://www.biodiesel.gov.br/docs/relatoriofinal.pdf> acesso: 15/01/2010.

fertilizantes com nitrogênio, a situação pode ser considerada ainda pior. "A soja [grão que esta semana atingiu um preço recorde no mercado internacional] é atualmente pior do que a cana-de-açúcar". Para Laurance, essa cultura é a principal protagonista do desmatamento na Amazônia. "O que torna ela mais poluente que a própria gasolina em termos de gases que contribuem para o efeito estufa".¹³⁵

Com a predominância absoluta da cultura da soja na integração produtiva com a agricultura familiar, sob o selo social, a inclusão social foi concebida desconsiderando os severos limites impostos a produção e reprodução social dos camponeses sob este contexto concreto de estruturação dos CAI's da cultura da soja. Para perceber quais são os limites da sustentabilidade do potencial de inclusão social do biodiesel de soja e, ainda, potencializando os impactos negativos ao meio ambiente e ao meio social. Vianna elucida quais seriam os impactos no complexo da soja e, por consequência, quais seriam os impactos sobre os agricultores camponeses integrados como produtores de matérias-primas para as usinas de biodiesel.

O artigo conclui que, a opção pelo biocombustível de soja será socialmente excludente e estrategicamente insustentável, ambientalmente inócuo muito embora economicamente viável. (...) As reflexões realizadas ao longo deste trabalho apontam para algumas pistas que permitem inferir sobre a sustentabilidade da produção de biodiesel a partir da soja, validas quando se considera que esta produção não implicará em aumento da área plantada, portanto, o óleo continua um subproduto do complexo soja. Estas pistas são: a) por representar a oportunidade de eliminar a ociosidade das instalações de esmagamento e a valorização das estruturas descentralizadas destas instalações que favorecem a produção regional de biodiesel, associada a flexibilidade para a expansão e o pequeno impacto no preço final do combustível, pode-se inferir que está assegurada a sustentabilidade econômica. b) por outro lado, essa solução não modificará o modelo concentrador do setor nem gerará um número razoável de emprego, o que a torna socialmente excludente. c) a preponderância do capital estrangeiro no controle do setor de esmagamento, com seu natural vínculo com as leis do mercado, torna o biodiesel de soja estrategicamente insustentável e politicamente incerto. d) do ponto de vista ambiental, como não haverá aumento da sojicultura a balança de carbono permanecerá inalterado, já os benefícios resultantes da redução das emissões, inerentes à queima de um combustível vegetal, estarão dependentes das proporções de mistura do biodiesel ao diesel.¹³⁶

A soja produzida pelo agronegócio, com o uso intensivo e em larga escala de meios de produção, terra, trabalho, insumos modernos, tecnologia e crédito rural, tornam viáveis economicamente a produção de biodiesel de soja, mas, sob a ótica da unidade de produção

¹³⁵ 07/01/2008. *Biocombustível pode ser sujo diz estudo*. In: **Folha de São Paulo**. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ciencia/fe0701200801.htm> Acesso: 07/05/2009

¹³⁶ VIANNA, João N. [et al.] op. cit.

familiar, camponesa, com restrição de acesso a todos estes meios técnicos, materiais, financeiros e políticos, este paradigma tem impactos negativos na produção camponesa.

Do ponto de vista da sustentabilidade do biodiesel de soja, o fato da cadeia ser altamente dependente de fontes energéticas industrializadas não renováveis, caracterizando-se pelo balanço energético e balanço de carbono negativos.

O balanço energético é o parâmetro mais adequado para definir a viabilidade técnica de um programa de bioenergia. Para ser positivo, o balanço energético depende de diversos fatores, em especial do rendimento da cultura e do menor consumo de fertilizantes nitrogenados, que demanda grande quantidade de energia para sua produção. (...)Vários estudos realizados no exterior, envolvendo biocombustíveis, principalmente na Europa e Estados Unidos, apontam para balanços energéticos negativos. Pimentel & Patzek (2005) calcularam que são necessários aproximadamente 6597 kcal de energia fóssil para produzir um litro de etanol de milho nos Estados Unidos. Entretanto, um litro de etanol tem o valor energético de 5130 kcal, resultando em um balanço energético negativo de 1467 kcal. Não foi considerada nesse estudo a energia gasta no transporte para distribuição do etanol que, segundo DOE (2002), é estimada em 331kcal. L-1. Sheehan et al. (1998) relataram um saldo negativo na conversão de soja em biodiesel, pois a obtenção de 1MJ de biodiesel exige 1,24 MJ de energia fóssil.¹³⁷

Pelo lado do meio ambiente, é muito grande o potencial de incorporação de novas áreas agrícolas no processo produtivo na cadeia produtiva de biocombustíveis, contudo há uma preocupação de que este aumento em relação ao biodiesel produzido com a soja faça avançar o plantio desta monocultura em áreas de desmatamento, sobretudo na Amazônia.

O país enfrenta o estigma imputado aos biocombustíveis como responsáveis pela alta dos preços dos alimentos no mundo, que afeta as populações pobres. Partindo do FMI (Fundo Monetário Internacional), essa informação não tem muita credibilidade, já que sua política de ajuste das economias dos países em desenvolvimento agravou a pobreza. É possível expandir a produção de álcool no Brasil. A lavoura da cana ocupa 7 milhões de hectares, dos quais 3 milhões de hectares para açúcar e 4 milhões de hectares para álcool, enquanto só a soja, a maior parte para exportação, ocupa 23 milhões de hectares. Segundo o IBGE, temos 152 milhões de hectares de área agricultável, dos quais são utilizados 62 milhões de hectares, e há 177 milhões de hectares de pastagens. Excluídos os 440 milhões de hectares de florestas nativas, dispõem-se de 90 milhões de hectares para expandir a agricultura sem desmatamento. Apenas uma parte dessas áreas é adequada à cana e é econômica e socialmente viável para biocombustíveis, como álcool e biodiesel. Este último em grande parte vem da soja, que, ao contrário da cana, pressiona o desmatamento na Amazônia.¹³⁸

¹³⁷ GAZZONI Décio. L. [et. Al] *Balanço energético das culturas de soja e girassol para produção de biodiesel*. I Congresso da Rede Brasileira de Tecnologia de Biodiesel. Brasília, 2005. p. 12

¹³⁸ ROSA, Luiz Pinguelle. Desafios na energia. In: **Folha de São Paulo**. 28/04/2008. Disponível em site: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi2804200805.htm>. Acesso: 07/05/2009.

Contudo, ABIOVE teve sucesso em seu apoio integral ao PNPB, das discussões preliminares do GTI até a constituição do PNPB, a entidade promoveu o interesse empresarial de intensificar uma vez mais a integração de todo o complexo agroindustrial da soja, sobretudo, no tocante a expansão da demanda, até então limitada, do segmento do óleo comestível de soja, agora potencializado pela demanda efetiva do biocombustível.

A viabilidade econômica de um estabelecimento agrícola está diretamente associada à expansão de sua escala de produção, e isto pressupõe acesso a meios de produção como a terra, tecnologia, capital e trabalho, o que significa, em síntese, um processo que tende para a mecanização e para a larga substituição de mão-de-obra no campo. A mecanização intensiva e a escala de uso dos fatores de produção e de capital, sobretudo, o uso capitalista da terra em larga escala somente é viabilizada pelo uso da mecanização intensiva das práticas agrícolas, insumos sintéticos derivados do petróleo, variedades de sementes certificadas e de alto rendimento, etc. Isto é pré-condição mínima deste modo de integração da grande-indústria com a grande-agricultura, que induz à intensificação do processo de produção e produtividade para atender o novo mercado público de biodiesel, esta intensificação inviabilizaria a dita racionalidade camponesa.

O elevado custo de produção está diretamente relacionado à elevação da produtividade dos fatores de produção, o custo de produção do biodiesel de soja é o mais alto e mais exigente em capital se comparado com todas as demais oleaginosas potenciais. A lógica do lucro e da monocultura impõe-se e expressa a mais profunda contradição aos sistemas de produção dos camponeses - caracterizados pela precariedade da posse da terra e pela exploração da mão-de-obra familiar, sem ganhos de escala de produção tendo em vista que suas terras estão confinados as piores áreas agrícolas e mais distantes dos grandes centros consumidores, cujo sistema de produção tende a entrar em colapso quando balizados pela concorrência com o setor capitalista da agricultura. Poucas são as chances dos extratos intermediários e baixos do campesinato competirem nestes termos. Somente os agricultores mais “capitalizados” e organizados em cooperativa, que possuem uma escala maior de produção de fato são os beneficiários do PNPB.

O capital que penetra no campo intensifica a taxa de exploração do trabalho da família camponesa desequilibrando sua lógica de produção-consumo, este desequilíbrio tende a reestabelecer as condições de sua desestruturação e diferenciação social, se a soja é a cultura primordial da integração produtiva com o campesinato no âmbito do selo combustível social.

Este segmento já conhece os impactos da modernização conservadora da agricultura, os pequenos agricultores camponeses, inequivocamente, passam por um processo de diferenciação social na medida em que, integrados ao mercado, incorporaram os elementos mais simples da racionalidade capitalista, por onde se estabelece a contradição e em contraposição à sua lógica da produção-consumo baseada na exploração da mão de obra da família camponesa, com restrição de acesso a terra e o uso predominante da exploração do trabalho familiar.

Se houveram avanços no número de famílias integradas ao PNPB, o PRONAF tem grande responsabilidade sobre isso, no entanto, a crítica de fundo sobre a concepção do Pronaf e sua lógica produtivista de modernização seletiva e excludente da agricultura familiar tradicional faz estes avanços esvaecer-se. O Pronaf atende aos dois públicos prioritários no campo, tendo como beneficiários a agricultura familiar e os assentados de reforma agrária. Partindo do documento FAO-INCRA (1995) que estabelece uma tipologia de estabelecimentos de agricultores familiares *versus* uma agricultura patronal no Brasil, que reproduz em parte a visão dualista da questão agrária - a partir da definição de uma tipologia da agricultura familiar (agricultor consolidado, em transição e periférico) identifica um universo de 6,5 milhões de estabelecimentos rurais caracterizados como agricultores familiares no Brasil. Dos quais, o Pronaf é focado para os 2,5 milhões dos agricultores familiares em transição e para 1,5 milhões de consolidados.

Esta divisão [Documento FAO-INCRA (1995)] é clássica e coerente com diversos trabalhos que tratam da diversidade da agricultura familiar (ABRAMOVAY, 1992; ABRAMOVAY; VEIGA, 1999; DELGADO et al, 1996; VEIGA, 2001; WANDERLEY, 1995). Por si só, é pouco nefasta, mas os qualificativos que servem subentendem julgamentos de valor que servem de pano de fundo à análise são extremamente prejudiciais à análise. A construção de tipologias analíticas serviu, desta vez, para definir o público prioritário das políticas públicas. Desde a formulação do Programa, a agricultura familiar de transição é apresentada como alvo principal das políticas públicas. A agricultura familiar consolidada - aquela que obtém os melhores resultados econômicos - foi assim erigida como ideal. (...) Por sua vez, os agricultores periféricos, como a caracterização indica, tornar-se-ão uma categoria marginal. Mais de 12 milhões familiares que residem em estabelecimentos agrícolas periféricos (53% do total do total de agricultores familiares) seriam assim, ao menos em teoria, excluídos das políticas de desenvolvimento, devendo se contentar com políticas de compensação social.¹³⁹

¹³⁹ TONNEAU, Jean-Philippe [et alli].op. cit., p. 72-73

O selo combustível social atualmente não atinge o segmento dos agricultores ditos periféricos e em transição, ainda, acirra ainda mais as contradições do segmento camponês dito consolidado, beneficiário do Pronaf, associados a uma cooperativa, vulnerabilizando-os e empurrando-os no curto espaço de tempo para o segmento dos agricultores periféricos. Entretanto, deste universo, 2,5 milhões de estabelecimentos ditos periféricos (12 milhões de agricultores familiares periféricos - 53% do total de agricultores no país) não terão acesso ao Programa (PRONAF, PNPB, etc), tendo que se contentar com políticas compensatórias, segundo Tonneau.

Como avanço, podemos dizer que a organização dos GTG's por arranjo produtivo foi concebida e estabeleceu de fato uma unidade de gestão compartilhada da política pública em tela, entre o estado (governo) e a sociedade civil (empresas e agricultores), buscando a coordenação e o planejamento da cadeia produtiva e tendo como pano de fundo a implantação e a consolidação do Selo Combustível Social, fazendo frente, assim, a um conjunto amplo e complexo de agentes e fatores internos e externos inter-relacionados.

Contudo, partindo do precedente do PNPB, a extensão dos princípios do Selo Social do Biodiesel para os demais CAI's poderia minimizar os impactos atribuindo-lhes além do valor social, os valores ambiental e ético, através da certificação sócio ambiental¹⁴⁰ da integração produtiva. Isto talvez forçaria os complexos industriais a reverem seus sistemas de integração com os camponeses, contudo, é uma solução paliativa de regulamentação mínima da integração subordinada, pois trata-se de uma ação emergencial frente ao nível de exploração a que estes camponeses estão submetidos e cabe ao estado estabelecer estes parâmetros mínimos para frear essa nefasta forma de integração.

Portanto, seria possível estender os princípios do Selo Combustível Social para os demais CAI's, como, por exemplo, a integração produtiva do tabaco. Desta forma estaria o

¹⁴⁰ “Fica cada vez mais claro que o desenvolvimento de um mercado internacional de biocombustíveis requer a definição de padrões globalmente aceitos, sobre características básicas, condições de produção, desmatamento, uso de agroquímicos, comércio. A discussão desses padrões, por exemplo, a quantidade de água adicionada ao álcool anidro- esteve na agenda do Fórum Mundial de Biocombustíveis, que reuniu Brasil, EUA, União Européia, China, Índia e África do Sul. Um grupo de agricultores, empresas e organizações não-governamentais na Suíça também realizará vários encontros nos próximos 12 meses para tentar obter um "consenso global em relação aos princípios e critérios para produção de biocombustíveis sustentáveis". Da formação desse acordo prévio depende a emissão de certificados, que validariam as condições sociais, trabalhistas e ambientais de produção aceitas. Seria uma espécie de "selo socioambiental" para os biocombustíveis, como ocorre com alguns produtos florestais. Receberia a certificação o biocombustível cujo balanço líquido em emissão de carbono, do plantio até o tanque do carro, fosse positivo. Dessa forma, se a emissão de carbono para o plantio, para a colheita e para a produção da cana-de-açúcar fosse inferior à dos combustíveis fósseis (petróleo), o biocombustível obteria o selo ambiental. Bionegociações”. In: CERTIFICAÇÃO ambiental e trabalhista é necessária para a formação de um mercado internacional de biocombustíveis. In: **Folha de São Paulo**. Disponível em site: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz0707200701.htm>. Acesso: 27/11/2007)

selo coerente com o princípio da inclusão social? Desta relação de reconversão produtiva dos agricultores familiares integrados na cadeia produtiva de tabaco, poderia haver a reconversão desses agricultores deixando a produção de tabaco para integrar-se na produção de alimentos e energia (biodiesel)? A nossa resposta é negativa também a esta questão. Apenas reverter a produção de tabaco em produção de energia e alimentos, propiciando aos agricultores uma alternativa de renda para diminuir sua dependência das indústrias fumageiras, esta migração não resolve o problema inteiramente, haja vista que os agricultores do tabaco que se mantivessem produzindo continuariam sob uma forma nefasta de contratualização da matéria-prima. Nesta última integração, ainda falta o primeiro passo que é regulamentar a exploração através de um contrato de integração. Se os agricultores reconvertidos partirem para a produção de soja como matéria-prima de biodiesel, conforme já descrevemos, essa também não seria uma alternativa plausível. Ou seja, o contrato regulamentado é um primeiro passo mas não é suficiente.

Os dois estudos de caso citados abaixo, somado às duas experiências de integração com o biodiesel nos territórios rurais Zona Sul do Rio Grande do Sul e no Território Meio Oeste Contestado, são exemplos concretos de inclusão social da agricultura familiar camponesa.

É necessário ter um enfoque multidisciplinar dos sistemas produtivos da agricultura familiar, as pesquisas do Instituto Agrônomo do Paraná - IAPAR são referências no desenvolvimento de pesquisas focadas nos sistemas produtivos da agricultura familiar, buscando a sinergia entre a produção de energia (biodiesel) em pequenas e média escalas e a segurança alimentar (uso dos subprodutos para a alimentação animal e para a adubação), como alternativa concreta à cultura da soja, conforme se vê a seguir:

O grupo técnico envolvido no projeto biodiesel do IAPAR optou pelo desenvolvimento de tecnologia de produção agrícola de culturas não tradicionais, uma vez que o uso de culturas que são commodities, como a soja, poderia inviabilizar a produção de biocombustíveis. Visando à agregação de valor ao nível de associações de produtores ou usinas de pequena e média escala e à minimização dos impactos ambientais, iniciou-se também o estudo de equipamentos para extração de óleo em pequena escala e estudo do aproveitamento das tortas residuais, tanto na alimentação animal como na adubação do solo. O enfoque tem sido para a diversificação de culturas na propriedade, buscando a adequação das oleaginosas aos diferentes sistemas de produção. (...) O objetivo deste trabalho é apresentar os principais instrumentos disponíveis para o planejamento de plantio e

utilização das culturas oleaginosas nas diferentes condições edafo-climáticas e sócio-econômicas do estado do Paraná.¹⁴¹

Ainda, para além da unidade de produção camponesa, é necessário construir alternativas mais amplas de agregação de valor e comercialização. Para completar este quadro final de alternativas, resta citar o caso da experiência da Rede Cooperação e Comercialização Solidária¹⁴² como exemplo claro de alternativas de inclusão social do campesinato, garantindo a segurança alimentar, criando opções para os agricultores camponeses que não seja a capitulação brutal ao latifúndio e aos complexos agroindustriais. A experiência da UNAIC na produção de biodiesel com o selo social esteve dentro deste contexto:

Essa publicação foi elaborada a partir do *Estudo de Caso da Rede de Cooperação e Comercialização Solidária - Relatório Final*, concedida aos vencedores do *Prêmio CAIXA melhores Práticas em Gestão Local edição 2005/2006*, permanecendo entre as 10 melhores práticas no Brasil e escolhida pela Organização das Nações Unidas (ONU) como uma das práticas mundiais para serem publicadas como referência. (...) Outro resultado positivo é a continuidade dada ao perfil de produção de alimentos na região em contraposição à cultura do tabaco. (...) Ao mesmo tempo, se pensava no desafio de enfrentar o assédio das empresas fumageiras aos agricultores produtores de alimentos na região, considerada como a maior área de expansão do cultivo de tabaco. A estrutura existente na agricultura familiar regional, com mão-de-obra abundante e a grande concentração de pequenos estabelecimentos rurais, tornam-a especialmente favorável a esta ação. (...) Existem 25 mil propriedade familiares que produzem alimentos (leite, feijão, milho, arroz, batata, frutas e hortaliças), mas que geram renda insuficiente devido, em grande parte, à falta de acesso ao mercado. Essa produção alimentar vem sendo ameaçada pela crescente penetração do tabaco, estimulada por empresas fumageiras que buscam subordinar a produção familiar aos seus interesses. E mais recentemente, se dá a

¹⁴¹ YAMAOKA1. Ruy S. [et al.] *Principais instrumentos para orientação de plantio de oleaginosas para produção de biodiesel no estado do Paraná*. Anais do III Congresso da Rede Brasileira de Tecnologia de Biodiesel. Brasília, 2009.

¹⁴² Através do Programa de Dinamização Econômica da SDT/MDA, com as Bases de Serviços de Comercialização (BSC), a rede pode melhorar seus instrumentos de divulgação, com a publicação de um catálogo de produtos e a criação do site www.vidaagranel.com.br. Ela é composta por 15 organizações da agricultura familiar, caracterizadas por seu grande potencial na produção diversificada de alimentos, na sua maioria de base ecológica. São elas: Associação Regional de Produtores Agroecologistas da Região Sul – Arpa-Sul; Cooperativa de Produção Agropecuária Vista Alegre Piratini Ltda (COOPAVA); Cooperativa das Atividades Agroindustriais e Artesanais dos Agricultores Familiares de Turuçu (COOPERTURUÇU); Cooperativa Mista dos Pequenos Agricultores da Região Sul (COOPAR); Cooperativa dos Produtores de Leite da Zona Sul Ltda (SULLEITE); Cooperativa de Apicultores de Canguçu - Coomelca Ltda; Núcleo de Educação e Monitoramento Ambiental (NEMA) “Amigo do Taim”; Agroindústria Figueira do Prado; União das Associações Comunitárias do Interior de Canguçu (UNAIC); Cooperativa Sul Ecológica de Agricultores Familiares Ltda; Associação das Avicultoras de São Lourenço do Sul (SISA); Agroindústria Vida na Terra; Agroindústria Sabor Nativo; Cooperativa de Pequenos Agricultores Produtores de Leite da Região Sul (COOPAL); Cooperativa de Consumo, Trabalho e Produção Teia Ecológica. In: FRÖES, José C. et al. *Alimentando a Cidadania: a força da sociedade civil junto a políticas públicas; Relato sobre a Rede de Cooperação e Comercialização Solidária*. Pelotas: Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor, 2008, p. 62; 17; 36, 62. Disponível em: http://www.capa.org.br/uploads/publicacoes/alimentando_a_cidadania.pdf. Acesso em 23/10/2010.

implantação na região de um polo florestal e madeireiro com monocultivos florestais, ameaçando de forma definitiva o patrimônio e a riqueza da agricultura familiar da região, suas práticas agrícolas e culturais, seus conhecimentos e tradições assim como um bioma único: o pampa gaúcho.¹⁴³.

Quando os agricultores tomam consciência de sua condição camponesa e lutam pela sobrevivência na terra, pela necessidade de romper o isolamento e a precariedade, se relacionando com os mercados de uma forma diferente da integração agroindustrial resultante da modernização conservadora e, assim, fortalecendo a comunidade rural, que resiste, persiste “levantados do chão”, criam as suas alternativas. Apesar de limitadas e ambíguas, podemos vislumbrar nesta pesquisa algumas dessas possíveis alternativas à produção de biodiesel de soja em construção pelas organizações dos camponeses sob o Selo Combustível Social, apesar de minoritária e inexpressiva participação na produção de biodiesel a partir de culturas alternativas à cultura da soja.

¹⁴³ Ibid., p.36.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, Ricardo (org.). *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil*. São Paulo: Boitempo Editorial; 2006.

_____. *A era da informatização e a época da informalização*. In: Riqueza e miséria do trabalho no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2006.

_____. *Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. São Paulo: Cortez; 5ª edição, 1998.

BELIK, Walter. *Agroindústria e política Agroindustrial no Brasil*. In: RAMOS, Pedro (org.) *Dimensões do Agronegócio Brasileiro. Políticas, instituições e perspectivas*. Brasília: Nead Estudos/MDA, 2007.

BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar*. A Aventura da Modernidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

BRAVERMAN, H. *Trabalho e capital monopolista*. Rio de Janeiro, Zahar, 1977.

CASTEL, Robert *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Petrópolis: Vozes, 1998.

CHAYANOV, A. V. *La Organización de La Unidad Económica Campesina*. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974.

DICIONÁRIO do Pensamento Marxista. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1983.

FAUSTO, Ruy. *A 'pós-grande indústria' nos Grundrisse (e para além deles)*. In: Discussão do tempo livre – não tempo produtor de riqueza na pós-grande indústria. **Revista Lua Nova**. São Paulo, nov. 1989.

FERREIRA, Ângela. *Agricultores e agroindústrias: estratégias, adaptações e conflitos*. **Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária**. ABRA. n° 2 e 3. Vol. 25, mai./dez. 1995. pp 86-113.

STÉDILE, João. P. *A Questão Agrária Hoje*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1994.

GRAMSCI, Antônio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

_____. *Concepção dialética da história*. Rio de Janeiro: Civilização, 1989.

_____. *Escritos políticos*. Lisboa: Seara Nova, 1976.

_____. *Maquiavel, a política e o estado moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988.

LUNARDI, José. *Olhares camponeses: escola Uma Terra de Educar*. Curitiba: UFPR, 2000. [Dissertação de Mestrado]

HARVEY, David. *A produção capitalista do Espaço*. São Paulo: Annablume, 2006.

_____. *Condição pós-Moderna*. Edições Loyola: São Paulo, 1992.

_____. *Espaços de esperança*. Edições Loyola: São Paulo, 2004.

_____. *O novo imperialismo*. Edições Loyola: São Paulo - SP, 2ª edição, 2006.

HOBBSBAWM, Eric J. *A era das revoluções, 1789 - 1848*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

_____. *A era do capital, 1848-1875*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

IANI, Octavio. *A utopia camponesa*. Ciências Sociais Hoje. ANPOCS, 1986.

KAUTSKY, Karl. *A questão agrária*. Proposta Editorial Ltda. 1980.

KUENZER, A. Zeneida. *Pedagogia da Fábrica. As relações de Produção e a Educação do Trabalhador*. 6ª ed. São Paulo: Cortez, 2002

_____. *Exclusão includente e inclusão excludente: a nova forma de dualidade estrutural que objetiva as novas relações entre educação e trabalho*. In: LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Demerval & SAN FELICE, José Luís. (orgs.) *Capitalismo, trabalho e educação*. 2ª. Ed. Campinas/SP: Autores Associados; HISTEDBR, 2004.

_____. *A educação profissional nos anos 2000: a dimensão subordinada das políticas de inclusão*. In: *Revista Educação e Sociedade*. Vol 27. n. 96. Campinas/SP. 2006. PP. 877-910.

LEFEBVRE, Henri. *Lógica formal lógica dialética*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2ª Edição, 1979.

_____. *Problemas de sociologia rural*. In: MARTINS, José de Souza (org.) *Introdução crítica à sociologia rural*. São Paulo: Hucitec, 1986.

_____. *A cidade do capital*. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

LÊNINE, V. *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*. Abril Cultural, 1982.

_____. *Relatório sobre o trabalho no campo*. VIII Congresso do PCB(b) – 23/03/1919.

MACHADO, Lucília R. S. *Educação e Divisão Social do Trabalho*. São Paulo: Autores Associados: 1989.

MANACORDA, Mario A. *Marx e a pedagogia moderna*. 2ª Ed. São Paulo: Cortez, 1996.

_____, Mário A. *O Princípio Educativo em Gramsci*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

- MARX, K, ENGELS, F. *A Ideologia Alemã: Feuerbach*. São Paulo: Hucitec: 1991.
- _____. *Manifesto do partido comunista*. São Paulo: Cortez, 1998.
- MARX, Karl. *Manuscritos Econômico-Filosóficos*. São Paulo: Boitempo, 2008.
- _____. *O Capital: Crítica da Economia Política*. Livro 1. vol I, II e III. Rio de Janeiro: Bertrand, 1988.
- MESZAROS, István. *A crise estrutural do capital*. São Paulo: Boitempo: 2009.
- _____. *A educação para além do capital*. São Paulo: Boitempo, 2008.
- _____. *A teoria da alienação em Marx*. São Paulo: Boitempo, 2006.
- _____. *Desemprego e precariedade*. In: Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil. São Paulo: Boitempo: 2006.
- MOTTA, Márcia (org). *DICIONÁRIO da Terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: 2005.
- NOSELLA, Paolo. *A escola de Gramsci*. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1992.
- OLIVEIRA, Avelino R. *Marx e a exclusão*. Pelotas: Seiva, 2004.
- PAULINO, Eliane T. *Por uma geografia dos camponeses*. São Paulo: UNESP, 2006.
- RAMOS, Pedro. Referencial teórico e analítico sobre a agropecuparia brasileira. In: RAMOS, Pedro. *Dimensões do Agronegócio Brasileiro. Políticas, Instituições e Perspectivas*. Brasília: Nead Estudos/MDA, 2007.
- SILVA, José. *A nova dinâmica da agricultura brasileira*. Campinas: FECAMP, 1997.
- SPOSITO, Maria E. B. A questão cidade-campo: perspectivas a partir da cidade. In: SPOSITO, Maria E. B. & WHITACKER, Arthur M. *Cidade e Campo: Relações e Contradições entre o Urbano e o Rural*. São Paulo, Expressão Popular, 2006.
- TONNEAU, Jean-Philippe et al. *Modernização da Agricultura Familiar e Exclusão Social: O Dilema das Políticas Agrícolas*. Caderno de Ciência & Tecnologia. v. 22, n.1. Brasília, jan/abr de 2005.
- WANDERLEY, Maria de N. B. *Em Busca da Modernidade Social. Uma Homenagem a Alexander V. Chayanov*. Seminário do Departamento de Ciências Sociais Unicamp, nov. de 1989.
- _____, Maria. *Raízes históricas do campesinato brasileiro- XX Encontro Anual da ANPOCS*. Caxambu, 1996.

Referências Digitais

ABRAMOVAY, Ricardo. MAGALHÃES, Reginaldo. *O Acesso dos agricultores familiares aos mercados de biodiesel: parcerias entre grandes empresas e os movimentos sociais*. Conferencia da Associação Internacional de Economia Alimentar e Agroindustrial/AIEA2. Londrina, 2007 - http://www.fipe.org.br/web/publicacoes/discussao/textos/texto_06_2007.pdf - acesso: 03/01/2011.

BORSUK, Lido José. Cultivo de girassol sob a perspectiva da agroenergia: uma análise de produtores familiares assentados de Abelardo Luz - SC. Florianópolis, 2008 [Dissertação de Mestrado]. Disponível no site: <http://www.pos.ufsc.br/arquivos/41000382/diversos/Lido.pdf>. Acesso: 18/nov/2010

BUENO, Osmar. [et. al.] *Panorama tecnológico dos assentamentos rurais do estado de São Paulo para o cultivo de oleaginosas com o objetivo de produção de biodiesel e estudo prospectivo de dimensionamento de plantas extratoras de óleo vegetal*. In: Anais do III Congresso da Rede Brasileira de Tecnologia de Biodiesel. Brasília, 2009. Disponível no site: <http://www.biodiesel.gov.br/rede.html>. Acesso: 02/02/2011.

CAMPOS. Arnaldo. EDNA. Carmélio. Biodiesel e agricultura familiar no Brasil: resultados socioeconômicos e expectativa futura. In: **O futuro da indústria: biodiesel: coletânea de artigos**. Brasília: MDIC-STI/IEL, 2006, p. 59 – site: <http://www.biodiesel.gov.br/docs/ofuuturodaindustria%20-%20Biodiesel.pdf> – acesso: 01/02/2011

FRÓES, José C. et al. Alimentando a cidadania: a força da sociedade civil junto a políticas públicas; relato sobre a Rede de Cooperação e Comercialização Solidária. Pelotas: Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor, 2008, p. 62;17; 36; 62. Disponível no site: http://www.capa.org.br/uploads/publicacoes/alimentando_a_cidadania.pdf - acesso: 31/01/2011

PREFEITURA Municipal de Abelardo Luz. *Agricultores assentados comemoram 24 anos de reforma agrária*. 25/05/2009. Disponível em: <http://www.abelardoluz.sc.gov.br/conteudo/?item=328&fa=1&cd=39246> acesso: 11/01/2011

VIANNA, João N. [et al.] A soja e a contribuição de oleaginosas para a produção de biodiesel no Brasil. CDS/UNB. Disponível em: http://www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro3/arquivos/TA457-28032006-162404.DOC - acesso: 24/12/2011

Fontes de Pesquisa

AÇÃO Civil Pública. *Pedido de Antecipação de Tutela*. Ministério Público do Trabalho – Procuradoria Regional do Trabalho da Nona Região. Curitiba, 07 de dezembro de 2007.

BRASIL. Biodiesel e a Inclusão Social – Consultoria Legislativa – Brasília, 2004. Disponível em:

http://apache.camara.gov.br/portal/arquivos/Camara/internet/publicacoes/estnottec/pdf/2004_676_Estudo.pdf. Acesso: 31/01/2010

BRASIL. Diretrizes de Política de Agroenergia - 2006-2011. Brasília: 2005. Disponível em: <http://www.biodiesel.gov.br/docs/diretrizes03.pdf> acesso: 31/02/2010.

BRASIL. Plano Nacional de Agroenergia - 2006-2011 (2005) Disponível em http://www.embrapa.br/publicacoes/institucionais/agroenergia_miolo.pdf. Acesso: 28/01/2011

BRASIL. Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural - PNATER, 2004. Disponível em: <http://www.alasru.org/cdalasru2006/15%20GT%20Argileu%20Martins%20da%20Silva.pdf>. Acesso: 28/01/2011.

BRASIL. Relatório Final do Grupo de Trabalho Interministerial Encarregado de Apresentar Estudos Sobre a Viabilidade de Utilização de Óleo Vegetal – Biodiesel Como Fonte Alternativa de Energia. Brasília, 2003. Disponível em: <http://www.biodiesel.gov.br/docs/relatoriofinal.pdf> acesso: 15/01/2010. **ANEXO I - Resumo do Posicionamento dos Órgãos e Entidades Convidados para o Ciclo de Audiências;** **ANEXO II - Atas das Reuniões do Grupo de Trabalho Interministerial;** **ANEXO III - Relatórios Finais dos subgrupos:** subgrupo I - capacidade de produção do biodiesel, coordenado pelo MAPA, com os participantes: MDA, MI E MMA; subgrupo II - aspectos tecnológicos, coordenador pelo MCT, com os seguintes participantes: MME, MAPA, MMA E MDIC; subgrupo III - emprego do biodiesel como combustível, coordenador MME, com os seguintes participantes: MCT, MT, MDIC, MCIDADES E MMA; subgrupo IV - incentivos, financiamento e repercussões econômicas para utilização do biodiesel, coordenado pelo MDIC, com os seguintes participantes: MF, MP, MME, MAPA, MCIDADES, MMA, MI e MCT.

FOLHA de São Paulo. Bionegociação: certificação ambiental e trabalhista é necessária para a formação de um mercado internacional de biocombustíveis. Disponível em site: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz0707200701.htm>. Acesso: 27/11/2007.

FOLHA de São Paulo. Biodiesel derramado. 15/10/2007. Disponível em site: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz1510200701.htm>. Acesso : 27/11/2007.

NAKAGAWA, Fernando & IURI, DANTAS. Preço desestimula produção de biodiesel. **Folha de São Paulo**. 07/10/2007. Disponível no site: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi0710200705.htm>. Acesso: 27/11/2007.

FOLHA de São Paulo. Certificação ambiental e trabalhista é necessária para a formação de um mercado internacional de biocombustíveis. Disponível em site: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz0707200701.htm>. Acesso: 27/11/2007

BRITO, Agnaldo. Governo susta meta de 200 mil famílias para o biodiesel. In: **Folha de São Paulo**. 16/08/2008. Disponível no Site: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi1608200833.htm>. Acesso: 07/05/2009

FOLHA de São Paulo. 07/01/2008. *Biocombustível pode ser sujeito* estudo. Disponível em site: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ciencia/fe0701200801.htm> - Data de acesso: 07/05/2009

GAZZONI Décio. L. [et. Al] *Balanço energético das culturas de soja e girassol para produção de biodiesel*. I Congresso da Rede Brasileira de Tecnologia de Biodiesel. Brasília, 2005. site: <http://www.biodiesel.gov.br/docs/congresso2006/agricultura/BalancoEnergetico.pdf> - Data de acesso: 02/02/2011

YAMAOKA1. Ruy S. et al. Principais instrumentos para orientação de plantio de oleaginosas para produção de biodiesel no estado do Paraná. In: Anais do III Congresso da Rede Brasileira de Tecnologia de Biodiesel. Brasília, 2009. Disponível no site: <http://www.biodiesel.gov.br/rede.html>. Acesso: 02/02/2011.

LEGISLAÇÃO E NORMAS. Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel - Brasília: 2004/2008. Disponível em: <http://www.biodiesel.gov.br/>. Acesso: 31/01/2010.

MANUAL de Referência sobre a Utilização do Sistema de Apoio à Decisão – BioSoft. Convênio UFV/MDA.

MIRANDA, Carlos. et. al. O Potencial do Biodiesel Para Promoção do Desenvolvimento Sustentável na Agricultura Familiar: As iniciativas de Canguçu – RS e Abelardo Luz – SC. Anais do II Congresso da Rede Brasileira de Tecnologia de Biodiesel. Brasília, 2007.

PROGRAMA Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF. Decreto n. 1.946, de 28 de junho de 1996. Brasília: 2011. Disponível em <http://portal.mda.gov.br/portal/saf/programas/pronaf>. Acesso: 22/01/2011

RELATÓRIO Geral do convênio 086-MDA-PLURAL – Brasília: 2006/2007 - 1- *Relatório Geral de Diagnóstico dos Arranjos Produtivos de Biodiesel na região Centro-sul*. Projeto de Apoio à Formação de Arranjos Produtivos de Biodiesel – Projeto Polos Centro-sul. Plural Consultoria, Pesquisas e Serviços. São Paulo, nov/2007. (30 p.);

RELATÓRIO Geral do convênio 086-MDA-PLURAL – Brasília: 2006/2007 - 2- *Relatório Geral de Constituição dos Grupos de Trabalho Gestores (GTG) dos Arranjos Produtivos de Biodiesel da região Centro- sul* - Projeto de Apoio à Formação de Arranjos Produtivos de Biodiesel – Projeto Polos Centro-sul. Plural Consultoria, Pesquisas e Serviços. São Paulo, nov/2007. (26 p.);

RELATÓRIO Geral do convênio 086-MDA-PLURAL – Brasília: 2006/2007. 3- *Relatório Geral de Planejamento dos Grupos de Trabalho Gestores (GTG) dos Arranjos Produtivos de*

Biodiesel da região Centro-sul. Projeto de Apoio à Formação de Arranjos Produtivos de Biodiesel – Projeto Polos Centro-sul. Plural Consultoria, Pesquisas e Serviços. São Paulo, nov/ 2007. (19 p.);

RELATÓRIO Geral do convênio 086-MDA-PLURAL – Brasília: 2006/2007. 4- *Relatório Geral de Monitoramento e Avaliação - Análise do Ambiente Institucional da Produção de Biodiesel. Projeto de Apoio à Formação de Arranjos Produtivos de Biodiesel – Projeto Polos Centro-sul. Plural Consultoria, Pesquisas e Serviços. São Paulo, nov/2007. (26 p.)*

ROSA, Luiz Pinguelle. Desafios na energia. In: Folha de São Paulo. 28/04/2008. Disponível em site: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi2804200805.htm>. Acesso: 07/05/2009

SISTEMA de Informações Territoriais. Disponível em <http://sit.mda.gov.br> e em http://www.territoriosdacidadania.gov.br/dotlrn/clubs/territoriosrurais/zonasuldoestadors/one-community?page_num=0 Acesso: 20/11/2010.

ANEXOS

Anexo 1 - Relatório Final do GTI Entidades convidados para o ciclo de audiências – dez/2003

Ref.	Ata n.	Entidades/Instituições Convidados para apresentação sobre o tema:
1	3	Agência Nacional do Petróleo – ANP
2	2	Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais - Abiove
3	5	Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores – ANFAVEA
4	7	Central Única dos Trabalhadores - CUT
5	4	Confederação Nacional da Agricultura – CNA
6	7	Coordenação dos Programas de Pós-graduação de Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro - COPPE/UFRJ
7	2	Deputada Federal Mariângela Duarte
8	3	Deputado Federal Rubens Otoni
9	3	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa
11	7	Enguia Power
12	5	Federação dos Municípios do Estado do Maranhão - FAMEM
13	7	Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA
14	6	Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras
15	2	Ministério de Minas e Energia - MME
16	7	Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado da Bahia - SECTI
17		Secretaria de Petróleo e Gás do Ministério de Minas e Energia
18	3	Sindicato da Indústria do Açúcar e do Alcool - Sindaçúcar
19	7	Sistema Volta ao Campo de Assistência Técnica Multidisciplinar e Integral (SVC)
20	7	Soyminas Biodiesel - Grupo Biobrás
21	6	Tecnologias Bioenergéticas Ltda. - Tecbio
22	4	União da Agroindústria Canavieira de São Paulo - UNICA
23	6	Universidade de Brasília - UnB
24	5	Universidade de São Paulo - USP

Fonte:Relatório Final do GTI/2003

Elaboração do autor

Anexo 2 - Legislação do PNPB – 2003 a 2007

DATA	LEI/DECRETO/IN	ORGÃO PÚBLICO	OBJETO LEGAL
02/jul/03	DECRETO DE 2 DE JULHO DE 2003	CASA CIVIL	Institui Grupo de Trabalho Interministerial encarregado de apresentar estudos sobre a viabilidade de utilização de óleo vegetal - biodiesel como fonte alternativa de energia, propondo, caso necessário, as ações, necessárias para o uso do biodiesel
23/dez/03	DECRETO DE 23 DE DEZEMBRO DE 2003.	CASA CIVIL	Institui a Comissão Executiva Interministerial encarregada da implantação das ações direcionadas à produção e ao uso de óleo vegetal - biodiesel como fonte alternativa de energia.
29/12/2003	Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003	RECEITA FEDERAL	Altera a Legislação Tributária Federal e dá outras providências. Alterada pela Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004. Alterada pela Lei nº 11.051 de 29 de dezembro de 2004.
2004	RESOLUÇÃO Nº 1.135 / 2004	BNDDES	Programa de Apoio Financeiro a Investimentos em Biodiesel no âmbito do Programa de Produção e Uso do Biodiesel como Fonte Alternativa de Energia.
6/dez/04	DECRETO Nº 5.298, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2004.	MME	Altera a alíquota do Imposto sobre Produtos Industrializados incidente sobre o produto que menciona.
6/dez/04	MEDIDA PROVISÓRIA Nº 227, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2004	RECEITA FEDERAL	Dispõe sobre o Registro Especial, na Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda, de produtor ou importador de biodiesel e sobre a incidência da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS sobre as receitas decorrentes da venda desse produto, altera a Lei nº 10.451, de 10 de maio de 2002, e dá outras providências.
24/nov/04	RESOLUÇÃO Nº 41, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2004	MME	Art. 1º Fica instituída, pela presente Resolução, a regulamentação e obrigatoriedade de autorização da ANP para o exercício da atividade de produção de biodiesel.
24/nov/04	RESOLUÇÃO Nº 42, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2004	MME	Art. 1º Fica estabelecida, através da presente Resolução, a especificação de biodiesel, consoante as disposições contidas no Regulamento Técnico nº 4/2004, parte integrante desta Resolução que poderá ser adicionado ao óleo diesel em proporção de 2% em volume, comercializado pelos diversos agentes econômicos autorizados em todo o território nacional.
6/dez/04	DECRETO Nº 5.297, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2004.	CASA CIVIL	Dispõe sobre os coeficientes de redução das alíquotas da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS incidentes na produção e na comercialização de biodiesel, sobre os termos e as condições para a utilização das alíquotas diferenciadas, e dá outras providências.
13/jan/05	LEI Nº 11.097, DE 13 DE JANEIRO DE 2005	CASA CIVIL	Dispõe sobre a introdução do biodiesel na matriz energética brasileira; altera as Leis nos 9.478, de 6 de agosto de 1997, 9.847, de 26 de outubro de 1999 e 10.636, de 30 de dezembro de 2002; e dá outras providências.
18/mar/05	LEI Nº 11.116, DE 18 DE MARÇO DE 2005.	CASA CIVIL	Dispõe sobre o Registro Especial, na Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda, de produtor ou importador de biodiesel e sobre a incidência da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS sobre as receitas decorrentes da venda desse produto, altera as Leis nos 10.451, de 10 de maio de 2002, e 11.097, de 13 de janeiro de 2005; e dá outras providências.
20/mar/05	DECRETO Nº 5.448, DE 20 DE MARÇO DE 2005.	CASA CIVIL	Regulamenta o § 1º do art. 2º da Lei nº 11.097, de 13 de janeiro de 2005, que dispõe sobre a introdução do biodiesel na matriz energética brasileira, e dá outras providências.
6/jun/05	DECRETO Nº 5457, DE 06 DE JUNHO DE 2005	ATOS DO PODER EXECUTIVO	(...) que reduz a alíquotas da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS incidentes sobre a importação e a comercialização de biodiesel.
5/jul/05	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 01, DE 05 DE JULHO DE 2005	MDA	Dispõe sobre os critérios e procedimentos relativos à concessão de uso do solo combustível social.
23/set/05	RESOLUÇÃO Nº 3, DE 23 DE SETEMBRO DE 2005	MME	Art. 1º Reduzir o prazo de que trata o § 1º do art. 2º da Lei nº 11.097, de 13 de janeiro de 2005, para o atendimento do percentual mínimo intermediário de dois por cento, em volume, cuja obrigatoriedade se restringirá ao volume de biodiesel
30/set/05	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 02, DE 30 DE SETEMBRO DE 2005	MDA	Dispõe sobre os critérios e procedimentos relativos ao enquadramento de projetos de produção de biodiesel ao solo combustível social
7/nov/05	RESOLUÇÃO ANP Nº 31, DE 4.11.2005 - DOU 7.11.2005	ANP	Art. 1º. A ANP promoverá leilões públicos, preferencialmente com a utilização de recursos de tecnologia da informação, com vistas à aquisição de biodiesel por produtor e importador de óleo diesel, fazendo publicar no Diário Oficial da União edital contendo regras e condições aplicáveis aos certames.
3/out/07	RESOLUÇÃO Nº 5, DE 3 DE OUTUBRO DE 2007	CNPE	Diretrizes gerais para a realização de leilões públicos para aquisição de biodiesel (...)
3/out/05	PORTARIA Nº 483, DE 3 DE OUTUBRO DE 2005	MME	Art. 1º Estabelecer as diretrizes para a realização pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP de leilões públicos de aquisição de biodiesel de que trata o art. 3º, da Resolução do Conselho Nacional de Política Energética - CNPE nº 3, de 23 de setembro de 2005.
29/nov/07	Termo de Homologação do Pregão Eletrônico Nº 00070/2007	MME	Resultado da Homologação
29/nov/07	Termo de Homologação do Pregão Eletrônico Nº 00069/2007	MME	Resultado da Homologação
5/dez/07	RESOLUÇÃO Nº 7, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2007	CNPE	Estabelece diretrizes para a formação de estoques
5/dez/07	PORTARIA Nº 338, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2007	MME	Art. 1º Estabelecer as seguintes diretrizes para a formação de estoques.

Fonte: SAF/MDA e ANP

Elaboração do autor

Anexo 3 - Leilões da ANP - 1o ao 17o Leilão - 2006-2010


Leilões da ANP	TOTAL GERAL 1o ao 17o Leilão da ANP	2006-2007 (1o ao 5o leilão)	2008	2009	2010 (17o leilão - 02/03/10)
N. de Ofertantes (média)	24	12	24	28	34
N. de Vencedores (média)	18	6	15	23	26
Volume Ofertado (m3)	6.877.300	1.724.755	1.503.770	2.358.596	1.290.179
Volume Arrematado (m3)	4.630.000	885.000	1.040.000	1.565.000	1.140.000
Preço Máximo de Referência (R\$/m3)	2.309,40	1.908	R\$ 2.608,0	R\$ 2.355,0	R\$ 2.325,0
Preço Médio (R\$/m3)	2.200,03	1.825	R\$ 2.386,7	R\$ 2.255,7	R\$ 2.277,0
Deságio (%)	-4,74	-4,35	-8,49	-4,22	-2,07
Prazo de Entrega					

Fonte: ANP

Elaboração do autor

Resumo dos Leilões na Fase da Mistura Opcional 2% - 2006 a 2007

Jan/06 a dez/07

	FASE DA MISTURA OPCIONAL 2% - 2006 a 2007				
	1º Leilão ^a Edital ANP 061/05 23/11/05	2º Leilão ^a Edital ANP 007/06 30/03/06	3º Leilão ^b Edital ANP 021/06 11/07/06	4º Leilão ^a Edital ANP 022/06 12/07/06	5º Leilão ^c Edital ANP 002/07 13/02/07
Nº de Ofertantes	8	12	6	25	7
Nº de Vencedores	4	8	4	12	4
Volume ofertado (m ³)	92.500	315.520	125.400	1.141.335	50.000
Volume arrematado (m ³)	70.000	170.000	50.000	550.000	45.000
Preço Máximo de Referência (R\$/m ³) ^d	1.920,00	1.908,00	1.904,84	1.904,51	1.904,51
Preço Médio	1.904,84	1.859,65	1.753,79	1.746,48	1.862,14
Deságio (%)	(0,79)	(2,53)	(7,93)	(8,29)	(2,22)
Prazo de entrega	Jan a Dez/06	Jul/06 a Jul/07	Jan a Dez/07	Jan a Dez/07	Até Dez/07

Enquadramento das empresas para a participação nos leilões: a) Participação de produtores de biodiesel autorizados pela ANP e de projetos em execução; b) Participação apenas de produtores de biodiesel autorizados pela ANP e detentores do Registro Especial (SRF); c) Participação apenas de produtores de biodiesel autorizados pela ANP, detentores do Registro Especial (SRF) e do Selo Combustível Social (MDA). Ainda, os preços médios apresentaram queda sistemática nos cinco primeiros leilões (R\$ 1.920,00/m3 em 23/11/05 para R\$ 1.862,14/m3). Utilizou-se, segundo a ANP, do 1º ao 4º leilão o sistema Licitações do Banco do Brasil, do 5º ao 7º e no 17º utilizou-se a modalidade pregão eletrônico do sistema "Compras Net" do MPOG, em lotes, com disputa de preços.

Participação da AF nos leilões da ANP - 2005 a 2007

Agricultura Familiar na Cadeia do Biodiesel depois das aquisições ANP

Unidades Industriais	milhões litros	Nº de AF	hectares	ha média AF	Receita Bruta - AF milhões	Receita Bruta p/ AF/ano
Centro-Oeste (7)	117	3.726	18.628	5	30.175.457	8.099
Sudeste (6)	145	6.911	34.556	5	33.570.000	4.858
Norte (2)	97	5.414	17.484	3	19.016.326	3.512
Sul (3)	160	13.810	88.095	6	96.514.286	6.989
Nordeste* (4)	319	175.611	444.837	3	169.950.000	1.386
Totais (22)	840	205.471	603.599	3	349.226.069	1.700

Fonte: SAF/MDA

Anexo 4 - Síntese dos contratos, por estados da região centro-sul, safra 2006/2007

Número de contratos e área plantada por oleaginosas, segundo Região Centro-sul - safra 2006/2007¹⁴⁴

Tabela 1 - Por produto:

Oleaginosas	N. contratos (*)	% Total	Área plantada (ha) (*)	% Total
Soja	7.185	51,0	111.595	74,0
Girassol	2.763	19,6	19.766	13,1
Mamona	2.796	19,9	8.420	5,6
Amendoim	7	0,0	420	0,3
Canola	1.010	7,2	10.600	7,0
Pinhão-manso	321	2,3	70	0,0
Total	14.082	100,0	150.871	100,0

Fonte: Projeto Pólos Centro-sul, set. 2007

(*) Os contratos realizados entre as empresas e as cooperativas com DAP 3.0 e os agricultores familiares cooperados que fornecem a matéria-prima do óleo bruto, objeto desses contratos, não estão somados ao número de contratos e área plantada.

Tabela 2 – Por região

Regiões	N. contratos (*)	% Total	Área plantada (ha) (*)	% Total	Pronaf
Centro-oeste	2.491	17,7	69.217	45,9	Sim, em GO (270)
Sudeste	11	0,1	504	0,3	Não
Sul	11.580	82,2	81.150	53,8	Não
Total Centro-sul	14.082	100,0	150.871	100,0	

Fonte: Projeto Pólos Centro-sul, setembro 2007

(*) Os contratos realizados entre as empresas e as cooperativas com DAP 3.0 e os agricultores familiares cooperados que fornecem a matéria-prima do óleo bruto, objeto desses contratos, não estão somados ao número de contratos e área plantada.

¹⁴⁴ Diagnostico Projeto Pólos – (set/2007) p. 12

Anexo 5 - Síntese da situação dos arranjos produtivos e dos GTG, por estados da região centro-sul, safra 2006/2007

Número de Grupos de Trabalho Gestores – GTG´s - por estágio de formação

Estados	N. arranjos de produtivos	GTG	
		Número	Estágio de formação
Mato Grosso	4	3	Em consolidação
Mato Grosso do Sul	5	3	Consolidados
Goiás	5	4	Em consolidação
São Paulo	1	1	Em consolidação
Paraná	-	-	-
Santa Catarina	1	2	Consolidados
Rio Grande do Sul	10	3	Consolidados
TOTAL	26	16	-

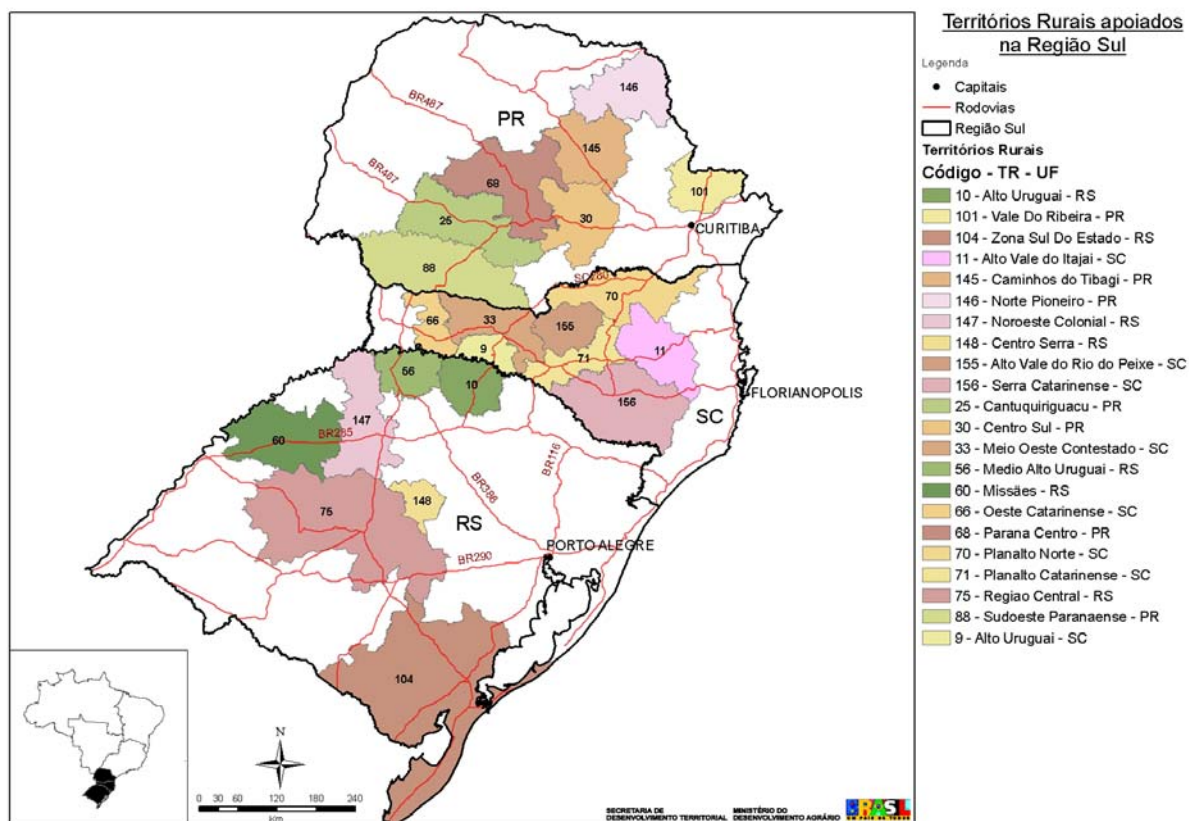
Fonte: Projeto Pólos Centro-sul, setembro 2007

Composição dos Grupos de Trabalho Gestores e Contratos

	Empr esa	Sindicat o ou Federaç ão	Outras org. da agricult ura familiar	Banco	Assist. Técnica	Govern o Municip al	Órgão de Pesquis a	Univers.	SEBRAE
Agrosoja	X	X	X	X	X				
Barralcool	X	X				X	X	X	
Binatural	X	X	X						
Bio Capital		X							
Brasil Ecodiesel	X	X	X	X	X		X	X	
BS Bios	X	X	X	X	X		X	X	
Caramuru	X	X		X	X				X
Fertibom	X	X		X					
Fiagril	X	X		X					
Granol	X	X		X	X				
Oleoplan	X	X	X		X		X		
Ponte di Ferro		X			X				

Fonte: Projeto Polos Centro-sul, set. 2007

Anexo 6 - Mapa dos Territórios Rurais da Região Sul



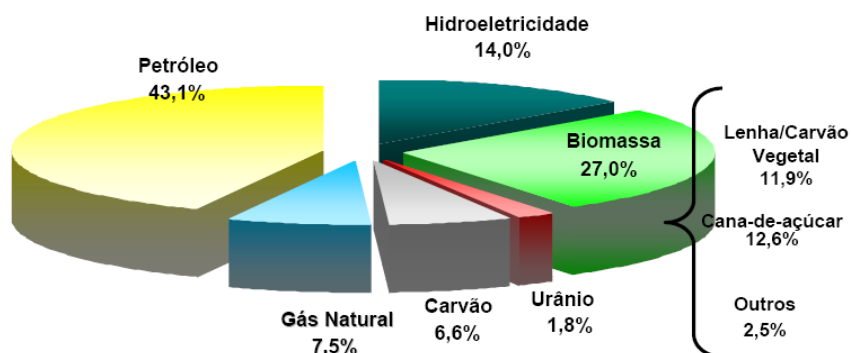
Fonte: SDT/MDA – 2011

Disponível no site:

<http://sit.mda.gov.br/territorio.php?menu=territorio&base=1&informe=s>. Acesso em 02/02/2011

Anexo 7 – Matriz Energética Nacional/MEN e Matriz de Combustíveis Veiculares

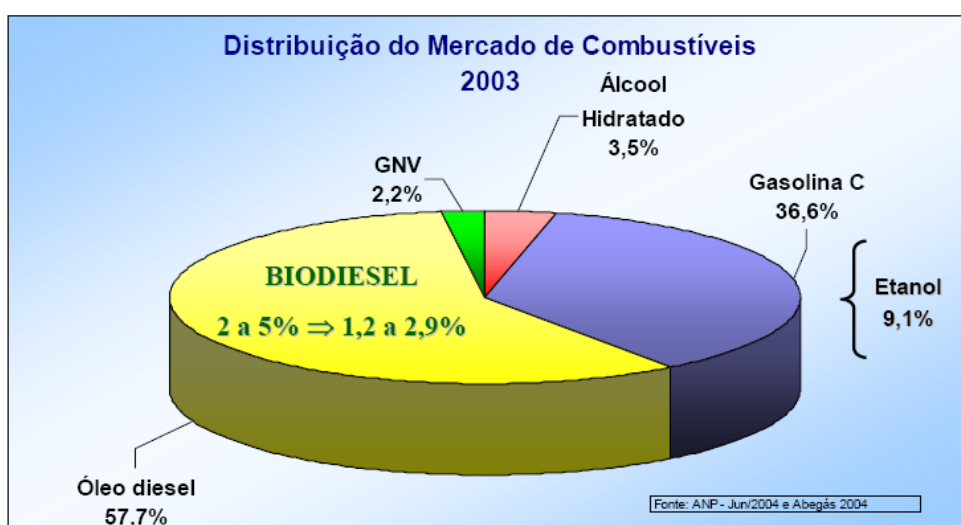
Matriz Energética Brasileira



Fonte: MME/2004

Lançamento do PNPB - Apresentação do Ministério de Minas e Energia – MME – 06/12/2004
Disponível no site: http://www.biodiesel.gov.br/docs/Apres_MinistraME_06-12-04.pdf. Acesso: 03/02/2011

Matriz Atual de Combustíveis Veiculares



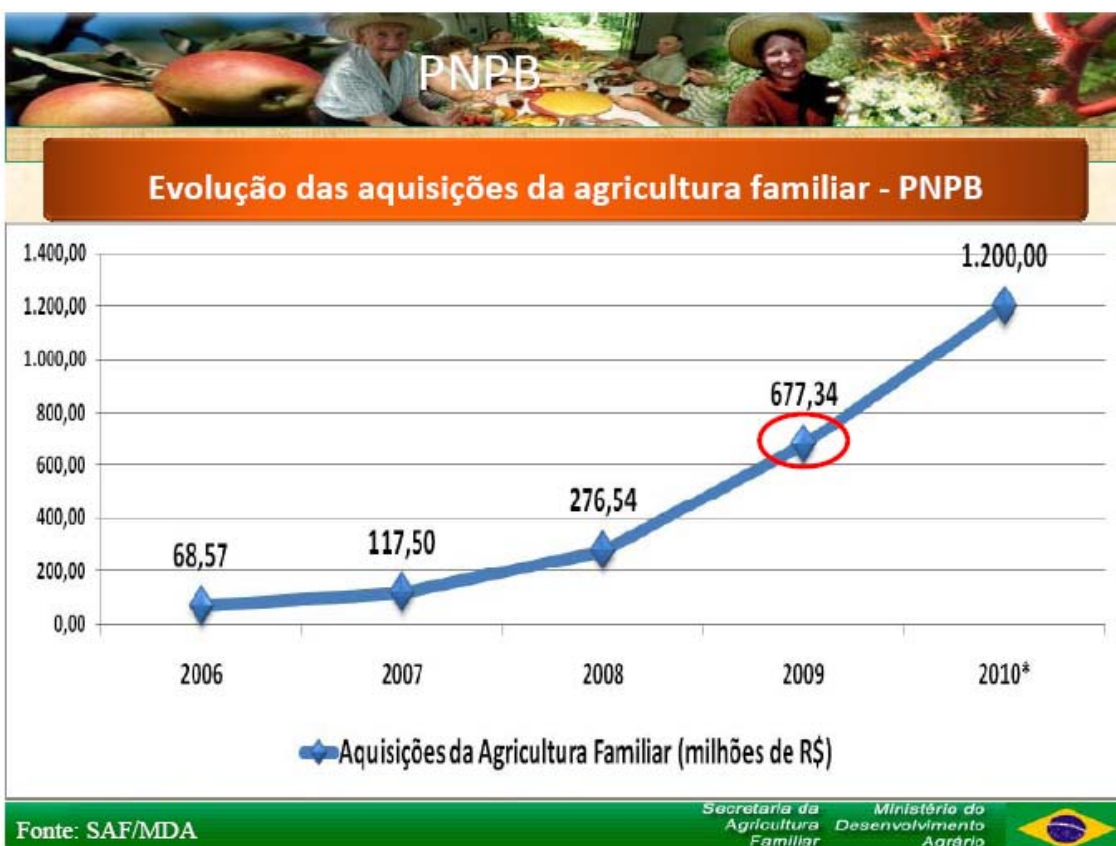
Lançamento do PNPB - Apresentação do Ministério de Minas e Energia – MME – 06/12/2004
Disponível no site: http://www.biodiesel.gov.br/docs/Apres_MinistraME_06-12-04.pdf. Acesso: 03/02/2011

Anexo 8 – Cronograma de adição de Biodiesel ao diesel mineral

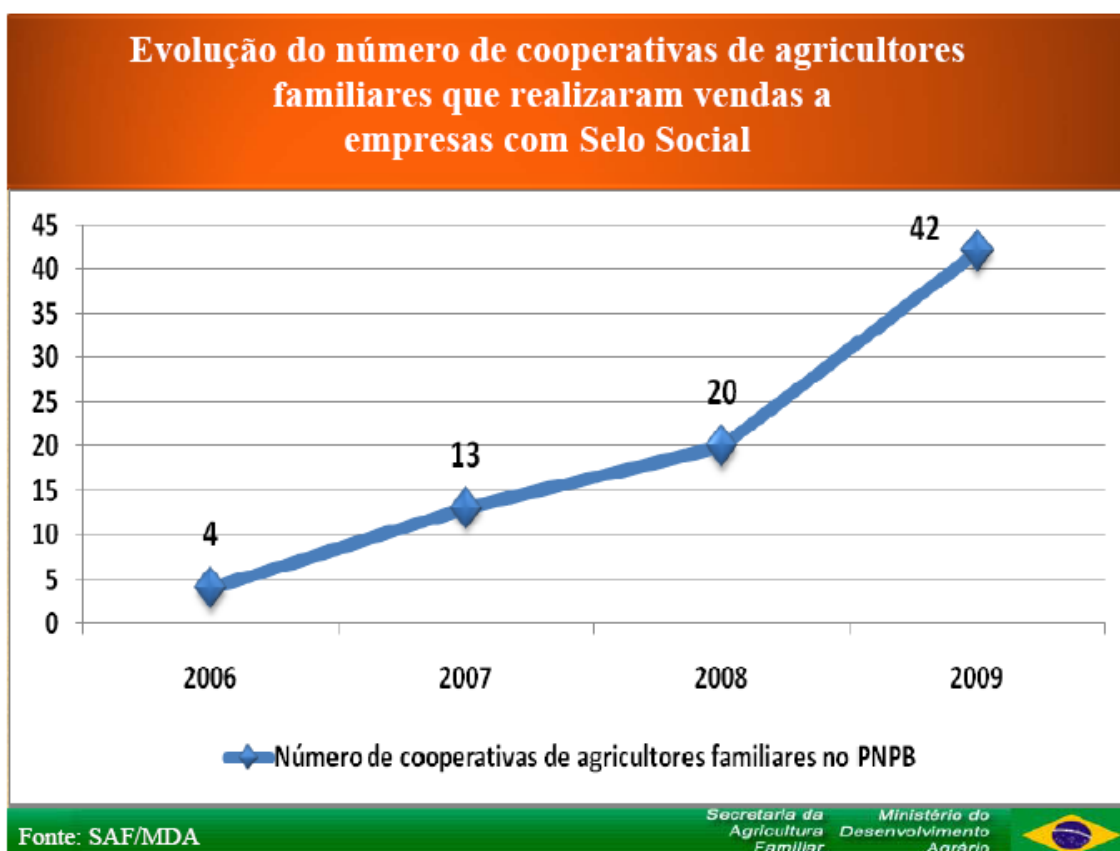


Fonte: SAF/MDA (2010)

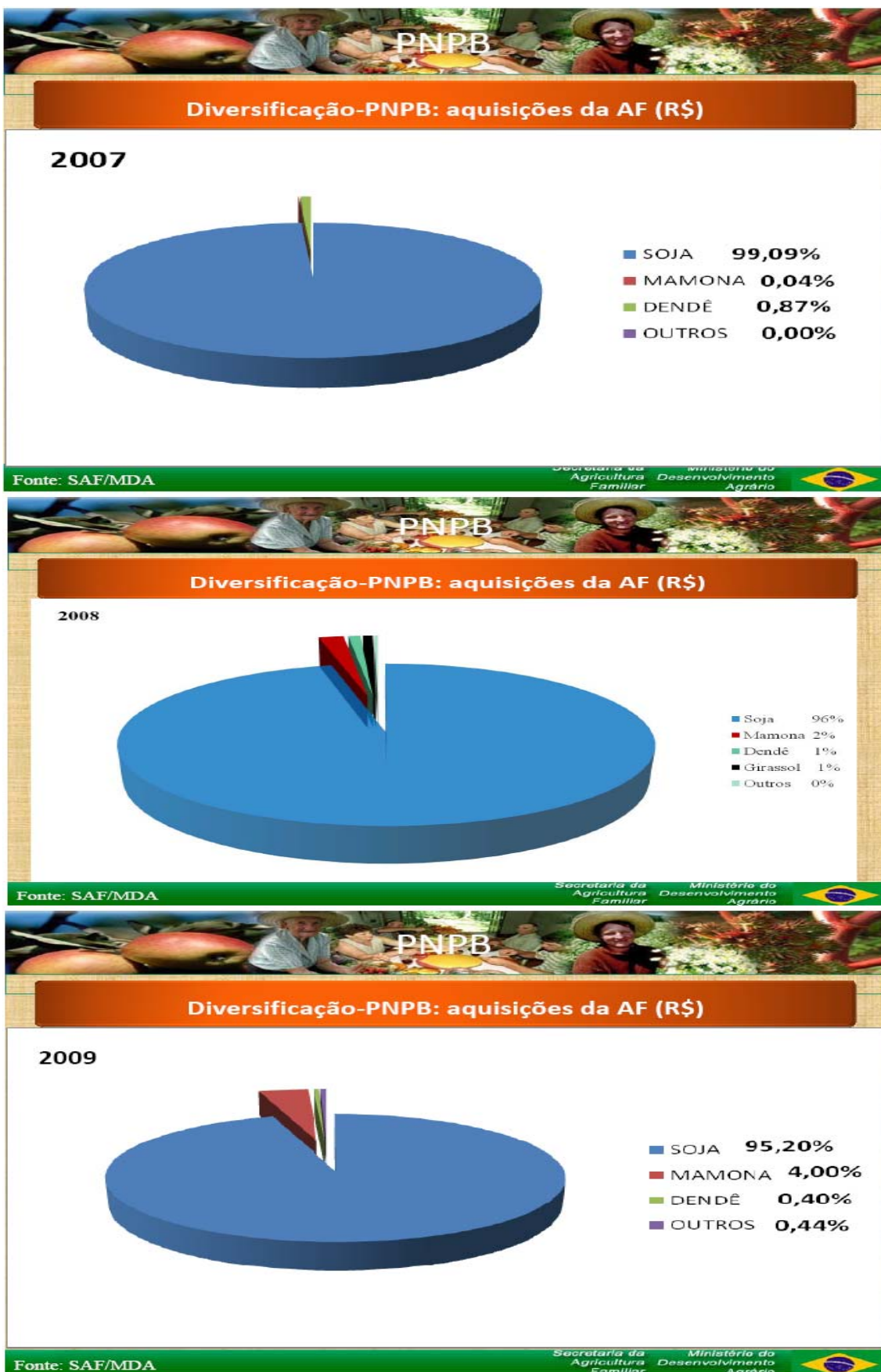
Anexo 9 – Brasil - Evolução das aquisições de matérias-primas para produção de biodiesel da agricultura familiar – 2006 – 2010



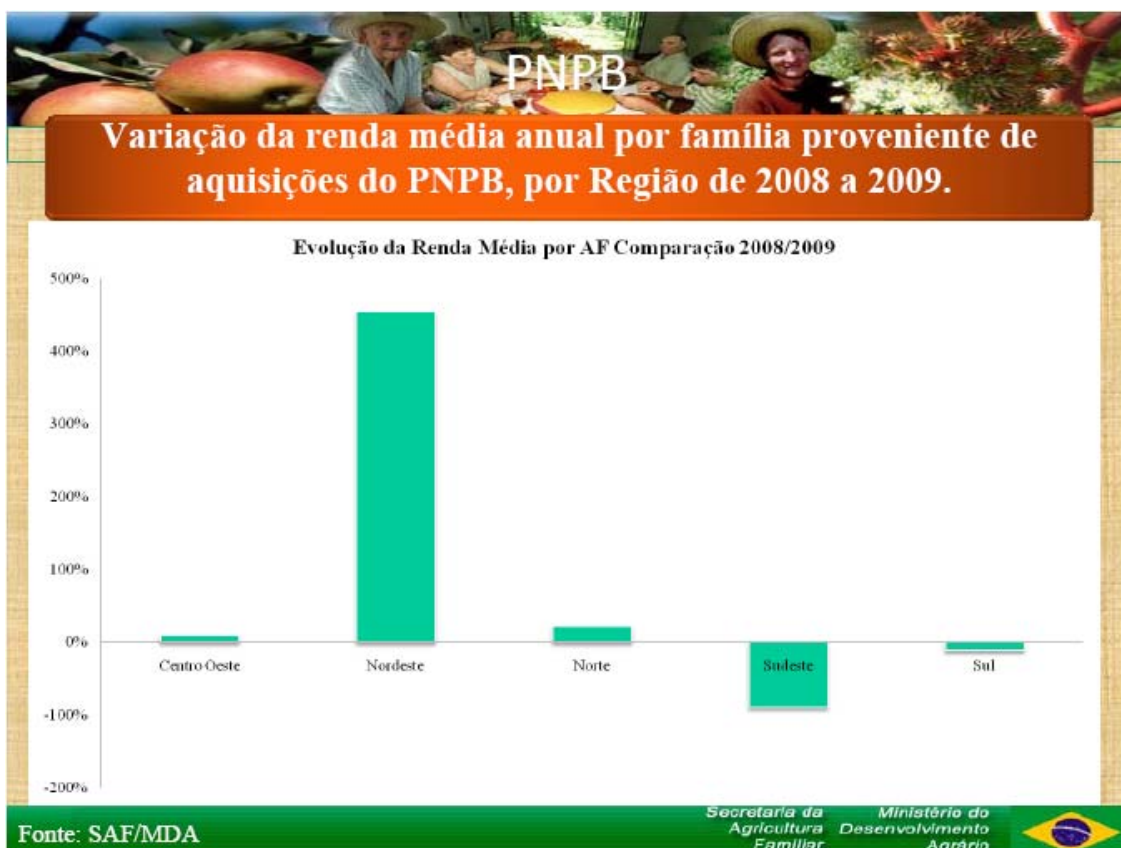
Anexo 10 – Brasil - Evolução do número de cooperativas de agricultores familiares integradas ao PNPB – 2006 – 2010



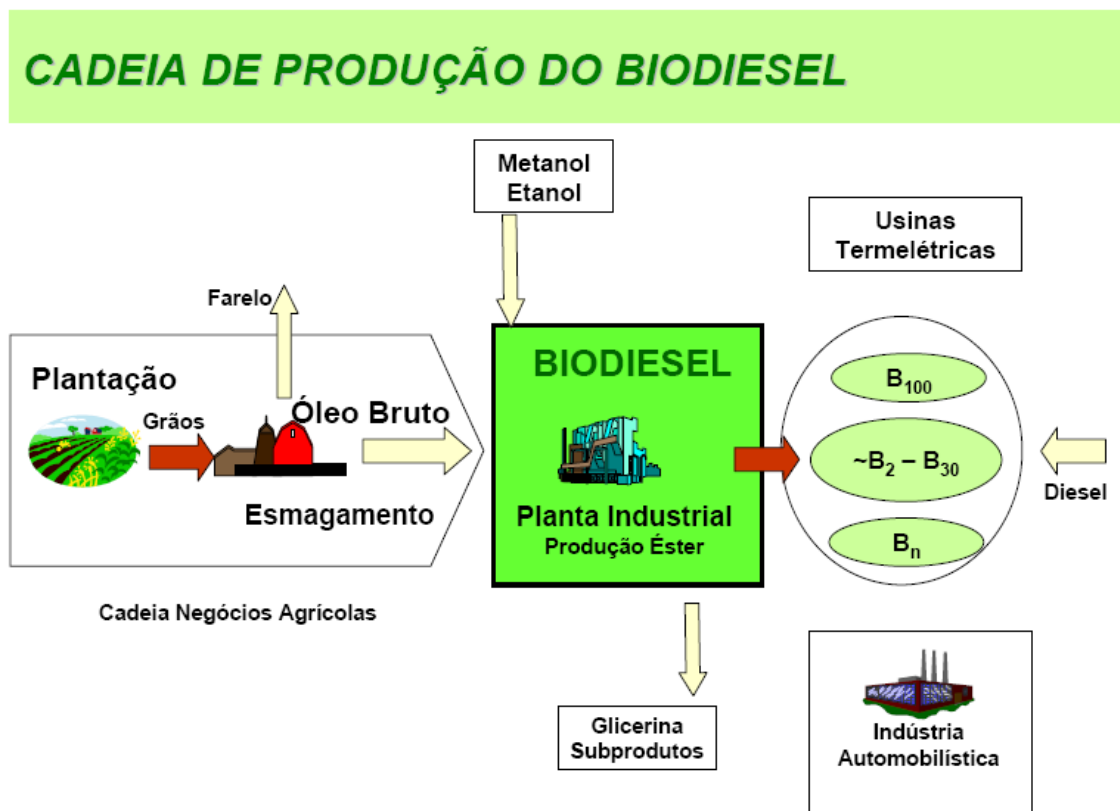
Anexo 11 – Brasil – Selo Combustível Social - origem da matéria-prima da agricultura familiar - 2007 a 2009



Anexo 12 – Brasil – Selo Combustível Social – variação percentual da renda média anual por unidade familiar - 2008 a 2009



Anexo 13 – Cadeia de Produção do Biodiesel



(* Lançamento do PNPB - Apresentação do Ministério de Minas e Energia – MME – 06/12/2004
Disponível no site: http://www.biodiesel.gov.br/docs/Apres_MinistraME_06-12-04.pdf. Acesso: 03/02/2011

Anexo 14 – Mapa das Oleaginosas no Brasil

OLEAGINOSAS PARA PRODUÇÃO DO ÓLEO VEGETAL



(*) Lançamento do PNPB - Apresentação do Ministério de Minas e Energia – MME – 06/12/2004
Disponível no site: http://www.biodiesel.gov.br/docs/Apres_MinistraME_06-12-04.pdf. Acesso: 03/02/2011